

## PREFÁCIO

*Quando comecei a publicar estudos de genealogia na Revista do Arquivo Municipal e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, ambas de São Paulo, algumas pessoas, entre as quais o Dr. Francisco Pires Martins, viviam a me falar sobre a conveniência de vulgarização da matéria, pela imprensa desta Capital, ou do Rio de Janeiro.*

*De sorte que, em 1939, ao receber de Honorio de Sylos, que então ocupava o cargo de Secretário da Redação do Correio Paulistano, o convite para compor alguns artigos de genealogia destinados a esse jornal, tive idéia de realizar a série hebdomadaria dos SUBSÍDIOS GENEALÓGICOS, já bastante conhecida hoje.*

*À medida que os SUBSÍDIOS iam-se multiplicando, muitos interessados começaram a sugerir a reunião deles em livro e, por isso, hoje aparece um primeiro bloco de setenta das ditas notas semanais, constituindo novo elemento da BIBLIOTECA GENEALÓGICA BRASILEIRA, série especializada do Instituto Genealógico Brasileiro, a qual tem de figurar ao lado das três outras publicações ideadas pelo tenente-coronel Salvador de Moya: a Revista, o Anuário e os Índices.*

*O volume terceiro da BIBLIOTECA GENEALÓGICA BRASILEIRA abrange os SUBSÍDIOS GENEALÓGICOS de I a LXX, saídos no período de 7 de Junho de 1939 a 11 de Outubro de 1940. Para facilidade da consulta, juntei um índice onomástico em ordem alfabética, o que aumentou nem o número de páginas.*

*A maneira como for recebido o trabalho determinará, ou não, a feitura de outros congêneres, pois os SUBSÍDIOS GENEALÓGICOS estão agora caminhando para CC.*

*Mais uma vez agradeço a todos quantos concorreram para o empreendimento, quer fornecendo dados, quer facilitando minhas pesquisas, quer ainda por outras formas de colaboração.*

22-VII-42.

CARLOS DA SILVEIRA

*Rua Frei Eusébio da Soledade, 74 (antigo 6).  
Vila Mariana - São Paulo*

## I

Como é sabido, no decurso da terceira década do século XVIII, várias famílias guaratinguetaenses rumaram para o Rio Grande do Sul e, pelo desenvolvimento natural delas, constituíram-se povoadoras da zona do extremo sul brasileiro.

Assim, os genealogistas riograndenses-do-sul procuram sempre, com maior empenho, elementos de ligação daqueles primeiros povoadores, antepassados de numerosas famílias dali, com os troncos de Guaratinguetá, troncos paulistas autênticos, ligados, por sua vez, aos primeiros povoadores vicentinos e piratininganos.

Infelizmente, a terra de Domingos Luiz Leme não possui os seus registros paroquiais do início da vida ali, quando constituída em freguesia. Nessas condições, é

preciso recorrer a todos os elementos informativos, e, tantas vezes, esses subsídios, laboriosamente colhidos, permitem o estabelecimento da desejada ligação dos mais novos com os mais velhos, e esse é o escopo da genealogia, que versa, afinal, sobre o estabelecimento de linhagens.

Muitos genealogistas só entendem, não sei si bem ou mal, a genealogia como nobiliarquia. Mesmo no Rio Grande do Sul, ainda agora, ao lado da *Genealogia Rio-Grandense* (vol. I), de João Pinto da Fonseca Guimarães e Jorge Godofredo Felizardo, apareceu um volume - *Nobiliário Sul-Rio-Grandense*, de autoria do dr. Mario Teixeira de Carvalho.

Não quero dizer que este autor só entenda genealogia como nobiliarquia. Desejo, apenas, salientar esse pendor que manifesta pelas linhagens nobres, onde, ao lado das séries biológico-sociais, que tais são as ligações de pais a filhos, aparecem, não há dúvida que com beleza, as preocupações heráldicas. E publicou um lindo volume, não há negar.

Quanto ao meu ponto de vista, à minha maneira particular de encarar estes assuntos, como eu houvesse lecionado, por muitos anos, uma cadeira de psicologia e pedagogia, certas leituras sobre transmissão de caracteres inatos e adquiridos calaram no meu espírito e constituem o meu estímulo e a minha diretriz, quando investigo linhagens. Eis a razão pela qual sempre afirmo que meus modestíssimos estudos visam fins biológicos.

Além disso, tenho-me especializado em genealogia extremo-leste de São Paulo, a zona do Vale do Paraíba, zona que uma tradição de caminho denomina, impropriamente, “Norte do Estado”. Nessa zona, onde, durante o século XIX, a riqueza foi tão efêmera, não encontro margem para pesquisas nobiliárquicas. O material humano é um só e é o mesmo, em toda parte. Acidentes de fortuna, agrícola ou comercial, acarretadores de comendas, baronatos ou títulos de mór-vulto, não chocam meu espírito algo cético, em relação a uma nobreza tão transitória e plebéia. A nobreza, para mim, é qualquer coisa de íntimo, de grande, de puro, que se exterioriza como um sacrifício, como uma abnegação completa. Fora disso, não gosto de nobreza: pois começo a me lembrar das sátiras de Camilo, nas *Raças Finas*.

Lidando, como tenho lidado, com a documentação existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo e nos arquivos das paróquias, tenho tido oportunidade de me encontrar com pesquisadores ilustres, do Rio Grande do Sul, muito operosos sempre e muito zelosos na qualidade do material sobre o qual assentam suas afirmações.

De uma feita, encontrei, no Arquivo do estado, com o sr. General João Borges Fortes, que, parece, achou messe farta nos recenseamentos de Ordenanças de Guaratinguetá. Como tem sido dito já, tantas vezes, esses recenseamentos, existentes só em São Paulo, são da iniciativa de Morgado de Mateus e abrangem o período que cai de 1766 a 1836. Embora falem muitos cadernos que se perderam algures, o que sobejou é ainda material de primeira ordem para estudos vários. Nestes três últimos anos, alunos da Faculdade de Filosofia e Ciências costumam exercitar suas capacidades investigatórias nos “Maços de População”, segundo a inexpressiva nomenclatura do Arquivo.

Para o dr. Mario Teixeira de Carvalho, de Porto Alegre, descobri, em começo de 1936, uma ligação que muito o interessava. Foi em papéis do Bananal, pela altura de 1828: - Joaquim Medina Celli, natural da Europa, agricultor; casado com Teodora Placidina do Nascimento Nogueira, natural de São João Marcos, filha de Hilario Gomes Nogueira e Maria Josefa do Nascimento.

Silva Leme, em título “Bicudos”, volume VI, páginas 380-381, dá o casal Hilario Gomes Nogueira - Maria José, e apenas três filhos: 1) Padre Diniz, 2) Flora Gomes, 3) Delminda. Os recenseamentos, porém, mencionam vários outros filhos; pelo menos mais seis: 4) Pedro, 5) Antonio, 6) Placidina, 7) Teodora, 8) Alda, 9) Cassiano. Joaquim Medina Celli e Teodora deviam ter casado pela altura de 1821.

O dr. Mario de Carvalho queria também saber se Luiza Gonçalves de Aguiar, casada com Antonio Alves Martins, pais de Bernarda, batizada na Freguesia de N. S. dos Pinhais, a 26 de abril de 1732, seria filha do ten.-general Manuel Gonçalves de Aguiar. Bernarda Gonçalves de Aguiar foi casada com José Pinto Bandeira, tronco de grande e importante família do Rio Grande do Sul. Sobre esse caso, entretanto, nada encontrei ainda, nem mesmo a ligação dos Gonçalves de Aguiar, procurados pelo linhagista portalegrense, com os Gonçalves de Aguiar, de Silva Leme, título “Bicudos”, vol. VI, página 457 e seguintes.

E certa vez, em consequência de artigo meu na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, sob o título *Povoamento de Silveiras, Os Bicudo Leme. Um crime horripilante* (vol. XXXVII), porque eu tocara nos Rego Barbosa, velhos habitantes do velho Guaratinguetá, tive a honra de receber carta do sr. Coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, historiador das campanhas do sul, carta em que pedia, com empenho, dados para solucionar um problema de genealogia, no qual é diretamente interessado. Apareciam em cena os Rego Barbosa, referidos, aos quais se liga o distinto militar. Pelos anos de 1730 e poucos, elementos desse tronco paulista rumaram também para os pampas e lá se expandiram.

O caso a resolver, para o sr. Coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, resume-se no seguinte:

1º) Na data indicada acima, Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos, português, casado com Lucrecia Leme Barbosa, natural de Guaratinguetá, transferiu-se desta localidade para o Rio Grande do Sul. O casal tinha uma filha, Antonia da Costa Barbosa, nascida em Guaratinguetá. Lucrecia Leme Barbosa era filha de Baltasar Correia Moreira e de FABIANA DA COSTA RANGEL. Interessa ao pesquisador ligar FABIANA DA COSTA RANGEL ao casal Francisco Nunes da Costa - Lucrecia Leme Barbosa, da página 32, volume III, de SILVA LEME, título “Raposos Góis”. O genealogista de Bragança dá cinco filhos, “que descobriu”, para esse casal:

- 1- João Peres de Gusmão
- 2- Margarida Nunes Rangel
- 3- Diogo Barbosa da Silva
- 4- José Barbosa Leme
- 5- Manuel Nunes Barbosa.

FABIANA DA COSTA RANGEL seria um número seis, nessa relação quintupla;

2º) Com Dorneles, também seguiu para o Rio Grande do Sul Dionísio Rodrigues Mendes, português casado com Beatriz Barbosa Rangel, natural de Guaratinguetá e talvez irmã de Lucrecia, mulher de Dorneles. Beatriz Barbosa Rangel faleceu no Rio Grande do Sul, octogenária, em 6 de novembro de 1794. Teria nascido por volta de 1714.

Para a solução, que tanto se deseja, desse problema genealógico, o documento ideal seria a nota do vigário, lançada no livro paroquial. Infelizmente, parece que predominava, em outros tempos, nesses assentamentos paroquiais, um certo critério de provisoriedade. Tem-se a impressão de que ninguém achava valesse a pena conservar livros de

igrejas e assentos feitos nesses livros. Só isso explica o pouco caso que se ligou quanto à conservação e permanência desse indispensável material histórico.

## II

Guaratinguetá, lugar importante, sede de imenso município que somente de 1785 em diante começou a se fragmentar, não possui livros paroquiais anteriores a 1720. E, dessa data, apenas existem assentamentos de batismo.

Uma circunstância feliz trouxe esses registros de batismo a S. Paulo, agora, e eu os pude examinar com minúcia. É o caso que frei Adalberto, O. F. M., encarregado pela Cúria Romana de das parecer no pedido que daqui partiu, há tempos, sobre a canonização de frei Antonio de Sant'Ana Galvão de França (1739-1822), religioso franciscano-menor, oriundo de Guaratinguetá, transportou para esta capital e confiou à perícia da Cúria Metropolitana o conserto daquelas folhas esburacadas e envelhecidas.

Por uma gentileza do revmo. Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, M. D. Diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana, foi-me permitido ler os três livros de velhas notas paroquiais guaratinguetaenses, rejuvenescidos em parte pelos técnicos habilidosíssimos da bem organizada repartição eclesiástica.

Um desses três livros é de batizados e abrange o período de 8 de fevereiro de 1720 a 20 de abril de 1737. Os assentamentos estão divididos em suas partes: de 1720 até 28 de dezembro de 1728, indo da folha 1 às folhas 71-verso - BATISMO DE LIVRES; e, de folhas 72 a folhas 143, ou seja de 1729 a 1737, BATISMO DE ESCRAVOS.

Achei, em ditos registros, alguns elementos de interesse para os estudos do sr. Coronel Jônatas da Costa Rego Monteiro, embora não sejam coisas que permitam solucionar o problema. São indícios e veementes.

Assim, por exemplo, aos 17 de junho de 1721, o vigário lançou o termo de batismo de Maria, exposta, sendo padrinhos "Hieronymo Dornelles e Menezes, solteiro, passageiro" e Leonor da Fonseca Pinto, casada. E, na qualidade de padrinho, ainda figura o mesmo "Hieronymo" em outros batizados, como os de 21 de dezembro de 1723, 19 de junho de 1728, 9 de agosto de 1728, 30 de outubro de 1728, 29 de outubro de 1728...

"Hieronymo Dornelles", entretanto, casara em Guaratinguetá, depois de 8 de abril de 1722 (data em que sua futura esposa batizou uma criança - "Lucrecia Barbosa Rangel, solteira"). E já, na página 34-verso, do volume aparece o seguinte assentamento:

"FABIANA - Aos vinte e cinco de Abril de 1724 anos Baptizei e puz os Sanctos Oleos a Fabiana, filha de Hieronimo Dorneles e de sua mulher Lucrecia Leme Barbosa foram PP. José barbosa da Costa e Lucrecia Leme todos moradores nesta villa de Sancto Antonio de Guaratinguetá. ANTONIO BICUDO DE SIQUEIRA".

E na página 62-verso, lê-se:

"ANTONIA - Aos nove dias do mez de Outubro de 1727, baptizei e puz os Sanctos Oleos a Antonia, filha de Hieronymo Dornelles, e de Lucrecia Leme sua mulher forão Padrinhos o mesmo Padre abaixo assignado e Margarida Nunes Rangel todos fregueses e moradores nesta villa. O vigario JOSEPH ALV VILLELA".

A análise desses padrinhos não deixa de ser interessante para o caso em vista, que é provar “a fraternidade” entre FABIANA DA COSTA RANGEL e os cinco filhos de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa, atrás referidos.

Pelo costume antigo, os padrinhos dos primeiros filhos eram sempre os maiores da família. Ora, no batizado de Fabiana, aparecem José Barbosa da Costa, que deve ser o José, número 4, da relação dada, e Lucrecia Leme, que deve ser a mulher ou viúva de Francisco Nunes da Costa, mãe do dito José. Seriam, portanto, os padrinhos de Fabiana a bisavó e um dos tios-avós dela, tudo muito de acordo com as praxes de antanho, rigorosamente seguidas.

No batizado de Antonia (que é a Antonia da Costa Barbosa da carta do sr. Coronel Jônatas), a madrinha é Margarida Nunes Rangel, número 2 da relação dada, e, pelos indícios, tia-avó da criança.

Quanto a FABIANA DA COSTA RANGEL, ela e Francisco Pedroso de Alvarenga, a 26 de maio de 1720, batizam MARIA, filha de João Peres de Gusmão (nº 1 da relação atrás) e de sua mulher Margarida da Silva Bicudo. Não perder de vista que o que se deseja provar é exatamente “a fraternidade” de FABIANA com João Peres de Gusmão e os outros filhos de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa.

Da leitura que eu fiz, embora rápida, das velhas páginas paroquiais de onde tirei essas notas, aqui publicadas, nada encontrei quanto a Baltasar Correia Moreira, marido de FABIANA DA COSTA RANGEL, nem quanto a Dionisio Rodrigues Mendes, marido de Beatriz Barbosa Rangel, que seria cunhada de “Hieronymo Dornelles”, por ser irmã da mulher deles, como se presume.

Tudo o que acima ficou escrito parece, afinal, que justifica o título destes artigos, de subsídios genealógicos. Em matéria dessa especialidade, a gente tem de se contentar com o que acha e já é bastante quando encontra traços nítidos dos que são investigados e, mais ainda, indícios veementes no sentido das hipóteses formuladas. (\*).<sup>1</sup>

Que outras pesquisas, mais felizes quanto aos resultados, possam trazer pleno esclarecimento daquilo que tanto deseja o distinto historiador e ilustre oficial superior do Exército.

E, aproveitando a oportunidade em que se fala nos filhos do casal Francisco Nunes da Costa - Lucrecia Leme Barbosa (Silva Leme, III, 32), convém retificar um equívoco do linhagista, autor da *Genealogia Paulistana*, e é o seguinte:

O padre Bento Leme Barbosa, que vem na página 87 do volume citado, como filho do casal 4-10, é, de fato, filho do capitão Manuel Nunes Barbosa e de Maria Leme de Brito. Bento habilitou-se em São Paulo, em 1755, tendo nascido em Guaratinguetá a 20 de maio de 1697, filho de Francisco Nunes da Costa, natural do Rio de Janeiro, e de Lucrecia Leme Barbosa, natural de Guaratinguetá, casara, nesta localidade, em 25 de junho de 1726, com Maria Leme de Brito, batizada em Guaratinguetá, a 23 de novembro de 1713, filha de Roque Bicudo Leme e de Ana Vieira de Barros, citados em volume VI, 443, título “Bicudos”, ambos guaratinguetaenses.

Silva Leme confundiu Maria Leme de Brito, filha de Roque e Ana, com MARIA LEME DE JESUS, filha única de Salvador da Mota Pais e segunda mulher Ana Maria Antunes do Prado (III, 84). Esta MARIA LEME DE JESUS, meia-irmã de meu trisavô

---

<sup>1</sup> Já resolvi a questão atinente à identidade de Fabiana da Costa Rangel e Baltasar Correia Moreira, conforme o expus na minha nota XXV, desta série. (*Correio Paulistano* de 1º de dezembro de 1939).

Inacio Bicudo Leme (III, 86, 4-9), foi, sim, casada mas com Manuel Carlos da Silveira, a quem Silva Leme chama Manuel Cardoso (?) da Silveira, filho de Carlos Pedroso da Silveira e Maria Pedroso de Almeida (volume V, 513, 3-1, 4-2, título “Toledos Piza”). A filha de Manuel Carlos da Silveira e MARIA LEME DE JESUS, de nome Ana Maria, casou-se, em 1794, em Guaratinguetá, com Gonçalo de Pontes Renato, de volume VII, 467, título “Garcias Velhos”, onde também está escrito Manuel Cardoso (!) por Manuel Carlos.

### III

Apontam os autores, baseados em velhas documentações, que em 1731 já se haviam estabelecido, na região de Cunha, José dos Santos de Sousa, Francisco de Mendonça Cavaco, Nuno dos Reis dos Santos, Nicolau Monteiro, André de Sampaio e muitos outros, entre os quais destaco José Alves de Oliveira, a cujo respeito devo falar, na presente nota.

Nuno dos Reis Santos, Nicolau Monteiro e André de Sampaio casaram com filhas do capitão Manuel Lopes Figueira e disso trato em trabalho publicado no volume XXXV, da revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, já em distribuição. Coligi algumas notas sobre esses e outros povoadores e as enfeixei sob o título *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*.

José Alves de Oliveira, oriundo de Santo Tirso de Páramos, comarca de Vila da Feira, bispado do Porto, parece que também se chamara José Alves de Páramos, maneira que depois abandonou pela primeira forma. Eram seus pais Antonio Leite, de São João da Madeira, lugar e freguesia do Conselho e comarca de Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro, e Isabel Alvares, da freguesia de Páramos.

Vindo para o Brasil, José Alves de Oliveira casou em Parati, a 22 de setembro de 1732, com Margarida da Silva Amaral, filha de Manuel Alves Vieira, natural e batizado na freguesia da Sé, em São Paulo, e de Clara Maria do Amaral, de Santos, ou São Sebastião,, irmã inteira de Isabel Luiz, mãe do cônego João Rodrigues.

Quanto a Manuel Alves Vieira, sogro de José Alves de Oliveira, nascido e crescido em São Paulo, “foi para o Rio com sua madrinha Anna Maria Vieira, irmã da mãe do revmo. Pe. Manuel Velloso”. Ana Maria Vieira era casada com Manuel dos Santos. Facilmente encontrei os traços desses Vieira em Silva Leme, no volume VIII, título “Máciéis”. Assim, na página 170, lá está o revmo. Dr. Manuel Velloso Vieira e, na página 167, a mãe dele, Inacia Vieira, casada com o capitão Manuel Velloso. É curioso saber que eram os irmãos de Inacia:

1 - Capitão Inacio Vieira Antunes, antepassado dos Matos-Sales-Ribeiro, donde vêm os Sales, da família de Campos Sales;

2 - Águeda Vieira, casada com Luiz Gonçalves Palmela, donde vêm os Vieira Gonçalves e Vieira de Oliveira, daqui, de Cotia, de Santo Amaro, de Sorocaba e outros pontos;

3 - José Vieira Antunes, que em 1706 estava nas minas e foi casado, com geração;

4 - Isabel Vieira, casada;

5 - Francisco Vieira;

6 - Maria das Neves, falecida solteira;

7 - Antonio Vieira, casado;

8 - Uma filha, casada com Manuel dos Santos Coelho, morador em parati. Esta, cujo nome Silva Leme não descobriu, é Ana Maria Vieira, a madrinha de Manuel Alves Vieira, com a qual partiu, de mudança, daqui para a região fluminense. Manuel Alves

nasceu em 30 de novembro de 1681 (\*)<sup>2</sup>, sendo filho do capitão Manuel de Jesus (?) e de Ana de Moraes. Não consegui ligá-lo aos Maciéis, aos quais suponho pertença, pelo ramo desses Vieira, tão antigos e numerosos por aqui. Ana de Moraes, casada com Manuel..., há duas, fáceis de verificar: a do volume VII, página 53 e a do mesmo volume, página 202. Viria, de um desses casais, Manuel Alves Vieira, paulistano, de 1681?

Assim, pois, Margarida da Silva Amaral, paratiense, tem todas as probabilidades de unir-se aos troncos paulistas “Maciéis” e “Moraes”. Ela teve, do seu único casamento com José Alves de Oliveira, pelo menos os cinco filhos, que encontrei e que aqui enumero:

1. Padre Manuel Alves de Oliveira, batizado na freguesia de Nossa Senhora do Remédios de Parati, em 1739, pelo padre João Velho Cabral e ordenado em São Paulo, com processo *de genere et moribus* existente no magnífico arquivo da Cúria Metropolitana;

2. Maria Rosa da Anunciação, que casou duas vezes: primeiro com José Martins Nogueira, português falecido em Cunha em 1776, inventariado em Guaratinguetá, homem rico e grande proprietário de terras, com geração da qual tenho notas que me foram gentilmente enviadas pelo distinto genealogista guaratinguetaense dr. Gastão de Meireles França. Viúva, passou Maria Rosa da Anunciação, ainda em Cunha, a segundas núpcias com o alferes Antonio Pires Querido Portugal, português, com grande geração espalhada hoje por todo o Estado. Uma das filhas de Maria Rosa, deste segundo casamento, foi Joaquina dos Anjos Querido, mãe de Maria Luiza dos Anjos Querido e avó materna de Isabel Perpetua de Marins, a qual, pelo seu casamento com Domingos Rodrigues Alves, português, foi a mãe do conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves. Espero ainda poder atribuir, a Maria Rosa da Anunciação, o simpático papel de elo entre o notável paulista e um grupo genealógico ao qual pertence Campos Sales - o dos Maciéis;

3. Antonio Alves de Oliveira, com 13 anos, em Cunha, em 1765;

4. Joaquina, que talvez seja a que casou com o capitão-mor Luiz Manuel de Andrade;

5. Capitão-mor José Alves de Oliveira, com 7 anos em 1765. Faleceu em Cunha, onde sempre residiu, em 1828, pela altura dos setenta anos. Foi casado duas vezes: a primeira, com Inez de Andrade e Silva, filha de José Borges dos Santos e Maria Miguel da Silveira. Retifico aqui o que afirmei, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XXXIII, pág. 250, nota 14, quando confundi Inez e Matilde Leonor Eufrosia de Moraes. Mas também não pude atinar ainda por que razão José Borges dos Santos assentou o nascimento de Inez e omitiu o casamento dela; ao passo que descuro o nascimento de Matilde Leonor e anotou-lhe o consórcio. Hoje sei que Matilde Leonor era irmã de Joaquim, da nota 24 do referido trabalho, ambos filhos naturais de José Borges dos Santos (e não de João Borges que, com a irmã Inez, foram os padrinhos desse seu irmão (torto)). Do casamento do capitão-mor José Alves de Oliveira com Inez de Andrade e Silva ficaram três filhos - José, Manuel e uma menina que nos recenseamentos está Ana. Casado por 1778 e já viúvo em 1789, o capitão-mor José Alves de Oliveira passou a segundas núpcias, ainda em Cunha, em 1804, no dia 7 de fevereiro, com Helena da Silva Rosa, irmã inteira de Inez de Andrade e Silva. Para casar com a cunhada, o capitão-mor pediu e obteve dispensa do bispo de São Paulo, d. Mateus, conforme o processo aqui arquivado, na Cúria Metropolitana. Deste segundo casamento ficaram descendentes - Maria, Carolina e Zarina (?).

---

<sup>2</sup> No prosseguimento dos meus estudos, encontrar-se-á a retificação deste parágrafo.

Encontrei recenseados em Cunha, em 1821, Manuel Alves de Oliveira, de 43 anos, casado com Inez de Andrade e Silva, de 31, e com os filhos - João, Maria, Zefirina, Feliciano e Jesuina. Pareceu-me que esta Inez era a filha do capitão-mor José Alves de Oliveira e de sua primeira mulher Inez de Andrade e Silva. Este nome, aliás, já era o da mãe de José Borges dos Santos, sogro do capitão-mor. Quanto a Manuel Alves de Oliveira, seria primo da mulher, talvez filho de Antonio Alves de Oliveira, atrás referido. Já pedi ao dr. Alfredo Casimiro da Rocha Filho, distinto filho de Cunha, que, quando na sua terra natal, de passeio, tivesse a bondade de verificar isso, por mim, o que decerto fará com boa vontade e a inteligência com que de outra vez já me serviu, numa pesquisa paroquial muito bem sucedida.

Assim, com essa conjugação de esforços, aos poucos, ir-se-ão esclarecendo as linhagens do Vale do Paraíba, assaz maltratadas pelos genealogistas mais antigos, como si o extremo leste de São Paulo devesse sistematicamente ficar fora da órbita de tais estudos...

Voltando a Inez de Andrade e Silva, a terceira do nome na família de José Borges dos Santos e Maria Miguel da Silveira (V, 510), tendo ficado viúva, transferiu-se para Queluz, onde já se achava o tio Alferes Carlos Pedroso da Silveira, agricultor no bairro do Ribeirão das Cruzes. Adquirindo propriedade agrícola, aí ficou Inez de Andrade, recenseada em 1833, com 46 anos e com dois filhos a mais, em relação à lista acima - José, de 8 anos e Manuel de 5.

Dado o curioso dato da persistência de nomes próprios nas famílias aparentadas, é lícito perguntar que relação teria a mãe de José Borges dos Santos (Inez de Andrade, Inez de Andrade e Silva) com suas homônimas do volume VI, da *Genealogia Paulista*, página 434 e do volume VIII, página 437, respectivamente, em títulos "Bicudos" e "Gaias".

#### IV

Em São Paulo sempre houve um certo pendor pelos estudos históricos. E isto explica o aparecimento, mais ou menos constante, de estudos locais, sob forma variada - livros folhetos, álbuns, almanaques, polianteias...

Em pontos vários do Estado, muitos estudiosos vão organizando suas pesquisas sobre as documentações que ainda se encontram: livros paroquiais, livros de câmaras municipais, autos de cartórios, papéis particulares e públicos, e outras. É de notar mesmo o carinho com que certos investigadores metem-se ao trabalho, procurando elucidar, à luz de documentos, todos os fatos relativos aos seu objetivo.

Tenho na minha estante, à mão, alguns interessantes produtos dessa tendência, que noto e dessa orientação, que com prazer constato. É uma lista de leitura agradável e instrutiva. Transcrevo-a:

- Ataíde Marcondes, 1907, *Pindamonhangaba. Apontamentos históricos, geográficos, genealógicos, biográficos e cronológicos*. Nova edição, 1922;

- Francisco Nardy Filho, 1928/1930, *A Cidade de Itú*, dois volumes;

- Padre Paulo Florencio da Silveira Camargo, 1925, *Notas para história de Parnaíba*;

- Dom Duarte Leopoldo e Silva, 1º volume 1916 e 2º volume 1937, *Notas de História Eclesiástica*;



- Cônego Luiz Castanho de Almeida, sob o pseudônimo de Aluisio de Almeida, 1938, *Sorocaba*, 1842;

- Emilio Augusto Ferreira, 1835, *Moji das Cruzes - Dados históricos e notas diversas*;

- Baltazar de Godói Moreira e Alcides Lages de Magalhães, 1936, *Marília - Cidade nova e bonita*;

- Julio da Silveira Sudario, 1938, sob o pseudônimo de Pais Leme Junior, *Breves notícias históricas sobre Itápolis*;

- Felix Guisaard Filho, 1938, série de volumes sob o título geral de *Achegas à história de Taubaté* e contendo, o I, matéria a respeito do fundador Jaques Felix; o II, dedicado ao convento de Santa Clara; o III, sobre o nome de Taubaté, Limites, Brasões e algo referente a Itacurussá; e o IV, índice de inventários e testamentos de ambos os cartórios de Taubaté. A série vai continuar. Assim, um VI, o VII e o VIII serão consagrados a uma antologia dos poetas taubateanos, a fatos da história de Ubatuba e ao mestre-de-campo, capitão-mor governador e ouvidor Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719);

- Hilton Federici, 1937, *esboço histórico de Cruzeiro*.

Eis uma pequena amostra do muito esforço que vai por aí afora, no sentido de dotar o território paulista de conhecimentos positivos em matéria histórica. Isso, porém, é quanto aos livros e folhetos, visando assunto determinado já pelo título da obra. Muita respiga aproveitável igualmente aparece sob a forma de Álbuns, entre os quais possuo o de São Carlos, organizado em 1916 por Franklin de Castro, cirurgião-dentista, com histórico bem desenvolvido da cidade, escrito pelo dr. Teodorico Leite de Almeida Camargo, sancarlense de nascimento.

Vejo também, perto de mim, alguns Almanques - dois de Campinas (1912, 1914), oferta simpática de amigo falecido, Luiz Manuel Schreiner; e um de Santo Amaro, de 1932, com que me presenteou um colega de turma e amigo. Não só nesse gênero de publicações, mas ainda em Poliantéias, quanta coisa digna de atenção! Um *Almanque da Província de São Paulo*, para 1873, iniciativa de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, prestou-me bastantes informações em assuntos genealógicos, e, para isso mesmo é que mo oferecera um parente delicado e prestante colaborador.

Antonio Paulino de Almeida, outro colega de turma, alto funcionário do Arquivo do Estado, consócio do Instituto Histórico, especializou-se em coisas do litoral paulista e escreveu duas coletâneas históricas, ainda inéditas, sobre São Sebastião e sobre sua terra natal - Cananéia. Quando impressas tais páginas de Antonio Paulino de Almeida, daí provirão, decerto, seguros informes, quanto à genealogia da orla marítima de São Paulo.

Esse esforço, ajuntado ao de idênticos pesquisadores, como, por exemplo, Benedito Pires de Almeida, de Tietê; cônego Luiz Castanho de Almeida, de Sorocaba, professor Francisco de Paula Santos e Dr. Gastão de Meireles França, de Guaratinguetá, vai adiantar muito aos que andam à cata de elementos para a reconstituição de antigas linhagens paulistas. E já não falo dos linhagistas de Barros, dr. Frederico de Barros Brotero, dr. Francisco de Assiz Cervalho Franco, tenente-cornel Salvador de Moya, dr. José Bueno de Azevedo Filho, dr. José Marcondes de Matos e outros (cujas obras não obtive); e também não preciso aludir aos eruditos colaboradores da excelente *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, em vésperas de um quarto volume. Merecem o nosso maior respeito e a nossa mais profunda gratidão esses esquadrinhadores todos, desde o mais modesto até as altitudes maiores onde a gente descobre, sem dificuldade, o nome de Américo Brasiliense Antunes de mou-

ra, o grande sabedor da genealogia paulista e o de Afonso de Escagnolle Taunay, pontífice máximo da nossa história e, por isso mesmo, quiçá, genealogista insigne.

Ora, ocorrendo, há pouco, o centésimo-quinquagésimo aniversário da passagem da freguesia de Nossa Senhora da Piedade à categoria superior de vila de Lorena, esperei que, ente as manifestações de júbilo da tradicional cidade do Paraíba, aparecesse um livro, um álbum, ou poliantéia, relativos aos fato. E si apareceu, ignoro-o.

A transformação de 16 de setembro de 1788, fazendo de Lorena a sede de extenso município, que abrangia o que depois se chamou Lorena, Piquete, Cachoeira, Cruzeiro, Pinheiros, Queluz, Sapé (Jataí), Areias, Silveiras, São José dos Barreiros e Bananal, é uma notável efeméride, que bem merecia tal espécie de monumento, Os manes de Olímpio Catão (de Lorena) parece estarem a reclamá-lo.

Como um número nas comemorações realizadas, em virtude da passagem da importante data, bem poderia ter sido publicada um história, de certo vulto, onde ao lado das curiosidades todas, da terra e da gente e das tradições, fossem também passados em revista os povoadores mais antigos, ao menos aqueles que pudessem ser colhidos através dos livros paroquiais e dos papéis de cartórios. Isto quanto aos povoadores anteriores a 1765, pois dessa época em diante há recenseamentos bem conservados, dos quais muito me tenho valido já, em pesquisas genealógicas referentes à zona.

Mas quantos problemas, atinentes mesmo às famílias de maior apresentação daquela terra! Domingos Bicudo Leme, casado com Clara Parente de Camargo... Quem são? Donde saíram para se fixarem em Lorena? Seria ele filho de Fernando Bicudo de Brito (VI, 443), falecido em Guaratinguetá em 3 de maio de 1688 e de Luzia Leme de Alvarenga (V, 217)? E ela, seria oriunda de Jerônimo Bueno (I, 514), e de Clara Parente (VIII, 283), como tudo parece indicar? E, neste caso, Clara Parente de Camargo talvez coubesse em título "Furquins", volume VI da Silva Leme, pág. 295-296.

Segundo cópia, que fiz, de apontamento tirado, pelo professor Francisco de Paula Santos, de autos existentes em Guaratinguetá, o casal Domingos Bicudo Leme-Clara parente de Camargo deixou os filhos:

- 1 - Maria, casada com Manuel Ferreira Pinto
- 2 - Filipa, casada com Manuel de Almeida
- 3 - Rosa, batizada em Guarulhos, a 20 de janeiro de 1718; com o capitão Bartolomeu de Amorim Ferreira
- 4 - Luzia, casada com Manuel Pereira de Castro (é o que está no original de onde transcrevi, mas trata-se, na verdade, de Luciana Leme de Camargo)
- 5 - Domingos Bicudo Leme
- 6 - João.

Luciana Leme de Camargo já andava pelos quarenta e poucos, ao ser recenseada, viúva, em Lorena, em 1766. A filha única, Ana Maria Pereira, contava, então, seus treze anos. Por 1777 Luciana havia passado a segundas núpcias, com Manuel Vieira Pontes. Quanto a Ana Maria Pereira, pelo seu consórcio com Manuel Domingues Salgueiro, lorenense, constitui-se tronco da grande e importante família lorenense, os Domingues Salgueiro-Pereira de Castro, hoje muito ramificada, com uma interessante árvore genealógica, de autoria do dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo, da família. Essa árvore (J. W. R., 3-1936) pode ser vista na Biblioteca Municipal de São Paulo, mas, pela dimensão do desenho, a parte histórico-genealógica fica difícil de ser examinada. É um trabalho artístico, minucioso, feito à luz de documentações existentes em Lorena, São Paulo, Portugal, que precisa, porém, ser traduzido em outra linguagem, ou melhor posto em nomenclatura genealógica, para facilidade do estudo daqueles ramos de uma linhagem digna de melhor conhecimento. Domingos Bicudo

Leme e Clara Parente de Camargo, paulistas de velha estirpe, paulistanos, talvez, que seriam, afinal, quanto à filiação?

## V

Na passada nota, fiz referência à contribuição valiosa que aos estudos históricos e genealógicos podem prestar as respigas aproveitáveis que por aí andam esparsas, em almanaques, álbuns, poliantéias... Muito de propósito deixei para hoje a menção do papel saliente que, em tais estudos, tem cabido, entre nós, brasileiros, à imprensa diária (jornais) e à periódica (jornais e revistas). Foi sempre costume, na nossa imprensa, veicular resultado de buscas em arquivos, de pesquisas históricas e genealógicas, havendo até, ao que parece, uma certa tendência, bem pronunciada, no sentido de incremento a esse gênero de publicações.

São, porém, jornais e revistas, bastante lidos, felizmente, e a facilidade com que levam a toda gente os artigos dos seus colaboradores, garantem um grau de publicidade compatível com as nossas condições culturais.

Menos divulgada, e, portanto, mais ingrata, quanto ao número de leitores, é a matéria inserta em páginas de, às vezes, bem coordenados almanaques, de cuja feitura não têm desdenhado homens de jornal, profissionais de imprensa. José Maria Lisboa, por exemplo, empreendeu publicações desse gênero, que ganharam fama.

Alguns almanaques são mais literários, outros mais geográficos, outros mais estatísticos, mas todos aqueles que trouxeram relações de habitantes, reconstituições de fatos históricos e reproduções de documento arquivados constituem fontes de pesquisas para o estudioso de genealogia.

Pretendi relacionar o que, em semelhante capítulo, encontrei nas bibliotecas daqui da capital e não achei tanto quanto imaginava. Publicando a presente lista, presto homenagem a esses operosos trabalhadores de vários pontos do nosso Estado pois só copiei o que se refere a São Paulo.

Na Biblioteca Municipal, na da Faculdade de Direito e na do Arquivo Público do Estado constam almanaques de:

1) Iguape, 1899, por Francisco Eduardo de Castro; 2) Itatiba, 1916, d'A *Reação*; 3) Jaú, 1902, por Joaquim A. Veiga; 4) Jundiaí, 1911, por Tibúrcio Estevão de Siqueira e João Batista de Figueiredo; 5) Nuporanga, 1903, por Aureliano Antonio da Silva; 6) São José dos Campos, 1905-1922, por Sebastião Pena da Câmara e Napoleão Monteiro; 7) São Sebastião do Tijuco Preto, 1888, pelo dr. Augusto Cesar e tabelião Sousa Franco; 8) Serra Negra, 1913, d'O *Serrano*; 9) Itú, 1910, por Francelino Cintra; 10) Casa Branca, 1904, por Luiz Soares Pereira; 11) campinas, 1912, por Benedito Otavio e Vicente Melillo; 12) Bragança, 1900, por Manuel de Camargo; 15) Rio Novo, 1888, pelo Dr. Augusto Cesar e Tabelião Sousa Franco; 16) Amparo, 1905, por Jorge Pires de Godói; 17) Jaboticabal, 1925, por Amorim Brenha; 18) Rio Claro, 1893, por Cândido Neves; 19) Lorena, 1882, pelo professor Olimpio Catão e Jerônimo Lorena; ;20) Santos, 1871, por Antonio Martins Fontes e Francisco Alves da Silva.

Esses os do interior, cuja coleção há de estar assaz incompleta. Na Capital editaram-se alguns *Almanaques da Província* e acredito que os existentes nas três aludidas bibliotecas também não formem coleção inteira. Esses, “da Província”, a princípio e, depois, “do Estado”, trazem bons capítulos sobre municípios do interior paulista, com infor-

mações desenvolvidas. Já falei no de 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Vejo ainda o de 1857, de Marques & Irmão, (impresso na tipografia de iniciativa ou propriedade de Jorge Seckler, de vários anos, continuados por Canuto Thorman, de que encontro um, de 1897, que me pareceu ser o último da interessante e útil série, E, nas três bibliotecas, supracitadas, nada mais.

Que se não iludam, entretanto, os que nunca se entregaram a estudos genealógicos, sobre a qualidade do material a recolher, no manuseio de almanaques paulistas, com o fito de estabelecerem suas linhagens, próprias ou alheias. O que se acha ali, por vezes, é a localização de ramos de famílias desgarrados de blocos centrais, e de que ninguém dava notícia. Outras vezes é a existência de listas nominativas onde o pesquisador hábil lobra a pontinha do véu que encobria o mistério, possibilitando alguma ligação desejada. Tudo assim, com um caráter vago, o que vale, mesmo dessa maneira, quando coisa mais positiva e clara se não descobre. Fato curioso se constata na ausência, quase sistemática, de dados genealógicos nas biografias que uma ou outra vez os autores da obra incluem nas suas páginas.

A parte histórica propriamente é, no gênero de publicações de que trato, mais ou menos bem aquinhoadas, aparecendo, com frequência, alguns estudos de história local, como sejam a fundação do lugar, certos acontecimentos memoráveis, algumas tradições interessantes, etc.

O almanaque de Lorena, de Olimpio Catão e Jerônimo Lorena, era bem feitinho, com suas biografias, listas de eleitores, de negociantes, de lavradores... Contudo, de balde procurará o pesquisador quaisquer informes sobre os povoadores da antiga freguesia de Nossa Senhora da Piedade, em terras de Guaratinguetá. Os Garcias Velhos, por exemplo. Quem eram? De onde vinham? Para onde foram?

Já em 1766, o recenseamento inicial trazia:

- Garcia Roiz Velho ..... 70 anos
- Maria Ribeira (Leme) ..... 60 “
- Filhas
- 1. Maria ..... 16 “
- 2. Ana ..... 13 “

E também, noutro ponto:

- Garcia Roiz Pais, de 36 anos, natural da Piedade, filho de Garcia Roiz.
- Garcia Roiz Velho, de 34 anos, natural da Piedade, filho de Garcia Roiz.

Eles a modo que andaram por Pitangui, Aiuruoca, voltando depois para Guaratinguetá e Lorena. Mas não são só esses. Há mais:

Lorena, 1777

- Martinho Garcia Velho, viúvo..... 85 anos
- Filhas
- 1. Rita ..... 50 “
- 2. Inacia ..... 47 “
- 3. Maria ..... 30 “

E continua o censo, em 1791, no Caminho Novo, município de Lorena:

- Henrique Rodrigues Velho ..... 60 anos
- Antonia Siqueira ..... 30 “
- Filhos
- 1. Salvador ..... 22 “
- 2. Manuel ..... 16 “
- 3. Inacia ..... 3 “

Mas essa gente passou também por Conceição dos Guarulhos (?), em cujo recenseamento, de 1765, se lê:

- Garcia Rodrigues Velho, casado com Maria.
- Garcia Rodrigues Pais, casado com Escolástica.
- Lourenço Garcia Velho, casado com Catarina.

E quem seria Henrique Rodrigues Velho, de 80 anos, em 1797, em Lorena? Era casado com Maria de Jesus, tinha filhas (Ana e Manuela) e morava onde hoje é Areias.

Garcia Rodrigues pais, casado com escolástica Maria, continua sempre recenseado em Lorena, contando já, em 1792, na região do Caminho Novo, muitos filhos: José, de 20 anos; Faustino, de 16; Constantino, de 14; Feliciano, de 10; Inacia, de 8; Gertrudes, de 6; Antonia, de 6. Seu irmão Garcia Rodrigues Velho, casado com Maria da Silva, também deixou prole numerosa: Francisco, de 12 anos, em 1783; Antonio, de 10, na mesma data; João , de 14, em 1792; Domingos, de 12; Garcia de 10; José, de 9; Marciana, de 16; Manuela, de 3; Escolástica, de 2.

Lourenço, irmão dos dois Garcias, veio casar em Guarulhos, onde os assentamentos paroquiais eram otimamente feitos, os melhores e mais minuciosos que tenho visto até hoje. Casou em 25 de maio de 1758, pelas 8 horas da manhã. O vigário, padre João Batista de Azevedo lavrou o termo, na página 19 do livro que, no arquivo da Cúria Metropolitana, recebeu o número 55. Lê-se: Lourenço Garcia Velho, natural da Piedade, filho de Gaspar (*sic*) Rodrigues Velho e Maria Leme, ambos da Piedade; neto paterno de Domingos Garcia Velho e Catarina da Rocha, da Piedade; neto materno de Lourenço Ribeiro e de Grácia.....

da Piedade. Tudo remotos lorenenses, mas eu não pude encaixar o Domingos Garcia Velho nos “Garcias Velhos” de Silva Leme. A mulher de Lourenço, nascida em Guarulhos, filha de Antonio do Prado de Siqueira e de Josefa Dias de Macedo, ambos também da freguesia de Conceição dos Guarulhos, provinha, com toda a certeza, dos primeiros povoadores do planalto. Prado, Siqueira são nomes que levam longe o espírito do pesquisador e Macedo, em Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, melhor ainda Dias de Macedo é descendência de João Ramalho.

Mas, voltando a Lorena, onde andarão os remanescentes desses velhos lorenenses, velhos paulistas e tão antigos Garcias Velhos?

## VI

O município de Guaratinguetá, durante as últimas décadas do século XVII e quase todo o século XVIII, abrangia área extensíssima, com inclusão do amplo território paulista que lhe fica a leste e boa porção de superfície mineira e fluminense.

Com as restrições advindas da fixação das raias das três zonas do centro sul brasileiro. Guaratinguetá começou a minguar. Mesmo assim ainda pegava seus mil

quilômetros quadrados e, com essa extensão aproximada, chegou a 1785, época em que se desmembrou Cunha, o antigo povoado do Facão.

Pouco depois, em 1788, Lorena é que ficou a sede do grande município lindeiro, relativamente a Minas e Rio de Janeiro. Lorena, por sua vez, em 1816, sofreu o grande corte imposto por D. João VI, com a criação do município de Areias (Areias, Queluz, São Francisco de Paula dos Pinheiros, São José dos Barreiros e Bananal), único município que El-Rei criou em território paulista.

Com esses desmembramentos, de 1816 em diante, Lorena achava-se apenas com a área que hoje tem, mais a do Piquetee, a de Cachoeira, a de Cruzeiro, a de Silveiras e a do Sapé de Silveiras (mais tarde Jataí).

Na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XXXVII de julho de 1937, página 4, há um quadro explicativo dos documentos oficiais, para as novas circunscrições administrativas. Esse quadro é introdução ao artigo que escrevi, na publicação referida, sob o título *Povoamento de Silveiras. Os Bicudo Leme. Um crimes horripilante*.

Convém insistir na fragmentação do território, efetuada em épocas diversas, para que um pesquisador de genealogia não se iluda, como sói acontecer, com as indicações de velhos documentos. Assim, por exemplo, quando num recenseamento de Ordenanças, de 1770, seja encontrado em Guaratinguetá um súdito “natural desta”, pode bem ser que seja de fato natural de território indicada em Lorena, como “natural desta”, é nascida e crescida em Areias (até 1816), em Bananal (até 1832), em Silveiras (até 1845), e assim por diante.

Relativamente a Silveiras, dizem os historiadores que foi denominada Silveiras, por causa de uma família Silveira, de Lorena, o que constitui afirmação errada, si se tomar o território com a divisão atual, que é mais ou menos a de 1845. Essa família Silveiras, de quem mais tarde tratarei, estavam de longa data fixados no bairro que, com o tempo, prevaleceu sobre o bairro do Ventura, e prevaleceu a tal ponto que, ao ser elevado o território a freguesia, ganhou esta o nome de freguesia dos Silveiras, continuando o bairro do Ventura na sua modesta posição de bairro, da qual não saiu até hoje.

Ainda sobre Silveiras faz-se precisa uma observação. O município foi criado, por desanexação de Lorena, em virtude da lei provincial número 12, de 28 de fevereiro de 1842. A revolução paulista de junho-julho de 1842, entretanto, impediu que se efetivasse o dispositivo da lei provincial número 12. O que houve, de fato, nesse ano, depois de vencidos os liberais, foi o decreto de 17 de junho de 1842, desligando, provisoriamente, da Província de São Paulo, Bananal, Areias, Queluz, Cunha, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá...

A lei número 34, de 15 de março de 1844, dispôs que a freguesia dos Silveiras (a lei número 12 ainda não havia sido executada) passasse para a vila de Areias. Mas, essa lei número 34 nunca foi cumprida. No Arquivo Público do Estado, sala número 9, existe um maço 287-A, 1841-1850, de Lorena. Aí estão arquivadas as provas do não cumprimento da lei 34.

Em ofício de 3 de junho de 1844, a Câmara de Lorena acusa o recebimento da portaria do Presidente da Província, enviando cópia da Lei Provincial número 34, de 15 de março desse mesmo ano. Em ofício de 20 de setembro, também de 1844, a Câmara Municipal de Lorena comunica ao Presidente da Província a eleição da Câmara Municipal de Silveiras, remetendo a cópia da ata respectiva. Pode-se ler essa ata que aqui se acha, no maço 287-A, atrás indicado. Está bem claro que se trata da eleição dos vereadores da Câmara Municipal da Vila dos Silveiras, eleição essa feita segundo as instruções. Não achei tais instruções. A ata está assinada pelos vereadores de Lorena: padre Manuel Teotonio de Castro,

Joaquim Guedes de Castilho, Ângelo Bento Pereira, José Cunha; foi lavrada por Benedito José Gonçalves Neto, secretário da Câmara de Lorena. Ainda se encontra, com os documentos já citados, o ofício do juiz municipal suplente de Lorena, Justino José de Lorena, com a data de 6 de novembro de 1844, recusando-se a cumprir uma requisição do seu colega de Areias, do dia 4, baseado em três argumentos que resumo: 1º - por haver sido de 1842 o decreto imperial que reuniu o termo de Silveiras a Lorena; 2º - pela ordem do Presidente da Província, para que a Câmara de Lorena efetuasse a eleição da de Silveiras; 3º - por se achar nomeado o dr. Benedito José de Araujo, para juiz municipal de Areias e Queluz e o dr. Carlos Ilidro da Silva para juiz municipal de Lorena e Silveiras.

Vê-se, pois, que o próprio governo da Província nenhum empenho manifestou no cumprimento da lei 34, de 15 de março de 1844 e, dessa maneira, a 6 de janeiro de 1845, instalou-se o novo município de Silveiras, resultante da freguesia dos Silveiras, de 1830, esta, por sua vez, consequência do bairro dos Silveiras.

Ficam, porém, os Silveiras para outra nota. Já que falei, na anterior, a respeito dos Garciais Velhos, de Lorena, caberá hoje a vez aos Vieira, Jácome, Machado, Fajardo, que se encontram,, a cada passo, nos velhos recenseamentos de Ordenanças da freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

Não é necessário ser muito perito em genealogia, para perceber logo, nesses elementos, traços dos “Maciéis”, catalogados em Silva Leme, no volume VIII. Aí, nesse capítulo, lerá o pesquisador que João Maciel, natural de Viana, Portugal, estava já em São Paulo, em 1570, o que Américo de Moura não contesta, no seu magnífico trabalho *Os povoadores do Campo de Piratininga*, em *Revista do Arquivo Municipal*, volume XXV, de julho de 1936. Uma filha de João Maciel, Ana Maciel, contraiu núpcias com d. Jorge de Barros Fajardo, fidalgo Galego. Daí nasce Catarina de Barros, consorciada primeiro com Sebastião Coelho Barradas e depois com o açoriano Domingos Machado Jácome, da Ilha Terceira. Catarina deixou, do primeiro casamento, as filhas Maria Carneiro e Ana da Fonseca, sem geração esta. E, do segundo matrimônio, os filhos:

3 - Domingos Machado Jácome, casado com Margarida de Oliveira;  
4 - João Machado Jácome, casado com Beatriz de Unhate (moravam em Taubaté);

5 - Francisca Vieira, casada com José Dias;  
6 - Frei Antonio da Purificação (de que ordem?);  
7 - Catarina, com 20 anos, solteira, em 1668;  
8 - Manuel Vieira de Barros, casado com Ana Dias e depois com Isabel Pedroso. Era homem rico, residia em S. Paulo e fundou o recolhimento de Santa Teresa, para o qual cedeu o terreno de três casas de sua propriedade, situadas no local onde foi construído dito recolhimento. É o terreno onde hoje estão o edifício da Cúria Metropolitana e mais alguns prédios da vizinhança, levantados depois que se transferiu o Convento, para a Penha, primeiro e ultimamente para as Perdizes;

9 - Luzia Machado, segunda mulher do capitão Antonio Bicudo Leme, o “Via-Sacra”, fundador de Pindamonhangaba;

10 - Isabel Vieira, casada com Domingos Coutinho e depois com Domingos de Sousa;

11 - Pedro Jácome Vieira, casado com Maria da Silva;

12 - Inacio Vieira, casado com Maria Rebelo.

Desses casais saiu imensa geração, a que forçosamente devem pertencer:

1 - Inacio Machado Jácome, (Inacio Vieira Jácome, mais tarde), com 35 anos, em Lorena, em 1765m casado com Ana Nunes, de 25, e com os filhos Maria, de 7 anos; José, de 5 e Inacio, de 1 ano;

2 - João Vieira Jácome, em 1775, casado com Leonor de Morais, ele com 80 anos e ela com 63;

3 - Inacio Vieira, em 1780, de 50 anos, casado com Jerônima de morais, de 30, tendo na sua casa a sobrinha Catarina, de 10 anos e o irmão Germano Álvares, de 25;

4 - Salvador Machado Fajardo, em 1780, com 55 anos, casado com Maria Furtado, de 44 anos e com os filhos: Daví, de 11 anos; Rafael, de 10; Ana, de 23; Teresa, de 20; Catarina, de 18; Maria, de 17; Gertrudes, de 15; Quiteria, de 8 e Isabel, de 6;

5 - José Machado Jácome, depois José Machado Fajardo, casado com Maria Pais, recenseados em 1782, ele com 40 anos e ela com 27 e com os filhos: Gabriel, de 5 anos; Ana, de 8; Maria, de 4; Francisca, de 1. Esse mesmo casal, em 1808, aparece com os filhos Gabriel, de 31 anos e Hilaria, de 20.

O casal Inacio Vieira Jácome-Ana Nunes, do qual primeiro se falou, recenseado em 1780, apresenta nove filhos; José, Inacio, João, Maria, Maria, Ana, Gertrudes, Quiteria, Rosa.

Como seria interessante, para a história das famílias paulistas, a ligação desses ramos todos, esparsos, aos seus troncos primitivos, catalogados em “Maciéis”, da *Genealogia Paulistana* do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme! E como Lorena teria, com essas ligações genealógicas, esclarecidas tantas coisas relativas aos seus povoadores, ao seu povoamento e à dispersão da família lorenense, que se processou quando da abertura do “Caminho Novo, que vay da Freguezia de Nossa Senhora da Piedade, para o Rio de Janeyro”!

## VII

Uma das ilustrações freqüentes nos que não prestam atenção aos problemas de genealogia é o caso dos nomes de família, ou melhor dos cognomes. Um indivíduo chamado Silva, por exemplo, nome pelo qual houve sempre grande predileção entre nós, supõe que esse cognome é propriedade exclusiva dele e de todos os seus antepassados, que forçosamente também haviam de se chamar Silva. Esquecem, esses maus raciocinadores, de que qualquer um de nós tem dois pais, quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, trinta e dois tetravós, sessenta e quatro pentavós e... onde irá a contagem, lá pela décima cada da ascendência?

O sistema português antigo não deixava de ser assaz curioso e até útil, no tocante a nomes para os rebentos de um casal. Os filhos assinavam de maneira a manter uma certa tradição na família e tradição às vezes remota. Assim, pois, é o comum, em cada lar, até data bem próxima, haver filhos de nomes inteiramente diferentes. Bartolomeu Pais de Abreu, por exemplo, notável paulista, é irmão inteiro de Pedro Dias Raposo, Estevão Raposo Bocarro, João Leite da Silva Ortiz, Diogo de Escobar Ortiz, Bento Pais da Silva, Inez de Oliveira Cotrim, Verônica Dias Leite, Isabel Pais da Silva, Catarina de Oliveira Cotrim, Antonia Requeixo de Peralta, Leonor Correia de Abreu (S. L., *Genealogia paulistana*, II, 469).

As filhas, em geral, assinavam cognomes maternos. Antonio Preto, povoador quinhentista, deve forçosamente ter sido casado com alguma Antunes, porque os homens da família são José Preto, João Preto, Manuel Preto, Sebastião Preto, Inocencio Preto e a mulher, irmã deste, é Domingas Antunes. Na família, que muito bem conheço, do Alferes Carlos Pedroso da Silveira (1763-1834), casado em Cunha (Facão) em 1787, com d. Ana Antonia de Viveiros (1765-1830), os filhos chamam-se João Carlos Leonel, Antonio Possidonio do Espírito Santo, José Carlos Epifanio da Silveira, Luiz Antonio da Silveira, Jeremias Carlos da Silveira, Manuel Carlos da Silveira e, as filhas, Maria Rita de Viveiros, Francisca Rita de Viveiros e Ana Bárbara Profetisa de Viveiros.



Deste últimos, Antonio Possidonio do Espírito Santo casou em Cunha, aos 15 de fevereiro de 1819, com Dina Eufrasia de Camargo, filha do capitão Antonio José de Camargo e primeira mulher Ana Luiza do Amaral. Ora, os filhos de Antonio Possidonio do Espírito Santo e Dina Eufrasia vão se chamar Benedito Carlos da Silveira, Antonio Carlos da Silveira, João José Lopes de Camargo...

Lopes de Camargo? Porquê? Eis uma boa pista. Um irmão de Dina Eufrasia, Adriano, deixa também geração de Lopes de Camargo: José Lopes de Camargo, de Queluz, amigo de meu pai, homem bom que me tratava muito bem, nos meus tempos de menino, quando residia na terra do padre José Rebouças da Palma. Lopes de Camargo é descendência de Fernando de Camargo Ortiz, que foi casado com Joana Lopez (S. L., I 180). Toca a procurar a ligação do meu amigo José Lopez de Camargo, vulgarmente “José Adriano”, por ser filho de Adriano, com o casal Fernando de Camargo Ortiz-Joana Lopez. Foi difícil, mas descobri.

Os recenseamentos de Cunha apenas diziam e dizem: “Capitão Antonio José de Camargo, natural de São Paulo, negociante”. Depois de muita tentativa, de muita busca, um dia achei no livro do 2º Batalhão de Milicianos de S. Paulo e arredores, nas últimas páginas: “Antonio José de Camargo, filho de Francisco Lopes de Camargo, natural desta Cidade, idade de 28 anos, altura ordinária, olhos pardos, cabelos pretos, sentou praça a 13 de Janeiro de 1798. Cavallo ruzilho colonia. Desertou, e como tal não compareceu na Revista de S. Excia., de 3 de Junho de 1798. Ignora-se o lugar”.

Ora ais está. Antonio José de Camargo sentou praça de miliciano aqui e, quatro meses depois, verificando que não tinha jeito para semelhante serviço, abandonou a função e foi ser negociante em Cunha, onde casou, ganhou prestígio, teve o posto de Alferes de Ordenanças e logo depois o de capitão, com o qual morreu, em Guaratinguetá, casado segunda vez.

Mas, a *Genealogia Paulistana*, em título “Camargos”, página 181, só enumera, para o casal Francisco Lopes de Camargo - Maria Cardoso da Silveira de Melo Coutinho, três filhos - Cipriana, Manuela e Francisco da Silveira Camargo... Foi preciso recorrer aos recenseadores de Ordenanças da capital e, então, no bairro de São Miguel, encontrei não três filhos e sim dez: 1 - Cipriana, 2 - Gertrudes, 3 - Antonio, 4 - Manuela, 5 - Ana, 6 - Francisco, 7 - João, 8 - Luiz, 9 - Inacio, 10 - Maria.

Desses filhos, também o Luiz, Luiz Antonio de Camargo, passou a morar em Guaratinguetá, onde, em 1826, foi apontado como “Professor Luiz Antonio de Camargo”, que se ocupava de farmácia, bem como seu irmão Antonio José de Camargo, capitão de Ordenanças (Ver *revista do Arquivo*, volume XXX, dezembro de 1936, página 96, em trabalho que aí publiquei sob o título *Guaratinguetá de cento e onze anos atrás*).

Luiz Antonio de Camargo, que casou em Guaratinguetá, em 1815, com Maria Silvéria Romeiro, filha de Lourenço Leme Barbosa, faleceu nessa localidade, em 1850, e deixou geração de Lopez de Camargo, segundo me informa o erudito pesquisador guaratinguetaense dr. Gastão de Meireles França. Uma das filhas de Luiz Antonio e Maria Silvéria vem a ser a mãe do dr. Frederico José Cardoso de Araujo Abranches, que foi político paulista e docente de direito romano na Faculdade daqui, pela qual se formara em 1877. Como se sabe, o dr. Abranches foi aposentado pelo decreto de 17 de junho de 1903, ratificado pelo de 21 de julho, sendo a vaga ocupada pelo dr. Reinaldo Porchat, substituto da 1ª secção, nomeado a 21 de julho e empossado a 27.

Voltando ao capitão Antonio José de Camargo, negociante em Cunha e, depois, boticário, como seu irmão, em Guaratinguetá, teve, da primeira mulher Ana

Luiza do Amaral, os filhos - 1, Umbelino; 2, Honorio; 3, Antonio; 4, José; 5, Prudencio; 6, João; 7, Lino; 8, Dina; 9, Liduina; 10, Emilia; 11, Adriano, este nascido por 1818. O primeiro casamento do capitão Antonio foi em Cunha, por 1801. Viúvo, passou ele a novas núpcias, em Guaratinguetá, com Antonia Maria Rangel, a qual faleceu em 1826, não ficando descendência deste segundo e último matrimônio do capitão Antonio José de Camargo. Quanto aos gênitos do primeiro, encontrei que: - Dina Eufrasia casou em Cunha, em 15 de fevereiro de 1819, com Antonio Possidonio do espírito Santo, filho do Alferes Carlos Pedroso da Silveira e d. Ana Antonia de Viveiros, como acima já foi explicado. Com geração em Queluz, na qual se conta o dr. João Batista Ferreira, ex-deputado estadual;

Liduina casou em Queluz, em 20 de janeiro de 1823, com Manuel Carlos da Silveira, irmão de Antonio Possidonio. Sem descendentes;

Lino José de Camargo casou em Guaratinguetá, em 1827, com Antonia Maria de Jesus. (S. L., III, 70, 7-5, 8-1);

José Antonio de Camargo casou em Guaratinguetá, em 1836, com Antonia Maria de Jesus. (S. L., III, 65-66, 7-7).

Adriano casou, provavelmente em Queluz, onde lhe conheci o filho, já citado, José Lopes de Camargo, em atenção a cuja bondade para comigo empreendi a pesquisa para a ligação deste ramo de Lopes de Camargo, aos seus troncos catalogados já na *Genealogia Paulistana*.

Vê-se, facilmente, como está incompleta a minha lista. Em onze filhos, apenas se me depararam cinco casamentos. Conto com a boa vontade de quem tiver elementos para tanto, no sentido de ir-se integrando esta geração de Camargos do Vale do Paraíba, melhor ainda de Lopes de Camargo, de Queluz, Guaratinguetá e Cunha.

Neste caso se evidencia a vantagem do antigo sistema português de reviver, através da prole, os cognomes avoengos. Não fosse aparecer, em netos e bisnetos de Francisco Lopes de Camargo e Maria Cardoso da Silveira de Melo Coutinho, o Lopes de Camargo indicativo, e seria a pesquisa muito mais difícil, sem resultados positivos talvez.

No trabalho que publiquei, na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume XXXV, sob o título *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, em uma das filhas do capitão Manuel Lopes Figueira e de Joana da Silva, sua mulher, aparece o cognome Bicudo - Florencia da Silva Bicudo, que é a que foi casada com Nicolau Monteiro. Esse cognome, embora em uma só das filhas do prolífico casal, torna-se indício precioso para a ligação de Joana da Silva aos "Bicudos", do volume VI, do genealogista de Bragança. E, como esse, muitos outros casos mais, que examinarei devagar, em notas futuras.

## VIII

Dos nomes mais notáveis na história taubateana avulta, sem dúvida, o de Carlos Pedroso da Silveira, guarde-mor, provedor real da fazenda de Taubaté, provedor dos quintos de Parati, 25º Capitão-mor e ouvidor de Capitania de Itanhaem, mestre-de-campo do terço das minas e governador das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá.

Benedito Calisto, artista dobrado de historiados, no volume XX (1915), da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, dá uma boa notícia sobre o grande paulista nesta cidade de José de Anchieta, pelos anos de 1664, sendo filho de Gaspar

Cardoso Guterres e de d. Gracia da Fonseca Rodovalho, neto paterno de Luiz Nunes Guterres e de d. Maria Miguel DA SILVEIRA e neto materno de d. Simão de Toledo Piza e de d. Maria PEDROSO.

Em modestos trabalhos, na sobredita *Revista*, volumes XXX, XXXI e XXXIII, procurei elucidar assuntos que se prendem a Carlos Pedroso da Silveira, a respeito do qual o dr. Felix Guisard Filho pretende publicar, proximamente, um volume da sua interessante e útil *Biblioteca Taubateana de Cultura*, que vai saindo a título de *Achegas à história de Taubaté*.

Também no *Correio Paulistano*, de 17 de agosto de 1934, em artigo sob a epígrafe *Povoamento do solo paulista - Leopoldo da Silveira e Sousa, povoador de terra do Facão (município de Guaratinguetá)*, tentei esclarecer fatos a respeito de Carlos Pedroso da Silveira, como resposta, modestíssima, aliás, a sérias falhas de um livro do brilhante escritor Paulo Setubal, que não só chamou, ao notável paulista, “raposo e matreiro”, exagerando um já demasiado “finório”, de Pandiá Calógeras; como ainda lhe trocou a família, atribuindo-lhe o cognome Siqueira, que era o de Bartolomeu Bueno, filho de Lourenço Siqueira de Mendonça e de Maria Bueno (S. L., VII, 503).

Como se sabe, a figura de Carlos Pedroso da Silveira, aparece na questão do descobrimento do ouro, unida à de Bartolomeu Bueno de Siqueira e à do concunhado de Bueno, Antonio Rodrigues de Arzam (S. L., VII, 318). Estes dois últimos eram genros de Fernando de Camargo Ortiz e de Joana Lopes (S. L., I, 191), tronco dos Lopes de Camargo a que aludi na minha nota anterior, e tais casamentos talvez possam explicar tantos Lopes de Camargo pelo território das recém-descobertas minas auríferas, tão avidamente exploradas. O coronel Tomaz Lopes de Camargo (S. L., I, 245), foi mesmo um dos fundadores de Ouro Preto.

A descendência de Carlos Pedroso da Silveira espalhou-se por São Paulo e Minas Gerais e nunca houve quem cogitasse em a reunir numa obra genealógica de certa amplitude. Se a genealogia da parte paulista da família apresenta-se incompletíssima (S. L., V, 507/513; V, 431/432; III, 130/135; VIII, 58/59; e algures), que dizer então com referência aos que ficaram além-Mantiqueira, onde as lucubrções desse gênero agora é que começam a surgir, como disso é o exemplo sugestivo o esforço de Artur Vieira de Rezende e Silva, na sua *Genealogia dos fundadores de Cataguazes*, Rio, 1934, já em nova edição ampliada, com o título de *Genealogia Mineira*, da qual apareceram dois volumes, um em 1937 e outro em 1938, trabalho gráfico da Imprensa Oficial do Estado de Minas?

Outro belo exemplo ressumbra no *Esboço Genealógico da Família Sousa Meireles*, de Olimpio Meireles dos Santos, 1937, volume saído da Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”.

Dispersa a família de Carlos Pedroso da Silveira, pelo assassinio do chefe em 1719, talvez só com dificuldade extrema e em tempo assaz longo seja possível apresentar uma genealogia aceitável desse grupo humano. As lacunas se deparam a cada passo. Para que zona terá isso a viúva, d. Isabel de Sousa Ebanos, “da família grave dos Botafogo”, do Rio de Janeiro, por descender de Heliodoro Ebanos, casado, com filha de João de Sousa Pereira Botafogo, genro este do capitão manuel da Luz de Escocia Drummond, o qual, por sua vez, provinha dos Drummond, senhores de Stobhall e Cargill, do Condado de Perth, na Escócia?

Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve dona Isabel de Sousa Ebanos, nem de seu neto Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, do qual diz Pedro Taques, que fora para Paracatú, ali constituindo família. E que é da geração de Gaspar Guterres da Silveira, primogênito do casal Carlos Pedroso da Silveira - dona Isabel de Sousa Ebanos, habilitado

*de genere* em São Paulo, em 1705 (Arquivo da Cúria Metropolitana); irrequieto e às voltas com a polícia do conde de Assumar,, em Pitanguí, em 1719, já casado; com referência em Pedro Taques, de haver falecido “em posto de sargento-mor, na freguezia de Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, e jazer sepultado na Capella de São Gonçalo, filial da mesma matriz”?

Lendo agora, no jornal *O Estado de São Paulo*, edição do dia 6 do corrente mês de julho, um lindo discurso proferido em Campanha, pelo advogado dr. Nicolau Navarro, em saudação aos que daqui partiram para a “Volta das Estâncias Aquáticas”, ao meu espírito surgiram cenas referentes ao velho Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, onde assistiam tantos descendentes de dom Simão de Toledo Piza e de dona Maria Pedroso. Núcleo de Toledos Pizas, talvez fosse essa precisamente a razão de para aí se transferir Gaspar Guterres da Silveira, bisneto de dom Simão e de dona Maria Pedroso e primo, portanto, do capitão-mor dom João de Toledo Piza Castelhanos (S.L., V. 447) a que alude o dr. Nicolau Navarro, que me pareceu ser um entusiasta dos estudos históricos relativos a Campanha da Princesa.

Baseado nesta convicção, daqui envio pedido ao dr. Nicolau Navarro, para que me ajude a esclarecer caso interessante, sobre o qual formulei hipótese já publicada, mas não tão divulgada como precisava ser. Um dos descendentes mineiros de Carlos Pedroso da Silveira foi o sargento-mor Estanislau da Silveira e Sousa (S. L., V, 512, 3-1), que casou na freguesia de São Caetano, e deixou geração de oito filhos, entre os quais um de nome José. Será este José o dr. José da Silveira e Sousa, que advogaca em São João d’El Rei e aí casou com dona Maria Josefa Bueno da Cunha?

O resto já transparece. De José da Silveira e Sousa e dona Maria Josefa Bueno da Cunha, originários de família paulista, segundo a tradição, nasce Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, que, pela minha hipótese, vem a ser trineta ou terna de Carlos Pedroso da Silveira e de dona Isabel de Sousa Ebanos. Seria ela bisneta de Maria Pedroso da Silveira, que foi casada com Francisco Álvares Correia (que S. L. diz Francisco Álvares de Castilho, em V, 512, 2-4).

Dirigi-me, a respeito, ao meu prezado professor de 1899, aqui em São Paulo, na rua do Arouche, onde morava e dava aulas - o eminente historiador Basilio de Magalhães, o qual me respondeu achar engenhosa a hipótese e que, ao seu tempo, iria a S. João d’El Rei, para elucidar o caso.

Escrevi a Arí Florenzano, de Lavras, escarafunchador de arquivos paroquiais mineiros e, sobre o assunto, esclareceu-me que o de São João d’El Rei andava na posse do senhor Samuel Soares de Almeida, hoje residente na Capital Federal. Sempre adiantou um bocado.

Também do senhor José Alberto Pelucio, pesquisador paciente e consciencioso de Baependí, em 13 de agosto do ano passado (1938) recebi carta, da qual destaco os seguintes trechos:

“A hipótese que aventou, sobre Barbara Heliadora, é interessante e verossímil. Entre os descendentes de Alvarenga Peixoto, aponta o amigo o de nome João Evangelista, que foi professor de latim na Campanha, tendo deixado dois filhos - José e Maria, esta casada com Damaso Xavier de Castro. Este nome o encontro entre os sargentos-mores de Baependí, onde teve um posição social de destaque. Ao estourar a revolução de 1842 fora, pelos revolucionários, demitido do posto que ocupava no 1º batalhão de Baependí; enviou, então, ao presidente aclamado, José Feliciano, um ofício cheio de energia e humorismo. Sua atuação, naqueles longínquos acontecimentos, merece registro. O sogro de Damaso Xavier, em seu trabalho, em com o nome de João Evangelista Damasceno de Alvarenga; LI,

ENTRETANTO, EM O Nº 89 DO “SUL DE MINAS”, DE MARÇO ÚLTIMO, EDITADO NA CAMPANHA, UM TRABALHO SOB O TÍTULO “A INTERDIÇÃO DE JOÃO EVANGELISTA DA SILVEIRA ALVARENGA”. Como se vê, aqui o “Silveira” substitui o “Damasceno”. Era ele casado com d. Thereza Jesuina do Sacramento, segundo a publicação da folha referida”.

No meu trabalho (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXI, páginas 104 a 107), o que dei sobre a geração de Inacio José de Alvarenga Peixoto foi tirado do excelente livro do de. Lucio José dos Santos, *A Inconfidência Mineira*. Aí informa o erudito polígrafo que Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira morreu tuberculosa, aos 24 de maio de 1819, em São Gonçalo do Sapucaí, aos sessenta anos de idade. Teria, portanto, nascido em 1759. Já li que havia contraído matrimônio em 1778, ainda na casa dos dezenove, vê-se.

Aos meus argumentos já expendidos (*opus cit*) juntem-se os indícios fornecidos pelo fato de ser São Gonçalo do Sapucaí uma terra procurada por descendentes de Carlos Pedroso da Silveira e dona Isabel de Sousa Ebanos, e pelo fato também de ser a Campanha do Rio Verde de Santo Antonio do Val da Piedade uma espécie de capital mineira de todo um ramo de Toledos Pizas, grupo genealógico a que pertencia o mestre-de-campo tão friamente assassinado em Taubaté, em 1719.

Porque é a hipóteses mais simpática, acredito que ainda existam documentações, máxime livros de paróquia, em cujas velhas páginas, talvez carcomidas e apagadas, se possa ler o termo de casamento dos pais de Bárbara Heliadora, pois afinal não é coisa tão antiga, como à primeira vista aparece: andarà o registro aludido por 1758, suponho. Ora, Arí Florenzano, de Lavras, asseverou-me que os papéis paroquiais dessa cidade mineira estão completos e perfeitos, desde o início, em 1720. Será uma curiosa exceção, Lavras, com seu magnífico arquivo paroquial?

## IX

Há duas obras notáveis de genealogia, escritas no século XVIII, dignas de melhor conhecimento por parte dos apreciadores desse gênero de atividades espirituais. São as de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, *ORDINIS FRATRUM MINOTUM*, e de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca. Referem-se ambas ao Norte do Brasil.

Intitula-se a primeira *Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurús na Baía, tirado de memórias, manuscritos antigos e fidedignos, autorizados por alguns escritores*. Como se sabe, frei Antonio de Santa Maria nasceu na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, em Pernambuco, pelos anos de 1695 e faleceu entre 1763 e 1765. Era religioso franciscano-menor desde 12 de dezembro de 1717, segundo a notícia colhida no *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, do médico baiano Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, I Volume, Rio, Imprensa Nacional, 1883.

O original do trabalho do paciente franciscano pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e consta, ao que parece, de 546 páginas. O Instituto publicou o *Catálogo genealógico*, na sua *Revista*, volume LII, (1889), abrangendo as páginas de 5 a 484 (com índice e anexo, até 497). Não sei com que intuito frei Jaboatão juntou, aos seus dados genealógicos de verdade, um capítulo que me pareceu facecia - a genealogia dos Fialhos, a respeito da qual a comissão de redação da *Revista* assim se exprime: “Esta genealogia fabulosa dos Fialhos parece aqui inserida como crítica jocosa do autor aos amantes de origens

obscuras dadas as famílias, que se julgam enobrecidas, quando buscam em tempos remotos o princípio da sua prosapia”.

A outra obra notável de genealogia do Norte é a *Nobiliarquia Pernambucana*, de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, nascido em Recife a 16 de fevereiro de 1718 e falecido em Olinda, aos 9 de abril de 1786, filho do mestre de campo português Antonio Borges da Fonseca e d. Francisca Peres de Figueiroa, pernambucana. Os originais pertencem ao Instituto Arqueológico de Pernambuco, que os recebeu do Mosteiro de São Bento de Olinda, legatário, e formam quatro cadernos respectivamente com 517, 585, 633 e 559 páginas.

Já havia começado a dispersão dos manuscritos de Borges da Fonseca, quando a Biblioteca Nacional, com auxílio de cópia do arquivo do recém-falecido Barão de Studart, conseguiu dar na íntegra o trabalho, em 1925-1926, nos volumes XLVII e XLVIII, dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Não satisfeita ainda, com essa divulgação, a Biblioteca, pela sua ilustrada direção, organizou dois volumes, em separata, da aludida *Nobiliarquia Pernambucana*, volumes esses publicados no Rio de Janeiro, 1935, em edição de quinhentos exemplares. Vê-se, no empreendimento simpático, a ação de Rodolfo Garcia.

O *Catálogo genealógico e a Nobiliarquia Pernambucana*, são como se depreende logo, do exposto, dois importantes esforços do século XVIII, contemporâneos, afinal, dos do nosso Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777). Pelo destino da obra detes, dispersada sem remédio, foi ele, decerto, o sem-ventura das trindade de linhagistas brasileiros daquelas eras setecentistas. Para o estudo desse nosso afamado e ainda mal conhecido pesquisador, o melhor que há a fazer é uma boa leitura do trabalho de Afonso de Escragnonle Taunay, *Pedro Taques e seu tempo (Estudo de uma personalidade e de uma época)*, 1921, tomo primeiro dos *Anais do Museu Paulista* (1922).

No seu zelo incansável pela história paulista, Afonso de Escragnonle Taunay, de colaboração com Augusto de Siqueira Cardoso, já falecido, fez sair um primeiro volume de edição nova da *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques, em tomo especial, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1926, Imprensa Nacional. O prefácio desse volume é também um belo estudo da personalidade do nosso linhagista.

Já consultei, com grandes esperanças, a *Nobiliarquia Paulistana*, do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme.

O dr. Taunay, em documentados estudos já impressos (*Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXII, abril, 1936; *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo sétimo, 1936) trata desenvolvidamente desse notável paulista, até hoje desligado dos troncos paulistas mais antigos, a que pertence sem a menor sombra de dúvida. Ainda sobre Moraes Navarro convém ler Basilio de Magalhães, na sua *Expansão Geográfica* (2ª ed. 1935).

O autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas* refere-se a dois irmãos de Manuel Álvares de Moraes Navarro: José de Moraes Navarro, seu lugar-tenente e frei Antonio de Jesus, franciscano, capelão do terço em operações no Norte e incorporado às tropas “por ser grande língua dos índios”. Era, o religioso, conventual de Santo Antonio do Rio de Janeiro. E, precisamente nas páginas 231 e 232 da obra citada, mencionada os casamentos de Moraes Navarro, um em São Paulo e dois em Pernambucano, transcrevendo apontamentos do barão de Studart.

Outrossim, baseado em Studart e em Borges da Fonseca, Taunay tem oportunidade de indicar duas variantes do nome do pai de Manuel Álvares de Moraes Navarro - MANUEL ALVES MOSELLO e MANUEL ALVES MACEDO. Tenho observado, quanto ao Alves, muito comum, na nossa onomástica, provir ele tantas vezes de Álvares, visto

como os antigos diziam ALVRES, e escreviam ALZ. Com estas abreviaturas, facilmente o Álvares virara Alves. Daí o engano notado nas duas maneiras acima, para o nome do progenitor do grande sertanista de S. Paulo.

Relativamente ao cognome Macedo, deve ser erro de cópia, provavelmente de um apagado Mosello e esta forma seria má escrita de Murzelho, pois o notável paulista era filho de Manuel Álvares Murzelho e de Ana Pedroso de Morais, gente de S. Paulo. Nada obtive, na leitura da *Nobiliarquia Pernambucana*, para esclarecimento do que desejava. Nem lá, nem em outras publicações do Norte, que achei aqui: *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*; *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, de Sebastião de Vasconcelos Galvão; *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, de Vicente de Lemos; *Pontos de História Pátria*, de João de Lira Tavares. O volume segundo da *Revista do Arquivo Público Mineiro* também nada adianta, para o meu ponto-de-vista.

O cognome Murzelho sempre me pareceu ser o mesmo Murzilho que se encontra na *Genealogia Paulistana*, no volume I, página 7. Silva Leme escreve MURZILLO, o que seria uma forma espanhola, dando o português MURZILHO e MURZELHO. Estes Murzilhos são antigos em São Paulo. João Murzilho casou aqui com Catarina Álvares, ligada aos mais vestustos povoadores piratininganos. (Ver Américo de Moura, *Os povoadores do Campo de Piratininga*, em *Revista do Arquivo*, volume XXV, julho de 1936).

Comuniquei estas minhas suspeitas, do parentesco de Manuel Álvares de Morais Navarro com os Murzilhos mais velhos, de São Paulo, ao eminente dr. Taunay, assim como lhe transmiti o palpite de que Ana Pedroso de Morais bem poderia ser uma Ana Maria (S. L., VII, 24), com 5 anos em 1647, filha do capitão Pedro de Morais Madureira e de Ana de Morais Pedroso, e, portanto, irmã do coronel Carlos de Morais Navarro, de Maria de Morais, de Mariana Pedroso de Morais, de Daví e de Inez Pedroso Navarro. O dr. Taunay gostou das minhas indicações e as menciona na página 44 da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo sétimo.

Abusando da consideração com que me trata frei Diogo Freitas, O. F. M., do Convento dos Franciscanos daqui de São Paulo, dei alguns passos no sentido de ir aos avós de Manuel Álvares de Morais Navaarro por meio de assentamentos relativos ao irmão do sertanista, frei Antonio de Jesus, do Convento do Rio de Janeiro. Até agora, porém, nada consegui, apesar de haver bastantes coisas publicadas sobre frades franciscanos do Brasil, uma das quais é o bem elaborado *Elencho-Biographico dos Religiosos antigos da Provincia Franciscana da Immaculada Conceição do Brasil*, 1931, tipografia das *Vozes de Petrópolis*, de autoria do erudito frei Diogo, acima citado.

E continua assim, sem ligação com os primeiros povoadores de S. Paulo, um paulista muito notável, a cujo respeito já se escreveram páginas e mais páginas. Entretanto a gente percebe bem a que grupo genealógico ele pertence, mas até prova ulterior, é preciso que se fique no terreno da hipótese: Murzilhos há poucos; Ana de Morais Pedroso, porém, qual será, no meio de tantas Ana de Morais das nossas velhas famílias paulistas?

## X

A adaptação de nomes estranhos, de feito diverso do usual nosso, foi sempre fenômeno digno de nota, não só por parte dos estudiosos da língua, como também dos pesquisadores de genealogia.

Estes últimos, seguindo determinada trilha nos seus propósitos, muitas vezes não dispõem de outro recurso senão a semelhança onomástica, para o prosseguimento da tarefa. E aí aparece então a dificuldade, oriunda da coexistência de cognomes iguais, de origens as mais variadas.

Foi considerando essa dificuldade e essas curiosidades que o doutíssimo filólogo português dr. José Leite de Vasconcelos escreveu a sua *Antroponímia portuguesa - Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos usados por nós desde a idade média até hoje*, Lisboa 1928, Imprensa Nacional; obra de consulta indispensável e primordial, antes de se aventar qualquer etimologia relativa a nomes e cognomes portugueses e brasileiros.

Países de imigração, o “quasi cume d cabeça de Europa toda” e a pátria do “auri-verde pendão que a luz do sol encerra e as promessas divinas da esperança”, desde longa data estrangeiros vários procuraram o chão lusitano ou o solo brasileiro, e os seus nomes tiveram de ir sofrendo os desbastes necessários às adaptações impostas pelos costumes prosódicos e gráficos do meio.

Ao serem descobertos os Açores, de 1431 a 1464, foi preciso recorrer à Flandres, afim de que se fossem povoando, “as Ilhas”. Para o povoamento da Madeira, incorporada ao Reino em 1418, também muitos alienígenas concorreram, São conhecidas *As saudades da terra* ou *Histórias das ilhas do Porto Santo, Madeira Desertas e Selvagens*, pelo dr. Gastar Frutuoso, obra publicada pela Tipografia Funchalense, Funchal, em 1873, de acordo com um manuscrito do século XVI e anotações de Álvaro Rodrigues de Azevedo. Não menos conhecida é a *História Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano ocidental*, composta pelo padre Antonio Cordeiro (1641-1722), da Companhia de Jesus, “insulano também da Ilha Terceira, e em idade de 76 anos”, Lisboa, Tipografia do Panorama MDCCLXVI.

Nesta última obra a gente vê como Willem van der Haagen, de Bruges, virou Guilherme da Silveira, em território da Ilha de São Jorge; assim como Jobs van Huerter ficou Jorge de Utra (Faial) e Josse van Aard (ou Aertrijcke) tornou-se Jós da Terra; e, de tal arte, os Açores encheram-se de Silveiras, Utras ou Dutas e Terras que, com o tempo, povoaram larguissimamente o Brasil de Norte a Sul. Jobs van Huerter era sogro do célebre Martim Behaim, di-lo Artur Rezende na sua *Genealogia Mineira*, 2ª parte, II volume, página 266; e esse autor regista as variantes do nome, que ele encontrou; Job, Jobs, Jobest, Jobsten, Jós, José, Josse, Jost, Joz, Jooz, Joze, Jacob, João, Jodocus e Jorge; e Huerta, Huerter, Huter, Hutter, Hutra, Dutra, d’Utra, de Utre, d’Ultra, Dultra...

Ora, esses “da Silveira”, açorianos (van der Háagen), misturaram-se aqui por S. Paulo com os “Raposos da Silveira”, cuja origem, nestas plagas, poder-se-á facilmente ler em Silva Leme, volume III, título “Raposos Góis”, página 5, de maneira que, às vezes, por terras paulistas, não é fácil saber quais os Silveiras, flamengos remotos de origem e quais os que provêm de Antonio Raposo da Silveira, cavaleiro português, com serviços prestados em Goa e por isso aquinhoado com o juizado de órfãos por duas vidas, nesta cidade de São Paulo.

Mas, que porção de nomes europeus de outra zonas, usados em Portugal e depois passados para aqui! Alguns, sonoros, nem ao menos sofreram qualquer alteração. Luiz Doria, genovês, estabelecido em Madeira, em 1480 e já antes, no Continente, encheu o Brasil de Dorias, dos quais já havia em Santos e São Sebastião, desde o primeiro povoamento quinhentista (S. L., VI, título “Cubas”, página 180 - Inocencia Doria, seu irmão Francisco Rodrigues Doria, filhos ambos de Domingos Rodrigues Marinho e Maria Doria, moradores em Santos, em 1531).



Lorenzo Giácomo (não seria, melhormente, Giácomo Lorenzo?), genovês, no Porto, em 1450, transformado em Lourenço Jácome, foi o antepassado dos Jácomes portugueses e brasileiros. Da mesma sorte, Dionisio Maricondi de Veneza veio a ser o tronco dos numerosíssimos Marcondes, que irradiaram de Pindamonhangaba, seu maior centro. Limitando a estes três casos os exemplos italianos, convém dar uma olhadela pelos nomes de origem francesa, que aparecem aqui desde época recuada. O estrangeiro batizado pelos nossos linhagistas por João Missel (ou Micel) Gigante (S. L., V, 342), não seria apenas um “Messer Jean”, de qualquer maneira incógnita ainda entre os nossos povoadores mais antigos? Mencionam-se também, como adjetivo pátrio, para facilidade decerto, em caso de dúvida, alguns habitantes, como se vê em Claudio Furquim Francês (S. L., VI, 237), em São Paulo e Miguel de Pontes Francês, em Guaratinguetá (S. L., VII, 467). Entretanto, nesta última cidade, encontra-se um José Morat, que deu o nome a muitos Morates; e um Francês virou França, gerando confusão com os Galvão de França.

Há um Felipe Reque, filho de Alberto Reque, natural da Baixa Alemanha, falecido em 1682, em Parnaíba, deixando viúva Filipa Gago (S. L., VIII, 520), enquanto que no litoral tenho encontrado alguns “Tenorio Alemão”.

Contou-me o dr. Soares Hungria, distinto clínico-operador desta capital, que o nome dele provem de um de sus antepassados, aqui chamado “da Hungria”, por ser, na realidade, dessa região da Europa.

De maneira que, conforme se verifica, em relação aos nomes estrangeiros, ora haverá traduções (van der Háagen = da Silveira), ora adaptações (van Huerter = de Utra, Dutra), ora emprego da própria forma estrangeira, quando possível (Doria = Doria) e também o emprego de qualificativos gentílicos, com que se formam combinações curiosas, mesmo entre os nacionais. Quem não se lembra do notável cientista Vital Brasil Mineiro da Campanha?

Dos povoadores mais antigos, Heliodoro Ebanos deu uma quantidade de formas, muito interessantes, catalogadas pelo dr. Ermelino A. de Leão, historiador paranaense (Ver *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XIII, 1908, páginas 417, 434). E o cognome Drummond, que para cá veio ao tempo de Mem de Sá, penso, gerou variantes que às vezes confundem um menos precavido, como tive ocasião de verificar, em consulta que se fez, a meu pedido, a notável intelectual baiano.

Quando da primeira colonização alemã, em Santo Amaro, a localidade encheu-se de estranhos nomes de família, que até agora não foram ainda completamente catalogados. Amigo e colega, descendente de uma desses famílias alemãs santamarenses, contou-me que os Grimm, logo depois de chegados, viram com bastante desprazer, a antipática adaptação “Crime”, que se fazia do seu belo e sonoro cognome. E então... para evitarem mal maior, e em legítima defesa do seu patrimônio hereditário; na certeza do mal que se propunham evitar, na falta absoluta de outro meio e certos da eficácia daquele que se empregou... transformaram-se em “Crem”, nome que está bastante espalhado hoje pelo interior do Estado.

A guerra civil norte-americana, de 1860 a 1865, dita guerra de secessão, determinou, com a vitória do Norte industrial sobre o Sul agrícola e escravista, a saída de numerosas famílias norte-americanas, para vários outros pontos do Novo Continente. Para São Paulo também rumaram muitas, que se localizaram principalmente em Santa Bárbara, município que fazia parte do temo de Constituição (hoje Piracicaba). No *Almanaque da Província de S. Paulo*, para 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, a páginas 467, encontra-se lista de fazendeiros de algodão e cana de açúcar, do referido município. Lá estão muitos nomes que deveriam ter constituído, para os naturais, pouco afeitos ao inglês, um caso bem sério.

Copio esses nomes, alguns dos quais foram corrigidos por pessoa do tão interessante grupo étnico - a senhora White, a quem agradeço. Aí vai a lista: Alexander S. Chrisp, Andrew Smith, A. J/ Peocok, Antonio T. Oliver, Britt, Clay Norris, Cold Brodnax, E. Crolle, Green Ferguson, Henry Capps, Henry Steagall, Henry Strong, Irving L. Miller, James Miller, Jesse Wright, John Hall, dr. John Is. Chrisp, John Perkins, Tarver, J. Draine, Joe Whitacker, Joseph Daniels, dr. Matthews, Mac Fadden, Patrick Norris, Owens, Roberto Meriwether, Reverendo R. Ratcliff, Roberto Norris, Russel, Tomaz Luiz Taner, Tomaz Mac Knight, Trigge, Ward, Whitacker, Willian Daniels... Ignoro a sorte desses cognomes, quanto a modificações. De um Pyles, igualmente desse grupo, sei que, na voz do povo de Santa Bárbara, são já "Pais".

E, por falar em norte-americanos, lembro-me de um caso curioso, que, aliás, nada tem de genealogia. Li em *House & Garden*, junho de 1938, página 19, sob o título *Street names*, o seguinte: "In S. Paulo, Brazil (so a Loving Reader down there writes us) is a Rúa Consolación - Consolation Street. Just after the Civil War na unreconstructed Southerner came to Brazil and built a home on the edge of São Paulo. He called it Consolation Cottage. The road that led to this "quinta", or small farm, became Consolation Road. The House is still lived in by descendants of the original Southerner". A guerra civil a que se alude é a de 1860-1865. Ora, nas Posturas Municipais de São Paulo, de 18 de junho de 1832, está estabelecido:

"Ninguém poderá, dentro da cidade e povoação deste Município, vender pólvora, ou qualquer outro gênero suscetível de explosão, e nem fabricar os ditos gêneros com permissão da Câmara, na forma do art.º 49 das Posturas e nos Lugares da Ponte do Carmo em diante; e no lado da Luz, da Chácara do Coronel Gavião em diante; e do lado da Consolação, da Igreja em diante; e para o Caminho de Santo Amaro, do Cural do Conselho em diante; e para o Caminho de Santos, do Cemitério em diante..." (Papéis Avulsos, 1832 - Inédito).

Se já em 1832 havia uma igreja ao lado da Consolação, como há quem explique esse antigo nome pelo da quinta posterior a 1865? Decerto tomaram, para tanto, o efeito pela causa.

## XI

O Vale do Paraíba do Sul, com suas velhas cidades tão cheias de vida e durante o século XIX, apresenta bastantes dificuldade para o estudioso da genealogia. São várias as causas que concorrem quanto à destruição dos arquivos paroquiais e dos cartórios, podendo-se quiçá incluir um ou outro arquivo particular, excepcional. Parece que não é hábito, entre nós brasileiros, a organização de arquivos de família, que se transmitam de pais a filhos. Sei de muitos casos de queima de papéis, quando da morte de seus donos.

Condições climáticas talvez, favoráveis à proliferação de papirógafos; umidade excessiva embranquecendo a tinta, enegrecendo páginas e as grudando em blocos definitivos; mobilidade excessiva da população, com os nascimentos de outros interesses, capazes de extinguir os laços afetivos do passado; entrada de elementos novos, inteiramente desligados das tradições da terra e talvez até avessos a elas; empobrecimento; falta de cultura; interesses inconfessáveis, em tantos casos... Eis aí um grupo de causas, inimigas dos papéis velhos e, portanto, dos genealogistas.

Taubaté, terra que nasceu quase na data gloriosa da restauração portuguesa de 1640, importantíssimo centro de irradiação, é um exemplo desse lamentável caso de falta de arquivos paroquiais, para o estudo de numerosas famílias que ali se constituíram e

dali saíram para além-Mantiqueira, a sedutora região das Minas, e para o extremo Leste dessa zona tão importante chamada Norte do Estado.

Já é mais do que tempo de se restituir ao Vale do Paraíba do Sul a sua exata denominação geográfica, de acordo com a rosa dos ventos. É uma incoerência ensinar, nas escolas, que o Norte do Estado é zona limítrofe com o Triângulo Mineiro e incluir, no mesmo ponto cardeal, o Rio Grande e o Paraíba do Sul. Também será difícil explicar, a qualquer aluno de geografia, o motivo pelo qual a estação ferroviária mais ao Sul, não só do Ramal de São Paulo como de toda a Estrada de Ferro Central do Brasil, foi batizada com o originalíssimo nome de estação do “Norte”. De todas as demais estações da grande ferrovia expendem-se despachos telegráficos e mercadorias, rumo ao Sul, com o rótulo “Norte”... E chegam, embora haja um ou outro caso... desnordeado!

A família Moreira de Castilho, por exemplo, tão mal estudada, talvez nunca possa ter a sua genealogia mais ou menos completa, dadas as razões atrás expostas, de destruição de arquivos e de arquivos taubateanos. Silva Leme trata dessa família na segunda parte do volume V, da sua *Genealogia Paulistana*, em título “Alvarengas”, dividido o título em duas partes: a geração de Antonio Rodrigues de Alvarenga e a de Manuel Rodrigues de Alvarenga, irmãos, naturais ambos de Lamego e filhos de Baltasar de Alvarenga e de sua mulher Mécia Monteiro.

Descendentes de Antonio Rodrigues de Alvarenga fizeram prova de nobreza da família e obtiveram brasão de armas, em 1681, conforme se poderá ler em Silva Leme, no mesmo volume V, páginas 214 a 217. Sobre o brasão dos Alvarengas convém ler Celso Maria de Melo Pupo (número 2 da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, página 319). O dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, no seu documentado estudo *Os povoadores do Campo de Piratininga* (*Revista do Arquivo Municipal*, XXV, julho de 1936, páginas 100-101), contestando Pedro Taques e Silva Leme, afirma que Antonio Rodrigues de Alvarenga não veio com Martim Afonso, “mas pelos anos de 1570, como se vê em declaração sua”. Em São Vicente, onde residiu muito tempo, Antonio foi barbeiro; “e aqui foi tabelião, juiz dos barbeiros “por ser examinado” e porque ainda fazia sangrias”. Morou em São Paulo de 1593 até a morte, em 14 de setembro de 1614.

Como eu descendo de Maria Pedroso, de Luiz Monteiro e de Francisco de Alvarenga (e deste por Luzia, Aleixo e Maria), filhos de Antonio Rodrigues de Alvarenga, estou muito a vontade para falar sobre o curioso fidalgo, que veio a ser o barbeiro-sangrador e tabelião, em Piratininga.

Mas, é de Manuel Rodrigues de Alvarenga, também meu ancestral, que desejo tratar. Ele veio para o Rio de Janeiro e foi pai de “Guiomar de Alvarenga, natural do Rio de Janeiro, que foi a segunda mulher de Francisco Alvares Correia, natural de Vila Real, de nobilíssima ascendência, provedor da fazenda real da capitania de São Vicente, o qual, quando passou pela Bahia, foi hospedado pelo governador geral do Estado no seu palácio”. (S. L., V, 431).

E, continua o autor da *Genealogia Paulistana*, “teve Guiomar de Alvarenga os seguintes filhos, naturais de Mogi das Cruzes:

1 - Andresa de Castilho, que foi casada com Domingos Alves Ferreira.

2 - João Correia, que foi casado com Catarina de Sisneiro.

3 - Maria Moreira, que foi casada com Manoel Vieira Sarmiento.

4 - José de Castilho Moreira, que foi casado com Isabel Frago.

5 - Francisco Alvares Corrêa, que foi casado com Maria Bicudo.

6 - Manoel Rodrigues Moreira, que foi casado com Maria Bicudo.

7 - Antonia de Castilho, que foi casada com...”

Não se explica, do exposto, a razão desses cognomes Moreira e Castilho, que tanto se explica, do exposto, a razão desses cognomes Moreira e Castilho, que tanto se espalharam pelo Vale do Paraíba e pela região de Minas. Seriam oriundos da mãe de Guiomar de Alvarenga? Ou proviriam de ascendentes de Francisco Álvares Correia? Além disso, o fator cronológico também põe certa dúvida no espírito do investigador, ao estudar este segundo capítulo do título “Alvarengas”, de Silva Leme.

Parece que a falha inicial levou, a má sorte, tudo quanto fosse dado genealógico completo, relativo aos Moreiras e Castilhos originários dos sete troncos acima indicados.

Num trabalho que publiquei na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XVII, outubro de 1935, fiz menção de dúvida curiosa, quanto a um dos filhos de Eleuterio Felix de Oliveira e Inez Gonçalves Moreira (S. L., V, 438), precisamente o de nome João, que a *Genealogia Paulistana*, em 3-4, aponta como sendo o padre João. Ora, o recenseamento de Taubaté, de 1765-1766, declara que João Feliz de Oliveira, filho de Eleuterio e de Inez, era sargento das Ordenanças do Bairro “da Paraíba”, e que estava casado. Ele foi avô paterno do notável escritor silveirense Vicente Areias, mas que, de fato, nasceu em Silveiras.

Filha de Eleuterio e Inez, irmã portanto desse dito João Felix de Oliveira, foi Andresa Rodrigues de Oliveira, 3-9, casada com Francisco Rodrigues Portes, com geração de que a *Genealogia* indica apenas dois filhos: Maria Rodrigues Portes e Salvador Correia. Maria foi casada a primeira vez com João da Costa Manso e, na sua descendência, aparece a filha Ana da Costa Manso, que foi casada com João Moreira de Castilho, seu parente. A *Genealogia* dá, em V, 442, apenas um filho, o tenente-coronel Antonio Moreira da Costa; e, em IX, 192, mais dois, o capitão João Moreira da Costa e o padre Francisco Moreira da Costa. Ora, eu encontrei, em recenseamentos de Taubaté, não três filhos para o casal João Moreira de Castilho-Ana da Costa Manso, e sim treze:

1 - Antonio Moreira da Costa, tenente-coronel, de 1768, mais ou menos; 2 - João Moreira da Costa, capitão, de 1771, mais ou menos; 3 - Salvador, de 1774, mais ou menos; 4 - Francisco Moreira da Costa, padre, de 1776, mais ou menos; 5 - Antonio, de 1777, mais ou menos; 6 - José, de 1782, mais ou menos; 7 - Joaquim Moreira da Costa, capitão, de 1782, mais ou menos; 8 - Vicente, de 1789, mais ou menos; 9 - Antonio, de 1791, mais ou menos; 10 - Ana, de 1766, mais ou menos; 11 - Quiteria, de 1767, mais ou menos; 12 - Maria, de 1768, mais ou menos; 13 - Francisca, de 1785, mais ou menos.

Penso que um dos filhos de nome Antonio (5 e 9) também seguiu carreira eclesiástica, como o de nome Francisco. Já andei estudando estes Moreiras de Castilho-Costa Manso, para ligar, ao grupo, Vicente Moreira da Costa, natural de Taubaté, soldado que foi, da Imperial Guarda de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro I, e mais tarde envolvido na revolução liberal de 1842, conforme a relação que publiquei na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XIII, em artigo sob o título *A propósito da revolução paulista de 1842*.

Vicente deixou, do seu casamento com d. Cesaria Querubina, filha do guarda-mor Antonio Nunes de Siqueira, que era genro do capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e cunhado do capitão-mor Manuel Pereira de Castro, uma grande geração em Silveiras, hoje espalhada por vários pontos do Estado. Conheci muito, nos meus tempos de meninice, d. Cesaria Querubina, já bem adiantada em anos, pois devia ser de 1813.

A lembrança que me ficou, daquela octogenária, cujas feições conservo apesar dos anos numerosos que já passaram, concorreu para que eu me empenhasse no estudo dos ascendentes de Vicente Moreira da Costa.

Mas, ao que pude verificar, em nenhum capítulo Silva Leme usou tanto o “q.d.”, ou melhor “que descobrimos”, do que nesse que contém tantíssimos taubateanos, ou seja o capítulo segundo do título “Alvarengas”, onde se estudam os Moreira de Castilho, aos quais também pertencem por via de Bárbara Moreira de Castilho que foi casada com Miguel de Sousa e Silva, tabelião em Taubaté.

## XII

Dom Simão de Toledo Piza, terá vindo para São Paulo em fins de 1639 e logo, aos 12 de fevereiro de 1640, já contraía matrimônio com senhora de respeitável família daqui, como tudo consta de um dos poucos assentamentos coevos existentes na Cúria Metropolitana desta Capital, pois é sabido que muito incompletos se encontram os registos paroquiais da Sé, relativos ao século XVII (Ver trabalho magnífico do revmo. Padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire, diretor do Arquivo da Cúria, na *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, ano II, números 3-4, página 161).

Faleceu em São Paulo, em 1668 e declarou, no testamento, “que vindo de Madrid despachado com os alvarás, que se acham na provedoria da fazenda, por secretos juízos do meu destino, fui preso no castelo, donde fugi e vim dar a esta vila de São Paulo, onde casei e sempre cuidei em me não dar a conhecer, consentindo que o morgado, que por morte de minha mãe passava a mim, o tenho desfrutado, e se ache na posse dele meu primo dom Pedro de Lombreiros, cônego da Sé de Angra, cujas cartas estão no meu contador com os mais papéis meus, e de meu pai e irmãos. Meu filho João de Toledo, habilitando-se por meu filho; irá a minha pátria para tomar posse do morgado, que lhe pertence; cobrar da fazenda real o que consta das provisões que lá se acham em processo, e também a minha legítima materna, que ficou em casas de sobrado”.

O filho não foi aos Açores, para tomar posse da herança paterna. Achou talvez que não valia a pena arriscar-se em Tão grande caminhada para tão exíguo legado. Isso, ou interesses maiores aqui. Limitou-se a recolher a papelada do pais e, mais tarde, quando Pedro Taques de Almeida Pais Leme foi à Europa, em 1755, levou, como procurador de descendentes de dom Simão, papéis que os Toledo Piza lhe haviam confiado e que foram destruídos completamente no terremoto de 1º de novembro daquele ano (Ver Afonso de Es-cragnoille Taunay, em *Anais do Museu Paulista*, Tomo primeiro, pág. 60).

Dom Simão de Toledo Piza veio fugido para São Paulo e aqui viveu, até certo ponto, incógnito. “Sempre cuidei em me não dar a conhecer...” Copiei, graças à benevolência do revmo. Padre Paulo Aurisol, o termo do casamento de dom Simão: “Aos 12 dias de fev.º de 1640 eu o p.e M.el Nunes vig.º confirmado desta vila de S. Paulo avendo procedido os pregões e admoestações na forma do Sagrado Concilio constando ser solteiro dei licença ao rev.do p.e frei Bento religioso de Nossa Senhora do Carmo para que casasse a dom Simão da Fonseca filho de dom João de Piza e de sua m.er dona Grácia da Fonseca já defuntos, naturaes da IlhaTerceira, com dona Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Corrêa e de sua mulher Anna Rib.ª moradores nesta Villa, testemunhas que ao presente se acharão João de Brito Casão e o Capitão Francisco da Fonseca digo ..... E fiz este termo e assento. Manoel Nunes”.

Quanto mistério, quanta reserva, nas declarações desse assentamento da página 22-verso do primeiro livro existente, de casamentos da Sé: “Constando ser solteiro, dom Simão da Fonseca, filho de dom João de Piza e de sua mulher dona Grácia da Fonseca”! Entretanto, separado Portugal da Espanha, parece que meio desaparecido o perigo, dom Simão assinava já, no seu mister de juiz de órfãos de São Paulo, “Dom Simão de Toledo Pi-

za”. Tal cargo ele o exerceu “com acerto e critério por 19 anos, até 1661, ano em que lhe sucedeu nesse ofício Antonio Raposo da Silveira”. (S. L., V, 446).

Pedro Taques, baseado em documentos registrados na vedoria da guerra da cidade de Angra, da Ilha Terceira, esclareceu a origem de dom Simão de Toledo Piza. Era filho de dom Simão de Toledo Piza, que, no posto de capitão tomou parte na batalha naval de Lepanto (7 out. 1571) e, como sargento-mor de batalha, combateu em 1583 na armada de dom Álvaro de Bazan, marquês de Santa Cruz, contra os navios franceses que vieram lutar pela causa do Prior do Crato, dom Antonio. Obedecia a esquadra francesa ao mando de um comendador da Ordem de Malta, Aymar du Chaste, governador de Dieppe e de Arques, falecido em 1603. Sobre este comandante já encontrei Aymar du Chaste, De Chaste, e Aymar de Clermont, senhor das Chattes ou de Chates. Ele era vice-almirante dos mares do Poente, por 1582, segundo informa o dicionário Larousse.

Havendo perdido um olho, na luta contra os franceses, ficou o militar espanhol em Angra, na Ilha Terceira, para tratar-se e ali contraiu núpcias com d. Gracia da Fonseca Rodovalho, açoriana, da referida cidade, irmã do deão da Sé de Angra - o Rabaço, que instituiu o morgado no Pico Redondo. Deviam ser também irmãos de dona Iseu Rodovalho, casada com Vital de Betencor e Vasconcelos, e filhos de Vital Fernandes Rodovalho, que foi casado com dona Maria Abarca, “antigas e nobres famílias dos Rodovalhos e dos Abarcas”.

D. Simão de Toledo Piza, o de Lepanto e da Ilha Terceira, filho de d. João de Toledo Piza, casado em Madrid com d. Ana de Castelhanos, pertencia ao que se afirma, sem quebra de bastardia, à casa dos condes de Oropesa e duques de Alba de Tormes, a que pertencem também dois muito conhecidos nossos - d. Fernando Álvares de Toledo (1508-1582), duque de Alba, e d. Fradique de Toledo Osorio (1580-1634), marquês de Villanueva de Valdeza, almirante espanhol, que comandou contra os holandeses em 1625.

Do casamento de d. Simão de Toledo Piza com d. Gracia da Fonseca Rodovalho, em Angra (por 1580 e quantos?), nasceram quatro filhos: Gabriel, duas filhas, que acabaram freiras, em Madrid, e Simão, que é o que casou em São Paulo, em 1640, com d. Maria Pedroso. E deste casamento vieram quatro filhos:

1 - Sebastião, aqui nascido, e batizado em 25 de novembro de 1640, falecido em criança;

2 - João, batizado em 5 de maio de 1642, que é d. João de Toledo Castelhanos (S. L., V, 446), casado duas vezes e com geração numerosa;

3 - Ana Ribeiro Rodovalho, batizada em 16 de setembro de 1643 (S. L., V, 514) que foi casada com o capitão João Vaz Cardoso, teve catorze filhos e grande geração por esses filhos, dos quais o primogênito assinava como o avô materno;

4 - Gracia da Fonseca Rodovalho (nome da avó paterna), nascida aqui, como os irmãos, batizada em 21 de novembro de 1644 e aqui casada, por 1662, com Gaspar Cardoso Guterres, filho de Luiz Nunes Guterres, de Lisboa e de d. Maria Miguel da Silveira, açoriana, da Ilha Terceira, da cidade de Angra. Gracia da Fonseca Rodovalho, é a mãe do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719) - S. L., V, 507).

Aproveitando a estada, na Europa, de meu cunhado frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M., pedi-lhe que, quando encontrasse, nas suas visitas a bibliotecas, obras de genealogia, tivesse a bondade de ir anotando o que se lhe deparasse a respeito de Toledos e outras famílias, com representantes no Brasil. Eis o que me remeteu sobre Toledos, segundo Filipe Jacó Spener:

“TOLEDO. Hanc familiam aliqui ex Gracia deducunt et progeniem faciunt Palaeologorum qui Oriente imperatunt. Autori ejus Petro Alfonsus VI Rex Toledo devicto multa praedia donasse dicitur: quae ratio nominis Toletani. Ex eo Garsias Alvarez de Toledo Aalfonso Sapientis Regi astiliae fideliter inservivit, filius hujus fuit Garsias Alvarez, aliis Alvarus Garsias dictus, et nepotes Garsias Alvarez M. Mag. S. Jacobi, proquo magistratu a Rege Henrico Oropesam et Valdecornejam successione nactus. Inde duo capitalis rami. Oropesa penes Garsiae filium Ferdinandum Aalvarez remansit: Hit Garsiam Alvarez genuit, et Garsiass Fernandum Alvarez, Comitum de Oropesa dignitate ornatum et reliquorum Comitum satorem, quorum successio ob masculorum defectum a Beatrice March. de Xarandilla, marito Bragantino M. de Frenchilla, allata est. (Confer pro horum genesi part. I, p. 159: De Toledo - Oropesa ex Bragantinis Portugalliae). Praefati Fernandi patruus Didacus Lopes de Ayala Dominos de “Cebolla” et Castillo de Villalva servit.

“In altero ramo primario Ferdin. Alvar. Dn. De Valdecorneja praeter Gutierium Alvarez Archiepiscopum Toletanum genuit Ferdinandum Alvarez de Toledo, D. de “Higares”, cujus posteritas eundem titulum servavit, ac duobus his majorem Garsiam Alvarez, successorem in Valdecorneja, patrem Ferdinandi, qui primus Comes Albae sive de “Alva de Tormes” nominatus est. Hujus filium Garsian Alvarez, C. da Salvatierra, M. de Coria, et Ducem de Alba Rex creavit. Inter ejus liberos Fernandus Dominos de “Villora”, ex quibus dein Comites de “Ayala, Garsias Dominos de “Horcajada”, Petrus Dominos de “Marcera” dedit, sed primogenitus Fridericus Alvarez ducale axioma propagavit. In hujus liberis nova oritur divisio, nam a Garsia Alvarez primogenito reliqui Duces de Alba et Huesca descendunt: Ab altero Petro Prorege Neapolitano et uxore Maria Osoria Pimentellia, M. de “Villafranca”, Marchiones reliqui cum agnomine de Toledo Osorio derivantur: et his etiam titulus Ducum de Fernandina, et Principum de Montalvan accessit. Consule pro istis pag. 89. Praeter enumeratas alia alinea est Dominorum de Tocenaque, in quibus obtigit Comitum de “Cuedillo” titulus uni Antonio, sed posterum ejus cum cognominibus de “Luna et Poncede Leon” Dominorum appellatione contenti fuerunt. - Fr. Philippi Jacobi Speneri (SPENER), “Theatrum nobilitatis Europaeae, Francofurti, Sumptibus et typis Aegidii Vogelii (VOGEL), Anno 1668, Pars Posterior, Index analyticus”.

Além dessa explicação de Spener, o curioso genealogista alsaciano, fundador do pietismo, frei Leopoldo enviou-me outra, que depois publicarei. Mas, em ambas, nada encontrei sobre Toledo Piza (não seria, antes, Pisa?). Continuarei a investigar.

D. Simão de Toledo Piza, há trezentos anos, chegava misteriosamente a São Paulo... Quem sabe lá se ele não tinha sua parte na conjura de João Pinto Ribeiro? Como é evocativa essa data, 1640!

### XIII

Longe estavam os excursionistas, da recente volta das estâncias aquáticas, de poder avaliar o quanto foi fecundo o seu passeio, num setor de atividades humanas inteiramente diversas das que os conduziram durante o belo trajeto.

Devo ao velho amigo dr. Luiz Ribeiro do Vale o ter chamado minha atenção para o discurso do digno promotor de justiça de Campanha, dr. Nicolau Tolentino de Moraes Navarro. Daí a nota VIII desta seção, publicada no *Correio*, de 28 de julho p. findo. Nela apelei para a boa vontade e para os conhecimentos históricos regionais, do orador da tradicional cidade mineira, no sentido de se provar hipótese que há tempos eu formulara, a do parentesco entre Bárbara Heliadora Guilermina da Silveira e o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira (São Paulo 1664 - Taubaté 1719).

O dr. Nicolau Tolentino de Moraes Navarro já me remeteu, em duas cartas gentis, interessante material relativo à progênie de Alvarenga Peixoto, que depois publicarei, bem como o termo de falecimento do sargento-mor Gaspar Guterres da Silveira, primogênito do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, que transcrevo: “Livro I. Folhas 37. - Aos dezasete dias do mez de Fevereiro de mil setecentos e cincoenta e hum falleceo da vida presente o Sargento mór Gaspar Guterres da Silveira casado e natural de Villa de Taubaté de idade de setenta annos sem testamento com todos os sacramentos, e foi sepultado na capella de S. Gonçalo, filial desta Matriz de Santo Antonio do Rio Verde, amostalhado em hum lençol por ser podre, de que tudo fiz este assento, que assigney. O Vi.º João Bernardo da Costa Estrada”.

Espero, com o auxílio de tão competente cultor da história da freguesia de Santo Antonio do Val da Piedade da Campanha do Rio Verde, chegar aos mesmos resultados favoráveis que consegui em caso semelhante igualmente relacionado, embora sob outro ponto de vista, à já dita volta das estâncias aquáticas.

É que o que o cognome do dr. Nicolau Tolentino - MORAIS NAVAARRO, havia despertado lembranças minhas relativas a outra hipótese que arquitetei, quanto à filiação dos pais do grande paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro, até então desligado dos seus troncos catalogados na *Genealogia Paulistana* (1903-1905), do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. O linhagista de Bragança nem fala mesmo, a não ser incidentalmente, nas lutas do norte, onde andou lidando com brilho o sertanista que, afinal, montou engenho em Pernambuco e lá ficou, mesmo porque casara segunda vez e terceira em famílias nortistas.

Assim, em boa hora escrevi a nota IX, de 4 de agosto, em que aludi ao esforço, do qual resultou convicção minha de que a mãe de Manuel Álvares de Moraes Navarro devia ser uma Ana Maria (S. L., VII, 24) e que o pai encaixava bem num Manuel, com 12 anos em 1642 e que aparece no volume I, página 9, da introdução à dita *Genealogia*.

Ora, com surpresa muito agradável, na edição deste jornal, de 16 de agosto, o sr. Vitor de Azevedo, em muito bem lançado artigo, traz, em reforço à idéia exposta, uma nova série de provas tiradas do inventário do capitão Antonio Ribeiro de Moraes (VII, 135). Confesso que nunca havia examinado tal inventário Aliás, o que tenho lido, comparado com o que falta para analisar, só se representará bem pela velha imagem da gota de água e do oceano. Sempre me ocupando, até fins de 1932, com assuntos inteiramente diversos dos históricos, só dessa data para cá é que ando a tentar reajustamento para umas notazinhas que me eram muito caras e das quais estive ausente tantos anos, por dever de ofício.

Não tinha perplexidade alguma sobre o que descobri. Apenas não me assiste o direito de apresentar como verdade aquilo que ainda é certeza minha, não só nesse ponto como em todos os demais. Acredito que o material colhido pelo sr. Vitor de Azevedo é completo quanto a Ana Pedroso de Moraes, identificada e bem identificada, com a sobredita Ana Maria (VII, 24). Já não sou tão otimista quanto a Manuel Alves Murzelho, cujo caso não se resolve ainda com as declarações do inventário em questão. Continuo a acreditar firmemente que esse Manuel Alves Murzelho é o Manuel do volume I, página 9, de 12 anos em 1642, mas, até documento probante, só posso apresentar essa descoberta como hipótese.

O meu estudo sobre esses Moraes da página 5 à página 24, volume VII, da *Genealogia*, começou pela necessidade de resolver um caso próprio, de família, que não consegui ainda solucionar. Havia em Guaratinguetá uma Ana de Moraes (1750-1820), minha trisavó, casada com Inacio Bicudo Leme (1736-1801), outro guaratinguetense. Ela era filha de Miguel de Góis do Prado, de Taubaté e de Maria de Moraes, nascida nas Minas Gerais. Esta Maria de Moraes tinha por progenitores o português Luiz da Fonseca Simões, casado em Itú, em 1700, com a ituana Filipa Gago Lobo, batizada nessa localidade a 24 de maio de 1685. Filipa Gago Lobo (1685-1767), logo depois do seu casamento, em 1700, mudou para



Taubaté, e daí seguiu para as Minas Gerais, onde lhe nasceram filhos, bem como na cidade de Jaques Felix; morreu octogenária em Cunha, terra na qual residia, ao tempo, o filho Agostinho Gago da Fonseca.

Pais de Filipa Gago Lobo eram Francisco de Barros Freire, que casou em Itú, em 1684, com Maria de Moraes da Silve, filha de ANTONIO DE MORAIS DA SILVA e de FILIPA GAGO LOBO (S. L., VII, 172, título “Freitas”). Será Antonio de Moraes da Silve, dos Moraes da pág. 9, volume VII? Será Filipa Gago Lobo a da página 521, do volume VIII, nº 3-5?

Na descendência de Luiz da Fonseca Simões e Filipa Gago Lobo aparecem muito os nomes de Maria de Moraes e Matilde de Moraes, que são nomes característicos da gente Moraes-Navarro, o que se nota não só no volume VII, como também no volume V, página 149 e seguintes. Se o sr. Vitor de Azevedo, que se tem especializado sobre os Moraes-Navarro, pudesse me informar qualquer coisa sobre Antonio de Moraes da Silva, casado com Filipa Gago Lobo, sogros de Francisco de Barros Freire, em Itú, em 1684, muita satisfação havia de ter.

A genealogia, ao que penso, mais do que qualquer outro estudo, exige conjugação de esforços e um largo trabalho de cooperação.

Nesta ordem de idéias, já andei perquirindo sobre certa família do Bananal, afim de ligar uma Teodora, que fora casada com Joaquim Medina Celli, Isto interessava a distinto pesquisador de outro Estado, e ao fato me referi na primeira nota, desta série. A investigação, além do mais, foi frutuosa por trazer elementos para que se resolva dúvida exposta em Silva Leme, volume VI, título “Bicudos”, em nota à página 433.

Em dita nota, o genealogista discorda do informante, quanto à filiação de d. Alda, casada que foi com o capitão-mor Braz de Oliveira Arruda. Nega que ela fosse filha de Tomé Rodrigues Nogueira do O' e de Maria Leme do Prado e acrescenta: “É provável que d. Alda fosse filha do alferes Nicolau Antonio Nogueira e portanto neta do capitão-mor Tomé Rodrigues”. Nada disso.

O recenseamento das Ordenanças de Lorena, datado de 20 de janeiro de 1805, na parte referente à zona de Bananal, sob número 43, dá a geração de Hilario Gomes Nogueira e d. Maria Josefa do Nascimento. E, na coluna das observações, declara: “Falta sua filha Alda, que se casou com o capitão Braz de Oliveira”. E, no mesmo censo, em outro ponto, vem o casal Braz, com trinta e quatro anos e Alda com 21. Isto em 1804.

Ora, a nota de Silva Leme, supracitada, diz que Braz nasceu em Sorocaba, em 1796, o que também está em desacordo com os recenseamentos da zona, visto como todos o declaram natural do Rio de Janeiro e o de 1803 diz que Braz de Oliveira Arruda era capitão da cavalaria da vila de Cunha, natural do Rio, com 33 anos.

D. Alda Maria Florianana Nogueira, esposa do capitão Brz de Oliveira Arruda, casou, pois, em 1804, sendo filha legítima de Hilario Gomes Nogueira, natural de Baependí e de Maria Josefa do nascimento, também de Minas. SILVA LEME catalogou, em VI, 380/381, apenas três filhos para o casal, mas eu encontrei dez, que são pelo censo da 6ª Companhia de Ordenanças de Lorena, em 1801;

1 - Pedro Gomes Nogueira Montenegro, com 20 anos, natural da cidade do Rio de Janeiro;

2 - Gomes, de Baependí, com 14 anos;

3 - Diniz, de Baependí, com 13 anos. Este foi o padre Diniz Gomes Nogueira, vigário em sua terra natal. É um dos três que S. L. menciona;

- 4 - Luiz, com 11 anos, de Baependí;
- 5 - Cassiano, de Areias, com 9 anos;
- 6 - Alda, de Baependí, com 18 anos;
- 7 - Flora, de Baependí, com 12 anos. Em S. L. , 380, 8-2;
- 8 - Delminda, de Areias, com 10 anos. Em S. L., 381, 8-3;
- 9 - Placidina, de Areias, com 7 anos;
- 10 - Teodora, de Areias, com 3 anos.

A estes dez recenseados em 1801, é preciso ajuntar mais um - o Antonio, com seis anos em 1808. Nota-se um Antonio, de um ano, em 1797, o qual deve ter morrido.

A mudança do casal Hilario Gomes Nogueira-d. Maria Josefa do Nascimento, de Baependí para o município de Lorena, zona da futura Areias e do futuro Bananal, foi em 1791, como se depreende das declarações desse recenseamento de 1801, na idade dos filhos Luiz e Cassiano e das filhas Flora e Delminda, a única das filhas que morreu solteira, segundo informa a *Genealogia Paulistana*.

#### XIV

Aludi, na nota VIII desta seção, publicada no *Correio* de 28 de julho, à falta de dados genealógicos completos relativos à família do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira e d. Isabel de Sousa Ebanos. E, sobre esta, acrescentei: “Para que zona terá ido a viúva d. Isabel de Sousa Ebanos, “da família grave dos Botafogo”, do Rio de Janeiro, por descender de Heliodoro Ebanos casado com filha de João de Sousa Pereira Botafogo, genro este do capitão Manuel da Luz de Escocia Drummond, o qual, por sua vez, provinha dos Drummond senhores de Stobhall e Gargill, do Condado de Perth, na Escócia?” E ainda: “Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve d. Isabel de Sousa Ebanos, nem de seu neto Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, do qual diz Pedro Taques que fora para Paracatú, ali constituindo família”.

Ora, aconteceu que o distinto cultor da história regional de Baependí, onde reside, sr. José Alberto Pelucio (S. L, VI, 431), havendo lido o artigo, teve a bondade de me enviar carta, datada de 22 de agosto transato, na qual apresenta elementos esclarecedores da situação de d. Isabel de Sousa Ebanos, tirados de Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais* (Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1904) e da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, 1899, páginas 178/180, onde, sob o número 28, vem a carta de sesmaria concedida a d. Isabel de Sousa Ebanos. Transcrevo, com prazer, os trechos da missiva do sr. José Alberto Pelucio, relativos ao caso:

“Disse meu amigo, neste seu trabalho: - Ninguém sabe coisa alguma do fim que teve d. Isabel de Sousa Ebanos, etc. - Entretanto, na *História Antiga das Minas Gerais*, refere Diogo de Vasconcellos a vinda de d. Isabel para o “Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambú, concedidas em sesmaria ao mesmo Carlos Pedroso, e a seu genro Francisco Alves Corrêa por d. Fernando Martins Mascarenhas, por provisão de 30 de setembro de 1706. Nessas terras havia grandes plantações de mantimentos para os viandantes desde o princípio das Minas”.

“Aqui lembro, também, esta parte da carta de sesmaria, concedida por D. Lourenço de Almeida à viúva de Carlos Pedroso: - Fasso saber aos q’esta minha carta de Sesmaria virem q’tendo respeyto a D. Izabel de Souza, viuva que ficou do M.e de Campo Carlos Pedrozo da Silveyra me representar em sua petição que sendo ella moradora em Mappendy abaixo caminho velho desta Minas p.a donde se retirou depois da morte do d.º seu ma-

rido por cauza da pobreza em q'ficou achandosse com filhos e outras obrigações estava estabelecida na dita paragem, e queria continuar sem contradicção com a fabrica de lavoyra p.<sup>a</sup> sustento da d.<sup>a</sup> família, e queria outrossim crear, e fundar curraes de gado por se acharem na d.<sup>a</sup> paragem bons campos p.<sup>a</sup> a referida criação de gados, e porq' se achão devolutas algumas terras donde acabão as do Cap.m mór Thomé Roiz, correndo pello d.<sup>o</sup> rio de Mapendy abaixo athé donde faz barra no rio verde, portanto me pedia lhe fizesse mercê conceder por carta de sesmaria duas Legoas de terra em quadra na d.<sup>a</sup> paragem -. Etc”.

“A concessão foi de uma légua de terras”. Com esta explicação do d. sr. Pelucio, fica patente que D. Isabel de Sousa Ebanos morreu em Baependí, ou imediações. A concessão de “D. Lourenço de Almeida do cons.<sup>o</sup> de S. Mag.e q'D.s. g.de Gov.<sup>o</sup> e-Cap.m Gn.al das Minas do ouro, etc”. traz data de “Villa Rica a 27 de Março de 1726”. Resta agora achar qualquer referência à era do falecimento da viúva do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, se não por um assentamento paroquial, decerto inexistente, ao menos por um ato judicial quanto à transmissão dessas terras, em cuja concessão há referência altamente elogiosa para o mestre de campo: “que no tempo dos Governadores Geraes meus antecessores serviu a sua Magestade que Deus guarde assim na Capitania de São Paulo, como nestas Minas, com muita honra e igual zelo, com que se distinguio entre seus naturaes”.

Para elucidar bem o problema de d. Isabel de Sousa Ebanos, a primeira questão que se apresenta é a geográfica, isto, é, precisar com clareza, de maneira definitiva, o que decorre das expressões “Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambú, concedidas em Sesmaria a Carlos Pedroso da Silveira e a seu genro”. Quanto a este genro, trata-se do marido de Maria Pedroso da Silveira, batizada em Taubaté, em 3 de maio de 1692, por frei Mateus da Assunção. Silva Leme, em V, 512, fala em Francisco Álvares de Castilho, mas documentos existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo aludem a Francisco Álvares Correia, o que quase coincide com Francisco Alves Correia, de Diogo de Vasconcelos.

Também os topônimos “Mapendy abaixo”, “caminho velho destas Minas”, “terras devolutas onde acabam as do capitão mor Thomé Roiz”, “correndo pelo dito rio de Maependy abaixo até onde faz a barra no ‘Rio Verde’” estão a tentar um esforço do gênero em que se tornou autoridade o grande estudioso que é João Batista de Campos Aguirre, cujo fichário forma o mais completo arquivo em coisas de terras, que por aqui existe.

De Baependí a Campanha há muito o que pesquisar sobre genealogia de Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719). Assim, por exemplo, Tomasia Pedroso da Silveira, filha do mestre de campo, casou em Taubaté com o capitão Domingos Alves Ferreira, taubateano, filho de outro de igual nome. Tiveram treze filhos, mencionados em Silva Leme, V, 4331/432, dos quais alguns acredito tenham morrido por São Paulo, mas o maior número terá ficado em Minas, onde andou residindo o sobredito capitão Domingos. Eram esses treze filhos:

1 - Venceslau da Silveira Ebanos Pereira, que casou em 1764, em Itú, com Escolástica Furquim de Arruda (VI, 253);

2 - Eduardo José Caetano, com 48 anos em 1767, em Cunha, casado com Maria Pires e com três filhos, por esse tempo;

3 - José Pires Correia, natural de Campanha do Rio Verde, nascido por 1733, de cabelos pretos e olhos pardos. Fo soldado do Regimento do coronel Mexias. Faleceu solteiro, em 1801;

4 - Domingos Alves Ferreira;

5 - Bernarda Pedroso da Silveira, casada com Antonio Ferraz de Araujo com geração numerosa, em S. L., vol. III, página 130 e seguintes, título “Prados”. Antonio Ferraz de Araujo faleceu em Guaratinguetá, em 1775 e deixou, do seu casamento, quinze filhos: 1, Bento Ferraz de Araujo; 2, Antonii Ferraz de Araujo; 3, Francisco Xavier de Araujo; 4, Inacio de Sousa Botafogo; 5, João de Araujo Ferraz; 6 - José de Sousa; 7 - Manuel Ferraz; 8, Julio Antonio; 9, Maria Pires; 10, Ana de Araujo; 11, Úrsula Maria Pedroso, falecida em 1772. O viúvo João Correia Leme (VI, 336) passou a segundas núpcias com Ana Maria da Palma (III, 82) e o primeiro filho deste consorcio foi Joaquim Rebouças da Palma, com grande geração em Areias e arredores. João Correia Leme é o trono dos Lemes, de Areias (Ver *Revista do Arquivo*, volume XXVII, setembro de 1936, meu trabalho sob o título *Notas genealógicas sobre a família Rebouças da Palma, oriunda do vale do Paraíba do Sul, no Estado de São Paulo*); 12, Bernarda de Sousa Ebanos, primeira mulher de seu parente Julio Carlos da Silveira, com geração em Cunha (V, 510); 13, Jacinta Maria de Toledo, casada com Felipe José da Silva, com geração, incompleta, em VIII, 58/59, título “Dias”. Deste casal descende Maria Honoria de Jesus que, pelo seu casamento com Leonardo José da Fonseca, viúvo de Ana Angélica, deixou geração em Silveiras, da qual tratarei mais tarde; 14, Maria Ferraz de Araujo; e 15, Maria Isidora da Silveira.

6 - Maria Zefirina da Silveira, casada no Rio Verde com Manuel Tavares;

7 - Matilde Alves Jacinta casou com Francisco do Rego Barros;

8 - Leonor Moreira de Marins, casada com Antonio de Faria Sodrê (II, 499), com geração de nove filhos;

9 - Genoveva da Trindade, casada com José Ferraz de Araujo, irmão do marido de Leonor (II, 501);

10 - Jutgardis. Pedro Taques diz respeitosa e “D. Jutigardis”;

11 - Isabel de Sousa Ebanos. Diogo de Vasconcelos, na sua *História Antiga das Minas Gerais*, página 146, afirma que Isabel era casada, mas não dá o nome do marido;

12 - Emiliana Francisca de Moura, batizada em 8 de junho de 1722, casada com Francisco Leite de Faria (II, 501), irmão dos maridos de 8 e 9;

13 - Bárbara Moreira de Castilho, que casou com o taubateano coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, filho do notável coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cujo testamento Felix Guisard Filho fez publicar na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XVII, outubro de 1935, página 35 e seguintes. Salvador morreu em 1725 e o coronel Bento em 1765, no Serro Frio, onde morava havia sessenta anos.

Com o maior prazer receberei quaisquer informes sobre essa gente, acima indicada, neste trabalho que, como os precedentes e os que depois vierem, visa, antes de tudo, ampliar e completar tanto quanto possível, a obra monumental do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme.

uma destas passadas notas. Com o deslocamento do trânsito para outras bandas, Ubatuba e São Sebastião sofreram abalo profundo na sua vida econômica e social e, com o empobrecimento gradual, veio o descaso e, com este, a perda dos arquivos paroquiais e dos cartórios.

Um ou outro processo de dispensa de impedimento, para fins matrimoniais, às vezes o pesquisador encontra no arquivo da *Cúria Metropolitana* e é só. Aparece então, com toda a sua força, a função supletiva dos Recenseamentos de Ordenanças, tantas ocasiões citados, da feliz iniciativa do Morgado de Mateus, o sr. D. Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão, ainda hoje tão malsinado por causa do presídio de Iguatemi, o célebre posto avançado do prestígio português, ao sul de Mato Grosso.

A idéia de Morgado de Mateus, de mandar recensear a população, município por município, anualmente, segundo as leis que criaram as Companhias de Ordenanças, permitiu que em São Paulo atual seja possível reconstituir a vida das nossas localidades num período de cerca de setenta anos, mais ou menos, isto é, de 1765-1766 a 1836. É verdade que muitos cadernos do censo se perderam, assim como alguns estão ilegíveis, mas, a grande maioria está bem conservada, bem legível e cadernos há escriturados com arte, caligrafados, em ordem alfabética (como os de Pindamonhangaba), e um ou outro lugar (Itú, Cunha) deu ares de iluminura a capas de alguns dos seus recenseamentos.

Essa importantíssima documentação, que só existe em São Paulo e relativa a terras paulistas e paranaenses, pois que o Paraná era ao tempo parte de São Paulo, convinha fosse examinada cuidadosamente pelos nossos estudiosos todos, mesmo porque não se poderá fazer história local, aqui, sem consulta prévia a material tão curioso e tão mal conhecido. VI também alguns cadernos relativos a Lages, em Santa Catarina. Sempre achei que tais recenseamentos deviam ir sendo publicados, sistematicamente, antes que se estraguem ou se percam. Parece que apenas foram impresso, até agora, os de Iguatemi, uns poucos da Capital e um de Campinas.

Na falta de documentos paroquiais e de inventários, a genealogia só pode ir adiante, no citado período de 1765 a 1836, através dos informes escriturados nas Companhias de Ordenanças e muito minuciosos certas vezes. Qualquer pesquisador sempre tem confirmação disso. E ainda há pouco, entendendo de homenagear um amigo, precisei estudar os Freitas, de São Sebastião, aos quais se liga por linha paterna. Foram os recenseamentos aludidos que me forneceram os elementos quase completos. Neles percebi, logo no início da investigação, dois grupos distintos - os Nunes de Freitas, mais antigos na região e os Lourenço de Freitas, dos fins do século XVIII.

Quanto aos Lourenço de Freitas, derivam de Antonio Lourenço de Freitas, português, natural de São Miguel da Fronteira, termo de Valença do Minho, arcebisado de Braga, filho de José de Freitas e de Luiza Lourenço, neto paterno de Bento de Freitas e Mariana Ferreira e neto materno de Antonio Lourenço e de sua mulher cujo nome não foi mencionado. Antonio Lourenço de Freitas devia ter nascido por 1758 e casou por 1783, em São Sebastião, onde adquiriu riqueza e posição (pois chegou a sargento-mor), com d. Antonia Maria Pinheiro, filha do sargento-mor Manuel Dias Barbosa e de Inacia Gomes de Moraes ( S. L., Volume II, 482-483, anota a filha Antonia, mas não o casamento com Antonio Lourenço de Freitas).

Antonio Lourenço de Freitas e Antonia Maria Pinheiro tiveram nove filhos: 1 - Ana, casada em 1805, não pude apurar com quem; 2 - Maria, casada em 1805, com Antonio de Carvalho, da Praia Grande; 3 - Gertrudes; 4 - Rita; 5 - Inez; 6 - Antonio; 7 - padre Manuel Lourenço de Freitas, ordenado aqui em São Paulo, com processo *de genere* arquivado na Cúria Metropolitana; 8 - José; 9 - Francisco. Este último, Francisco Lourenço de Freitas, nascido por 1802, casou em 1829 com Ana Leopoldina ( S. L., V, 502), e estava recenseado em S. Sebastião, em 1836, como negociante; ele foi deputado provincial em 1846-1847 e,

formado em Direito, em Coimbra, em 1824, andou como magistrado em Itú e outros lugares. No meu trabalho sobre a família Rebouças de Palma, volume XXVII, página 106, da *Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo*, escrevi que o dr. Francisco Lourenço de Freitas era clínico. Corrijo o equívoco. S. L., V, 502 mencionada dez filhos para o casal Francisco Lourenço de Freitas-Ana Leopoldina: 1 - Francisca; 2 - dr. Antonio Lourenço de Freitas, formado na Faculdade daqui em 1856; 3 - dr. Fernando Lourenço de Freitas, também aqui formado, em 1858. Foi juiz municipal em Lorena, onde faleceu; 4 - Antonia Maria Pinheiro de Freitas; 5 - dr. Braz Odorico de Freitas, nascido em Santos, em 1840, formado na Faculdade daqui, em 1863, foi juiz em Itapira; 6 - Maria Caetana de Freitas; 7 - Ana Josefa de Freitas; 8 - Francisco Lourenço de Freitas; 10 - Cândido Sisenando de Freitas. A estes dez, de S. L., é preciso acrescentar mais uma - 11 - Escolástica Estefania. (Será Escolástica de Freitas, casada com o dr. Teófilo José Antunes Braga, formado aqui, em Direito, em 1874 e político liberal de prestígio em Lorena?).

Sobre o dr. Francisco Lourenço de Freitas, ver notícia escrita pelo dr. Alfredo de Toledo, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XII, 1907, página 318.

Dos Nunes de Freitas, mais antigos que os Lourenço de Freitas, se tratará a seguir.

## XVI

Relativamente aos Nunes de Freitas, mais antigos do que os Lourenço de Freitas, provêm de Gonçalo de Freitas e Maria Farinha, ele de Viana e ela de Coimbra. A filha do casal, Maria Nunes de Freitas, contraiu núpcias com o capitão Miguel Gonçalves e Maria de Unhate ( S. L., II, 472). Do capitão Miguel e de Maria Nunes nasceu a filha Catarina Nunes de Freitas, que foi casada com Diogo de Escobar Ortiz, (II, 472) e tiveram os cinco filhos descritos no lugar citado. Dentre esses cinco destaco a filha Josefa Luiza de Freitas, viúva, com 82 anos em 1791, que fora consorciada com Clemente Pais Pereira, mestre em artes pelo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e que teve cargos, em São Sebastião; a filha deste casal, Emerenciana Pais Pereira Leite de Escobar, foi recenseada em São Sebastião, em 1809, consorciada com Joaquim José Pereira, negociante, natural de Santos, ela com 44 anos e ele com 39, e com os filhos: Bento, de 16 anos; Joaquim, de 14 e Maria, de 12. Suponho não aconselhar mal ao dr. Luiz Silveira para que veja nesse Joaquim, adolescente de 1809, o “escrivão do público”, que o foi, Joaquim Clemente Pais Leite, ainda solteiro em 1823, mas já casado em 1824, aos trinta anos, com Emilia Olinda de Jesus, de 14 anos.

Joaquim Clemente Pais Leite é avô materno do dr. Luiz Silveira, que assim fica ligado aos Nunes de Freitas, de São Sebastião.

Do capitão Miguel e de Maria Nunes de Freitas veio também o capitão Luiz Nunes de Freitas (S.L., VIII, 436-438) o qual foi casado com Maria Gomes Correia, com geração.

Acredito que seja irmão de Catarina Nunes de Freitas e do capitão Luiz o capitão José Nunes da Fonseca, que foi o marido de Rosa Pires da Mota (S. L., VIII, 419); aí, nesse lugar, o linhagista menciona a filha do capitão José e de Rosa - Josefa Nunes de Freitas, que foi a mulher de Miguel Gonçalves Martins. Mas, os recenseamentos indicam um Bartolomeu Gonçalves Martins, casado por 1755, com Catarina Nunes de Freitas. Tenho, para mim, que se trata de dois irmãos ( Miguel e Bartolomeu) casados com duas irmãs ( Josefa e Catarina).

Bartolomeu Gonçalves Martins, casado com Catarina Nunes de Freitas, foi recenseado sempre em São Sebastião e em 1779 estava com três filhos: Manuel, de 13 anos; Maria, de 10 e José, de 8. Este Manuel há de ser necessariamente o que aparece, nos recenseamentos, com os nomes de Manuel Gonçalves Martins, Manuel de Sant'Ana, Manuel de Sant'Ana Gonçalves, Manuel Gonçalves de Sant'Ana e, afinal, Manuel de Sant'Ana Freitas, maneira esta que não mais se alterou. Manuel de Sant'Ana Freitas, capitão de Ordenanças em Vila Bela, homem de fortuna, foi casado duas vezes. A primeira, em 1785, com Teresa Maria de Jesus, filha de Timoteo Furtado de Oliveira e de Josefa Ribeiro Escobar ( S. L., I 451), falecida em São Sebastião, aos 20 de maio de 1798, deixando o filho Benedito Lourenço de Freitas, nascido em 1796. Por que razão este Benedito assinava "Lourenço de Freitas"? Seria afilhado de um dos Lourenço de Freitas, talvez.

Viúvo, o capitão Manuel e Sant'Ana Freitas passou a segundas núpcias com Maria Luiza ou Maria Eugenia da Conceição, prima da primeira mulher (S. L., I, 451). O linhagista dá o nome de Manuel de Sant'Ana Freitas, o qual teve vários filhos do ser segundo consórcio; Bartolomeu, Higinio, Rosa, Teresa, Gertrudes, Umbelina. Benedito Lourenço de Freitas, o primogênito, casou com Rosa Angéica, lá pelas alturas de 1817-1818, e um dos filho foi Joaquim Gonçalves de Freitas, de 1828 mais ou menos, que casou, por 1854, com Maria de Sant'Ana, filha de José Borges de Sampaio e de Gertrudes de Sant'Ana. Filho de Joaquim e de Maria de Sant'Ana foi benedito Gonçalves de Freitas, nascido em Vila Bela por 1855 e casado m 1880 com Prisciliana Diana do Souto, filha de Antonio Faustino do Souto e de uma de suas três mulheres. De Benedito e Prisciliana nasceu, em 1883, em São Luiz do Paraitinga, o prestante cidadão que é Pergentino de Freitas, digno representante dos Nunes de Freitas do litoral, exatamente a pessoa por cujo respeito comecei a estudar os Freitas, de São Sebastião e Vila Bela.

## XVII

A *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, já no seu terceiro ano, continua a trazer matéria de alto interesse para os amigos da especialidade, mais numerosos agora do que há uns tempos atrás, mas ainda assim em quantidade fraca, dada a importância do assunto.

O sumário de todos os volumes aparecidos compõe-se de trabalhos bem feitos, onde sempre se encontra o que aprender e subscritos não só por gente da terra, como também por investigadores de outras paragens brasileiras e mesmo até nomes alienígenas enriquecem as páginas da publicação paulista, que representa um esforço considerável da diretoria do Instituto de Estudos Genealógicos e da comissão redatora da sua brilhante *Revista*.

Com o preço elevado do papel e do trabalho tipográfico, é de se avaliar o quanto tem sido gasto já, para a realização desse desiderato, consistente em por, ao alcance dos estudiosos, matéria relevante como a que trazem os quatro volumes representando os cinco números publicado, num total de mais de novecentas páginas impressas, com abundância de gravuras e uma ou outra árvore do costado. E tudo isso, sob a responsabilidade social de um núcleo de entusiastas, relativamente pequeno e que não dispõem de outros recursos senão os próprios, que eles dadivosamente aplicam na manutenção da bela *Revista*.

O último número apresenta, como contribuição estrangeira, um artigo de O. Forst Battaglia, publicado em fevereiro deste anos, em *La Grande Revue*, traduzido por uma sócia do Instituto de Estudos Genealógicos, artigo esse em que se coloca a genealogia exatamente no seu papel de contribuidora para altos estudos, papel esse do qual nunca deverá estar afastada, e que consiste em formar as séries biológico-sociais, com um máximo

de exatidão, para que, do estudo calmo e refletido dessas mesmas séries, possam ser tiradas ilações de caráter científico.

Uma vez que para os bichos de estimação a linhagem é a garantia de seu valor, nenhuma razão existe no sentido de que tal critério se não aplique ao bicho mais valioso, o homem, cujas qualidades se observarão através do seu *pedrigree*.

Dize-me quem são os teus e te direi quais sejam as tuas inclinações. Que este ponto de vista biológico vença o outro, antigo, nobiliárquico. Reproduzo Teófilo Braga: “João Pinto Ribeiro lia e comentava pela sua mão o poema de Camões. Quando D. João IV, colocado por esse cidadão no trono, lhe dizia: - Que pena, João Pinto Ribeiro, que não sejas fidalgo para dar-te as honras que merece!”, vê-se bem que outros são os tempos e felizmente para todos. O artigo de O. Forst Battaglia merece divulgação e análise.

Duas outras contribuições, que a *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos* anda publicando, são valiosíssimas, não só pelo material que encaminham a estudo como também pelo exemplo que dão os seus autores. Refiro-me à cópia de arquivos paroquiais de Campinas e Lavras, respectivamente pelos senhores dr. Teodoro de Sousa Campos Junior e Arí Florenzano.

Quando a gente precisa recorrer a um arquivo paroquial que não seja da diocese de São Paulo ( a Cúria Metropolitana, por iniciativa de D. Duarte Leopoldo e Silva, centralizou, nesta Capital, os papéis paroquiais da diocese), começam os embaraços. Muitos dos senhores vigários são pessoas amigas e não opõem embargos ao pesquisador e até facilitam as buscas, mas as viagens que o estudioso deve realizar, às vezes com esforço inútil, dada a inexistência do livro desejado, e outras dificuldades que se apresentam quase sempre, tornam a pesquisa à distância muito ingrata e não raro infrutífera.

Num ou noutro lugar há amigos obsequiosos (um amigo é outro eu, dizia Pitágoras), prontos para qualquer massada, perdoando cristãmente as importunações. Boa compensação para o número dos que nem respondem às cartas de solicitação, ainda quando levam selo para a volta do correio, e apresentação de amigos comuns.

Assim, pois, as colaborações dos srs. Arí Florenzano, de Lavras (Minas), e dr. Teodoro de Sousa Campos Junior, de campinas, exibindo aos estudiosos as jóias documentárias das páginas envelhecidas de antigos livros dos arquivos paroquiais de suas terras, são dignas dos melhores aplausos de todos quantos andamos a rebuscar questões genealógicas.

Não me posso eximir de exemplo comprobatório. No meu trabalho sobre os Rebouças da Palma (ver *Revista do Arquivo Municipal*, vol. XXVII), precisamente na página 161, trato de Honório Fidelis do Espírito Santo, tronco dos Ávilas de São Francisco de Paula dos Pinheiros e imediações. Honório, nascido em Rezende, era filho de Francisco Correia de Ávila e de Ângela Maria Teixeira.

Um neto de Honório, Sócrates Honório de Ávila, homem inteligente, me dizia que Ângela Maria Teixeira era dos Teixeiras de Campinas. Ora, no volume 3-4 da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, página 228, Arí Florenzano acrescenta, aos cinco filhos de Domingos Teixeira Vilela e Ângela Isabel Nogueira do Prado, que Silva Leme menciona em VI, 395/396 e que são:

1 - João Leme; 2 - Mariana; 3 - Cirurgião-mor Tomé Jacinto Teixeira; 4 - Sargento-mor Joaquim José Teirxeira Nogueira (o que foi para Campinas); 5 - Capitão Domingos Teixeira Nogueira (bisavô de Cesário Mota Junior), mais os quatro filhos seguintes: 6 - Filipe, batizado em Carrancas, a 15-5-1754; 7 - Ângela, batizada em Carrancas, a 9-



10-1757; 8 - Joaquim, batizado em Carrancas, a 3-3-1759; 9 - Maria Ângela Teixeira, natural de Nossa Senhora do Monte Serrat, em Baependí.

É claro que uma destas duas - Ângela (Ângela Maria?), ou sua irmã Maria Ângela, é a que casou com Francisco Correia de Ávila e, desse modo, confirma-se o asserto de Sócrates Honorio de Ávila, de que eles Ávilas tinham parentesco com os Teixeiras de Campinas.

## XVIII

O fim principal destas notas é apresentar aos amigos da genealogia alguns problemas e algumas curiosidades que sem divulgação, talvez se destinassem a desaparecer. Assim sendo, devo insistir no especial agrado com que recebo todas e quaisquer contribuições visando a acréscimos e corrigendas na matéria que for publicada.

Quando escrevi, na minha nota XIII, uma retificação à *Genealogia Paulistana*, a propósito da geração de Hilario Gomes Nogueira, que foi casado, no Rio, com sua prima d. Maria Josefa do nascimento, filha do casal 6-9, página 433, volume VI, título “Bicudos”; o meu amigo e colega dr. João de Almeida Leite de Moraes procurou-me alegando que eu havia feito injustiça ao dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, porque ele, dr. Leite de Moraes, possuía, no seu exemplar da *Genealogia*, um suplemento impresso, relativo ao caso em questão.

De fato eu não conhecia tal suplemento e penso que foi escrito por descendentes de Hilario e oferecido ao linhagista que, de posse das quatro páginas, teria tomado a resolução de colocá-las em uns tantos exemplares da *Genealogia* e só assim se compreende que numerosos pesquisadores nunca hajam visto o referido suplemento, nas mãos do dr. Leite de Moraes dada a origem dos volumes que possui: oferta de um genro do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Aliás os volumes do dr. Leite de Moraes têm anotações a mão, em muitos pontos, o que constitui preciosidade bibliográficas, sem dúvida alguma.

Numa outra oportunidade publicarei o suplemento aludido, com observações que ocorrerem, pelo estudo feito da família de Hilario Gomes Nogueira e d. Maria Josefa do Nascimento. Desde já, entretanto, declaro que o genro deles, casado com Teodora, chamava-se Joaquim Medina Celli, “natural da Europa”. O nome Caetano, que se lê na publicação aludida, pertence ao pai de d. Maria Josefa do Nascimento, Caetano José de Miranda, natural de Guaratinguetá, casado em Baependí, em 1759, com Ana Antonia Maria de Jesus do Prado, filha de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, tronco dos Nogueiras de Baependí.

A minha nota XV mereceu a honra de retificações e acrescentamentos que muito me desvaneceram, oriundos de uma descendente do dr. Francisco Lourenço de Freitas, a qual preferiu não se dar a conhecer. De fato, ao copiar a lista de Silva Leme, enganei-me, passando o nome de 6-1, em lugar de 7-1. O mais que aparece na carta, estampada na edição de 26 de setembro, do *Correio Paulistano*, são ótimos informes que só mesmo pessoa da família poderia ter. Mas, para que tão interessantes apontamentos não fiquem errados num ponto, insisto, com a devida venia, sobre a data da formatura de Teófilo José Antunes Braga, que é a que eu dei - 1874, data que consta da lista publicada em 31-12-1900, pelo dr. Julio Joaquim Gonçalves Maia, o saudoso secretário da Faculdade de Direito (ver volume VIII da *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, página 281).

Não satisfeito com o dado que possuía, fui ao arquivo da Faculdade, num destes dias próximos, e estive examinando os papéis do estudante Teófilo José de Antunes Braga, chamuscados pelo incêndio da madrugada de segunda-feira, 16 de fevereiro de

1880. A matrícula foi requerida em 2 de março de 1870 e o grau colado a 3 de novembro de 1874. Em restos de uma certidão de batismo, ainda pacientemente podem ser lidos alguns trechos: batizado em 17 de março de 185.; filho de Joaquim Antunes Braga e de Ana... Leopoldina de Castro, et cétera.

E, para não ficar esta nota de hoje só com elementos dos partidos republicano e liberal, darei algo de um também notável procer conservador. No terceiro artigo desta série, ao tratar de José Alves de Oliveira, de Páramos, habitante de Cunha (Facão), desde 1730 e poucos, noticiei que ele era genro de Manuel Alves Vieira, nascido e crescido em São Paulo e que, depois, foi residir em Parati. Li, em documento, que “Manuel Alves Vieyra foi desta cidade onde nasceu, p.<sup>a</sup> o Rio de Janeiro menino em companhia de sua M.<sup>a</sup> Anna Maria Vieira, irmã da May do R. P. Manoel Velloso, casada com Manuel dos Sanctos”. Interpretei “M.<sup>a</sup>” como sendo “Madrinha”. Lendo, porém, melhor, o mesmo documento, vi que a tal abreviatura correspondia a “Mãe”. Eis o documento todo:

PROCESSO DE *GENERE* DO PADRE MANUEL ALVES DE OLIVEIRA (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo), 1757, página 79: “Antonio de Toledo Lara - Cura da Sé - Certifico que fazendo toda a diligência possível por saber da pureza ou impureza do sangue do habilitando Manuel Alz. de Oliveira respectiva a seu avô materno Manuel Alz. Vieyra não acvhei pessoas que me dessem notícia do tal avô do habilitando - o que provêm de que o tal avô M.el Alvres Vieyra foi desta cidade onde nasceu, p.<sup>a</sup> o Rio de Janeiro menino em companhia de sua M.<sup>a</sup> Anna Maria Vieyra, irmã da May do R. P. Manoel Velloso, casada com Manoel dos Santos; e segundo esta notícia inquirindo a consangüinidade do dito M.el Alvres Vieyra por parte de sua May Anna M.<sup>a</sup> Vieyra - bisavó do habilitando achei ser cristão velho sem mancha alguma segundo as informações que me deram; a esta tal Anna M.<sup>a</sup> Vieyra conheceu e sabem dela as testemunhas abaixo: o que afirmo in virt. sacerdotis. São Paulo, 5 de Março de 1760. Ant.<sup>o</sup> de Toledo Lara”. As testemunhas inquiridas foram Maria de Abreu, D. Leonor de Siqueira, Capitão-mor José de Góis e Moraes, Maria de Cerqueira, Sargento-mor José de Aguirre de Camargo, Rev. Padre Frei Antonio das Neves Camargo e Rosaa Maria “may do Rev. Padre Mestre Sepeda”.

Manuel Alves Vieira, paulistano de Parati, filho de Manuel dos Santos Coelho e de Ana Maria Vieira (S. L., VIII, 188, 4-9), era sogro de José Alves de Oliveira, de Páramos, residente em Cunha, o qual vem a ser o pai de Maria Rosa da Anunciação, trisavó do eminente paulista Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, que fica, desse modo, ligado ao título “Maciéis”, da *Genealogia Paulistana*, como sexto neto de Ana Maria Vieira, irmã do Capitão Inacio Vieira Antunes, antepassado de Campos Sales.

## XIX

A onomástica regional brasileira, como em toda parte, vai sofrendo constante alteração, pelo abandono de certos cognomes, às vezes muito representativos. Já não falo dos nomes, o que daria assunto para várias dissertações. Quem é que hoje, nos dias que passam, se assina VELHO, PRETO, CARRASCO, QUARESMA, GROU, ONHATE, ZOURO, e tantos, que eram freqüentíssimos por estas bandas?

Quanto ao cognome PRETO, compreende-se que fosse posto à margem por necessidade, dada a confusão que se havia de ir estabelecendo, nos documentos, entre, por exemplo, um Antonio Preto, ou uma Antonia Preta, pertencentes à família dos PRETOS, e um negro Antonio, ou uma negra Antonia, vulgarmente chamados “Antonio Preto” e “Antonia Preta”. Que dificuldade, com o correr dos tempos, para qualquer paulista explicar que uma dona viúva Maria Preta, assim se chamava por ser de velha estirpe, com bra-

são registrado, et cétera... Enfim, o tal cognome, com a introdução dos africanos aqui, criou complicações aborrecidas.

Ainda agora, há pouco, uma senhorinha de repartição pública paulista, referindo ao dr. Samuel Lowrie que ela descendia do eminente cidadão paulistano chamado Francisco de Godói Preto, juiz ordinário, comandante militar, bandeirante e guarda-mor de minas de ouro, ouviu, do erudito norte-americano, a pergunta indagadora: “Mas, d. Maria, os nomes aqui não eram descritivos?” Por essas e outra, os autênticos PRETOS foram adotando novas maneiras de assinar para se diferenciarem dos pretos autênticos.

O mesmo raciocínio deverá ser feito, em relação aos VELHOS, aos CARRASCOS e congêneres. Que torturas para uma elegante mocinha de antanho, dizer-se, por exemplo, “Ana Velha”, ou “Gertrudes Carrasca”, visto o curioso hábito de se chamarem, as mulheres, Cardosas, Machadas, Pedrosas, Velhas, Carrascas, Pretas...

Lembrei-me desses fatos ao estudar um taubateano macróbio, que aparece na *Genealogia Paulistana*, V, 441, ao lado de sua segunda mulher Inacia Moreira, filha de Eleuterio Felix de Oliveira e Inez Gonçalves Moreira. Quero falar de Manuel Velho Garcia, que deixou grande geração.

Para esclarecer a filiação de Manuel Velho Garcia, pedi a colaboração indispensável do historiador Felix Guisard Filho, que teve a gentileza de copiar, do inventário volumoso, o testamento do taubateano, na parte esclarecedora da situação genealógica que se estudava.

O testamento é de Taubaté, com a data de 4 de fevereiro de 1781, e está na página 88 dos autos. Aí diz o testador:

“Declaro que sou natural da Villa de Pindamonhangaba filho legítimo de Manoel Garcia Velho e de sua mulher Maria Cardosa já defunctos. Declaro que fui casado em face da Igreja com Maria Leite de Miranda, já defuncta, de que tivemos 4 filhos e filhas: 1) Leandro Garcia Leite (solteiro) em Cuiabá; 2) Maria, casada; 3) Manoel Garcia Leite; 4) Antonio, desherdado por não ser filho de bem e por não viver bem como Deus Nosso Senhor manda. Declaro que fui casado segunda vez com Ignacia Moreira de cujo matrimonio tivemos os filhos seguintes: Maria, Anna, Martha, Catharina, Francisca, Maria e José”.

Mesmo com a declaração do testador, de que ele era filho de Manuel Garcia Velho e de sua mulher Maria Cardoso, não foi fácil localizá-lo na obra do de. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Manuel Garcia Velho, há um, em VII, 466, número 3-5, e aí diz o linhagista que o capitão Manuel Garcia Velho foi primeiro casado com Ana Pires, depois com Helena Rodrigues e uma terceira vez em 1688, em Taubaté, com Maria Fragozo, filha do capitão Sebastião de Freitas e Maria Fragozo, a qual está em VIII, 10, número 4-5. Como o testador fala em Maria Cardoso, por sua mãe, decerto ela assim era chamada, do nome da avó materna Mariana Cardoso, casada primeiro com Baltasar Lopes Fragozo, português, falecido em 1635, e depois com Antonio de Barros de Alcáçova, falecido em 1642.

Nessas condições, assim sendo, Manuel Velho Garcia, o macrobio taubateano, não pode mesmo aparecer na *Genealogia Paulistana*, que apenas relata seis filhos da segunda mulher, falecida em Taubaté, em 1687. Manuel Velho Garcia, no censo de 1765-1766, vem com sessenta anos; o censo de 1769 dá-lhe sessenta e dois; o de 1776, setenta e quatro; o de 1778, oitenta e três. Teria nascido pelas alturas de 1695. Não consegui saber onde e quando faleceu o pai capitão Manuel Garcia Velho, nome muito notável na história do bandeirismo taubateano e na do descobrimento do ouro das Minas Gerais, companheiro que foi do coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e outros.

Um dos filhos de Manuel Velho Garcia foi Manuel Garcia Leite, casado, aos 25 anos, em Taubaté, pela altura de 1766, com Maria Gertrudes de Jesus, filha de Lourenço Garcia de Toledo e de Ana Maria de Jesus, estes recenseados no bairro de Piracanguá, na terra de Jaques Felix. Lourenço, por sua vez, era filho do tenente Clemente de Toledo Piza (S. L., V, 561). De Manuel Garcia Leite e Maria Gertrudes de Jesus nasceram, em Taubaté, Ana, Clemente e Simeão, de 3 meses no censo de 1770, o qual foi Simeão Garcia de Toledo, casado em Pindamonhangaba, em 1791, com Ana Pedroso da Silveira, filha de Filipe José da Silva e Jacinta Maria de Toledo, esta de Antonio Ferraz de Araujo e Bernarda Pedroso da Silveira (III, 134 e VIII, 58).

Simeão Garcia de Toledo morou em Pindamonhangaba, em Guaratinguetá e em Silveiras, para onde se transferira com a família. Teve pelo menos oito filhos e não uma, como dá a *Genealogia Paulistana*, e que são:

1 - Antonio Ferraz de Toledo, casado com Rita Monteiro dos Santos, de que a filha Benedita Monteiro dos Santos foi a mulher do coronel Salvador Rodrigues Pimentel (pais dos drs. Olimpio e Tomaz Pimentel); 2 - Manuel; 3 - Maria Pires de Araujo, segunda mulher de Antonio da Silva Bravo, única que S. L. menciona, em VIII, 58; 4 - Gertrudes; 5 - Francisca; 6 - Teresa Maria de Toledo, casada em Silveiras, com Modesto de Almeida Machado (*Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XXXV, 102); 7 - Isabel; 8 - Mariana Honoria de Toledo, primeira mulher de Gabriel Serafim de Carvalho, com quem casou em Silveiras (*Revista do Instituto Histórico*, citada, 123).

## XX

O cognome Toledo, entre nós, não provém apenas da progênie de Dom Simão de Toledo Piza, fidalgo espanhol, nascido em Angra (Ilha Terceira), casado aqui em São Paulo, aos doze de fevereiro de 1640, com dona Maria Pedroso, filha de Sebastião Fernandes Correia e sua mulher Ana Ribeiro. Na nota XII, desta série, está publicada matéria relevante sobre os Toledo Piza.

Domingos Machado Jacome, segundo marido de Catarina de Barros, nascido na Ilha Terceira, era filho de Pedro Jácome Vieira e de Antonia Machado de Toledo, cujo pai tinha o nome de Gonçalo de Toledo Machado (S. L., VIII, 151). Cabe a essa gente, sem dúvida, a observação de Taunay, no tomo I dos *Anais do Museu Paulista*, página 230, quando diz: “Ainda se refere Pedro Taques a outros capítulos, como MACHADO TOLEDO (da Ilha Terceira), PONTES (dos Açores), etc. de modo a não deixar bem claro, porém, se os escreveu, ou se se trata de escritos de outros genealogistas”.

Um Francisco Vieira de Toledo (S. L., VIII, 40), inventariado em Taubaté, em 1779 (Guisard, *Inventários* de Taubaté, 134), natural da Ilha Terceira, talvez pertencesse aos citados Machado Toledo dessa ilha, e deixou geração de Toledos, que não sei se perdurou.

Ainda em S. L., volume IX, página 90, aparece uma Campos, casada com o dr. Francisco de Assiz Vasco de Toledo, natural de Pernambuco. Estes, que se localizaram no Amparo, são os Toledos mais recentes da onomástica paulista. Desta família, lembro-me muito bem de umas senhorinhas Toledo Lima, que aqui se formaram na antiga Escola Normal de São Paulo, as quais, se me não trai a memória, haviam nascido em Pilar, no Estado da Paraíba.

Junte-se, a esta dificuldade de origem, o fato da imensa maioria dos Toledo Piza assinar apenas Toledo (quando usa este cognome) e aí aparecerão muitos trope-

ços que se antojam ao pesquisador, numa indagação relativa ao simpático cognome, que tanto lembra a histórica e lendária cidade da Castela Nova.

Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Cunha encheram-se de famílias Toledo e autênticos Toledos Piza, como sempre estou verificando ao estudar problemas genealógicos do Vale do Paraíba. Ainda agora, indo ao encontro dos desejos de velho e prezado amigo, o dr. Edgar de Toledo Malta, andei estudando a sua linhagem Toledo, da qual não tratou o genealogista da família, o dr. Augusto de Siqueira Cardoso (1858-1917).

Filho do dr. Francisco de Toledo Malta, o dr. Edgard, por isso, vem a ser neto paterno de José Francisco Malta (1810-1883) e de Eduviges Carolina de Toledo (1819-1894). Esta Eduviges é, portanto, a que trouxe para a família Malta o cognome Toledo. (Confira-se S. L., VI, 38 e 441; jacinto, II, primeira parte, 141 e segunda parte, 281; *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XIX, 1914, páginas 43-71).

Achei, nas publicações aludidas, muito falhas as informações sobre a parte Toledo, que entendi de ampliar e creio que o consegui, com bastante resultado. Eduviges Carolina de Toledo, nascida em Jacareí, era irmã de Camilo e Leocadio, que me pareceu ser Leocadio da Silveira Cortez, indicado na página 150 do *Almanaque da Província de São Paulo*, para 1873, de Antonio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Eram, os três, filhos de Leonardo da Silva Cortez, nascido em Taubaté, por 1789, e de Ângela Maria da Conceição de Camargo, nascida em Conceição de Guarulhos ou Moji das Cruzes, pela altura de 1792; teriam casado, não descobri onde, por 1811. Foi só em 1814 que o casal fixou residência em Jacareí, de onde não mais se afastou. Suponho que Ângela faleceu antes de 1825, mas Leonardo da Silva Cortez ainda viveu até 1857, segundo informa o dr. Augusto de Siqueira Cardoso, na *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, loc. cit.

Leonardo da Silva Cortez (1789-1857) tinha por progenitores Leonardo José de Toledo, nome com o qual sempre foi recenseado, nascido em Jacareí por 1766; e Maria Clara barreto, taubateana, talvez de 1770 e muito provavelmente filha de Antonio Barreto Leme, pindamonhangabense e Maria Branca, de Guaratinguetá. Leonardo José de Toledo e Maria Clara Barreto devem ter contrahido matrimônio em Taubaté, em 1788; aí moraram e aí lhes vieram os filhos: 1 - Leonardo da Silva Cortez, de 1789; 2 - Joaquim, de 1790; 3 - Ana, de 1794; 4 - Mariana, de 1795; 5 - Joaquina, de 1799; e 6 - Cesarina, de 1804. Datas aproximadas.

Entre 1805 e 1811 Leonardo José de Toledo deixou Taubaté para fixar-se definitivamente em sua terra natal, onde acredito que morreu logo. Não acertei, com os elementos daqui, com que se consorciaram as filhas, exceto a de nome Joaquina, melhor Joaquina Angélica, que, pelo seu casamento com o próspero negociante Bento Lucio Machado (1822?), tornou-se baronesa de Jacareí (baronato de 6-12-1849 e, com grandeza, em 2-12-1852). Em S. L., VIII, 273, convém corrigir o nome do primeiro barão de Jacareí, que “era de altura mais que ordinária, tinha cabelos e olhos pretos”.

Leonardo José de Toledo, irmão de Antonio José de Toledo e de Salvador, vinha a ser filho de João Ribeiro de Toledo e de Maria Francisca, já viúva, em Taubaté, em 1773, com 33 anos apenas. Os recenseamentos militares, aludindo à filiação de Leonardo, dizem João Ferreira de Toledo, mas em S. L., VIII, 375, está bem claro, assim como nos dois primeiros recenseamentos de Jacareí - João Ribeiro de Toledo, o qual era irmão de José Correia de Toledo e filhos, ambos, de Francisco de Albuquerque e de Feliciano Guedes (VIII, 374 e V, 365).

Feliciano Guedes, filha de Pantaleão Pedroso de Toledo, casado em Taubaté, em 1693, com Antonia Rosa Guedes, transmitiu, para os Toledo Malta, o cognome avoengo Toledo Piza, herdado de Dom Simão de Toledo Piza através da filha deste, Ana Ri-

beiro Rodovalho, casada que foi com o capitão João Vaz Cardoso, pais, estes dois últimos, do referido Pantaleão Pedroso de Toledo (V, 514).

## XXI

A pesquisa genealógica, quando não é feita em livros paroquiais e registros civis perfeitamente escriturados e conservados, representa um trabalho que exige calma, paciência, pertinácia e certa argúcia, que se aumenta com o manuseio constante dos documentos subsidiários existentes e consultáveis.

Depois de livros paroquiais e de registros civis, os inventários e testamentos prestam auxílio valioso, sobretudo se trazem declarações de parentesco, o que nem sempre acontece. Nessa ordem decrescente, apresentam-se, a seguir, registros de família (raríssimos entre nós) e assentamentos militares que declarem a filiação dos alistados. O livro do regimento de Sorocaba, do coronel Luiz Antônio de Sousa, por exemplo, é o melhor que existe na coleção do Arquivo do Estado, embora a tinta haja cortado quase todas as folhas. Tal livro contém dados ótimos sobre cada soldado e escriturados com linda letra.

Em contraposição a esse livro modelar, de registros militares, outros existem, na aludida Repartição, onde apenas se lê o nome do alistado, sem uma indicação sequer, a respeito de filiação. Feitos também num sentido militar, existem, no mesmo Arquivo, os recenseamentos de Ordenanças, que, como já tem sido publicado, abrangem o período que vai de 1765-1766 a 1836, mais ou menos. Esses recenseamentos, organizados por municípios, trazem dados sobre cada família e, em muitos lugares, no período de 1801 a 1806, aproximadamente, as declarações dos recenseadores são explícitas, com informes de primeira ordem para o genealogista, que só tem a lamentar não ter sido essa a orientação em todos os cadernos de tão curiosos censos que d. Luiz Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, iniciou aqui, logo no começo do seu governo.

Com esses recenseamentos e com os livros de soldados, após minuciosa e cautelosa análise, muita afirmação verdadeira poderá ser feita, para suprir assentamentos de livros paroquiais desaparecidos e que talvez não existam mais. Procurarei exemplificar com um caso relativo a São Sebastião e Vila Bela. Interessava a distinto cavalheiro, esclarecer a filiação de Joaquim Antônio Alves da Silveira, bem como seus antecedentes genealógicos.

Um primeiro passo indicou logo que a pessoa estudada era filha de Antônio José Alves Domiciano e de Maria Antonia, ambos do litoral paulista, das zonas referidas. Outra investigação revelou a existência de um Francisco Antônio Alves da Silveira, de certo também filho de Antônio José Alves Domiciano.

Por uma batida nos recenseamentos de São Sebastião (1765-1836) e de Vila Bela (1805-1936), foi constatada, nos segundos, a existência, em 1820 mais ou menos, do casal Antônio Alves, de 30 anos e Maria de 24, sem filhos nessa data. Seria então Antônio Alves, de 1790 e Maria, de 1796. De 1820 em diante o recenseamento de Vila Bela vai apresentando sempre o mesmo casal, com o aparecimento gradual dos filhos; Carolina, Antônio, Francisco, João, José e Joaquim, este alistado eleitor em Paraibuna, em 1876, como tendo 38 anos. Devia ter um pouco mais de 38 anos, ao que calculo.

Quem eram, entretanto, Antônio José Alves Domiciano e Maria Antonia, casados pela altura de 1820 ou um pouco menos?

Dado o curioso hábito existente no nosso meio social de se impor, aos filhos, como cognome, o nome paterno, Antônio José Alves Domiciano deveria ser filho de um Domiciano, que seria preciso encontrar. Iniciada a busca, nesse sentido, o censo de S. Sebastião acusou logo, em 1803, na terceira companhia, sob número 37, a família de Domiciano Pinto Guedes, casado com Ana Maria, e com os filhos ANTONIO, Joaquim, Francisco,

José, Maria, Francisca e Angélica. Já em 1808, na segunda companhia, sob número 37, não aparecem mais Domiciano e a mulher, talvez falecidos, mas Antônio Alves, “natural desta”, de 17 anos, chefiando os irmãos Joaquim, Francisco, José, Maria, Francisca, Angélica. Antônio Alves, pois, nascido em São Sebastião, por 1790 era o Antônio Alves Domiciano, também Antônio José Alves Domiciano, eleitor em São Sebastião, em 1853, na casa dos sessenta anos.

Mas, e o cognome Silveira, para Joaquim Antônio Alves da Silveira e seu irmão Francisco Antônio Alves da Silveira, de onde teria vindo? Evidentemente da linha materna, por via de Maria Antonia, nascida naquelas paragens do litoral paulista, pelas alturas de 1794. Ela seria Silveira, oriunda de uma família que assim se assinasse. Ora, precisamente na primeira companhia das Ordenanças de São Sebastião, em 1808, sob numero 22, aparece o alferes de forasteiros, Francisco Correia da Silveira, natural do Rio de Janeiro, casado com Ana Maria, “natural desta”, e com os filhos Francisco, José, Manuel, João, Ana e MARIA, de idade que condiz, perfeitamente, com as necessidades do pesquisador, por haver nascido por 1794.

Em 1810, o censo já acusa o falecimento do alferes Francisco Correia da Silveira, “natural do Rio de Janeiro” (seria de Parati?), e acrescenta um filho Antônio, de dois anos. Em 1814, o recenseador declara que a viúva Ana Maria do Nascimento é “natural da Conceição”.

De 1815 a 1820 estão muito incompletos os papéis de São Sebastião e Vila Bela. A matéria pesquisada, porém, é mais do que suficiente para fornecer indícios veementes relativos à filiação de Antônio José Alves Domiciano e sua mulher Maria Antonia. Resta agora, para eliminar toda dúvida restante, se encontrem os assentamentos paroquiais onde esteja o casamento destes dois últimos citados, efetuado entre 1815 e 1820.

Domiciano Pinto Guedes pode bem pertencer aos Pinto Guedes, descendentes do capitão Francisco Pinto Guedes Alcoforado, falecido em 1701, natural de Portugal, filho de João Pereira da Fonseca Osório e de Catarina Guedes. Ele aqui foi casado com Ana de Morais, com Maria Missel e com Mariana de Camargo (S. L., V, 371 e VII, 63) e deixou geração, assim como seus irmãos João Pinto Guedes e Manuel Pinto Guedes (V, 399 e 408).

Como nos demais trabalhos meus, receberei, com o maior prazer, quaisquer adendas, observações, corrigendas e sugestões, no sentido de se obter obra melhor e, tanto quanto possível, isenta de imperfeições.

## XXII

Deve-se a Francisco Dias Velho (S. L., VIII, 25) o primeiro esforço, em 1651, no sentido de uma expansão paulista, organizada, na Ilha de Santa Catarina, para onde se transferira, com seus parentes e escravos e camaradas índios, segundo informa o historiador João Ribeiro. Pela mesma fonte informativa se vê que, outro paulista, Domingos de Brito Peixoto (S. L., II, 188) fundou o povoado de Laguna, por 1656, datando dessa época a colonização dessas plagas, dentro de uma certa regularidade.

João Ribeiro acrescenta que a ordem real de 1723 abriu, para aquele ponto do território nacional, corrente emigratória laboriosa e útil de gente açoriana e madeirense. O mês de fevereiro de 1737, com a chegada do brigadeiro José da Silva Pais, assinala o início da organização regular do Rio Grande do Sul. Estas datas, assim como a da fundação de Lages, em Santa Catarina, vila paulista de 1774, muito concorrem para auxiliar a compreensão do movimento expansionista de S. Paulo, em terras do Sul, marcos milionários que são, de um fenômeno que existiu sempre, mais ou menos intenso, se se levar em conta o gênio aventureiro e andejo dos povoadores destas bandas.

Nas minhas notas 1 e 2 desta série, aludia à fixação de elemento guaratinguetaense, em terras sulinas, assim como referi o emprenho com que os genealogistas

sul-riograndenses estudam suas linhagens, procurando estabelecer ligação entre esses povoadores do século XVIII e os troncos paulistas estudados na Genealogia Paulistana, de Silva Leme. Tive, então, oportunidade de contar o interesse do ora falecido coronel do Exército Jonatas da Costa Rego Monteiro, quanto à descendência do casal Francisco Nunes da Costa - Lucrecia Leme Barbosa (S. L., III, 32, título "Raposo Goes").

Posteriormente, em datas de 16 de setembro e 11 de outubro, recebi cartas do genealogista sul-riograndense Jorge Godofredo Felizardo, com indagações que se prendem ao dito casal Francisco Nunes da Costa - Lucrecia Leme Barbosa. Silva Leme dá, para Francisco e Lucrecia, apenas cinco filhos: 1 - João Peres de Gusmão; 2 - Margarida Nunes Rangel; 3 - Diogo Barbosa da Silva; 4 - José Barbosa Leme; 5 - Manuel Nunes Barbosa, que andou por Goiás, onde lhe nasceu pelo menos o filho padre Bento, por 1730. Descobri mais um filho: Mateus Leme Barbosa, na certidão número 140, página 220 da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, ano II, n. 3-4.

Esse Mateus Leme Barbosa aparece nas curiosas certidões que Ary Florenzano anda exumando do arquivo paroquial de Lavras, e não aparece mal acompanhado, com a sua mulher e dez filhos, batizados em Carrancas, localidade mineira. Apenas aí se declara que Mateus é filho de Lucrecio Leme e de Francisca Nunes da Costa; coisa de nada, troca de sexos entre Lucrecia e Francisco.

Pela opinião do Dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, profundo conhecedor do passado de São Paulo, opinião essa que, acertadamente, esposam os linhagistas sul-riograndenses, a esses seis filhos de Francisco e Lucrecia pode-se juntar Fabiana da Costa Rangel, casada com Baltazar Correia Moreira, o qual o dr. Américo supõe descendente de Guiomar de Alvarenga, segunda mulher de Francisco Alvares Correia (S. L., V, 431, título "Alvarengas").

Da geração de Baltazar Correia Moreira e Fabiana da Costa Rangel foram, de Guaratinguetá, para o sul, três filhos:

- 1 - Lucrecia Leme Barbosa, casada em Guaratinguetá, por 1723, com Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos;
- 2 - Beatriz Barbosa Rangel, casada com Dioniso Rodrigues Mendes;
- 3 - Antônio Correia Rangel, nascido em Guaratinguetá, falecido com 80 anos, em Santo Amaro, no Rio Grande do Sul, a 19 de junho de 1788, casado com Maria da Rocha de Carvalho, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi-Guaçu e falecida em Santo Amaro (R. G. do Sul), a 25 de fevereiro de 1819, centenária, filha de Manuel da Rocha de Carvalho, português e de Isabel Pedroso de Moraes, de Parnaíba, bispado de São Paulo (S. L., III, 171).

Esses curiosos dados, tirados da última carta do linhagista Jorge Godofredo Felizardo, precisam ser conhecidos, pois podem conduzir à descoberta de documento pelo qual se consiga determinar, de maneira incontestada, a filiação de Fabiana e quicá de Baltazar, pais desses três guaratinguetenses, povoadores do Sul.

Sabe-se, pelo mesmo autor, que Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos e Lucrecia Leme Barbosa deixaram, dos nove filhos até agora descobertos, larguíssima geração. São, esses nove filhos:

- 1 - Fabiana Dorneles, batizada em Guaratinguetá em 1724 e falecida na Vila do Triunfo (R. G. do Sul) em 1765; 2 - Rita de Menezes, batizada na freguesia do Facão (Cunha), por 1725 e falecida na Vila de Santo Amaro (R. G. do Sul) em 1801; 3 - Antonia da Costa Rangel, batizada em Guaratinguetá, em 1727; 4 - Maria Leme, natural de Laguna e falecida na Vila de Taquari (R. G. do Sul) em 1792; 5 - Gertrudes Barbosa de Me-



nezes, natural de Viamão e falecida octogenária na Vila do Triunfo em 1820; 6 - Clara Barbosa de Menezes, natural de Viamão e já falecida em 1789; 7 - Teresa Barbosa de Menezes, natural de Viamão e falecida em Porto Alegre, septuagenária, em 1810; 8 - José Raimundo Dorneles, natural de Viamão e provavelmente falecido solteiro; 9 - Manuel Dorneles, natural de Viamão, pereceu afogado no Rio dos Sinos, em 1757, aos 22 anos de idade.

Pelo nascimento desses filhos, vê-se que Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos saiu de Guaratinguetá, depois de 1727 e se fixou em Laguna, onde lhe nasceu a filha Maria Leme, pelos anos de 1729. Da Laguna transferiu-se para Viamão, em caráter definitivo.

Uma vez que dois dos filhos de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa andavam em terras tão distantes de Guaratinguetá, sua vila natal, o capitão Manuel Nunes Barbosa, em Goiás, por 1730 e Mateus Leme Barbosa, em Carrancas (Minas), por 1733, é lícito presumir que Fabiana, suposta irmã destes, também andasse correndo mundo, com o marido e filhos, à cata da fortuna. E, em tais condições, quando menos se espere, em qualquer parte pode surgir a afirmação documental, sobre a filiação que se procura comprovar, de Fabiana da Costa Rangel e seu marido Baltazar Correia Moreira.

### XXIII

Embora a função do genealogista seja um trabalho continuado, no sentido de estabelecer séries biológico-sociais, que tais são as linhagens, tão prezadas por uns e tão malsinadas por outros, muitas vezes encontra ele, no manuseio material que lhe cai às mãos, oportunidades várias para entrar em seara alheia, passando, então, ao papel de historiador.

Esse “grilo” intelectual, que a justiça não coíbe, presta aliás, o serviço de todo “grilo”, digno desse engraçado nome, qual seja o de concorrer para a aceleração de um desenvolvimento que, até então, vinha se processando de maneira muito lenta. Pedro Tacques de Almeida Pais Leme, o nosso grande linhagista, encheu os seus cadernos de matéria histórica e da melhor, fartamente documentada, prestando, com isso, um serviço imenso, que é muito agradável reconhecer.

Considerações desta natureza surgiram ao meu espírito, ao emprender, para um amigo, pesquisas em torno da pessoa de Antônio de Sousa de Siqueira e de sua mulher Francisca Leme do Prado, que moravam em Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, em fins do século XVII e princípios do XVIII.

Fui ao Arquivo da Cúria Metropolitana e, lá, a gentileza do reverendíssimo padre Paulo Aurisol Cavalheiro Freire permitiu-me a consulta do primeiro livro de batismos da velha freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Iniciei a busca, naqueles registros tão resumidos de outrora, onde, ao que parece, predominava a idéia da economia de papel. E os assentamentos se faziam dentro dos princípios regulamentares, porque os visitantes eclesíásticos achavam bom o que estava feito e determinavam continuação das mesmas normas.

Na página 14 verso desse primeiro livro, aparece o termo que transcrevo:

“Joseph - Aos sete de Julho de mil e seis sentos e noventa e sete Bautizei e puz os Sanctos Oleos a Joseph - ignocênte fº de Antº de Sousa de Siqueira e de sua mulher Francisca Lemme, forão dia e mez ut supra o p.e FRAN.cº RIB.º BAYÃO”.

Ora aí está, nessa simplicidade toda de um termo de batismo da velha Guarulhos, o registro de José de Sousa de Siqueira, que foi o segundo marido de Margarida Soares de Campos (S. L., I, 155, título “Carvoeiros”) e que deixou, como fácil é a verificação, prole numerosa e distinta.

Omar Simões Magro, no seu interessante trabalho publicado neste jornal, edição de domingo, 14 de maio do corrente ano, faz ressaltar que o censo de Campinas (Bairro de Mato Grosso Caminho de Minas), de 1767, é encabeçado pela figura veneranda de José de Sousa de Siqueira, então precisamente com setenta anos.

Na página 16 verso do livro citado, aparece:

“Roza - Aos dezaseis de mayo de mil seis sentos e novêta e nove Bautizei e puz os Sanctos Oleos a Roza - ignocente filha de Ant.º de Sousa de Siq.ra e de sua mulher Francisca Lemme do Prado, forão padrinhos Fran.co de Almeida e Anna Rib.ra dia e mez ut supra o p.e F.co RIB.º BAYÃO.”

E, na página 26, mais o termo:

“Sebastião - Aos treze de fevereiro de mil e sete sentos e dous Bautizei e puz os Sanctos Oleos a Sebastião - ignocente filho de Ant.º de Sousa Siq.ra e de sua mulher Fran.ca Lemme - forão padrinhos Açenso Gonçlves Morgado e Maria Soares fr. dia e mez ut supra o p.e F.co RIB.º BAYÃO”.

Do exame rápido que procedi no velho livro, não me pareceu existissem outros termos de batismos referentes a filhos de Antônio de Sousa de Siqueira e Francisca Leme do Prado. Apenas lí, na página 57, um assentamento de 1718, referente a Rosa batizada aos 20 de janeiro, filha do capitão Domingos Bicudo Leme e de sua mulher Clara Parente, sendo padrinhos Antônio de Sousa Siqueira e Ana da Cunha. Em minha nota quarta, desta série, já me referi a Domingos Bicudo Leme e Clara Parente de Camargo, que foram habitantes de Lorena e aí faleceram, deixando grande geração, da qual salientei a da filha Lucina Leme de Camargo, sogra do capitão-mór Manuel Domingues Salgueiro. Foi surpresa, para mim, encontrar Domingos Bicudo Leme batizando filha em Guarulhos, mas surpresa muito agradável, pelo motivo que depois exporei.

Dado o fato de se fazerem assentamentos paroquiais muito resumidos, na época de que trato, deles não constam nomes de avós das crianças batizadas e, por isso, as filiações de Antônio de Sousa Siqueira e Francisca Leme do Prado devem ser tiradas de outros documentos. Quanto a esta, tenho a impressão de que é talvez irmã do capitão Pedro Leme do Prado (S. L., III, 10, título “Raposos Gôes”). Seria então do número daqueles filhos de Beatriz Barbosa do Rego e Mateus Leme do Prado, que Silva Leme “não descobriu”. E seria também tia do capitão Francisco Barreto Leme do Prado, a respeito do qual tanto se tem falado, a propósito do bi-centenário da fundação de Campinas. Haveria de ser interessante a conclusão de que Barreto Leme e Sousa de Siqueira, povoadores insignes de Campinas, são primos, não daqueles primos longe, que todos os velhos paulistas são uns dos outros, pela remota ascendência comum, mas primos filhos de irmãos, ou primos-irmãos.

Quanto a Antônio de Sousa de Siqueira, talvez seja irmão de Salvador de Sousa de Siqueira, que foi casado com Margarida Cardoso de Siqueira (S. L., VIII, 335, título “Rodrigues Lopes”). Salvador faleceu em 1711 e deixou dois filhos: Aleixo e Maria.

Em atenção à progênie de José de Sousa de Siqueira é preciso achar de que tronco ele partiu, mesmo para não ficar em desigualdade com relação a Francisco Barreto Leme do Prado, do qual se conhecem bem os ascendentes até aos primeiros povoadores vicentinos e piratininganos. A falha, porém, é mais comum do que à primeira vista se supõe. Durante muito tempo não se conseguiu saber qual dos muitos Domingos Jorge Velho era o célebre de Palmares e, só agora, nos dias que correm, ficou elucidada a ligação de Manuel Álvares de Morais Navarro, o grande paulista dos séculos XVII e XVIII, aos seus maiores, constantes da *Genealogia Paulistana*.

São tantos os Vieiras, que se deparam ao pesquisador, no Taubaté setecentista, que o espírito fica desnordeado, sem poder formular qualquer conclusão, mesmo em caráter provisório. Abra-se um recenseamento de Ordenanças da cidade de Jaques Felix e, sem esforço, colhem-se provas da asserção, nos Vieira de Toledo, Vieira da Silva, Vieira de Almeida, Vieira Jácome, Vieira de Maia, Vieira da Cunha, Vieira de Amores, Vieira Correia, Vieira da Costa, Vieira Delgado, Vieira Cardoso, Vieira de Barros, Vieira Pinto, Vieira Gomes, Vieira de Faria...

É de crer na inexistência de origem comum. Vieira, Silva, Silveira pertencem ao grupo de cognomes muito vulgares em terras de colonização portuguesa e talvez constitua empresa difícil reunir, em seus troncos fundamentais, todos os habitantes de Taubaté, que assinavam Vieira. Se predominasse em outros tempos, aqui, a mesma mentalidade toponímica que brindou São Paulo com Salesópolis, Altinópolis, Buenópolis, evidentemente Taubaté seria aquinhoada com um Vieirópolis. Ainda bem que o grego não era o forte dos pró-homens paulistas do século XVIII. Devia, de certo, predominar por estas bandas, o axioma medieval “*Graecun est, non legitur*”.

O genealogista campineiro Teodoro de Sousa Campos Júnior, cuja operosidade, na matéria, leva-o ao trabalho paciente e utilíssimo de publicar, na *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, cópias de assentamentos paroquiais de sua terra, prestando com isso grande auxílio aos estudiosos, linhagistas e demais, estava interessado em esclarecer a ascendência taubateana do capitão José Vieira de Albuquerque, nascido em Taubaté, a 21 de novembro de 1813 e falecido em Brotas, a 14 de agosto de 1879.

Este capitão José Vieira de Albuquerque, casado no município de São João do Rio Claro, em 5 de abril de 1838, com Antonia Idalina do Amaral, piracicabana, era filho de José Vieira de Albuquerque e de Maria Joaquina da Trindade.

Deixou grande geração, da qual fazem parte o linhagista campineiro Teodoro de Sousa Campos Júnior, acima referido (S. L., I, 161, título “Carvoeiros” e V, 315, Título “Alvarengas”), e os meus prezados colegas Renato de Albuquerque Sales e Aristides Pinheiro de Albuquerque, cujos nomes é grato recordar, agora, que completamos trinta anos de formatura na velha Faculdade de Direito de São Paulo, pois recebemos grau em 1909.

Não é difícil encontrar o casal José Vieira de Albuquerque - Maria Joaquina da Trindade, em recenseamentos de Taubaté, no Arquivo do Estado, e, dando-se o caso de serem muito bem feitos tais recenseamentos nos começos do século IX, aparecem até informes preciosos que facilitam a pesquisa. Assim, por exemplo, o censo de 1816, da 1ª companhia de Ordenanças, sob o número 339, indica:

- José Vieira de Albuquerque, cabo desta esquadra, natural desta, casado, branco, com 34 anos de idade, agricultor;
- Maria Joaquina, mulher, 31 anos, natural desta, casada, branca;

filhos:

- |     |                 |         |
|-----|-----------------|---------|
| 1 - | Fortunato ..... | 11 anos |
| 2 - | Ana .....       | 14 anos |
| 3 - | Manuel .....    | 2 anos  |
| 4 - | Francisca ..... | 6 anos  |
| 5 - | Maria .....     | 9 anos  |
| 6 - | José .....      | 3 anos  |

E o recenseador acrescenta: “Fez farinha de mandioca 100 alqueires. Extraiu 80 que lhe renderam 38\$400 e os mais consumiu em sua Casa”.

Indo-se, nos ditos censos taubateanos, para trás, ao chegar a pesquisa ao caderno de 1801, encontra-se a casa de José Vieira da Silva, de 60 anos, casado com

Maria Custodia de Jesus, de 57. E, na coluna das observações, a nota: “Falta o filho José Custódio, que se casou este ano com Maria, filha do cabo Lino José da Cunha desta companhia, onde está morando”. Então, procura-se a casa de “Lino José da Cunha, cabo da Ordenança desta companhia, natural desta Vila, de 35 anos”, casado com Ana Barbosa de Alarcón, também de Taubaté, de 28 anos. E aí, nas observações: “Falta a filha Maria, que se casou com José Vieira de Albuquerque, filho de José Vieira da Silva, desta mesma companhia”. E ainda: “Falta a escrava Laureana que a filha levou como sua”.

Entretanto, o livro do Regimento de Cunha, do coronel Macedo (Arquivo do Estado), fala em “José Vieira de Albuquerque, natural de Jacareí, filho de José Vieira da Veiga”, transferido do segundo Regimento, a 19 de setembro de 1803. E, no livro deste segundo Regimento (Livro 274, do Arquivo do Estado, página 278, Taubaté), lê-se: “José Vieira de Albuquerque, filho de José Vieira, natural de Jacareí, e morador nesta Vila, solteiro, olhos pretos, cabelos acastanhados, estatura ordinária, idade de 17 anos. Jurou Bandeira a 26 de Abril de 1798. Era da reserva e entra agora para este número”. Trata-se da mesma pessoa, sem a menor dúvida. Mas, nascido em Jacareí?

Outros censos de Taubaté, examinados, revelam que José Vieira da Silva e sua mulher Maria Custódia Moreira de Jesus, mudaram-se dali e passaram muitos anos fora. Sim, fora, em Jacareí, onde as listas censitárias os acusam nestes anos. José Vieira de Albuquerque, casado com Maria Joaquina da Trindade, taubateano de raça e de criação, viera ao mundo em Jacareí, como o revelam os assentamentos militares.

Um exame mais demorado leva à convicção de que José Vieira da Silva, nascido em Taubaté por 1740, provinha do casal Jerônimo da Veiga Correia e Rosa Maria da Silva, ainda existentes pelos anos de 1766, ele com 70 anos e ela com 58. Penso que deste casal também se originaram Pedro e Maria da Silva.

Quanto a Lino José da Cunha, nascido por 1768, tenho para mim que era filho de Policarpo Teixeira da Cunha e de Antonia de Jesus. E quanto a Ana Barbosa de Alarcón ou Alarcão, há de ser filha de Jacinto Barbosa de Alarcão e de Tomasia Pires de Camargo.

Muitos destes nomes, que aqui vão, constam da lista de inventários de Taubaté, publicada em volume por Felix Guisard Filho, na sua série *Biblioteca taubateana de cultura*. O prosseguimento do estudo da linhagem esboçada, dependerá, portanto, do exame acurado dos referidos inventários.

## XXV

Já contei, nas minhas notas 1, 2 e 22 desta série, o alto interesse dos linhagistas sul-riograndenses, relativamente à filiação de Baltazar Correia Moreira e sua mulher Fabiana da Costa Rangel, paulistas, guaratinguetaenses, antepassados que são, por seus filhos Lucrecia Leme Barbosa, Beatriz Barbosa Rangel e Antônio Correia Rangel, de milhares de brasileiros do território do Rio Grande do Sul. Lucrecia foi a mulher de Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos, Beatriz a de Dionísio Rodrigues Mendes e Antônio escolheu para esposa a Maria da Rocha de Carvalho, filha de Manuel da Rocha de Carvalho e Isabel Pedroso (S. L., volume III, página 171, título “Prados”: aí estão mencionados apenas os filhos Manuel e Rita, esta casada com o capitão João Leme Barbosa, primo de Antônio).

Lembro-me muito bem. Foi logo depois de haver publicado, na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XXXVII, de julho de 1937, o trabalho intitulado *Povoamento de Silveiras. Os Bicudo Leme. Um crime horripilante*, que recebi, do Rio de Janeiro, um apelo instantâneo do historiador Jônatas da Costa Rego Monteiro, coronel do Exército, no sentido de se aclarar a ligação de Fabiana da Costa Rangel, aos Rego Barbosa, de Guaratinguetá, tronco ao qual também se prendiam os Bicudo Leme, da epígrafe do meu trabalho acima aludido.

Quando, em fins de maio deste ano, comecei a achar alguma coisa no sentido de satisfazer os seus justos anseios de pesquisador inveterado, o distinto oficial que era o coronel Jônatas estava já à beira do túmulo e, suponho, não chegou a ver o pouco que eu descobrira, em livros paroquiais de Guaratinguetá e constante da minha nota número dois, de 14 de junho. O apelo, porém, do saudoso historiador das campanhas sulinas e linhagista dos Rego Barbosa, a que pertencia, foi renovado pelo genealogista Jorge Godofredo Felizardo, realizador da *Genealogia Riograndense*, que ideara com João Pinto da Fonseca Guimarães.

Ora, na segunda-feira desta semana, tendo ido ao Arquivo da Cúria Metropolitana, ali, depois de obtida a necessária licença de monsenhor Ernesto de Paula, digníssimo vigário geral, o amável arquivista sr. Benedito Nóbrega de Oliveira abriu, diante de meus olhos ávidos, o livro índice dos mais antigos processos de dispensa de impedimentos matrimoniais e, qual não foi a minha surpresa vendo, alinhados, como peticionários, os referidos Baltazar Correia Moreira e Fabiana da Costa Rangel, simplificados, no livro, Baltazar Correia e Fabiana Correia. Declaro haver sido com emoção, que peguei o processo, das mãos do sr. Benedito, com receio de que se tratasse de outra gente, que não a minha. A data me causava tal ou qual apreensão: 1719! Ora, Lucrecia, filha de Baltazar e Fabiana, casara, em 1723, com Jerônimo Dorneles ... Podia não ser o casal que me preocupava.

Felizmente, para todos os interessados, eram os mesmos Baltazar e Fabiana, da pesquisa do coronel Jônatas e do linhagista Jorge Godofredo Felizardo. Comparariam os oradores, humildemente, perante a autoridade eclesiástica, vinte e dois anos após as suas núpcias, para confessar que não sabiam, quando se consorciaram, que havia, entre eles, impedimento canônico, por descenderem de dois irmãos - João do Prado e Helena do Prado. Vinham, então, naquela data, 1719, já cheios de filhos, pedir a dispensa do impedimento e a revalidação do matrimônio, efetuado em Guaratinguetá por 1697, não o tendo feito antes por doença, por pobreza e pelo encargo de muitos filhos pequenos.

Declarou, então Baltazar, debaixo dos juramentos de praxe, ter cerca de 43 anos, ser natural e morador de Guaratinguetá. E Fabiana, contar seus 37 anos, ser natural de Guaratinguetá. Viveram sempre como marido e mulher e assim queriam continuar a viver.

A autoridade eclesiástica, atendendo a essas declarações dos moradores peticionários, comprovadas sobejamente pelo depoimento das testemunhas fidedignas, concedeu o que pediam, revalidando o casamento e mandando que se considerassem legítimos os filhos.

Quanto ao parentesco impeditivo, resultava do seguinte: João do Prado e Helena do Prado eram irmãos. De João do Prado nasceu Domingas Ribeiro e, desta, Mateus Martins, que foi o pai de Baltazar Correia Moreira. Agora, de Helena do Prado nasceu Mateus Leme e, deste, Lucrecia Leme, mãe da oradora Fabiana da Costa Rangel.

A *Genealogia Paulistana*, volume III, título “Prados”, menciona, na página 195, apenas uma filha Helena da Silva, para Domingas Ribeiro, à qual se deverá acrescentar mais o filho Mateus Martins, de acordo com o processo citado. E, quanto a Fabiana, ela será, ao que suponho, a filha mais velha de Francisco Nunes da Costa e Lucrecia Leme Barbosa, em título “Raposos Góes”, volume III, página 32. Casara em 1697, com seu parente Baltazar.

Com o descobrimento e leitura do processo acima referido, ficam de parabéns os linhagistas do Rio Grande do Sul. E não é para menos. A pesquisa foi de resultados ótimos e concludentes.

E ainda tive oportunidade de ler, na mesma assentada, que tão frutuosa estava sendo, uns papéis de dispensa de impedimento (inexistente, afinal) entre partes de João de Sousa Campos e Úrsula da Silva Guedes, e Antônio Machado Ribeiro e Maria Barbosa do Rego. As peticionárias eram filhas de Francisco Barreto Leme do Prado, o fundador de Campinas. Barreto Leme, por providência, obtivera em Taubaté, em 7 de agosto de

1745, as certidões de batismo de seus filhos, uma vez que “indo de mudança de Taubaté para Jundiá”, não queria dificuldades, mais tarde, quando os filhos devessem tomar estado. Era homem cauteloso.

Pois tive a atenção presa, nesses papéis, pela certidão seguinte: “Outrossim no L.º 7.º a folhas 28 v. está um assento do teor e forma seguinte - Aos coatro de Dezembro de mil e sete centos e corenta sup... as cerimonias por ser cido baptizado na caza de Diogo da Silva Rego e não haver duvida no seo baptismo a JOÃO filho de Francisco Barretto Leme e de sua molher Rosa Maria naturaes e moradores nesta freguesia, forão padrinhos o Juiz Sylvestre Martins Nogueira e Anna Pedroza de Moraes, mulher de Claudio Barboza Rego, todos desta freguesia - o vi.º Phelipe da S.<sup>ap</sup>”.

Parece-me que esse assentamento de dezembro de 1740, feito em Taubaté, merece estudo dos senhores historiadores campineiros.

## XXVI

O professor Teodoro Jerônimo Rodrigues de Moraes, assás apreciado nas rodas do magistério público paulista, onde conta tantas simpatias, emprestou-me, há pouco, dois trabalhos de genealogia, publicados, o primeiro, nos tomos VII e VIII, ano IV, 1923, da *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, em cujas páginas o sr. José de Mesquita apresenta o que denomina “Ensaio de reconstituição histórico-genealógica” do capitão-mór André Gaudie Ley, tronco de numerosa família, na qual logo se me depararam nomes muito conhecidos, entre os quais o do próprio professor Teodoro, neto paterno de d. Rosa Gaudie Fleury, casada que foi com o médico dr. Teodoro Rodrigues de Moraes, falecido no Rio, no elevado posto de general do Exército.

O outro trabalho, que me veio às mãos pela gentileza do professor Teodoro de Moraes, é um folheto em que o sr. J. Bonifácio de Siqueira exhibe um *Esboço genealógico da FAMÍLIA SIQUEIRA* (Goiaz, tip. do *Jornal de Goiaz*, 1921). Aí também, precisamente nas páginas 17/18, lêem-se os nomes dos filhos do casal Jerônimo Rodrigues de Moraes-Luzia de França, dos quais um é o próprio general médico do Exército, dr. Teodoro Rodrigues de Moraes, irmão de Maria Raimunda de Moraes, casada com o tenente-coronel Joaquim Gomes de Siqueira, avós paternos, estes, do autor do estudo sobre a família Siqueira, de Goiaz.

Estes Siqueiras (Nunes de Siqueira-Gomes de Gouveia), goianos, originam-se de Maria Nunes de Siqueira (S.L., VIII, título “Maciéis”, página 212), casada que foi com o português José Gomes de Gouveia, da província do Algarve, filho de Manuel Gomes e de Francisca Pires.

O autor da *Genealogia Paulistana* afirma que José Gomes de Gouveia era irmão de João de Mendonça Gouveia, falecido em 1675, casado com Ana Luiz do Passo (S. L., VIII, título “Domingues”, página 137), mas convém notar que este era “natural da Ilha da Madeira, filho de Antônio de Gouveia de Mendonça e de Catarina Rodrigues”.

Maria Nunes de Siqueira, enviuvando de José Gomes de Gouveia, por 1732, passou a novas núpcias, em 1737, em Guaratinguetá (não teria sido em Cunha?), com Francisco de Mendonça Cavaco, português, algarviense, natural de Faro, cujo nome se destaca entre os mais antigos habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão. (Ver *Revista do Arquivo Municipal*, meu trabalho sob o título *Cunha e o nome Facão*, volume LVIII, página 130).

De Maria Nunes e José Gomes de Gouveia nasceram os filhos: 1) Manuel, 2) capitão-mór José Gomes de Gouveia, 3) João Gomes de Siqueira, 4) Zefirina de

Gouveia, 5) Ildefonso, 6) Catarina Gomes de Siqueira, 7) Felix Gomes de Siqueira e 8) Gabriel, os quais, no inventário do pai, aparecem com as idades respectivas de 13 anos, 12, 8, 6, 5, 3, anos e 18 meses e 2 meses. Desses oito filhos ficou geração numerosa, que a *Genealogia Paulistana* traz muito incompleta, em título “Maciéis”, volume VIII, 212-214.

O número dois da relação supra, capitão-mór José Gomes de Gouveia, casou com Maria Barbosa da Silva, de Taubaté e o seu nome está ligado a várias empresas do tempo do capitão-general-governador Morgado de Mateus; finou-se na povoação de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, em 1776, e o inventário correu em Mogi-Mirim. Um dos filhos do capitão-mór José, o tenente João Bonifácio de Mendonça e Gouveia, já residia em Meia Ponte (hoje Pirinópolis), Goiás, no ano de 1779. Aí casou, a 2 de maio desse ano, com Ana Rosa ou Ana Francisca Xavier Leite, “natural e batizada” no Arraial de Santa Cruz, Bispado do Correia Leite (S. L., III, 127, título “Prados”, onde, aliás, só se faz menção do primeiro casamento dele) e Manuela Perpétua de Cerqueira Leite (S. L., III, 419, título “Penteados”, onde, também, não se indica o nome de nenhum de seus maridos - Gaspar, o primeiro e o português Antônio Gomes da Cunha, o segundo).

O casal tenente João Bonifácio de Mendonça e Gouveia-Ana Francisca Xavier Leite deixou pelo menos seis filhos: 1) Joaquim Gomes de Siqueira, 2) Ana Matilde, 3) João Floriano de Mendonça e Gouveia, 4) Tristão José de Mendonça e Gouveia, 5) José Gomes de Siqueira, 6) Maria da Soledade de Siqueira, com grande geração através deles, como é fácil ler no “Esboço”, de J. Bonifácio de Siqueira, já citado, do qual tirei as indicações relativas ao elemento goiano da família.

O ramo paulista desses Nunes Siqueira-Gomes Gouveia é igualmente prolífico. Zefirina Francisca de Gouveia, por exemplo (S. L., VIII, título Maciéis, pág. 212-213), casada com José dos Santos de Sousa, natural de Caiscais, deixou não só Teodora, casada com o alferes Nuno da Silva Reis; Eugênia, casada com Antônio Monteiro da Silva e o sargento-mór Vitoriano, casado com Isabel, irmã de Antônio, mas outros filhos, que a *Genealogia Paulistana* não indica, como por exemplo Clara Maria, casada com João Monteiro da Silva; Rosa Maria, casada com Manuel, irmão de João; Ana Maria, casada com Domingos, também irmão de João; Leonor Maria dos Santos, casada com José Monteiro da Silva, ainda irmão de João. Deste último casal, então, vêm todos os Silvas de Areias, descendentes do alferes Alexandre Tomaz da Silva e não são poucos, esses Silvas. (Ver meu trabalho *Apontamentos para o estudo de uma grande família: os Lopes Figueira, do Facão*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXV).

De Catarina Gomes de Siqueira, irmã de Zefirina, casada em 1746, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Facão (Cunha), com José Gomes da Mota, provêm igualmente numerosos descendentes através dos onze filhos do casal, entre os quais destaco o de nome Joaquim Gomes de Siqueira e Mota, casado por 1802, em Cunha, com Maria Felizarda dos Reis, de cuja geração já tenho tratado, embora muito resumidamente (volume XXXV, da *Revista do Instituto Histórico*, citada e volume XXVII, da *Revista do Arquivo Municipal*, aqui minhas *Notas genealógicas sobre a família Rebouças da Palma*).

Mas, como eram andejos esses paulistas de outrora! Gaspar Correia, antepassado dos Siqueira-Gouveia, goianos, casou a primeira vez em Pindamonhangaba; viúva, passou a novas núpcias, provavelmente em Santa Cruz (Rio de Janeiro), onde lhe nasceu a filha Ana; morou em Curitiba, por 1775 e foi morrer em Goiás em 1779...<sup>1</sup>.

Com esse espírito ambulatório, não admira que as famílias paulistas se irradiassem por zonas tão amplas.

## XXVII

---

<sup>1</sup> Mais para diante, há retificação relativa a este parágrafo.

Já tem sido dito e repetido que a *Genealogia Paulistana* (São Paulo, 1903/1905), Tip. Duprat & Comp.), escrita pelo dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, nascido em Bragança, em 1852 e falecido nesta capital, em 1919, representa um monumento levantado à família paulista e, em tal conceito, não vai exagero algum. Quem conhece as dificuldades inerentes a trabalhos dessa natureza avalia com exatidão a soma de esforços necessária para a realização do objetivo.

Estivessem os arquivos nossos íntegros, perfeitamente legíveis, e, ainda assim, seria imenso o trabalho material da cópia e, maior do que esse, o da coordenação necessária para o estabelecimento das linhagens. Mas, sejam as condições climáticas, sejam as condições sociais de ignorância, pobreza, desleixo: o fato é que os nossos arquivos, salvo casos raros e honrosíssimas exceções, são uma verdadeira lástima, não tendo índices, não tendo catálogos: são antes meros depósitos de papéis.

E já que falo em arquivos, talvez não fosse sem oportunidade de a organização, em São Paulo, de um curso abreviado de arquivistas, a cargo, necessariamente dos altos funcionários do Arquivo do Estado, com um programa fácil e, sobretudo, muito prático, versando mais ou menos sobre os seguintes pontos:

- 1) A necessidade dos arquivos públicos e particulares.
- 2) A questão do espaço ocupado pelos papéis arquivados.
- 3) Linhas gerais de classificação e catalogação.
- 4) Combate aos inimigos dos papéis arquivados:
  - a) umidade e enegrecimento e empastamento;
  - b) fauna papirófaga; dados biológicos;
  - c) embranquecimento da tinta;
  - d) processos mais usados no local, processos mais eficientes;
  - e) o perigo do fogo.
- 5) Necessidade de pessoal tecnicamente orientado, para o serviço dos arquivos. Necessidade de visitas a arquivos bem organizados.
- 6) Comparação dos processos usados no local, com os de outros arquivos, no intuito de obtenção de melhora constante.

Com matéria incluída nesse esboço, talvez fosse possível ir coordenado certas normas de conduta, que, divulgadas pela imprensa, deveriam servir para toda a população que lê e que guarda documentos e livros, por amor à arte, ou por dever de ofício.

Vencendo inúmeras dificuldades, o dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, mas, a todo momento, quem lê a *Genealogia Paulistana*, com um lápis na mão, vai descobrindo lacunas, que de certo não escaparam ao ilustre filho, de Bragança, as quais resultaram evidentemente de falhas dos arquivos paroquiais e dos cartórios, percorridos pelo saudoso linhagista.

Quem é, por exemplo, Gaspar dos Reis Pedroso, casado com Isabel da Silva do Prado, que aparece, na *Genealogia*, em muitos pontos?

No volume II, “Lemes”, 358, nota-se Gaspar dos Reis Pedroso, casado, em Jacareí, em 1765, com Marta Antunes de Miranda, nora do casal acima. No volume VI, “Godóis”, 91, Antonia da Silva Reis, cunhada de Marta, por ser irmã do segundo Gaspar, estava casada como capitão Diogo de Araújo Ferraz (Jacareí, 1742) e com dez filhos que o linhagista descobriu. No volume VII, “Morais”, 99, outra filha de Gaspar e de Isabel: Felícia da Silva, terceira mulher de Francisco Carassa Pinto, com quem casou em Jacareí, em 1771. No mesmo volume VII, “Arzam”, 335, Domingos Soares de Siqueira casou, em Jacareí, em



1775, com Lourenço Franco da Silva, filho de Gaspar dos Reis Pedroso e de Isabel da Silva do Prado. Também no volume VIII, “Jorges Velhos”, 374, encontra-se José Correia de Toledo, casado em Jacareí, em 1759, com Apolônia da Silva Reis, irmã de Lourenço.

No volume VII, “Arzam”, 331, há entretanto, um valioso acrescentamento, pois ao tratar das núpcias de Maria Gonçalves, em 1767, em Mogi das Cruzes, com Francisco dos Reis Pedroso, filho de Gaspar e de Isabel, achou o linhagista mais de uma dado importante a copiar: Francisco era neto paterno de Gaspar da Cunha e de Isabel da Veiga. A esses seis filhos de Gaspar dos Reis Pedroso e de Isabel da Silva do Prado é preciso juntar pelo menos mais um - Antônio Francisco da Silva, alistado no serviço militar, com 31 anos em 1789, casado, lavrador, estatura mais que ordinária, cabelos e olhos pretos. Quanto ao Francisco dos Reis Pedroso, já referido, em 1797, incluíram-no no alistamento militar, com a nota seguinte: “Francisco, ets., filho de Gaspar, com 60 anos mais ou menos, diz ser aleijado do braço esquerdo; foi em outros tempos soldado de ligeiros e deu baixa”. Na cópia desses nomes, talvez tenha havido engano quanto ao filho Lourenço, que seria Lourenço dos Reis Pedroso, como no alistamento militar de 1766, depois quíça mudado para Lourenço Francisco da Silva. Não acho explicação para o cognome Franco.

São, pois, inúmeros os descendentes de Gaspar dos Reis Pedroso e Isabel da Silva do Prado, os quais ficam, por esse lado, sem ligação com a *Genealogia*, à espera de algum investidor que consiga descobrir quem eram Gaspar da Cunha e Isabel da Veiga e quem eram os pais de Isabel da Silva do Prado. Devem ser todos da grei taubateana. E aqui convém lembrar que a perda dos arquivos paroquiais de Taubaté representa um verdadeiro desastre para os estudos genealógicos, vista a importância dessa localidade na história de São Paulo.

Dizia-me há pouco um conhecedor de assuntos genealógicos paulistas: “Toda a gente do Vale do Paraíba é Cunha Gago”. Eu acrescentei: “E Prado e Moreira de Castilho também”. Dada, porém a ancianidade desses povoadores na região, as ligações deles constituem problemas difíceis e quíça insolúveis. Dessa dificuldade e dessa insolubilidade decorrem as falhas da *Genealogia Paulistana*, obra criteriosa e sincera, à qual consagrou o autor a melhor parte da sua vida.

Compete a cada um de nós, que se dedica a pesquisas genealógicas, o papel nada fácil de ir corrigindo, limando, suprimindo, onde houver o que corrigir, limar e suprir, através dos nove volumes do dr. Luís Gonzaga da Silva Leme. E isso a gente faz de muito boa vontade, cada vez mais grato à memória de Pedro Taques De Almeida Paes Leme, iniciador e à do linhagista de Bragança, continuador de estudos cuja valia só agora começa a ser bem compreendida entre nós. Enfim, antes tarde do que nunca.

## XXVIII

O próximo número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume XXXVII, publicará interessantes apontamentos sobre a vizinha localidade de São Roque, coligidos pelo estudioso e observador que é o professor Joaquim da Silveira Santos, oriundo de tradicional família paulista e de elementos profundamente radicados no município que estudou.

Tendo, o professor Silveira Santos, como um dos seus antepassados, ao Tenente-coronel Manuel Francisco da Rosa Passos, lembrei-lhe a conveniência de fornecer, para esta seção, algumas notas sobre os Rosa Passos, de São Roque, incidentalmente, referidos, na *Genealogia Paulistana*, em “Alvarengas”, V, 235 e 389 e em “Morais”, VII, 75-76. Releva notar que já se entrelaçam duas famílias Rosa da região: a de que se trata e a dos

Rosa Gomes, provindos do casal José da Rosa Gomes - Ana Teresa de Jesus, mencionados em “Alvarengas”, V, 389.

Haverá outros Rosa, na onomástica paulista, como, por exemplo, Luís da Fonseca Rosa, meu remoto colateral, filho de Agostinho Gago da Fonseca e primeira mulher, sua parenta Ana Silveira e Sousa e Helena da Silva Rosa, cujo neto herdou, por essa maneira, da avó materna, o cognome Rosa, de origem marcadamente religiosa. Mas são tantos e tão frequentes os cognomes dessa origem entre nós!

A fé religiosa trouxe para os devotos a obrigação de ter nomes de santos na família e São Francisco de Sales, São Francisco de Assiz, São Bernardino de Sene, São Camilo de Lelis, Santa Rosa de Lima, Santa Catarina de Sene, Sant’Ana, a Imaculada Conceição e tantos outros casos de piedade, trouxeram os Sales, Assiz, Sene, Lelis, Rosa, Sant’Ana, Conceição e outros idênticos que se notam com frequência, usados pelas mais diversas família. Acredito mesmo que o cognome Silos, da conhecida e importante família de Casa Branca e São José do Rio Pardo, originar-se-á de alguma devoção especial a São Domingos de Silos.

Eis as notas do professor Joaquim da Silveira Santos: “O fundador deste tronco foi o tentente-coronel Manuel Francisco da Rosa Passos, natural do Porto. Foi casado duas vezes: a primeira com Ana Joaquina Morgado e teve seis filhos e três filhas. A segunda com Manuela Maria de Arruda, de Itú, e teve quatro filhos e uma filha”. Segue a geração abaixo:

- do primeiro casamento

1. Felizarda Jacinta da Rosa, mulher do tenente-coronel Manuel Antônio dos Santos (bisavô materno do professor Silveira Santos);

2. Ana Maria Joaquina, esposa do capitão Agostinho Rodrigues de Almeida;

3. Joana Maria, casada com Rafael Leme;

4. Joaquim José da Rosa;

5. Bernardo José da Rosa, casado em 1797 em Itú, com Ana Maria da Silveira (“Lemes”, II, 213 e “Alvarengas”, V, 235). Esta Ana Maria é filha de José da Silveira Leme, neta de Ana Leite Goulart e bisneta de Antônio da Silveira Goulart, de quem descende o professor Silveira Santos, por seu bisavô Antônio da Silveira Vilas-Boas e seu avô paterno Manuel da Silveira Vieira (“Lemes”, II, 215, nº 7-1).

6. Jacinto José da Rosa, que se mudou para o Rio Grande do Sul, segundo informações de pessoas da família;

7. Capitão Manuel Francisco da Rosa, casado com Maria Custódia de Moraes (“Moraes”, VII, 75-76), onde estão mencionados oito filhos do casal: Maria, Manuela, Maria, Antônio, Manuel, Custódia, Ana e Joaquina. As notas do professor Silveira Santos trazem, para o casal capitão Manuel Francisco da Rosa - Maria Custódia de Moraes, os sete filhos seguintes: 1 - Manuel Inocência da Rosa, comendador, n. 1814 e f. 1889; 2 - Manuela Jacinta, casada com José Francisco da Rosa, filho de Francisco da Rosa Gomes (“Alvarengas”, V, 389); 3 - Maria Umbelina, casada com Manuel Antônio dos Santos, avô materno do professor Silveira Santos; 4 - Ana Brandina, casada com Francisco de Assis Oliveira Araújo; 5 - Antônio Joaquim da Rosa, barão de Piratininga, solteiro, n. em 1821 e f. em 1886 (Sobre esta personalidade, ver *Revista do Arquivo Municipal*, volume LV, de março de 1939, páginas 73-106); 6 - Maria Joaquina, casada com o capitão José Caetano de Arruda, seu primo; 7 - José Vicente da Rosa, falecido muito moço.

8. José Francisco da Rosa e

9. Manuel da Cruz Rosa.

- Do segundo matrimônio do tenente-coronel Rosa Passos, em 1789, em Itú, com Manuela Maria de Arruda, a geração de cinco filhos vem mencionada na *Genealogia Paulistana*, em título "Arrudas Botelhos", volume IV, páginas 85-87. São, esses cinco filhos.

1. Capitão Messias José da Rosa, casado com filha de José da Rosa Gomes;
2. Tenente Antônio Rodrigues Leite, também casado com filha de José da Rosa Gomes;
3. Maria Custódia de Arruda, casada com irmão de Maria Custódia de Moraes, do número sete, atrás;
4. Capitão José Vicente Penteado
5. Francisco Olinto de Arruda, casado com filha de Manuel Antônio dos Santos e Felizarda, do número um, atrás.

Vê-se, do exposto, que a família Rosa Passos - Morgado e Rosa Passos - Arruda, só por si dá para um trabalho extenso de genealogia, o que, de certo, com vagar, fará qualquer membro dela, quem sabe mesmo se o próprio professor Joaquim da Silveira Santos, que, com tanto carinho e conhecimento de causa, cuida desses assuntos.

Eu, de mim, confesso que comecei a observar os Rosa de São Roque, desde que um amigo, João Batista de Azevedo Marques Filho, pediu informações sobre Gertrudes de Moraes Rosa, casada que foi com Benedito de Azevedo Marques.

Que bom seria se, em cada localidade, houvesse um professor Silveira Santos que, aos poucos, cuidadosamente, fosse recolhendo as tradições da terra e as enfeixando num todo fácil de ser lido e consultado! Pois não é a mesma coisa que, em Sorocaba, já vem fazendo, com brilho e proveito, o paciente investigador que é o cônego Luís Castanho de Almeida ?

## XXIX

Coincidindo com o aparecimento do número seis (ano terceiro, segundo semestre de 1939) da *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*, sempre interessante e com um sumário onde se notam trabalhos de valor da especialidade, nas cento e setenta e uma páginas do bem cuidado texto; surgiu também, como publicação do referido *Instituto de estudos Genealógicos* desta capital, o volume inicial do *Anuário Genealógico Brasileiro*, organizado pelo infatigável estudioso que é conhecido oficial reformado da nossa polícia, tenente-coronel Salvador de Moya.

Impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, o *Anuário* traz quatrocentas e oitenta e seis páginas como matéria própria e mais um anexo dividido em três partes - duas páginas com um índice de árvores de costado sessenta e quatro, com índice de cognomes das ditas árvores que vêm, em seguida, ocupando cinquenta folhas, numeradas de cinquenta e um a cem.

Tratando-se, como se trata, de publicação inteiramente nova, entre nós, o *Anuário*, obra de um só executor, embora colaborado por diversos, apresenta pontos susceptíveis de crítica construtora que, de vagar, havendo tempo e espaço, será feita aos poucos, com o fito exclusivo de melhora da tão útil, curiosa e oportuna publicação.

Apresento ao *Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo* e ao comandante Salvador de Moya os meus parabéns, formulando votos para que o *Anuário* não

tenha interrupções na sua vida, que deverá ser longa, muito longa mesmo e cheia de ensinamentos capazes de concorrerem para a elevação do nível cultural brasileiro.

É difícilimo, para quem não tem conhecimento pessoal, amplo, com certas famílias, deixar de incidir em lapsos, quando se trata de matéria genealógica. Eu, nos meus modestíssimos trabalhos, quantas vezes não tenho errado e disso me penitencio sempre e em toda parte, como se faz mister. O *Anuário* não poderia escapar a esses percalços, comuns em Silva Leme, como já o haviam sido em Pedro Taques. Por exemplo, na página 68, ao tratar do meu velho amigo e colega de magistério, professor Cimbélino de Freitas, que desfruta sua aposentadoria, na Capital Federal, dedicando-se inteiramente à pintura, aquarelista exímio que é e há pouco o demonstrou nesta capital, o *Anuário* apresenta-se como solteiro, quando é de fato ótimo chefe de família, por ser casado com Judite do Canto, filha do professor Francisco Pedro do Canto (S. L., V, 429, título “Alvarengas”). Aliás, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XIX, publicou já essa linhagem, em trabalho do falecido dr. Augusto de Siqueira Cardoso (página 281).

Tais falhas originam-se da pobreza dos arquivos, conforme venho insistindo com frequência. O pesquisador, então, supre a deficiência com informações e estas tantas vezes “resultam incompletas”, no modo de dizer de alguns. Muitos falecimentos, muitos casamentos nascem, assim, das notícias de uns informantes tão cheios de boa vontade quão pobres de dados exatos. Mas não há outro caminho.

A mim me interessa sobremaneira o estudo da descendência de Fernando Bicudo de Brito (S.L., VI, “Bicudos”, 443), casado em Parnaíba com Luzia Leme de Alvarenga (S.L., V, “Alvarengas”, 217), de quem sou o mais modesto sexto neto (ver árvore de costado n. 88, do *Anuário*). A *Genealogia Paulistana* dá apenas três filhos para Fernando e Luzia, a saber: 1 - Roque Bicudo Leme, 2 - Fernando Bicudo de Brito e 3 - Filha, casada com Manuel de Góes Raposo. Fernando morreu em Guaratinguetá, em três de maio de 1688, depois de haver residido aí largos anos. Onde, porém, o seu inventário? Arquivos paroquiais guaratinguetaenses dessa época também não existem. Surge o caso dos informantes, velhos ou moços, antigos ou atuais, como eles forem encontrados e ainda é bom que o sejam.

A geração do filho Roque Bicudo Leme (meu quinto avô), casado que foi com Ana Vieira de Barros (S.L., “Maciéis”, VIII, 202), está assim descrita no inventário, existente em Guaratinguetá e datando de 1751:

- 1 - Beatriz Maria de Alvarenga, casada primeiro com Antônio da Costa e depois com Antônio Duarte Branco;
- 2 - Maria Bicudo Leme, casada com Salvador da Mota Pais (meus tetravós);
- 3 - Ana Vieira de Barros, casada com Domingos Alvares da Silva;
- 4 - Luzia Machado Leme, casada com Antônio Raposo Leme;
- 5 - Francisca Bicudo Leme, casada com Rafael de Afonseca (ou da Fonseca);
- 6 - Maria Leme de Brito, casada com Manuel Nunes Barbosa, capitão, residente em Goiás, com, pelo menos dois filhos - o padre Bento Leme Barbosa, habilitado *de genere* aqui, em 1755 e Manuel Nunes de Brito Leme (S. L., VIII, 208, “Maciéis”), que teve cargos em Vila Boa e aí faleceu em 1794 (ver parte final de minha nota dois, desta série);
7. Maria Pedroso, casada com Salvador Rodrigues Fróes, “ausente em Itú”;
8. João Machado Leme, casado, em Guaratinguetá, com Maria Caetana (III, 55, “Raposos Góes”).

Mas quem será um Roque Bicudo Leme, paulista, casado com Flo-  
rência Maria Nogueira, de Baependi, progenitores do major José Ramos Nogueira, pais do  
barão de Joatinga? Como se sabe, do barão de Joatinga era filho o dr. José Luiz de Almeida  
Nogueira, autêntico Bicudo Leme, por seu bisavô em linha paterna Roque Bicudo Leme, qui-  
çá o 6-3 da página 329, volume VI, “Bicudos”, filho, portanto, do casal número quatro, acima.  
(Confira-se Jacinto, *Cronologia*, 1º volume, página 39).

Quem será, igualmente, um Domingos Bicudo Leme, que foi casado  
com Clara Parente de Camargo, ao qual já aludi nas minhas notas quatro e vinte e três, da  
presente série de *Subsídios Genealógicos* ?

Contou-me o professor Francisco de Paula Santos, pesquisador de  
genealogia e conhecedor dos arquivos de cartórios de Guaratinguetá, sua terra natal, que teve  
ocasião de ler, no testamento de Roque Bicudo Leme (VI, 443) supra-citado, falecido aos 10  
de janeiro de 1751, em Guaratinguetá, marido que foi de Ana Vieira de Barros, inventariante  
dos bens do casal, uma referência a irmão de Roque, chamado Domingos Bicudo Leme. Seria,  
portanto, Domingos Bicudo Leme, irmão de Roque, outro filho de Fernando Bicudo de Brito  
e de Luzia Leme de Alvarenga, que Silva Leme não descobriu, por lhe faltarem documentos e  
informações. E, de certo, Domingos, irmão de Roque, entrevisto pelo informante professor  
Paula Santos, através de um inventário de duzentos anos quase, será o próprio marido de Cla-  
ra Parente Camargo. E quando aparecerão as provas de serem esses dois Domingos Bicudo  
Leme uma só e única pessoa? <sup>2</sup>

### XXX

Ilude-se muito quem, ignorando fatos mezinhos de genealogia,  
supuser que o seu cognome atual resulta de uma herança certa, por linha determinada de as-  
cendência, numa ordem precisa e imutável. Como já tenho mostrado, pelo sistema antigo,  
português, que aqui ficou, entre nós, o empenho dos pais era reviver, na prole, os cognomes  
avoengos e, para isso, ou se combinavam, para os filhos, os cognomes de maior vulto, entre  
os antepassados, ou então, batizavam-se as crianças com os nomes completos de figurões da  
família, para os rapazes, e de avós simpáticas, ou boas madrinhas, para as meninas. Percor-  
rendo-se as folhas de costado existentes (só o genealogista Salvador de Moya imprimiu cem  
delas), constata-se com facilidade o asserto.

Muitas vezes, razões de estética, quem sabe; sentimentos políticos e  
religiosos; e: também a gratidão, convindo não esquecer o prestígio de um ramo ilustre da  
família, levavam os pais à adoção de nomes novos, com o que, ao mesmo passo que se enri-  
quecia a onomástica regional, dificultava-se o trabalho do genealogista.

Tenho para mim que Barbara Heliadora Guilhermina da Silveira, fi-  
lha do dr. José da Silveira e Sousa e de d. Maria Josefa Bueno da Cunha, era neta paterna do  
sargento-mór Estanislau da Silveira e Sousa, bisneta de Maria Pedroso da Silveira (casada  
com Francisco Alvares Correia) e trineta ou terna de Carlos Pedroso da Silveira (1664-  
1719), mestre de campo; ouvidor e capitão-mor-governador da Capitania de Itanhaem; gover-  
nador das Vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá; e provedor da fazenda de  
Taubaté e dos quintos de Parati. Barbara Heliadora Guilhermina da Silveira é um dos mais  
lindos nomes que tenho encontrado e, ao que penso, nele a família procurou razões de estética  
e de tradição, o que já expus na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vo-  
lume XXXI, páginas 104 a 107. (Ver minha nota oitava, desta série).

---

<sup>2</sup> Ver subsídio XLI.

Também na minha nota anterior (XXIX) referi como o dr. José Luiz de Almeida Nogueira era filho de Pedro Ramos Nogueira (barão de Joatinga), este do major José Ramos Nogueira, que o era de Roque Bicudo Leme, paulista, casado com Florência Maria Nogueira, de Baependi. Aqui, o cognome tradicional paulista Bicudo Leme foi preterido por um motivo qualquer, que se ignora. Talvez crescente dos Nogueira, descendentes de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó.

No volume XXXV, da *Revista do Instituto Histórico*, nos meus *Apontamentos para o estudo dos Lopes Figueira, do Facão*, páginas 113-118, vê-se que os filhos de Antônio Manuel de Freitas, barão do Rio Claro, que foi casado com Teodora Francisca dos Reis, assinavam Nuno Eulálio dos Reis, Celso Eugênio dos Reis, Manuel Antônio da Silva Reis, Pedro e Camilo da Silva Reis. Apenas um filho de Celso usava o nome do avô paterno e era o dr. Antônio Manuel de Freitas, formado em direito aqui, em 1873. Contou-me o farmacêutico Bento Ramos de Queiroz, sobrinho deste dr. Antônio Manuel de Freitas, que o barão do Rio Claro, estimando muito a esposa, timbrou em conservar, na prole do casal, o cognome Reis, que era o dela. Razões de ordem afetiva.

Em 1813, Francisco José da Silveira, natural de Minas (de que lugar?), tenente-coronel de Cavalaria adido ao Estado Maior do Exército e ajudante de ordens do governo da Capitania de Mato Grosso, foi transferido a pedido, para a Paraíba do Norte. Nesta nova residência, Ana Norberta, filha do militar mineiro, contraiu núpcias com Manuel Lobo de Miranda Henriques, nascido em Traipú, termo do Pilar, filho do sargento-mór Antônio Borges da Fonseca. O nome do filho do sargento-mór enquadra perfeitamente na modalidade portuguesa e, ao que suponho, Borges da Fonseca também era cognome ilustre e já se radicara no nordeste brasileiro, mas foi completamente abandonado por Lobo, Miranda e Henriques, dos quais se salvou, afinal, apenas o Lobo, aliado a Silveira, mantido este por exaltação política.

O sargento-mór Antônio Borges da Fonseca seria talvez filho do linhagista pernambucano Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786), cujos pais eram o mestre-de-campo português Antônio Borges da Fonseca e a pernambucana Francisca Peres de Figueirôa. Se não houver entre estes três Borges da Fonseca relação de avô a neto, como figurei, deverá existir outro parentesco muito próximo.

Francisco José da Silveira, sabe-se, envolvido no movimento revolucionário de 1817, com a agravante de militar de alta patente, foi enforcado e esquartejado no Campo do Erário, em Recife, aos 21 de agosto de 1817. A descendência perpetuou-lhe o nome, num preito simpático ao avô, onde a homenagem ao parente se alia ao culto cívico prestado aos heróis da pátria. O cognome Silveira ficou.

Manuel Lobo de Miranda Henriques foi deputado, presidente da província de Alagoas, fundador da imprensa alagoana. Faleceu em Recife a 25 de abril de 1856. Foram seus filhos: 1 - Adelaide, a primogênita; 2 - Francisco de Paula da Silveira Lobo, formado em Recife, em 1846; senador do Império, ministro, presidente de duas províncias. Um lugar de Minas Gerais, chamado Silveira Lobo, é para perpetuar a memória desta figura política do segundo Império; 3 - Carlos Augusto da Silveira Lobo, formado em Recife, em 1853; 4 - Manuel Lobo de Miranda Henriques, solicitador de causas no interior de Pernambuco; 5 - Aristides da Silveira Lobo, individualidade muito estudada, nascido em Brejo de Areia, na Paraíba, aos 12 de fevereiro de 1838, formado na Faculdade de Direito de Recife, em 1859, solteiro; 6 - Júlio da Silveira Lobo, conferente da Alfândega do Rio de Janeiro; 7 - Demóstenes da Silveira Lobo, nascido em 1839, também formado em Recife, em 1859; foi administrador dos Correios da República, juiz em Guaranesia, Minas, e em Barra do Piraí; contraiu matrimônio em Alagoas, com Francisca Peixoto, alagoana.

O dr. Demóstenes e Francisca deixaram sete filhos: 1 - dr. Aristides da Silveira Lobo, médico, casado com Emília, sua prima, filha do Dr. Carlos Augusto; 2 - Francisca, casada com André Miguez; 3 - Adelaide, casada com Bernardo Mariano de Oliveira; 4 - Maria Teresa, casada com Saturnino, irmão de Bernardo; 5 - Gabriela, casada com

Samuel Pinheiro Guimarães; 6 - Teresa, casada com Francisco José da Silveira Lobo, seu primo, irmão de Emília; e 7 - Demóstenes da Silveira Lobo, farmacêutico formado em Ouro Preto, casado com Bernardina Mariano de Oliveira, nascida em Itaboraí, Rio, irmã de Bernardo, de Saturnino e do poeta Alberto de Oliveira, filha portanto de Mariano de Oliveira e de Ana de Mendonça, esta prima de Salvador e Lúcio de Mendonça.

O casal Demóstenes-Bernardina teve os filhos Floriano, Isaura, Alzira, Judite, José Mariano, Elias, Adelia, Demóstenes, Aristides, Amélia, Bernardo, Noemia e Cora. Deste, Aristides da Silveira Lobo é casado com Nanci de Toledo Arruda, de tradicional família paulista, nascida em Bica de Pedra (Itapuí). Há muitos Silveira Lobo deste grupo genealógico dentro das fronteiras de São Paulo, o que é aliás fácil de reconhecer pelo cognome característico, através do qual, entretanto, só o genealogista poderá lobrigar os Borges da Fonseca, os Lobo de Miranda Henriques, os Mariano de Oliveira, os Mendonça, os Peixoto e até mesmo o militar Mártir de 1817, tão comuns são, no Brasil, os Silveiras, embora ligados estes, na sua quase totalidade, remotamente, ao tronco único dos Silveiras açorianos, oriundos do casal flamengo Willem van der Haagen (Guilherme da Silveira) - Margarida de Azambuja, forma esta abrandada (e aportuguesada) de qualquer nome bem mais difícil de pronunciar, sem dúvida alguma ...

### XXXI

O desejo que tenho de conhecer as origens do alferes Mateus José de Carvalho, casado na Ermida do Bom Jesus do Livramento, filial da matriz de Aiuruóca, Minas, em 12 de junho de 1789, com d. Rita Maria da Purificação, filha de Henrique João Soares de Faria e de d. Inácia dos Reis Pimentel (*Revista do Arquivo Municipal* volume cinquenta, página 138), tem-me interessado por famílias Carvalho em geral e, comum como é o cognome Carvalho, vou anotando o que se me depara, com referência ao assunto.

Era, o alferes Mateus, filho de João Batista de Carvalho e de d. Rita de Siqueira País, nomes estes que têm a aparência de paulistas e, caso assim seja, tratar-se-ia de paulistas existentes nas Minas, pela segunda metade do século dezoito. Deixaram geração, o alferes Mateus e d. Rita: um filho e quatro filhas. Falecido o alferes, a viúva passou a segundas núpcias, ainda na Ermida do Bom Jesus do Livramento, aos nove de fevereiro de 1807, com o capitão Manuel Alves de Sene, filho de José Alvares Palmeira e de d. Bernardina de Sene; neto paterno de Ventura Alvares Palmeira e de d. Rosa Pinto (de Pouso Alto) e neto materno de Jerônimo Dutra e de d. Antonia Maria da Assunção (de Barbacena). Deste segundo matrimônio, teve d. Rita onze filhos e uma filha. Dos onze filhos, o mais velho, capitão Juvencio Alves de Sene (1808-1888) vem a ser meu avô materno, o que explica de sobejo meu interesse pela estirpe do alferes Mateus José de Carvalho, primeiro marido de minha bisavó d. Rita Maria da Purificação.

Ainda, agora, prosseguindo no estudo de Carvalhos, encontrei, graças aos obséquios de amigo solícito, família de tal cognome, oriunda de São Bento do Sapucaí, fortemente entrelaçada com elementos pindamonhangabenses, como se verá, do exposto.

Fabiano Leite do Prado, filho de Domingos Vieira do Prado, foi o primeiro marido de d. Ana Joaquina Marcondes Homem de Melo, irmã do segundo barão e visconde de Pindamonhangaba, e, do casamento, ficaram oito filhos que a *Genealogia Paulistana* apresenta no volume III, título "Prados", páginas 271-272. Duas das filhas de Fabiano e de Ana Joaquina casaram com dois irmãos:

1. MARIA BENEDITA DE MELO, que se consorciou com Manuel dos Santos Cesar, filho de José dos Santos Cesar e de Maria Vieira Cortês (S.L., VIII, título "Dias", página 56). José dos Santos Cesar era Salgado em linha paterna e Cerqueira Cesar em linha materna, e tinha cinco filhos: Manuel, supra-citado, Antônio dos Santos Salgado de Cerqueira Cesar, José, João e Domingos, de que se fala abaixo;

2. CÂNDIDA MARCONDES DE MELO casou com Domingos dos Santos Salgado de Cerqueira Cesar, irmão de Manuel dos Santos Cesar.

Do consórcio de Maria Benedita de Melo com Manuel dos Santos Cesar ficaram nove filhos:

1. Januária Marcondes Cesar, que foi a mulher de Saturnino José de Carvalho, nascido em 1826 e falecido em 1874, de origem avoenga lusitana;
2. Pureza Marcondes Cesar, que se consorciou com Bonifácio Paulino de Carvalho, irmão de Saturnino;
3. Júlia Marcondes Cesar, que se casou com Saturnino Ferreira Pedrosa;
4. Umbelina Marcondes Cesar, cujo marido era Francisco Antônio de Miranda;
5. Constança Marcondes Cesar, que se casou com Bertolino Ferreira dos Santos e não tiveram descendência;
6. Antônio de Melo Cesar, que esposou Cândida;
7. Justino Marcondes dos Santos Cesar, morador em Pindamonhangaba e ali casado com Prisciliana de Paula; pais de Adolfo, que residiu em Piracaia;
8. Ana dos Santos Cesar, que se casou com seu primo Maximino dos Santos Cesar;
9. Wenceslau Marcondes dos Santos Cesar, casado.

O casal Januária Marcondes Cesar-Saturnino José de Carvalho deixou os cinco filhos seguintes: 1 - Gabriela de Carvalho, que se casou, em Santo Antônio de Cachoeira (Piracaia), com Antônio Augusto da Cunha Freire, irmão de Jacinto, Eduardo, Samuel, José, Guilhermina, Leopoldina e Leopoldo Augusto da Cunha Freire, todos filhos do português Joaquim Pedro da Silva Freire e sua mulher d. Umbelina Inês de Vasconcelos, filha do capitão Antônio José da Cunha (S. L., volume VII, página 475, título “Siqueiras Mendonças”). A *Genealogia Paulistana* omite Antônio Augusto da Cunha Freire e seu irmão Jacinto. São todos já falecidos, tendo deixado numerosa descendência; 2 - Emiliana de Carvalho, casada com Fernando de Carvalho, já falecido, com geração; 3 - América de Carvalho, casada com Antônio Salgado Ramos, falecidos sem descendência; 4 - Desembargador Afonso José de Carvalho, único sobrevivente da irmandade, formado em Direito em São Paulo em 1889, magistrado brilhante e não menos brilhante literato, consórcio do *Instituto Histórico*, hoje aposentado, residente nesta capital, casado a primeira vez com Benedita de Campos Bueno, filha de Lucas de Siqueira Campos e Lídia de Toledo (S. L., volume II, 92, título “Pires”), e a segunda vez com sua sobrinha Lucilia Freire, filha de Antônio Augusto da Cunha Freire e Gabriela de Carvalho, com geração de ambos os consórcios. Lucilia Freire é irmã do professor Napoleão de Carvalho Freire, do magistério oficial paulista; 5 - Henriqueta de Carvalho, casada com Francisco Chiaradia, filho de José Chiaradia e Felicidade da Costa Manço; Francisco é irmão do padre Afonso Chiaradia, residente em São Paulo e, do casal Francisco-Henriqueta, ficaram filhos residentes em São Bento do Sapucaí, entre quais Benedito Chiaradia, tabelião naquela comarca.

O casal Julia Marcondes Cesar-Saturnino Ferreira Pedrosa, ambos já falecidos, deixou os seguintes filhos vivos: 1 - Monsenhor Felisberto Marcondes Pedrosa, atualmente dom Paulo, ORDINIS SANCTI BENEDICTI, prior da Abadia de São Bento, nesta capital; 2 - Lucilia Marcondes Pedrosa, já falecida, deixando geração de seu consórcio com Randolfo Cesar, residente nesta capital. São os pais de Maria Ester Pedrosa Cesar, minha ótima aluna na Escola Normal, do terceiro ano de 1932; 3 - José Marcondes Pedrosa, advogado, solteiro, aqui residente; 4 - Eulália Marcondes Pedrosa, casada com Valderrino Dantas, funcionário público, nesta capital, com geração; 5 - Alzira Marcondes Pedrosa, professora, solteira, nesta capital; 6 - Maria Marcondes Pedrosa, casada com José Brandão, com descendência.



O casal Pureza Marcondes Cesar - Bonifácio Paulino de Carvalho, ambos falecidos, teve muitos filhos, um dos quais o coronel Bonifácio Paulino de Carvalho Júnior, casado com Maria Amélia Novais, residentes nesta capital, tem os seguintes filhos: Olavo, Otávio, Áurea, Paulo, Tilda, José Bonifácio e Iolanda.

Fica, pois nesta nota, um resumo da grande família de São Bento do Sapucaí, espalhada hoje por vários pontos do Estado e ligada aos vetustos ramos dos Prados, Cunhas Gagos, Dias, Costas Cabrais e outros, que um pequeno exame revelará e sem grande esforço.

## XXXII

Ficou muito em foco, como era natural, a personalidade de Francisco Barreto Leme do Prado (S. L., volume III, página 12, título “Raposos Góis”), a propósito de questões relativas ao bicentenário de Campinas. Assim sendo, nas minhas buscas para a solução de problemas de genealogia, tive várias vezes a atenção presa a assuntos relativos à família do notável paulista, taubateano de nascimento, casado, em Taubaté, com cinco filhos naturais da cidade de Jaques Felix.

Na minha nota vinte e cinco desta série, tive ocasião de contar que, no Arquivo da Cúria Metropolitana desta capital, instruindo o processo de dispensa matrimonial ente partes alferes Antônio Machado Ribeiro - Maria Barbosa do Rego (1749), encontrasse curiosa certidão, passada em Taubaté, aos 7 de agosto de 1745, certidão que é um notável documento para a história da grande cidade fundada pelo taubateano cauteloso e previdente que era Francisco Barreto Leme do Prado.

Assim, pois, talvez pelos princípios de junho, de 1745, o padre João de Bessa Passos recebia o requerimento seguinte: “Dizem Maria, Quitéria, Úrsula, Francisco, João filhos legítimos de F.<sup>co</sup> Barreto Leme e de sua m.<sup>er</sup> Rosa Maria, moradores que forão nesta freguezia de Jundiahy, que para se sentirem dezimpedidos lhes he necessario correrem seus banhos nesta freguezia para quem tiver algum impedimento para tomar qualquer estado o descubra.

“João de Bessa Passos vigario collado na Igreja Matriz de São F.<sup>co</sup> das Chagas da Vila de Taybaté certifico que em tres dias festivos acima apotados enunciei os banhos acima e athé o presente não tem saido impedimento algum canonico que impida os contrahentes e denunciantes a tomar qualquer estado que quizerem, nem eu o sei; outrosim os denunciantes forão baptizados nesta freg.<sup>a</sup> o que me constou pello provimento que fiz no L.<sup>o</sup> 5.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> e 7.<sup>o</sup> que servirão dos assentos dos batizados e a fls. 7 (?) está o assento de M.<sup>a</sup> do theor seguinte: Aos vinte de Março de mil setecentos e trinta e dois baptizei e puz os Sanctos Oleos a ignocente MARIA filha de Francisco Barreto Leme e sua molher Roza Maria forão padrinhos Miguel Garcia da Cunha e Izabel da Cunha ambos cazados e moradores nesta freguezia - ANTONIO DE LIMA, FAGUNDES. // e no L.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> está a fls. 2 o assento do theor e forma seguinte - Aos treze de Janeiro de mil setecentos e trinta e coatro nesta Parochia de Taybaté e invocação do Orago de São F.<sup>co</sup> das Chagas baptizei e puz os Sanctos Oleos a FRANCISCO filho legítimo de F.<sup>co</sup> Barreto Leme e de sua molher Roza Maria, forão padrinhos o Sar ..... Juiz ordinario ..... Portes ..... desta Parochia. ANTONIO DE LIMA FAGUNDES.

Outrosim no mesmo L.<sup>o</sup> a fls. 38 está outro assento do teor seguinte: Aos vinte e tres do mez de Outubro de mil e setecentos e trinta e cinco baptizou de minha licença o P.<sup>o</sup> Manoel Rodrigues de Almeida de Cassapaba a QUITERIA filha de Francisco Barretto Leme e de sua mulher Roza Maria moradores na mesma Cassapaba; forão padrinhos Claudio Barbosa Rego e Elena de Gusmão, mulher de Antônio de Souza Prado, todos moradores nesta freguesia. O vig.<sup>o</sup> PHELIPE DA S.<sup>a</sup>

Outrosim no mesmo L.º a fls. 33 v. está um assento do theor e forma seguinte: Aos 30 de Março de mil setecentos e trinta e nove annos baptizei e puz os Santos Oleos a URSULA f.ª de Francisco Barretto Leme e de sua mulher Rosa Maria moradores e naturaes desta Villa - forão padrinhos Antônio Corrêa de Alvarenga e Joanna de Onhate m.ª de Diogo da S.ª Rego, todos moradores e fregueses desta freguesia - O Vig.º PHELIPE DA S.ª

Outrosim no L.º 7.º a fls. 28 v. está um assento do theor e forma seguinte - Aos coatro de Dezembro de mil e setecentos e corenta sup ..... as cerimonias por ser cido baptizado na caza de Diogo da Silva Rego e não haver duvida no seo baptismo a JOÃO, filho de Francisco Barretto Leme e de sua molher Rosa Maria, naturaes e moradores nesta freguesia, forão padrinhos o Juiz Sylvestre Matins Nogueira e Anna Pedroza de Moraes, mulher de Claudio Barbosa Rego, todos desta freguesia - O Vig.º PHELIPE DA S.ª E não constava em todos os assentos aos quaes me repporto e juro por tudo *in Verbo Parochi*. Taybaté 7 de Agosto de 1745 annos. - O Vig.º JOÃO DE BESSA PASSOS”.

Graças a esse insubstituível documento, precisa ser alterada a ordem em que aparecem na *Genealogia Paulistana*, os cinco primeiros filhos de Francisco Barreto Leme do Prado e de Rosa Maria de Gusmão. Logo depois de Ursula (4-4), virá João (2-5). Quanto aos demais filhos do casal, nascidos na nova residência e que são Antônio, Bernardo, Ana, Margarida, Escolástica e Inês, não será possível, ao menos por enquanto, colocá-los em rigorosa ordem de data, pois dos seis que eles são, apenas descobri, no processo de dispensa de impedimento de Sebastião de Sousa Pais e Ana de Arruda Cabral, a certidão do batismo desta, extraída do livro de batismos de Jundiaí, que transcrevo:

“Aos dezeseis do mez de ..... de mil setecentos e quarernta e sete annos baptizei e puz os Santos Oleos à innocente Ana filha legítima de Francisco Barreto Leme e de sua mulher Rosa Maria; foram padrinhos Joseph Dias Ferreira e Josepha da Costa, mulher de Miguel Alves de Sousa, todos desta Villa, de que fiz este termo, que assigno. O Vigário Manoel do Castro Aguiar. - Francisco José Guedes, Parocho”.

Com esses dados genealógicos da família do fundador de Campinas, certos pontos da história da importante cidade paulista vão sendo esclarecidos convenientemente, como, por exemplo, o caso da data da mudança de Barreto Leme, de Taubaté para o município de Jundiaí, data que deverá oscilar entre quatro de dezembro de 1740 e junho de 1745, visto como na primeira ele ainda batizava filho em Taubaté, onde morava e, na segunda, seus primeiros cinco filhos, taubateanos, fazem petição de Jundiaí sua nova residência: “por ora assistentes na freguesia de Jundiaí”.

Dando licença para estar pesquisas no admirável arquivo fundado pelo arcebispo-organizador d. Duarte Leopoldo e Silva, as excelentíssimas autoridades eclesiásticas demonstram seu alto espírito de colaboração em tudo quanto interessa ao estudo dos nossos problemas de história regional e nacional. E aqui vêm a pêlo, de envolta com a minha homenagem aos mortos do referido arquivo, o criador e o seu grande auxiliar, comendador Francisco de Sales Collet e Silva, os meus agradecimentos aos atuais administradores da instituição, de cujo novo diretor, revmo. padre João Kulay, tenho recebido gentilezas, como sempre as recebi de Collet e Silva, de Francisco Nardi Filho e do revmo. padre paulo Aurisol Cavalheiro Freire, ex-diretores. Mas eu seria ingrato se não extendesse esses agradecimentos a todos os funcionários e empregador do arquivo da Cúria, que todos têm sido corteses e têm revelado muito boa vontade.

### XXXIII

Na minha nota dezoito, desta série, tive oportunidade de contar, a propósito de um suplemento impresso com acrescentamentos relativos à família de Hilário Gomes Nogueira ( S. L., volume VI, título “Bicudos”, página 380), que o dr. João de Almeida Leite de Moraes, amigo e colega de muitos anos, grande conhecedor de assuntos genealógicos,

era possuidor de uma preciosidade bibliográfica consistente em coleção da *Genealogia Paulistana*, com anotações do próprio punho do eminente paulista dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919), o esforçado autor do monumental trabalho.

Desejoso de tornar públicas tais notas do genealogista, o dr. Leite de Moraes teve o trabalho de copiá-las e, com prazer, as reproduzo, por serem de alto interesse para todos os que gostam da matéria. É como seguem:

“Notas a lápis feitas pelo autor nos volumes da *Genealogia Paulistana*, V. I, página 50 (3-1) - casado com Inês Garcia - v. 8-121. Pág. 50 - nota após 3-4 - Domingos Leme da Silva já em 1712 fora casado com Isabel Pires Machado, filha do capitão Francisco Rodrigues Machado e de Margarida Fernandes; por esta neta de José Cavalheiro e de Isabel Fernandes, da pág. 12 deste. Teve, que descobrimos: 4-1 - Capitão José Leme da Silva, à pág. 292 deste. Pág. 52 - nota à margem de 5-5: Teve que descobrimos: 6-1 - João Machado da Silva Lima, com geração - Vol. 9-199; 6-2 - Aurora,, batizada em 1772, em Paranaguá. Após o período 5-5: está com geração no Paraná. Pág. 84 - § 6º - 2-3 - Maria Cardoso de Siqueira, casada em Taubaté com o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, vol. 5,432 e v. 8,85. Pág. 388 - nota à margem de 3-2: vol. 7,427.

“Volume V - pág. 6 - (4-2) - João Soares Ferreira, casado duas vezes. O número 4-2 - João Soares Ferreira foi erradamente descrito no v. 6, pág. 153, com o nome de João de Almeida Ferreira, e deve passar para aqui com sua descendência. Pág. 410 (6-5) - foi irmã e não filha de José Alvares Tenório, no número 5-2, supra. Pág. 432 (2-13) - onde se diz Salvador Fernandes Furtado de Mendonça - vol. 8,85.

“Volume VI - pág. 153 - (1-7) - após as palavras “Teve que descobrimos” uma chamada para a seguinte nota, abaixo: O nº 2-1 João de Almeida Ferreira foi filho de Maria Soares e primeiro marido Miguel de Almeida Prado, do vol. 5 pág. 6, onde vem mencionado com o nome de João Soares Ferreira, e deve passar para aí com a sua descendência até a pág. 167 deste. Pág. 167, à margem de 4-2: até aqui passa para o v. 5, pág. 6. Pág. 433 - Vide suplemento à página 380 deste.

“Volume VII, pág. 39 - (6-3) - Teve oito filhos: 7-1, Manuel da Silva Prado casado com Hermelinda da Costa Alves; 7-2, João; 7-3, Cândido; 7-4, Emilia Fonseca; 7-5, Etelvina Teles; 7-6; 7-7; 7-8, Pág. 427 - no fim do período de 6-8, após as palavras vol. 4,490: 5-7, Maria Leme de Cerqueira, notada no vol. 1º, pág. 388; 5-8, Ângela Moreira.

“Volume VIII, pág. 462 - após 6-5 a seguinte nota: 6-6, Francisco ..... Oliveira Prestes, casado com 7-4, de 6-7, adiante, Nota à margem de 6-5: Pais do dr. Rapaél Prestes, deputado estadual, vol. 6, pág. 16. Pág. 464 - 7-4 - Francisca, (nota) casada com 6-6 de 5-1 da página 462.

“Volume IX, pág. 199 - após 4-1 - Filho de Agostinho Machado de Lima, vol. 1º pág. 52”.

Percebe-se bem, nestas poucas notas do autor da *Genealogia Paulistana*, aqui transcritas, o início de trabalho de maior monta, interrompido talvez pela mudança de orientação, ou por haver sido continuado em uma só coleção, a do uso quotidiano do genealogista.

Quanto ao suplemento impresso relativo à página 380 do volume sexto, a que acima se faz alusão, consta ele de quatro páginas, do formato e do estilo das da *Genealogia*. Dado o fato de ser esse suplemento muito pouco conhecido, melhor mesmo desconhecido, dá-lo-ei aqui nesta seção, por cópia do exemplar pertencente ao dr. João de Almeida Leite de Moraes.

“Suplemento à página 380. O capitão Hilário nº 7-7 da pág. 380, além dos três dos. aí descritos, teve mais os seguintes (8-4 a 8-10):

8-4. Alda Maria Leme Nogueira, casada com o capitão-mór Brás de Oliveira Arruda, um dos fundadores da cidade de Bananal, homem de tratamento, proprietário de muitas fazendas, entre as quais, denominada “Fazenda Seca”, onde, a esforços do comend. Paulo Barbosa da Silva, foi fundada a cidade de Petrópolis. Faleceu o cap.-mór Brás Arruda na “Fazenda Cachoeira”, freguesia do Bananal, com seu testamento em que declarou ser natural da freguesia de Itacurussá da província do Rio de Janeiro, e ser filho legítimo de José Antônio de Oliveira e de Ana Maria de Jesus. Teve (9-1 a 9-13):

9-1. Coronel comend. João Brás de Oliveira Arruda, muito rico e violento, foi assassinado traiçoeiramente. Foi casado com Gertrudes Umbelina de Sousa Azevedo, filha do cap. Manuel de Sousa Azevedo, fazendeiro em Volta Redonda, e de Maria Floriana, naturais de Portugal. Teve dois filhos:

10-1. Manuel Brás de Oliveira Arruda, f. em 1869, foi casado com sua prima Alda Maria Cordovile Barbosa da Silva, filha do comend. Antônio Barbosa da Silva e de Maria de Oliveira Arruda nº 9-13 adiante. Foi enérgico e empreendedor e deixou grande fortuna. Teve cinco filhos: 11-1. Dr. João Brás de Oliveira Arruda, formado em Direito em São Paulo, em 1881; ocupou o cargo de juiz municipal em Jaboticabal e Campinas onde terminou o seu quadriênio em 1890; autor de diversos trabalhos nas revistas forenses; publicou a obra *Do Casamento*. Foi fazendeiro no Bananal, em Barra Mansa e Ribeirão Preto. Por um brilhante concurso em 1906 obteve uma cadeira de lente na Academia de São Paulo. Casou-se em novembro de 1883, com sua prima Maria Luisa de Arruda Barbosa, natural do Rio de Janeiro, f. em 1911 em São Paulo, filha do dr. Brás Barbosa da Silva nº 10-1 de 9-1 de 8-7 adiante. Tem dois filhos: 12--1. Amália e 12-2. Dr. Brás de Sousa Arruda, nascido em 1895 em Campinas, bacharelado em Direito em São Paulo, depois de um curso brilhante, em que obteve distinção nas cadeiras do segundo ano. - 11-2. Major Manuel Brás de Sousa Arruda, casado em 1883 com Amália Cardoso, filha do comend. Jose Cardodo e de Simeana. Com quatro fiihos. - 11-3. Dr. Brás Barbosa de Oliveira Arruda, casado com Maria Natalina nº 11-1 de 10-3 de 9-1 de 8-7 adiante, filha do dr. Luis Barbosa da Silva e de Emiliana de Moraes. Com três filhos. - 11-4 e 11-5. Luzia e Antônio Norberto f. em menoridade. - 10-2. Luzia Brás, filha de 9-1, casou-se com seu primo dr. Brás Barbosa da Silva nº 10-1 de 9-1 de 8-7 adiante”.

Em notas subsequentes, continuarei a transcrever o suplemento aludido, até conclui-lo.

#### XXXIV

Consagro esta nota de hoje à continuação do complemento cuja cópia iniciei no número anterior. Ficam assim os senhores genealogistas na posse de nova ampliação para os seus arquivos e isso se deve à boa vontade do dr. João de Almeida Leite de Moraes, que me emprestou o exemplar seu, do aludido suplemento.

“9-2. Coronel Marcos de Oliveira Arruda, filho de 8-4, casou-se com Francisca Velasco Nogueira da Gama, à página 371 da *Genealogia*; 9-3. Manuel de Oliveira Arruda, f. no Rio de Janeiro; 9-4. Brás de Oliveira Arruda, foi casado com Cecília de Sousa, irmã de Gertrudes Umbelina do 9-1 retro; 9-5. Américo de Oliveira Arruda, f. solteiro; 9-6. Pedro de Oliveira Arruda, f. solteiro; 9-7. Domiciano de Oliveira Arruda, foi casado com Feliciano Barbosa, filha de 8-7 adiante; 9-8. Alda Romana, filha de 8-4, foi casada com o Brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros. Com geração já descrita nanota à página 43 do volume sétimo; 9-9. Ana, falecida no Porto, foi casada com o Dr. João da Silveira, médico. Deixou duas filhas: 10-1. Ana, viúva do dr. José Antônio Vaz de Carvalhais. Com quatro filhos; 10-2. Barbara da Silveira, solteira; 9-10. Capitão Antônio de Oliveira Arruda, foi casado com sua prima Sinhala, filha de Flora Nogueira nº 8-2 da *Genealogia* (pág. 380); 9-11. Maria da Glória, foi casada com Brás Carneiro Viana (cunhado do Duque de Caxias). Com sete filhos: 10-1. Alda, casada com o Dr. Luiz Lamenha. Com uma filha; 10-2 a 10-7 outros; 9-12. Luzia de Oliveira Arruda, foi casada com Antônio da Silveira, irmão do Dr. João do nº

9-9 retro. Com um filho; 9-13. Maria de Oliveira Arruda, última filha de 8-4 foi casada com seu primo o comend. Antônio Barbosa da Silva, filho do comend. do mesmo nome e de Placidina Carolina n. 8-7 adiante.

“8-5. Coronel Luiz Gomes Nogueira, filho de 7-7, foi casado com Justina Melinda Franco e teve o filho: 9-1. Hilário Gomes Nogueira Franco que se casou com sua prima Placidina, filha de 8-7 adiante e teve entre outros: 10-1. Dr. Luiz Antônio Barbosa Nogueira, segundo marido de sua prima Placidina, filha de 9-2 de 8-2, página 381.

“8-6. Comend. Cassiano Gomes Nogueira foi casado com Estrela, dama do Paço. Sem filhos.

“8-7. Placidina Carolina Nogueira casou-se em 1813, com o comend. Antônio Barbosa da Silva, guarda-roupa da casa imperial, natural de Minas Gerais, irmão do mordomo Paulo Barbosa da Silva, de Francisco de Paula Barbosa da Silva e de Felicidade Barbosa, casada com Pedro Gomes Nogueira, nº 8-10, adiante, filhos do Coronel Antônio Barbosa da Silva, casado em Sabará, com Ana Maria de Jesus Rolim, n. p. de Antônio de Sousa Barbosa da Silva e de Clara de Avellar Villa-Lobos; n. m. de José de Sá Rolim, guardamór das terras e águas minerais de Cural d'El-Rei (Minas) e de Maria do Porto Alarcão, naturais do Porto. Os Barbosas da Silva teem brasão de armas. Teve catorze filhos: 9-1. Comend. Antônio Barbosa da Silva, casado com sua prima Maria de Oliveira, n. 9-13 de 8-4 retro e teve (10-1 a 10-7): 10-1. Dr. Brás Barbosa da Silva, casado com sua prima Luzia Brás, filha de 9-1 de 8-4 retro; Teve entre outros: 11-1. Maria Luiza, falecida esposa do Dr. João Brás de Oliveira Arruda, n. 11-1 de 10-1 de 9-1 de 8-4 retro; 10-2 Dr. Antônio Barbosa da Silva, fidalgo em exercício, jornalista educado em Paris; 10-3. Dr. Luiz Barbosa da Silva, jornalista notável, casou-se com Emiliania Morais, filha do comend. Joaquim Gonçalves de Morais, fazendeiro em Passa-Três. Teve: 11-1. Maria Natalina, casada com o Dr. Brás Barbosa de Oliveira Arruda, irmão do Dr. João Brás de Oliveira Arruda; 11-2. Antônio Brás de Morais Barbosa casou-se com Diva Alvim Maldonado, filha do Dr. Antônio de Sousa Leitão Maldonado e de Maria Cândida da Silva Torres Alvim. Tem três filhos; 11-3. Luiz Barbosa da Silva casou-se com sua prima Cecília de Morais, filha do Dr. Francisco Gonçalves de Morais e de Hermínia Monteiro de Barros. Com três filhinhos; 10-4. Ana, filha de 9-1, casou-se com Julio Leão de Soulié, filho de Jean Pierre de Soulié e de Marie Eulalie B. Soulié. Com um filho: 11-1. João Antonio Barbosa Soulié, casado com Ester Ramos de Abreu. Com três filhos: 10-5. Maria Carolina; 10-6. José Bonifácio; 10-7. Alda Maria Cordoville foi casada com seu primo Manuel Brás de Sousa Arruda, n. 10-1 de 9-1 de 8-4; 9-2. Luiz, filho de 8-7, faleceu em menoridade; 9-3. Paulo Barbosa da Silva Sobrinho casou-se com sua prima Flavia, n. 9-2 de 8-2, viúva de seu tio Antônio Gomes Nogueira. Além dos quatro filhos mencionados à página 381 da *Genealogia*, teve mais cinco seguintes: 10-5. Dr. Antônio Silvério Barbosa da Silva, advogado, casado com ..... Filha do Dr. Moura Azevedo; 10-6. Damaso B. da Silva foi casado com Maria Josefa, filha de 9-1 de 8-2 retro, à página 381 da *Genealogia*; 10-7. Major Paulo B. da Silva Sobrinho Neto, casado com ....., filha de João Venâncio Campos da Paz; 10-8. Dr. Hilário Barbosa da Silva; 10-9. Placidina Barbosa foi primeiro casada com o Dr. Luiz Antônio de Sá Barbosa, seu tio, n. 9-7 adiante e segunda vez com o Dr. Luiz Antônio Barbosa Nogueira, nº 10-1 de 9-1 de 8-5. Teve do primeiro: 11-1. Luiza; 11-2. Paulina, nascida em Blois, casada com o capitão Luiz Nogueira, filho de Antônio José Nogueira e de Maria da Glória. Com três filhos; 11-3. Hilário; 11-4. Alferes Antônio de Sá Barbosa, nascido em Boulogne (França), casou-se com Silvéria de Medeiros, filha de Manuel Cabral de Medeiros e de Eulália Soares. Com três filhinhos; 11-5. do segundo marido: Maria Eugenia, casada com o Dr. Manuel Bezerra Cavalcanti. Com uma filha; 9-4. Felicidade, filha de 8-7, foi primeiro casada com seu primo Domiciano de Oliveira Arruda, nº 9-7 de 8-4 retro, com seis filhos. Segunda vez casou-se com Gustavo de Coppet, suíço e teve deste quatro filhos; 9-5. Francisco, casado com sua prima da família Medina Celli do nº 8-8, adiante. Com dois filhos; 9-6. José Barbosa da Silva, nascido em 1820, casou-se com Teresa Brigida Monteiro de Barros e teve: 10-1. João; 10-2. Placidina, que se casou com Onofre Domingues da Silva e teve: 11-1. Francelina, casada com o Dr. Eusébio de Queiroz Carneiro Matoso, filho de Eusébio de Queiroz Matoso

Ribeiro e de Raquel Francisca de Castro Carneiro. Tem: 12-1. Eusébio Barbosa de Queiroz Matoso, estudante de Direito em São Paulo, em 1917; 12-2. Rute; 12-3. Eva; 12-4. Maria; 12-5. Raquel; 12-6. José; 12-7. Otávio; 9-7. Dr. Luiz Antônio de Sá Barbosa, foi o primeiro marido de sua sobrinha Placidina Barbosa, n. 10-9 de 9-3 retro; 9-8. Dr. Martim, formado em Coimbra”.

A concluir esta relação na próxima nota.

### XXXV

Mais umas linhas e ter-se-á concluído o suplemento à página 380 da *Genealogia Paulistana*, conforme a cópia que iniciei na nota trinta e três. Com essa adenda, ficam os possuidores dos volumes do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme habilitados a fazer bom acréscimo nos seus textos. Segue o restante:

“9-9. Placidina Nogueira Barbosa casou-se com seu primo Hilário Gomes Nogueira Franco, n. 9-1 de 8-5 retro; 9-10. Dr. Inacio, falecido, formado em Coimbra, foi ministro em Lima; 9-11. Dr. Brasil, formado em Coimbra; foi casado e teve a filha Lídia, viúva de Luiz Henrique de Noronha; 9-12. Maria América, casada com o Carvalhinho. Com quatro filhos; 9-13. Domiciano; e 9-14. Maria, falecidos em menoridade.

“8-8, N. ...., filha de 7-7, foi casada com Caetano de Medina Celi y Sidonia (dos Medina Celi de Espanha). Com filhos.

“8-9. Coronel Antônio Gomes Nogueira foi o primeiro marido de sua sobrinha Flavia, n. 9-2 de 8-2. Sem filhos.

“8-10. Coronel Pedro G. Nogueira foi casado com Feliciano Barbosa, irmã do mordomo e do guarda-roupa da casa imperial n. 8-7 retro.

“D. Flora n. 8-2 da página 380 da *Genealogia*, além das duas filhas aí descritas, teve mais os três seguintes: 9-3. Francisco Isidoro Nogueira; 9-4. Antônio Olinto Nogueira; 9-5. N. .... (Sinhala), que foi casada com seu primo Antônio de Oliveira Arruda, n. 9-10 de 8-4, e uma segunda vez com o dr. Ildefonso Simões Lopes. Sem filhos do primeiro, porém teve do segundo a filha Ernestina”.

A respeito de número 8-8 acima, o que eu encontrei em recenseamento de Bananal difere do que menciona o suplemento. Achei, nesses papéis, Joaquim Medina Celli, natural da Europa, agricultor, casado com Teodora Placidina do Nascimento Nogueira, natural de São João Marcos. E isso já o publiquei nas minhas notas um, treze e dezoito desta série. Caetano era nome do sogro de Hilário Gomes Nogueira, o que já contei na nota dezoito. E, com estas ligeiras observações sobre o suplemento ora ao alcance dos amigos de assuntos genealógicos, passo a outra matéria.

Há tempos, encontrei no Arquivo do Estado, pesquisando em recenseamentos de Ordenanças de Cotia, um senhor de maneiras muito agradáveis, altamente desejoso em estabelecer umas tantas ligações genealógicas em que o nome dele tinha de vir. Mais prático do manuseio dessa documentação, propus-me ao trabalho e fui feliz - consegui o fim em vista. O interessado ficou gratíssimo e o manifestou por palavras e por fatos. Natural de Cotia, morava há longos anos em Itapetininga, onde trabalhara na Escola Normal, aposentando-se no cargo de secretário.

Tratava-se do sr. José Calazans Luz, conhecidíssimo. Sabedor do meu grande empenho no exame do inventário de Ana Ferreira Perpétua, minha tetravó, viúva do sargento de Ordenanças Domingos da Costa Jácome, falecida na Vila das Minas do Parapanema e inventariada em Itapetininga em 1810, trouxe-me os autos para eu ver, num requinte de gentileza. Ainda há pouco, vindo do Rio, procurou-me e encheu-me de oferecimentos relativos a pesquisas genealógicas de meu interesse, na região de Itapetininga. Mas, a mor-

te o levou no dia dois do corrente, tendo falecido nesta capital, e daqui foi o corpo para Itapeitinga, para alí ser sepultado.

Natural de Cotia, de 1817, era José Calazans Luz filho de Cândida, casada na mesma localidade, por 1855-1856, com seu primo João Pedroso da Luz, neto paterno do sargento-mór Joaquim José da Luz, adiante referido. Cândido nascera de Francisco de Assis Luz e de Ana Rosa da Silva, filha do sargento-mór José da Silva Carvalho (S. L., VIII, 385, título “Saavedras”), o qual havia passado a segundas núpcias, também em Cotia, na Fazenda do Moinho Velho, aos 19 de agosto de 1809, com Maria Josefa da Anunciação, da qual se falará a seguir. O sargento-mór José da Silva Carvalho houve, do seu primeiro matrimônio, um filho de nome José Manuel da Silva, que foi o barão de Tietê, meio-irmão, por pai, de Ana Rosa da Silva.

Maria Josefa da Anunciação, madrasta, portanto, do barão de Tietê, é o número 8-1 de 7-2, da página 501, de S. L., volume VIII, título “Oliveiras”, onde o genealogista, ao mencionar Manuel Pedroso de Oliveira e primeira mulher Ana Rosa Ribeiro, indica a filha única, Maria, que é Maria Josefa da Anunciação, segunda mulher do sargento-mór José da Silva Carvalho.

Quanto a Ana Rosa Ribeiro, ela está mencionada em S. L., volume III, página 548, título “Borges de Cerqueira”, filha que era de André Gonçalves Cadaval e Josefa Machado. André Gonçalves Cadaval, em 1782, foi recenseado em Cotia, sua residência, com setenta e quatro anos de idade, casado com Josefa, esta de trinta e sete anos e com filhos e com os filhos Antônio, de doze anos; Ana Rosa, de 16, que é a que se casou, em 1785, com Manuel Pedroso de Oliveira e faleceu em 1794; Maria, de onze anos; e Gertrudes, de nove.

Relativamente a Francisco de Assis Luz, marido de Ana Rosa da Silva, avós maternos de José Calazans Luz, ele provinha do casamento, efetuado em 5 de fevereiro de 1800, ainda em Cotia, de Maria Joaquina, irmão de Ana Rosa Ribeiro, filha, portanto, de André Gonçalves Cadaval e de Josefa machado (Ribeiro de Moraes), com o sargento-mór Joaquim José da Luz, filho de Manuel da Luz Valverde e de Josefa Maria de Jesus. Dos filhos de Cadaval, a *Genealogia Paulistana* apenas menciona Ana Rosa, omitindo os outros três, inclusive Antônio Gonçalves Cadaval, alistado na sexta companhia de Cavalaria, da Cotia, aos 20 anos, de estatura baixa, rosto redondo, olhos pardos; cabelos acastanhados, compridos; oraça a 26 de março de 1789.

Encontrei Manuel da Luz Valverde e Josefa Maria, no recenseamento das Ordenanças de Cotais, de 1767 mais ou menos. Ele, quarenta e cinco anos e ela, trinta e cinco e com a seguinte prole: José, oito anos; Manuel, seis; Joaquim, quatro; Maria, dezesseis; Ana, três; e Manuel, dois. Até agora não achei ligação, na *Genealogia*, para o casal Valverde-Josefa. Mas, devo acrescentar que esta pesquisa, tão grata ao ora falecido amigo José Calazans Luz, estava ainda incompleta e eu desejava ampliá-la, aguardando apenas oportunidade, que se me havia de oferecer quando novamente tivesse de recorrer aos papéis de Cotia, para amplificação de notas sobre a família Camargo-Araujo Novais, da qual uns elementos se transferiram, em começos do século dezenove, para Queluz e outros lugares do Vale do Paraíba do Sul e aí se expandiram, adquirindo extensas glebas e tornando-se grandes fazendeiros de café. Desses Novais saiu o major Manuel de Freitas Novais, de Cruzeiro, da qual é difícil encontrar quem não tenha ouvido uma ou outra referência.

## XXXVI

Publiquei, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXV, 1938, uns *Apontamentos*, para o estudo da grande família dos Lopes Figueira, do Facão. Como se sabe, a freguesia do Facão, pertencente ao município de Guaratinguetá, ganhou foros de vila, no ano de 1785, passando então a se chamar Cunha e ficando,

dessa data para cá, independente da terra do Capitão Domingos Luiz Leme, figura que aparece em S. L., volume I, título “Carvoeiros”, pág. 83.

Entretanto em decadência, com a abertura do “Caminho Novo, da Freguesia da Piedade ao Rio de Janeiro”, Cunha tornou-se terra de emigração, visto como as velhas e tradicionais famílias, que ali se expandiram durante o século XVIII, começaram a não encontrar meios fáceis de subsistência, ou de prosperidade, no município recém criado (1785), embora contasse ele para mais de mil quilômetros quadrados, superfície ampla que ainda conserva.

Examinando-se a zona do “Caminho Novo”, fica o espírito logo preso à quantidade de habitantes, emigrados de Cunha, que procuraram maior conforto nas glebas marginais da via que as altas autoridades administrativas entenderam de abrir, para ligar, de maneira melhor, com economia de tempo e de esforço, a terra, que perpetuou o nome do governador Lorena, à capital do Brasil.

Foi nessa dispersão de gente antiga de Cunha, para os novos lugares que iam nascendo ao longo da estrada recém aberta (Areias, Queluz, Bananal, Silveiras, Barreiros e também Cruzeiro, Pinheiros, Cachoeira), que, como tantos mais, igualmente se espalharam os Lopes Figueira, também encontrados em outros pontos de São Paulo, na direção de São Luiz de Paraitinga, e fora de São Paulo, na zona de Rezende, S. João Marcos e Rio Claro do Rio de Janeiro.

Essa emigração sistemática para outras bandas constitui a grande dificuldade que se depara ao estudioso de genealogia da região. Já bem antes do “Caminho Novo” de Lorena ao Rio, Parati, com o seu comércio ativo e as Minas Gerais, com seu progresso e sua riqueza, exerciam fascinação sobre os espíritos dos facãozenses, observadores diários das inúmeras tropas que, através da povoação e do município, serviam aos altos interesses comerciais a elas vinculados.

Dessa maneira, o meu trabalho, necessariamente lacunoso, precisa já de retificação em vários pontos, e também de ampliações. No terreno das primeiras, convém logo retificar que Catarina, casada com o tenente Manuel Aires do Amaral, de que falo na página 110, na *Revista citada*, não é filha de Luiz da Silva Ferreira e Mônica Felizarda da Cruz, e sim sua xará e prima, filha de Tomaz da Silva Reis e Emiliana Maria de Toledo, sendo esta Emiliana irmã de Luiz da Silva Ferreira, o que verifiquei depois de publicado o trabalho. Em S. L., volume V, título “Toledos Pizas”, página 559, é preciso acrescentar aos filhos de Luiz da Silva Porto e Maria de Toledo, a filha Emiliana, aí omitida. No mesmo lugar da *Genealogia*, 3-4 não usava o nome do pai, mas Luiz da Silva Ferreira.

Outrossim há o que corrigir, na página 113, da dita *Revista*, pois que Alice (7-1), aí mencionada, formou-se na Escola Normal Primária da praça da República, em 1917, ao contrário de sua homônima e parente, formada em Guaratinguetá, em 1923.

Na página 114, 5-7 é Francisca e acresce 5-9, Engrácia. Na página 115, na primeira linha trata-se de Maria Silvéria da Conceição.

Quanto a ampliações, há muitas a fazer. Na página 102, Rita, 4-3, é Rita Monteiro dos Santos, que foi casada em segundas núpcias com Antônio Ferraz de Toledo, um dos filhos de Simeão Garcia de Toledo e Ana Pedrosa da Silveira (S. L., volume VIII, título “Dias”, página 58), onde o linhagista, aliás, só consigna, como filha de Simeão e Ana, a mulher de Antônio da Silva Bravo. Já expliquei, na minha nota dezenove, a origem de Simeão Garcia de Toledo, assim como lhe esbocei a descendência. Reporto-me, pois, quanto a essas ligações, à minha aludida nota dezenove.

José, 3-2 de 2-3, na página 103, é José da Silva Monteiro, natural de Cunha, falecido em São Paulo (onde morara na rua da Freira) aos 14 de abril de 1851. Casou duas vezes: a primeira, com Antonia Jacint da Conceição, com dois filhos desse consórcio - Januário Máximo Monteiro, com 50 anos em 1851, que, no estado de solteiro, se ausentara



havia mais de 16 anos, para o Rio Grande do Sul; e Ana Benedita Monteiro. Passado a segundas núpcias, com Ana Jesuína Barbosa, houve dois filhos: José Rufino da Silva Monteiro, com 27 anos em 1851, casado, residente em Porto Alegre e Joaquim da Silva Monteiro, de 26 anos, praça do Corpo de Permanentes em São Paulo.

Na página 104, Ana 3-8, é Ana Monteiro dos Santos, segunda mulher de José Moreira Side, nascido em Minas (Itajubá) e residente em Areias e Silveiras, na primeira metade do século XIX, com geração de três filhos pelo menos: José Calazans Moreira, Maria e Mariana, que foi casada com Joaquim de Sousa Maia e tiveram duas filhas de nome Maria, casadas com dois irmãos: Antônio Carlos da Silveira e João José Lopes de Camargo, lavradores, residentes em Queluz. Deste é neto materno o dr. João Batista Ferreira ex-deputado estadual, morador em Cruzeiro. (Ver *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, volume XXXIII, página 256).

Na página 129, Pedro, 2-6, é o mesmo Pedro da Silva Palma, recenseado em São Sebastião, em 1830, casado com Maria da Silva e com nove filhos: João, Jerônimo, José, Luiz, Maria, Ana, Rosa, Luiza e Benedita.

E assim, aos poucos, irei corrigindo as notas genealógicas sobre a família Lopes Figueira, de Cunha, de modo a torná-las muito mais completas. Há, porém, bastantes coisas a fazer e a todo momento surgem problemas relativos ao assunto. Por exemplo: o estimado professor de matemática e advogado, já falecido, dr. Francisco Marcondes de Gouveia, que assinava “Natividade” em honra ao padrao, era filho de Cesario Lopes de Gouveia, que o era de José Bonifácio de Gouveia e Silva, de São Luiz, evidentemente casado com uma Lopes Figueira, que não sei ainda qual seja. Outro exemplo: o poeta Luiz Nicolau Fagundes Varela, nascido no Rio Claro do Rio de Janeiro a 17 de agosto de 1841 e aí batizado a 19 de setembro do mesmo ano, provinha do casal dr. Emiliano Fagundes Varela-Emilia Carolina de Andrade. Tinha o poeta, por avós paternos, o dr. Luiz Nicolau Fagundes Varela e d. Maria Emilia, e, por avós maternos, José Luiz de Andrade e d. Rita Maria.

Todos os descendentes do barão do Rio Claro (Antônio Manuel de Freitas) sabem que Varela era parente próximo da família. E deve ser parente pelo lado Reis, que é o lado Lopes Figueira, mas até agora tenho encontrado elementos para a resolução desse curioso problema genealógico. Mas, se não fossem os problemas difíceis, a genealogia não teria os atrativos que apresenta e atrativos tanto maiores quanto mais custosas as soluções procuradas.

## XXXVII

Há tempos, quando faleceram aqui na capital, de onde eram filhos, os estimados educadores Joaquim Luiz de Brito e seu irmão João Batista de Brito, o meu amigo e colega José Ferraz de Campos procurou-me indagando da ligação genealógica, dos conceituados membros do magistério paulista, aos velhos troncos dos mais antigos povoadores.

De momento, nada tive para fornecer a José Ferraz de Campos que, com isso, desejava homenagear a memória dos dois dedicadíssimos servidores do Estado, que consagraram dezenas de anos ao mister do ensino público, havendo desempenhado muitas funções.

Eles provinham, pelo lado Brito, de Antônio Francisco de Brito, português, do Porto, filho de Pascoal Francisco e de Josefa de Brito. Antônio, que viveu nesta capital, onde faleceu e foi inventariado, casou três vezes: a primeira vez no Porto, com Maria Ana; a segunda vez em São Paulo, com Maria Cardoso da Silveira, falecida aqui em 1761, neta materna do juiz Salvador Cardoso de Almeida e de Ana Maria da Silveira (S. L., volume III, título “Prados”, página 346). Maria Cardoso da Silveira, que já era viúva de Agostinho Duarte do Rego e com sete filhos deste marido, teve, do segundo, o filho único Antônio; a terceira vez consorciou-se Antônio Francisco de Brito com Ana Maria Xavier, ou Ana Maria

de Jesus, filha de Luiz Alves Coelho e de Joana Maria do Espírito Santo, com seis filhos deste último casamento - Francisco Antônio de Brito, Alexandre, Joaquim Manuel de Brito, Ana, Maria e Teresa.

Joaquim Manuel de Brito, nascido por 1773 aqui, na cidade, morou quase a vida toda na Freguesia de Nossa Senhora do Ó, onde lhe vieram quase todos os filhos. Faleceu em 1829 e aqui foi inventariado. Havia casado com Maria Lourença, filha de Teresa Maria das Virgens, segunda mulher de João da Silva Machado (S. L., volume VII, título “Freitas”, página 174). Teresa era irmã inteira de seis outros filhos de Luiz de Barros Freire e de Joana Rodrigues Barbosa, sendo um desses seis irmãos Joaquim Barbosa de Barros que, do seu casamento com Maria Blanco de Moraes, (S. L., volume VIII, título “Dias”, página 19), teve, entre outros, José Blanco de Barros (com um primo homônimo), casado com Rosa Mariana de Brito, provindos deste casal, entre outros, Orlando de Barros, alto funcionário da Secretaria da Educação e Saúde Pública e a professora d. Branca do Canto e Melo, catedrática do curso fundamental da escola Normal Modelo.

Do casal Joaquim Manuel de Brito e Maria Lourença ficaram seis filhos, que são - Joaquim Luiz de Brito, Inocêncio José de Brito, Alexandre José de Brito, Francisco Antônio de Brito, Cândido Mariano de Brito, Gertrudes casada com Antônio Francisco de Lima., Inocêncio José de Brito, recenseado com 20 anos em S. Paulo, ainda solteiro, em 1825, morava então com seu tio Lourenço da Silva Barros, também filho de João da Silva Machado e Teresa Maria das Virgens (ou Teresa Maria de Jesus). Por este ano de 1825, Lourenço da Silva Barros era alferes reformado de milícias, e tinha oficina de caldeireiro.

Inocêncio, que foi casado um ou duas vezes, é o pai dos saudosos educadores Joaquim Luiz de Brito e João Batista de Brito, cuja ascendência esbocei agora, na presente nota. Espero, porém, poder completar o que falta, que é muito, embora o que está esclarecido já permita ligar os dois distintos membros do magistério paulista aos Barros Freire, oriundos de Catarina de Freitas, filha de Sebastião de Freitas, vindo para São Paulo pelos anos de 1594. Sebastião de Freitas casou com Maria Pedrosa, filha de Antônio Rodrigues de Alvarenga e Ana Ribeiro.

Catarina de Freitas foi a mulher de Francisco de Barros Freire, filho de Luiz de Barros de Alcaçoca e de Maria da Silva de Pedrosa, naturais de Setubal. De Catarina e Francisco provieram Isabel de Barros Freire, Filipa de Barros Freire, Francisco e Luiz de Barros Freire. De Filipa de Barros Freire, casada com Antônio Rodovalho da Fonseca, da Ilha Terceira, falecido em 1677 em Jundiá, já tenho tratado, visto como o filho Francisco de Barros Freire, que foi professor de música em Itú e aí casou, em 1684, com Maria de Moraes da Silva, vem a ser meu antepassado pela filha Filipa Gago Lobo, batizada em Itú, em 24 de maio de 1685. Maria de Moraes da Silva, filha de Antônio de Moraes da Silva e de Filipa gago Lobo, constitui ainda problema para mim, que não pude até hoje saber quem são Antônio e Filipa, embora sejam Moraes da Silva e gago Lobo, cognomes sobejamente familiares aos estudiosos da genealogia (ver *Revista do Arquivo Municipal*, vol. X. n. 35).

Quanto a Luiz de Barros Freire, foi o pai de Luiz, Antônio, Ana e Francisco de Barros Freire. Antônio é avô paterno de Joaquim Barbosa de Barros e de Teresa Maria das Virgens, a qual liga os Brito, de que trato, ao título “Freitas”, da *Genealogia Paulista*. E Francisco de Barros Freire, que vem mencionado em título “Godóis”, volume VI, página 109, foi o marido de Isabel Rodrigues Cabral (Ribeiro de Alvarenga) e andaram pelas Minas Gerais, como era muito do gosto dos paulistas em geral e dos Barros Freire em particular. Ora, Francisco e Isabel rumaram para o Guarapiranga, com outros da família e lá deve ter casado a filha Teresa Ribeiro com João Gonçalves da Costa, casamento do qual nasceu Cláudio, batizado a 29 de junho de 1729, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Sítio, da Vargem de Itacolomi, freguesia de N. S. da Conceição da Vila do Carmo. Esse Cláudio era o poeta Cláudio Manuel da Costa (ver *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1896, pág. 374-375).

No Guarapiranga também morava Inácio Moreira de Alvarenga, irmão de Isabel, tio, portanto, de Teresa Ribeiro, mãe de Cláudio e lá deixou geração (S. L., volume V, título “Alvarengas”, pág. 372). Ele era casado com Ana Barreto de Almeida Colaço, irmã de outros Colaços que já andavam pelo Guarapiranga e pelo Rio das Mortes. Ora aqui convem não esquecer que Maria de Oliveira Colaço, natural da cidade de São Paulo e casada com Domingos Xavier Fernandes, português, era a mãe de Antonia da Encarnação Xavier que, pelo seu casamento com Domingos da Silva dos Santos, teve um filho de nome Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nascido em 1748, no sítio do Pombal, termo da vila de São José de El-Rey e comarca do Rio das Mortes (ver Artur Vieira de Rezende e Silva, *Genealogia dos Fundadores de Cataguases*, 1934, página 437).

### XXXVIII

É frequente, em São Paulo, quando a gente fala nalguma família Leme, vir logo a pergunta: “Mas é dos Leme de Bragança?”. Isto significa que dos milhões de Lemes, oriundos de Antão Leme e Pedro Leme, os de Bragança, por constituírem um bloco muito conhecido, aparecem como sendo os únicos Lemes, de São Paulo, ou os verdadeiros Lemes. O fato é que, na realidade, talvez se não encontre paulista de quatrocentos anos (e são estes aos milhões) que não seja Leme, embora não use tal cognome.

A mesma observação cabe aos Pires, Dias, Cunhas Gagos, Bicudos, Prados, Cubas, Garcias Velhos, Moraes, Siqueiras de Mendonça e a tantos mais povoadores quinhentistas, dos quais Américo de Moura tratou brilhantemente em estudo publicado na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XXV, 1936, pág. 5/111.

Os Lemes de Bragança originam-se de Pascoal Gil, de Taubaté, casado com Maria da Silva, filha do capitão João do Prado Martins e de Maria Leme Chaves. Um neto de Pascoal Gil e de Maria da Silva (Leme), de nome Sebastião Leme da Silva, taubateano, mudou-se para a região de Mogi Guaçu, onde faleceu em 1775. Ele era casado com uma Leme e, dessas núpcias, deixou grande geração a que pertencem os Lemes, de Bragança, dos quais se pode dizer genealógicamente “que também são Lemes”. (S. L., volume VIII, título “Dias”, pág. 66/67).

Sobre a generalidade da descendência Leme, convém ler a nota de Alfredo Ellis (Júnior), na página 271 do seu livro *O Bandeirismo Paulista Paulista e o recuo do meridiano*, segunda edição, quando rebate afirmativa de Gilberto Freire a respeito da decadência dos Lemes.

Lembrei-me desse caso (aliás comuníssimo aqui), do abandono do cognome paterno pelo materno, ao ler umas certidões do arquivo do consócio dr. Frederico de Barros Brotero, genealogista operoso e conceituado, a respeito dos Monteiro de Barros, mineiros e paulistas, tão conhecidos. Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro presidente da Província de São Paulo, empossado a 1º de abril de 1824, bem como seus irmãos conego dr. Marcos Antônio Monteiro de Barros e dr. Gualberto Monteiro de Barros eram filhos de Manuel José Monteiro de Barros, natural da freguesia de São Miguel das Marinhas, termo de Espozende, arcebispado de Braga, o qual Manuel José tinha por pais João Vieira Repincho e Mariana Monteiro de Barros, sendo esta filha do dr. Manuel Monteiro de Barros e de Inês Pereira.

Vê-se, nesta família, a que pertence, entre outras, a linha materna do meu prezado amigo dr. José Adriano Marrey Júnior (S. L., volume VI, título “Godois”, pág. 84, 7-3, 8-1), o abandono do cognome Vieira Repincho, com a adoção definitiva do Monteiro de Barros. E foi pena que se desse tal abandono, porque Repincho é inconfundível, ao passo que Monteiro e Barros são cognomes comuns entre nós, podendo gerar confusão.

Parece que, na evolução das famílias brasileiras, há um princípio de simplificação de cognomes, que talvez não encaixe na lei mais geral do mínimo esforço. Tenho, à mão, um interessante exemplo, que convém citar.

O alferes Manuel Lobo de Albertim Lanoia, natural da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape (Ceará), então bispado de Olinda e nela batizado, era filho do capitão Manuel Lobo de Albertim Lanoia e de Antonia Gomes da Silva, olindenses de nascimento. Passando a morar em Paranaguá, o alferes Manuel Lobo de Albertim Lanoia aí contraiu matrimônio aos 2 de dezembro de 1752, com Maria Francisca Xavier, nascida na localidade e nela batizada em 6 de fevereiro de 1718, filha de Salvador Correa da Fonseca e de Joana Ribeiro do Prado, oriundos dos primeiros povoadores de Paranaguá, então vila paulista.

Do consórcio de Albertim Lanoia e Maria Francisca, se nasceram muitos filhos poucos cresceram, pois o recenseamento de paranaguá, de 1772, diz o seguinte:

Manuel Lobo de Albertim, 56 anos; Maria Francisca, 50; filhos: José, sacristão, 18 anos; Manuel, 17; Ana, 15; Maria, 12. Em 1778 já o chefe da família havia desaparecido e, em 1781, o filho José Manuel Lobo, futuro alferes de ordananças, estava casado com Maria Floriania e tiveram a seguir alguns filhos: Ana, Maria, Emerenciana, Rita, José (com um ano em 1789), Barbara, Francisca, Joaquim.

O filho do alferes Manuel Lobo de Albertim Lanoia e de Maria Francisca Xavier, de nome Manuel, irmão, portanto, do alferes José Manuel Lobo, nascera em Paranaguá, como os demais irmãos e fora batizado em 14 de setembro de 1755; em 1796 requereu habilitação *Ide genere et moribus* e recebeu ordens, tornando-se o reverendíssimo padre Manuel Lobo de Albertim Lanois (Processo *de genere* no arquivo da Curia Metropolitana de São Paulo).

Com o tempo, a família foi abandonando o cognome Albertim Lanoia. O alferes José Manuel Lobo já havia simplificado o nome e o filho dele, José (com um ano em 1789), continuou a simplificação, o que se pode ler no Arquivo do Estado, no “Livro do regimento de Milícias de Paranaguá”, página 21: “José Manuel Lobo, filho do alferes José Manuel Lobo, solteiro, de idade de 14 anos, estatura ordinária, cabelos castanhos, olhos pardos. Sentou praça a 9 de novembro de 1803. Baixa a 30 de janeiro de 1805”.

Este segundo José Manuel Lobo, filho do alferes de igual nome, mudou-se para Itú, onde já era recenseado em 1818. Casado segunda vez com Teresa Xavier de Jesus (S. L., IV, título “Almeidas Castanhos”, páginas 421), deixou grande geração de ambos os casamentos. Penso que, da primeira mulher Francisca de Paula Almeida teriam ficado José, Maria e Luiz (recenseamento de 1822). O censo de 1829 dava, como filhos de José Manuel Lobo e Teresa, Joaquim, 12 anos; Maria, 10; Francisco, 5; Ana, 3; Adelaide, 1. Quanto aos dois primeiros, devem ser da primeira mulher.

José Manuel Lobo foi escrivão da Ouvidoria, em Itú e, depois, negociante. Já era falecido em 1846, ano em que a família consta do censo, da seguinte maneira: Teresa, viúva, 38 anos; filhos: Francisco, 21; Manuel, 14; Elias, 12 (é o maestro Elias Alvares Lobo); Umbela, 9; José, 6; Ana, 14; Carolina, 12.

Tenho para mim que todos estes Lobo, de Albertim Lanoia, abandonaram definitivamente este dois últimos cognomes. É verdade que li, há pouco, em jornais da capital, o falecimento, aqui, de d. Teresa de Albertim Vautier, filha de Joaquim Mariano da Costa e de d. Umbelia Clara Lobo, a qual deve ser a recenseada de 1846 como “Umbela”, de nove anos.

Excluído o caso, assás interessante, de ser “Albertim” um dos cognomes do marido, seria ele revivescência do “Albertim”, do século XVIII, de Paranaguá. Encontro, na lista dos filhos da veneranda senhora recém falecida, o nome de distinta ex-aluna minha, d. Dinorá Vautier Lobo.

Ora Itú, velha localidade, tinha já Lobos provindos dos Oliveira Gago, que se contavam entre os primeiros povoadores de Piratininga; tinha também a descendência de Manuel José Antunes Lobo, filho de pai português (S. L., VI, título “Bicudos”, pág.

312; há, pois, que concluir que a simplificação dos Albertim Lanoia trouxe complicações onomáticas numa terra de tantos Lobos e, afinal (se me não falha a memória), de nenhum Cordeiro.

### XXXIX

Há tempos, logo depois de ter publicado a minha nota vinte e cinco desta série, recebi carta de Porto Alegre, datada de 14 de dezembro do ano que findou, na qual o genealogista Jorge Godofredo Felizardo escreveu o seguinte: “Somente hoje foi-me dado o grande, enorme prazer de receber o *Correio Paulistano* de primeiro do corrente. O amigo não poderá aquilatar a minha satisfação ao tomar conhecimento da sua feliz descoberta, da licença de impedimentos matrimoniais de Baltazar Correia Moreira e Fabiana da Costa Rangel! Imagine o amigo que data de três de março de 1932, minha primeira consulta ao Instituto de Estudos Genealógicos daí, sobre a possibilidade de ser d. Fabiana da Costa Rangel, filha de Francisco Nunes da Costa e de s. Lucrecia Leme Barbosa, e, no entanto, só agora, oito anos depois, chega-se a uma conclusão francamente positiva. Aqui no Sul costumamos dizer que “*nunca és tarde quando la dicha és buena*” e o velho rifão espanhol ajusta-se perfeitamente a esta grande realidade devida exclusivamente à sua feliz iniciativa. Envio-lhe os meus parabéns, mas confesso que mais do que caro amigo estou eu de parabéns, por ver resolvido esse problema que há onze anos se achava na frente de um dos títulos dos meus trabalhos genealógicos, como uma grande interrogação”.

Revelando a satisfação do pesquisador sul-riograndense, convem realçar o quanto são simpáticos esses esforços pelo esclarecimento das origens paulistas de grande parte da população gaúcha. No caso, Fabiana e Baltazar, é Guaratinguetá que funiconas como célula-mater, ms de quantos outros lugares paulistas saíram povoadores para o Sul!

Conheci, vai para cinte e cinco anos, aqui em São Paulo, um sul-riograndense chamado Ezequiel Ubatuba, e tal cognome deve lembrar, ao que suponho, a localidade litorânea de onde teriam emigrado ancestrais da pessoa referida. Este trabalho sistemático, em ligar ao passado paulista a gente do Sul, sobre ser a verdade histórica, que se manifesta, representa um importantíssimo papel de elo cívico, da maior relevância, em terra tão extensa como a nossa e tão pouco povoada, e onde a fraca densidade da população ainda se agrava pela existência de núcleos raciais estranhos e coesos.

Anda agora o linhagista Jorge Godofredo Felizardo, para o prosseguimento dos seus estudos, empenhado em esclarecer outros casos paulistas, que se relacionam principalmente com Guaratinguetá e Mogi das Cruzes.

Em Mogi, o problema apanha a descendência do casal Anacleto Sardinha-Rosa de Oliveira, que teve pelo menos quatro filhos:

1. Francisco Xavier Sardinha, casado em Mogi, aos 31-12-1731, com Maria Machado, filha de José Machado de Lima e Maria Fernandes Nogueira. (S. L., volume VII, título “Arzam”, páginas 328/329). O casal deixou oito filhos que a *Genealogia Paulistana*, loc. cit., menciona;

2. Ambrosio Sardinha, casado com Maria Machado, irmã da mulher de Francisco Xavier. A *Genealogia*, em VII, 330, indica quatro filhos “que descobrimos”;

3. Isabel de Oliveira, casada com ..... Alvres Pedroso, filho de João Alvres da Rocha e Lúcia Pedroso, de São Paulo. Este casamento está assentado no respectivo livro de Mogi, a folhas 95 verso, em data de 24-6-1734. Não sei se a *Genealogia* o escritura;

4. Maria das Neves, referida em carta de Jorge Godofredo Felizardo, natural de Mogi e batizada na mesma freguesia. Falecida em Porto Alegre, aos 15 de maio de 1776. Do exame que fiz em livros de Mogi, não topei o nascimento dela, nem o casamento, de certo porque muitas as folhas estragadas de ditos livros, existentes no Arquivo da

Cúria Metropolitana desta capital, onde a habilidade de dedicados técnicos conseguiu ainda salvar numerosos assentamentos, quando da organização do Arquivo. No livro dos batizados, encontrei o de Francisca, filha de Luiz Garambeo Martins e de sua mulher Maria das Neves Sardinha, sendo padrinhos Anacleto Sardinha e Maria Machado de Moraes. Acontece, entretanto, que o vigário escreveu a data do batismo errada, ao que parece: “22 de agosto de 1702”, com lançamento a 17 de janeiro de 1723.

Esta Francisca, filha de Luiz Garambeo Martins e de Maria das Neves Sardinha, faleceu na vila do Triunfo, Rio Grande do Sul, a 8 de abril de 1779 já viúva de Bartolomeu Gonçalves de Magalhães, português, com quem casara, por 1744, talvez aqui mesmo; não achei, entretanto, o casamento assentado em Mogi, nas alturas da data indicada, o que continuarei a procurar, mesmo porque Jorge Godofredo Felizardo pensa que o primeiro filho de Bartolomeu e Francisca, de nome Antônio, nasceu provavelmente em Mogi das Cruzes, por volta de 1745.

Outro problema, que interessa atualmente ao genealogista sul-riogandense, consiste em saber se há ligação genealógica entre Agostinho Leme Bonfante e João Batista Bonfante. Agostinho Leme Bonfante, natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade (Lorena), filho legítimo de JOÃO BATISTA BONFANTE e de Ana Leme da Silva, naturais de Guaratinguetá, foi casado com d. Francisca Ribeiro de Moraes, natural da freguesia de São João de Atibaia, filha de Manuel Ribeiro Baião, natural de Basto, Portugal, e de Joana Pedroso de Moraes, natural de Minas Gerais.

Ora, a *Genealogia Paulistana*, volume II, título “Lemes”, páginas 350, traz Maria de Bulhões, que casou com um JOÃO BATISTA BONFANTE, que bem pode ser o mesmo acima indicado, em outras núpcias, primeiras ou segundas. Serão uma só pessoa?

Quem tiver elementos esclarecedores, fará grande favor, fornecendo-os a Jorge Godofredo Felizardo, em Porto Alegre, Edifício Bica de Medeiros, rua Jerônimo Coelho, 209, 4º, 43. É um intercâmbio cultural, que se estabelece, de grande proveito para a coletividade, como atrás o expus.

A folhear o livro de batizados de Mogi das Cruzes, depararam-se-me João Leme “Bunfante”, padrinho de José, filho de José Pedroso (29/10/1718). Esse João Leme Bunfante há de ser o 4-1, da página 350, de S. L., volume II, título “Lemes”; e José Pedroso Bunfante, batizando sua filha Rosa, em 27-3-1727. Este segundo é o 5-1 da página aqui referida, pois era casado com Maria Leme da Silva.

Antes de encerrar esta nota, devo agradecer ao sr. J. d’Ophir a delicada carta que me enviou, sobre a matéria por mim publicada na sexta-feira passada, e as ampliações que teve a bondade de me fornecer, relativas a uma das famílias de que me ocupei na nota XXXVIII.

## XL

Dos dez filhos de Antônio Bicudo e Maria de Brito, os denome João Bicudo de Brito, Domingos Bicudo de Brito, Fernando Bicudo de Brito, Maria Bicudo de Brito, Francisco Bicudo de Brito e Antônio Bicudo de Brito, casados que foram com filhos do capitão Francisco de Alvarenga e de Luzia Leme, respectivamente Ana Ribeiro, Francisca Leme de Alvarenga, Luzia Leme de Alvarenga, Capitão Antônio Pedroso de Alvarenga, Tomazia Ribeiro e Maria Leme de Alvarenga (S. L., V, título “Alvarengas” e VI, título “Bicudos”), deixaram geração de “Bicudo Leme”, a qual, pela quantidade de elementos, apresenta interessantes problemas genealógicos de homonímia.

A esses seis, que se ligaram à família do capitão Francisco de Alvarenga e de Luzia Leme, é preciso acrescentar Margarida Bicudo de Brito, outra irmã, casada igualmente com Leme, o capitão Brás Esteves Leme (S. L., II, título “Lemes”, página 209 e VI, título “Bicudos”, página 298).

Muitos desses Bicudo de Brito mudaram-se para Guaratinguetá, logo depois de constituída a família, outros mais tarde e nem sempre os documentos existentes permitem identificação rápida e precisa, nascendo então o problema genealógico, de solução às vezes demorada e difícil.

Fernando Bicudo de Brito, nascido em Parnaíba, como os demais irmãos, era ainda solteiro em 1650, quando lhe morreu o pai. Faleceu em 3 de maio de 1688 em Guaratinguetá, localidade que elegeu para morada e aí lhe nasceram os filhos cujo número exato não é possível determinar, à vista da perda do inventário de Fernando. O testamento de Luzia Leme de Alvarenga, viúva de Fernando, foi aberto em Guaratinguetá em 31 de janeiro de 1690 e acha-se publicado no volume XXIII da coleção de *Inventários e Testamentos*, do Arquivo do estado.

Não conferem os dados da *Genealogia Paulistana* (VI, 443, título “Bicudos”), com os do testamento da viúva de Fernando Bicudo de Brito, pois enquanto Silva Leme apenas menciona três filhos que descobriu: 1) Roque Bicudo Leme, 2) Fernando Bicudo de Brito e 3) uma filha, casada com Manuel Góes Raposo; Luzia Leme de Alvarenga, também muito resumida, fala em dois filhos: 1) José Bicudo, 2) Domingos Bicudo e 3) “meu genro Manuel de Góes de Andrade”. Combinando-se ços dados das duas fontes ter-se-á a geração seguinte, para Fernando e Luzia Leme de Alvarenga:

1 - Capitão Roque Bicudo Leme, com a geração de que já tratei na minha nota vinte e nove, desta série;

2 - Fernando Bicudo de Brito;

3 - José de Brito de Alvarenga;

4 - Domingos Bicudo de Brito;

5 - Uma filha, casada com Manuel Góes Raposo, ou “Manuel Góes de Andrada”, como consta da assinatura dele, no inventário da sogra.

A *Genealogia Paulistana*, em VI, 71, título “Godois”, fala num Manuel de Brito Leme, filho de Domingos Bicudo de Brito, de Guaratinguetá. Manuel andava recenseado, por 1767, em Mogi Mirim, já idoso, com geração. Estava casado com Luzia da Fonseca Pinto e o filho deles, de nomes Domingos Bicudo de Brito (neto) casou em Campinas, aos 13 de maio de 1775, com Ana Alvares Ferreira, de Jundiaí, filha de Manuel Vieira da Maia e de Inácia Ferreira de Loiola, taubateanos. Mas, no assentamento de Campinas, de onde o dr. Teodoro de Sousa Campo Júnior teve a bondade de extrair os dados supra-indicados, lê-se que Domingos Bicudo de Brito, (avô), guaratinguetaense, fora casado com Maria Leme ao passo que a *Genealogia* loc. cit., diz que a mulher se chamava Ana de Almeida, era de Parnaíba. Nova questão a decidir, quanto ao Domingos Bicudo de Brito (avô), o qual tem todas as probabilidades de se identificar com o filho de Fernando Bicudo de Brito e Luzia Leme de Alvarenga, referido no inventário desta.

Documentos guaratinguetaenses mencionam, já na década 1720-1730, o nome do capitão Domingos Bicudo Leme, casado com Clara Parente de Camargo, de quem tratei um pouco, nas minhas notas quatro, vinte e três e vinte e nove. Foi inventariado em 1749, e residia em terra que, em 1788, tornaram-se lorenenses. No testamento, o capitão

Domingos declara que é natural de São Paulo, bem como sua mulher Clara Parente. Será ele o Domingos Bicudo, já casado em 1707, filho de Sebastião Bicudo e de Maria Leme (VII, 506, título “Siqueiras Mendonças”)?

Em Guaratinguetá faleceu, em maio de 1718, sendo aí inventariado, um Sebastião Cubas, também chamado Sebastião Cubas Preto, Sebastião Cubas da Câmara e ainda Sebastião Cubas de Siqueira, o qual tinha pelo menos um irmão - Inácio Cubas da Câmara: não sei de quem eram filhos. A viúva de Sebastião era Luzia Leme, e, no inventário do marido, Domingos Bicudo de Brito e o capitão Roque Bicudo Leme (principalmente este) têm papel muito saliente. Suponho seja, esta Luzia Leme, irmã de Roque e de Domingos, filha portanto, de Fernando Bicudo de Brito e de Luzia Leme de Alvarenga.

Sebastião Cubas e Luzia Leme deixaram quatro filhos: 1) Antônio, de seis anos em 1718, falecido em tenra idade; 2) Pedro Leme de Siqueira, casado com Maria Portes (V, 182, título “Cunhas Gagos”); 3) Sebastião Preto de Siqueira; 4) Maria da Câmara de Siqueira, mulher de Inácio da Cunha Garcia. Antônio morreu em Lorena. Pedro viveu e morreu por Mogi Guaçu, Sebastião parece que voltou para Guaratinguetá e Maria, depois de morar em Pindamonhangaba (1729), passou a residir no município de Jundiá (1742). A viúva Luzia Leme, em 1721, já estava consorciada com seu segundo marido - Paulo Rodrigues Diniz, de quem parece não haver deixado filhos. Em 1734, Roque Bicudo Leme declarou ao juiz de Guaratinguetá que Luzia, Pedro e Sebastião foram “para a parte dos Goiazes”; e, em 1736, Pedro, com o nome de Pedro Leme de Góes nomeia procuradores em Guaratinguetá, estando ele no “arraial de Mogi do campo, termo da Vila de Jundiá”. Nesse arraial, onde se fixaram, também morreu Luzia Leme, como se pode ler na seguinte certidão: “João Gonçalves de Chaves vigário desta freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogy do campo sabe certo que vendo o Livro dos assentos dos defuntos desta freguesia, a folhas quarenta e uma esá um assento feito por mim do teor seguinte: - Aos dezoito de Agosto de mil e setecentos e quarenta e um sepultei nesta Matriz a Luzia Leme mulher de Paulo Rodrigues que anda ausente. Faleceu ab-intestato, nem tinha do que testar. Recebeu somente o sacramento da Penitencia por se lhe não conhecer perigo e estar aqui tres legoas tendo mostrado melho-ras. Foi encommendade e para constar diz este assento era ut supra. - E não consta mais e vai na verdade o que sendo necessário afirmo in verb. Parochi e ao dito Livro me reporto. Mogy do Campo, 31 de Dezembro de 1741. Padre João Gonçalves de Chaves”.

Oriundos de Parnaíba, tendo estacionado em Guaratinguetá, tantos Bicudo de Brito - Leme de Alvarenga dispersavam-se pelas partes dos Goiazes, incluída ali a freguesia de Mogi do Campo, já criada e instalada em 18 de agosto de 1741...

## XLI

O capitão Domingos Bicudo Leme, natural de São Paulo, casado com Clara Parente de Camargo, ao qual aludi já por diversas vezes, nestas notas, é de fato, de acordo com a sugestão que apresentei na sexta-feira passada, o filho de Sebastião Bicudo e de Maria Leme (Silva Leme, volume VII, título “Siqueiras Mendonças”, página 506). No inventário de Maria Leme, conservado no Arquivo do Estado, existe o termo de quitação, datado de 16 de agosto de 1708, no qual aparece Antônio de Sousa de Siqueira como procurador de Clara Parente de Camargo, nora da finada.

Antônio de Sousa de Siqueira, padrinho de Rosa, filha de Domingos Bicudo Leme e de Clara Parente de Camargo é o pai de José de Sousa de Siqueira, patriarca de Campinas, segundo Omar Simões Magro. Deviam ser parentes, o capitão Domingos, filho de Sebastião Bicudo de Siqueira e o referido Antônio de Sousa de Siqueira. A filiação verificada de Domingos, marido de Clara Parente, acarreta a inclusão dos Domingues Salgueiro-Pereira de Castro, de Lorena, no título “Siqueiras Mendonças”, da *Genealogia Paulistana* e em outros, que os diretamente interessados facilmente encontrarão.



É curioso como a ida de um membro de qualquer família para novas regiões, ia despertando o mesmo desejo em outros, parentes ou amigos. O capitão Domingos Bicudo Leme fixa-se em terras lorenenses. Aí também surgem logo os Bonfante, igualmente Lemes, oriundos de Domingos Leme e Maria da Costa (S. L., volume II, título “Lemes”, página 349), como o capitão Domingos. O recenseamento de Lorena, então Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, município de Guaratinguetá, datado de 1765/1766, informa a existência ali de

- João batista Bonfante, de 46 anos, casado com Ana Leme da Silva, de 56; e com os filhos Rita, de 32; Maria, de 7; Joana, de 15; José, de 11; Salvador, de 9; Ana, de 6 e Felícia, de 5.

Ora, pela carta de Jorge Godofredo Felizardo, a que aludi na nota trinta e nove desta seção, a essa lista de filhos é preciso acrescentar Agostinho Leme Bonfante, natural de Lorena, casado com Francisca Ribeiro de Moraes, de Atibaia. João Batista Bonfante, pai de Agostinho, deve ser neto do homônimo, que foi casado com Maria de Bulhões e bem poderia ser o 5-3 da página 351, volume II, “Lemes”, mas então o recenseamento de Lorena muito lhe diminuiu a idade, se é que o suposto pai morreu mesmo em Mogi das Cruzes, em 1709.

Na carta de Jorge Godofredo Felizardo se diz que Francisca Ribeiro de Moraes, de Atibaia, era filha de Manuel Ribeiro Baião, de Basto, Portugal, e de Joana Pedroso de Moraes, das Minas Gerais. Esta Manuel Ribeiro baião, de Basto, está custando a entrar no meu entendimento, pois muito gostaria que ele fosse o 2-7, volume VIII, página 261, título “Maciéis”, alinhando-se entre os doze irmãos do padre Francisco Ribeiro Baião que vigariava Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos em princípios do século dezoito.

Ainda quanto ao pedido de Jorge Godofredo Felizardo, mas com referência à prole de Anacleto Sardinha e Rosa de Oliveira, recebi a interessante carta em que Vitor de Azevedo, pertencente a esse grupo genealógico, pesquisador hábil, dá conta de esforços que fez, no sentido de elucidar a matéria. Transcrevo, com muito prazer, a missiva do genealogista e para ela peço atenção dos senhores estudiosos da especialidade:

“São Paulo, 8-3-940. Prezado dr. Carlos da Silveira: - Na sua relação dos filhos do casal Anacleto Sardinha-Rosa de Oliveira deve haver, pelo menos, omissão de um nome. Refiro-me a LUIZA SARDINHA, que aparece casada com Manuel Barbosa Pais no v. VII da *Genealogia Paulistana*, pág. 12 (matrimônio de Ana Maria Barbosa com Inácio Cabal de Moraes). São meus ascendentes.

“Nos livros da Cúria, referentes a Mogi das Cruzes, nasa encontrei que autorizasse formalmente a filiação de Luiza Sardinha ao casal Anacleto-Rosa de Oliveira. Nos maços de população de Mogi das Cruzes relativos a 1775, contudo, número de ordem 594, vêm recenseados MANUEL BARBOSA PAIS, com 48 anos, e LUIZA DE OLIVEIRA, com 43, e os filhos Angelo, soldado pago e Ana.

“No ano seguinte, 1776, encontrei MANUEL BARBOSA PAIS, com 60 anos e LUIZA SARDINHA, com 50, de onde se conclue que ela era da família OLIVEIRA SARDINHA. Essas anotações se repetem em 1777, 1782, 1783, 1784 e 1786 (número de ordem 892). Nesta eno, o casal vizinhava com Isabel de Oliveira Sardinha, com 70 anos, Ambrosio sardinha e Josefa Sardinha, esta “solteira”, 50 anos. Eram todos irmãos, a menos que surjam provas que mostrem o contrário.

“Com relação a ISABEL DE OLIVEIRA SARDINHA, há uma referência de Silva Leme no volume III, pág. 191 (Prados) quando registra as núpcias de Isabel

de Lima do Prado com Antônio Alvares Pedroso, este filho de Simão Alvares Pedroso e Isabel de Oliveira Sardinha, n. p. de João Alvares da Rocha e Luzia Pedroso, n. m. de Anacleto Sardinha e Rosa de Oliveira.

“Estes Sardinhas não se ligarão aos descendentes do famoso Afonso Sardinha, que vêm sumariados em Carvoeiros, v. I, pág. 76, e um dos quais, Gaspar sardinha de Aguiar, casou em Paranaíba com Ana Maria de Louvêra, esta aparecendo em Silva Leme, V. VIII, pág. 280 (Pretos), com o nome de Ana Maria de Oliveira?”

“Manuel Barbosa Pais não será filho omitido de Domingos Barbosa Calheiros e Maria Pais (Maciéis, VIII, pág. 242), os quais batizaram alguns dos seus em Mogi das Cruzes?”

O dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, no seu trabalho tantas vezes citado, aqui, sob o título *Os povoadores do Campo de Piratininga* (volume XXV da *Revista do Arquivo Municipal*, pág. 5/111), cataloga o cognome Sardinha de duas origens: na família de Afonso Sardinha, casado em 1550 com Maria Gonçalves, e na de Geraldo Correia sardinha, natural de Braga, filho de Francisco Correia e Atanásia Sarinha, j[a residente em São Paulo em 1595, onde casou com Maria Soares.

Ora, vivendo Anacleto Sardinha e princípios do século XVIII, fica um lapso de cem anos, ou todo o século dezessete a preencher, ou sejam três gerações entre os catalogados pelo dr. Américo de Moura e os da pesquisa do interesse de Jorge Godofredo Felizardo e Vitor de Azevedo.

Não resta dúvida que pesquisa genealógica, nem país de arquivos desbaratados, é coisa sumamente difícil e ingrata.

## XLII

O cap. Manuel Lopes Figueira, natural da freguesia da Figueira, Foz do Mondengo, Bispaço de Coimbra, filho de Filipe Lopes, nascido na cidade de Porto e de Ana Nunes, da Figueira da Foz, residia já em 1737 em Guataringuetá, tendo aí desempenhado o cargo de juiz ordinário. Teria casado em Pindamonhangaba, onde, em 1736, faleceu o sogro, Antônio Tavares de Melo (S. L., volume VIII, página 36, título “Dias”).

O capitão Figueira deixou grande descendência em Cunha (Facão) e disso me ocupei esboçando, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume XXXV, a geração dos Lopes Figueira a qual também é Tavares e Bicudo, pela mulher de Manuel Lopes, Joana da Silva, batizada em Guaratinguetá, em 13 de julho de 1693. É lacônico o assentamento do batismo de Joana: “Aos 13 de julho de 1693, batizei a inocente Joana, filha de Antônio Tavares e de sua mulher Maria da Silva Cortez. Foram padrinhos Francisco Baldaia e Joana Tavares da Silva ..... os Santos Óleos. O vigário, Costa”.

Esse registro resumidíssimo pode ser lido no Arquivo da Curia Metropolitana, no processo *de genereet moribus* do padre João Antônio de Viveiros, neto paterno do capitão Manuel Lopes Figueira, falecido em Cunha pela altura dos 104 anos, em 1772, sendo inventariado em Guaratinguetá. Dos doze filhos que deixou, nenhum assinava Tavares e apenas uma filha usava o cognome Bicudo (Florença da Silva Bicudo). Esta Florença casou, talvez em 1744, com o português Nicolau Monteiro e deixaram imensa prole de Monteiros, pelo Vale do Paraíba, principalmente na zona de Areias e circunvizinhanças, mas não encontrei descendentes do casal que assinassem Bicudo, por herança materna.

Quanto aos Tavares, aliados a Bicudos, de onde proveio Joana da Silva, a esposa do capitão Lopes Figueira, talvez o caso se pudesse explicar pelo casal 2-8,

página 443, volume VI, título “Bicudos” - Mariana Bicudo casada com Henrique Tavares (confira-se Simão Tavares da Cunha, filho de Henrique Tavares e de Joana Batista, de Guaringuetá, em volume V, página 141, título “Cunhas Gago”).

Francisco Baldaia, padrinho de Joana da Silva, aparece na *Genealogia Paulistana*, casado com Isabel Tavares da Silva (volume II, página 44, título “Pires”) e esta Isabel será irmã da madrinha de Joana da Silva, Joana Tavares da Silva. Que parentesco teriam (e deviam tê-lo bem próximo) Isabel Tavares da Silva, Joana Tavares da Silva e Antônio Tavares de Melo, pai da criança batizada em 13 de julho de 1693?

Na *Genealogia*, volume VIII, página 86, título “Dias”, José de Siqueira Gil está casado com Isabel Tavares da Silva, filha de Antônio Tavares de Melo, falecido em 1736, em Pindamonhangaba e de Ana da Silva. Como Joana da Silva, mulher do capitão Figueira, era filha de Antônio Tavares de Melo e de Maria da Silva Cortez, é de supor ou que este casou outra vez, com Ana da Silva, ou então o nome todo de uma única mulher fosse Ana Maria da Silva Cortez, como algures já escrevi. José de Siqueira Gil, já falecido em 1740, deixou pelo menos quatro filhos, entre os quais o de nome Antônio, que talvez encaixe no casado com Isabel pais, da página 62, volume III, título “Raposos Góes”, homônimo então do avô materno. Outro filho de José de Siqueira Gil e de Isabel Tavares da Silva assina Roque Bicudo da Silva. Ainda na página 86 do volume VIII, lê-se que Ana Maria de Siqueira, de gente taubateana, fora a esposa de João Tavares, talvez ligado aos Tavares da Silva e Tavares de Melo acima referidos, pertencentes, como já foi dito, ao grupo dos Bicudos.

No volume I, título “Camargos”, página 381, sem referência ao volume VI, está Brás Cabral, casado com Maria Bicudo Tavares, filha de Catarina Bicudo Tavares, relacionada na página 454 do volume VI, título “Bicudos”, em geração de Diogo da Costa Tavares (irmão do mestre de campo Antônio Raposo Tavares) e primeira mulher Maria Bicudo. E no volume V, título “Cunhas Gagos”, página 94, igualmente sem a nota remissiva ao volume VI, aparece Francisco Vieira Tavares, falecido em Itú, em 1719, com geração que S. L. enumera, filho de Diogo da Costa Tavares e segunda mulher Catarina de Lemos (tomo VI, rodapé da página 451).

As falhas e omissões que venho apotando no tocante aos Tavares Bicudo, sejam eles Tavares de Melo ou Tavares da Silva, são as mesmas que salientei na nota vinte e sete, concernente a Gaspar dos Reis Pedroso, casado com Isabel da Silva do Prado; e, também, na nota passada de 22 deste mês, quanto a Anacleto Sardinha, casado com Rosa de Oliveira. Trata-se de gente antiga de São Paulo, vetustas famílias que a falta de um elo claro deixou assim como ao desamparo, com elementos esparsos daqui, dali, pelo meio dos grandes capítulos da *Genealogia Paulistana*. Só mesmo repassar contínuo dos títulos e parágrafos da obra imortal de Silva Leme, bem como de toda a documentação existente, poderá esclarecer tanta linhagem digna do esforço preciso para o atingimento do desiderato.

Trabalho de beneditino esse, de examinar o material que ainda se conserva intacto, em bom ou mau estado esquadrinhando-se as relações que convier, necessárias ao restabelecimento de famílias, até hoje sumidas, sob o ponto de vista genealógico, ou apenas pressentidas pela argúcia do pesquisador. E desapareceram da genealogia paulista por duas causas principais - empobrecimento e dispersão. O grande Pedro Tacques, cheio de preconceitos da sua época, punha decisivo ponto final em todos os ramos de quaisquer famílias, quando eles empobreciam, parecendo aos que observam o nobiliarquista, à distância de quase duzentos anos, que lhe cantava gratamente, ao ouvido e ao coração, o aforismo “*De minimis non curat praetor*”...

O erudito dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, em *Os povoadores do Campo de Piratininga*, examinou longamente tudo o que pode encontrar escrito

sobre o século dezesseis, respeitante às terras vincentinas e piratininganas e, dessa pesquisa minuciosa e demorada, resultou o magnífico trabalho com que o autor se apresentou ao concurso de história do Departamento Municipal de Cultura, de São Paulo, em 1935, e que o número XXV da *Revista do Arquivo*, do mesmo Departamento, ofereceu aos seus leitores, em julho de 1936.

Um exame dessa natureza, mais difícil de certo, por maior volume de documentação, relativo ao século dezessete, deverá fornecer, aos que cuidam de genealogia destas bandas, farto material de valor para ligações genealógicas, ora impossibilitadas pela própria inexistência dessa pesquisa sistemática, que, tentada e executada, trará proveito também para os estudiosos de quaisquer assuntos que se prendam à história de São Paulo, a qual, em larga parte, como tantas vezes tem sido proclamado, se confunde com a história nacional brasileira.

### XLIII

Frederico Guilherme Roberto Kunzendorf foi um alemão residente em Areias e Queluz de São Paulo e aparece recenseado por 1836, casado com d. Maria Hilária da Palma, senhora que conheci muito, na segunda dessas localidades, sendo eu menino e ela já nem avançada em anos. Era conhecida por d. Maria “Guilherme” e faleceu depois de 1898, data em que passei a residir aqui nesta capital.

Deixou o casal seis filhos, que existiam em Queluz, de onde irradiaram e eram eles: 1 - Júlio, casado com ..... Nogueira, com filhos; 2 - Antônio Maurício Kunzendorf, eleitor em Areias, em 1880, com 43 anos solteiro; 3 - Frederico Guilherme Roberto Kunzendorf Filho, que depois simplificou o nome e adotou o cognome do cunhado, passando a chamar-se Frederico Unzer, casado com Rita Souza, com geração, na qual se conta a filha d. Julieta Souza Unzer, professora formada na Escola Normal da capital, em 1907, casada; 4 - Guilhermina, casada com o médico alemão dr. Frederico Unzer e são os progenitores de Totila Frederico Unzer, pai de Julienta Unzer, casada, em 1913, com o barão Homem de Melo, viúvo de Maria Joaquina Marcondes Ribas, sua primeira mulher, baronesa Homem de Melo, com quem se consorciara em 1857. Guilhermina passou às segundas núpcias com Ernesto Luiz Gonçalves, irmão de Justino Gonçalves Ramos; 5 - Francisca, que casou duas vezes: a primeira com Galdino dos Santos e a segunda com Luiz da Rocha Pereira, natural do Rio de Janeiro, agente da estação de Queluz, homem de muitos bons sentimentos, falecido em Mogi das Cruzes, para onde havia sido removido; 6 - Amélia, casada com Justino Gonçalves Ramos, com geração de três filhos: Getúlio Gonçalves Ramos, funcionário da Central do Brasil, casado, com geração; Elisa Gonçalves Ramos, solteira; e Leopoldina Gonçalves Ramos, residente em Queluz, viúva de Bartolomeu Moreira Martins, português, de Melres.

Este casal tem a seguinte prole: 1 - José Augusto, casado com Anunciata Fontanini; 2 - Sebastião, casado com Georgina Nogueira; 3 - João, casado com Hilda Lopes de Carvalho (ver meu trabalho sobre a família Rebouças da Palma, na *Revista do Arquivo*, volume XXVII, página 157); 4 - Maria da Glória, casada com Francisco Sene Sobrinho, comerciante em Queluz, filho de Lourenço Moreira Sene e Ana Carlos da Silveira (ver *Revista do Arquivo*, volume L, e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volumes XXXIII, página 154, e XXXV, página 122). Francisco Sene Sobrinho, que é neto paterno do capitão Juvêncio Alves de Sene, tem seis filhos: Alaíde, professora, casada com o dr. Mauro Arruda; Mauro, estudante de Medicina; Nadir, professora; Dalva, Zenite e Lauro.

Nesta altura preciso fazer duas retificações, ou melhor, uma retificação e um acrescentamento. A primeira consiste em declarar que Justino Gonçalves Ramos, casado com Amélia Kunzendorf, é filho de Francisco Gonçalves Ramos e de Cesaria Luiza Gonçalves, como abaixo se verifica e não como escrevi na página 157 do volume XXVII, da

*Revista do Arquivo*, citada; o segundo, é relativo à filiação de Totila Frederico Unzer, que não dei, por não saber, naquela ocasião, no meu trabalho sobre o barão Homem de Melo, volume XXXIII, da *Revista do Arquivo*, página 45.

Francisco Gonçalves Ramos foi recenseado em 1835, em Lorena, contando 21 anos de idade. Era natural de Rezende e estava casado com Cesaria Luiza, lore-nense, de 19 anos. Já havia, ao tempo do censo, o filho Antônio, de dois anos. Foram, os filhos do casal: 1 - Antônio (citado) Gonçalves Ramos Sobrinho, que residiu em São Carlos e com filhos nascidos na zona da Bocaina, por Silveiras, ao que penso. Eram esses filhos: Francisco Luiz Gonçalves, Isaías, Lídia, Artur e Teodomira; 2 - Justino Gonçalves Ramos, casado com Amélia Kunzerdorf, já referido; 3 - Ernesto Luiz Gonçalves, eleitor em Queluz, com 37 anos em 1878, natural de Lorena, como os irmãos. Exerceu cargos, em Queluz e aí foi casado duas vezes - a primeira, com Guilhermina Kunzerdorf, viúva do dr. Frederico Unzer, e com os filhos Amâncio e Cecília; a segunda vez casou Ernesto com Luiza Lopes de Camargo, irmã de José Lopes de Camargo, filhos de Adriano José de Camargo, dos quais já falei na minha nota sétima, desta série, havendo deste segundo consórcio, a filha Isaura. Ernesto Luiz Gonçalves, desgostoso em Queluz, transferiu-se para São Carlos, onde faleceu há mais de 50 anos; 4 - Amâncio Gonçalves, falecido em São Paulo, onde casara e onde trabalhara na polícia. Parece que era Ana, a mulher, tendo deixado uma filha de nome Ernesta; 5 - Francisco Gonçalves, casado com Cecília (ou Pacífica), com três filhos - Palmira Ramos, Antônio de Pádua Ramos e Francisco de Paula Ramos; 6 - Franclin Gonçalves, casado com Ana, morou em Lorena,, em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde faleceu.

Estes dados, colhidos de diversas fontes, devem estar incompletos e falhos e deverão ser corrigidos e ampliados em trabalho posterior. Não pude determinar o parentesco, que presumo, entre Francisco Gonçalves Ramos e Isaías Luiza Gonçalves, de Lorena, nascido em 1831 e com um filho pelo menos: Antônio Camilo de Lélis Gonçalves, com 27 anos, em 1878, eleitor. Também não me foi possível relacionar, com Francisco e Isaías, José Luiz Gonçalves, com 48 anos e idade em 1824, residente em terras lorensenses. Era casado com Ana Rita dos Santos. Ele, de Minas; ela, de Lorena. Em 1835 Ana Rita morava, já viúva, em zona que ficou pertencendo a Silveiras e tinham os seguintes filhos: 1 - Cesário Luiz Gonçalves, residente em Queluz, casado com Ana Joaquina de Carvalho, filha de José Raimundo da Silva e de Luiza Maria de Carvalho. De Cesário e Ana nasceram Cesar e América Idalina, a qual casou com seu tio (irmão de sua mãe) Fortunato Raimundo de Carvalho e foram os pais de Nicolina, nascida em Silveiras, por 1871, viúva de Rodolfo Moreira Sene, irmão de Lourenço Moreira Sene, acima dito. Do consórcio de Nicolina e Rodolfo nasceram as professoras Maria de Carvalho Sene e Aida de Carvalho Sene, José, Alfeu de Carvalho Sene e Marieta Portieri. D. Nicolina de Carvalho Sene é uma mulher necessária a Silveiras, onde a sua ação tem fóros de benemerência; 2 - Américo Luiz Gonçalves, residente em Queluz, casado com Eulalia Elisa de Araujo e com os filhos (em 1847) João, Francisca, Maria e Arlindo; 3 - Jesuina Luiza dos Santos, com 24 anos em 1835, residente na zona de Silveiras e aí casada com José Francisco da Câmara; 4 - Firmina; 5 - Balbina; 6 - Barbara. Seriam deste grupo Cesaria Luiza, casada com Francisco Gonçalves Ramos, supra mencionados, e o major Isaías Luiz Gonçalves, casado com Mariana Francisca de Paula (S. L., volume V, título “Alvarengas”, página 439) e falecido em Lorena em fevereiro de 1867?

Encontro em Taubaté, em 1878, alistado como eleitor, José Luiz Gonçalves, de 30 anos, filho de Manuel Luiz Gonçalves. É outra interrogação na genealogia dos Gonçalves, de Lorena, assim como o casamento de Barbara Reginalda, filha de José Luiz Gonçalves e de Ana Rita dos Santos, com o português José da Silva Belem, em Silveiras, por 1836. E quantas mais, a exigirem solução!

Um desses Gonçalves Ramos, o meu amigo e colega dr. Duílio Ramos, ora docente em Campinas, onde ocupa, com brilho, uma cátedra de ensino secundário, está, pelas suas condições de preparo e boa vontade, perfeitamente nos casos de fazer

trabalho quase completo nesse capítulo da genealogia paulista, e espero que o empreenderá tão depressa quanto possível. São os meus votos.

#### XLIV

Na ascendência de minhas filhas, por linha materna, aparece um João Pires Monteiro, casado com Leonor de Matos, que se encontram na *Genealogia Paulistana*, pelo menos em três lugares: no volume IV, título “Tenórios” página 436; no volume V, título “Alvarengas”, 300 e 402. Trata-se de gente que, pelos começos do século XVIII morou no bairro dos Pinheiros, sendo, assim, fregueses da Sé.

Tenho empreendido algumas buscas para ver se descubro a ascendência desses dois paulistas, que deixaram larga geração, através de dois filhos indicados na obra do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, e são esses dois JOÃO PIRES MONTEIRO, casado com Maria Moreira, em Santo Amaro, aos 28 de abril de 1733, ele de Pinheiros e ela de Santo Amaro, falecidos respectivamente em 29 de setembro de 1763 e em 1760, ambos em Santo Amaro; e PEDRO PIRES DE MATOS, cuja mulher foi Inês Correia da Silva, de quem Silva Leme descobriu apenas o filho de Francisco Pires Monteiro, casado em 1765, em Mogi das Cruzes, com Maria de Lara.

João Pires Monteiro, casado com Leonor de Matos, havia de ser parente próximo de Antônio Pires Monteiro, casado com Maria Rodrigues, pais estes, de João Pires Monteiro ou João Pires de Alvarenga que casou, em 31 de maio de 1736, em Araçari-guama, com Maria Martins do Rosário (S. L., volume VI, título “Furquins”, página 257), estes dois últimos constantes do recenseamento de Parnaíba, de 1765, no bairro do “Aiapi”, com muitos filhos tendo o marido 57 anos de idade. E também havia de ter o mesmo próximo parentesco com Miguel Pires Monteiro, marido de Maria Dias, dos quais o filho José Pires contraiu núpcias em Itú, aos 14 de maio de 1719, com Teresa Ribeiro, filha de Sebastião Siqueira e de Maria Ribeiro.

O cognome Pires Monteiro origina-se, na genealogia paulista da união de Salvador Pires de Medeiros e d. Inês Monteiro de Alvarenga, por alcunha “a matrona”. Os Pires de Medeiros - Monteiro de Alvarenga gostaram da combinação Pires Monteiro e a usaram por muito tempo, ignorando eu se ainda a conservam, até a presente data. Alguns Pires Monteiro que conheço, autênticos, nunca empregaram o cognome assim duplo, tradicional e parece mesmo que nunca cogitaram dessas coisas.

Na falta de livros paroquiais da Sé, da data do consórcio de João Pires Monteiro e Leonor de Matos, torna-se difícil precisar a filiação deles. Na tentativa para obter esse resultado, encontrei, no Arquivo da Cúria Metropolitana, um testamento de 28 de agosto de 1739, aberto a 21 de setembro desse mesmo ano, em que o testador Pedro de Matos, natural de São Paulo, filho de Pedro de Matos e de Maria de Sousa, se declara casado com Maria Pires e com quatro filhos: 1 - João Pires de Matos; 2 - Maria Pires de Sousa, casada com Antônio Jorge Pereira; 3 - Leonor de Jesus; 4 - Ana Pires de Sousa, solteira ainda em 1739, como sua irmã Leonor. A *Genealogia Paulistana*, no volume VIII, título “Maciéis”, páginas 193/194, menciona essa gente, mas não traz o primeiro casamento de Maria de Sousa com Pedro de Matos, pais do testador, assim como omite dois filhos deste, João Pires de Matos e Leonor de Jesus.

O de nome João Pires de Matos bem poderá ser o João Pires Monteiro, casado com Leonor de Matos, pais, portanto, de João Pires Monteiro e Pedro Pires de Matos, todos atrás referidos. No testamento de Pedro de Matos, quem assina a rogo do testador é seu sobrinho Brás Pires Monteiro. Há também, no mesmo documento, referência a outro sobrinho - Estevam Raposo. Quanto a Leonor de Matos, viva ainda em 11 de outubro de

1734, data em que foi madrinha do neto Inácio Pires Monteiro, batizado em Santo Amaro, talvez seja irmã de Pedro de Matos e de Manuel Garcez Barreto, do lugar citado, da *Genealogia*, e seria então tia do marido, fato aliás comum entre nós, antes da proibição do Código Civil.

A descendência do testador Pedro de Matos, casado com Maria Pires, usa o cognome “Pires de Sousa”, e isso já me tentou a uma aproximação que não consegui ainda,, dessa família com Matias Pires de Sousa, que viveu em Guaratinguetá e onde foi casado com Maria do Rego Barbosa (volume III, título “Raposo Góes”, página 77). Matias, recenseado com 60 anos em 1767, já viúvo, deixou geração, na qual Silva Leme achou apenas duas filhas - Ana e Maria, de 3 e 2 anos respectivamente), e não descobriu o Manuel, de sete anos, idades estas constantes do inventário de Maria do Rego Barbosa, processado em Guaratinguetá, em 1756.

Ora o Manuel, Manuel Pires de Sousa, desde 1792 andava lá pela zona do Caminho Novo de Lorena para o Rio, em terras então lorenenses do Itagaçaba (entre Silveiras e Areias), com sua mulher Teresa Maria de Viveiros, de Cunha (Facão), filha do capitão Antônio Lopes Figueira e primeira mulher d. Barbara Maria de Viveiros. Manuel Pires de Sousa havia sido batizado em Guaratinguetá, aos 14 de junho de 1749, na matriz da localidade, sendo padrinhos Baltazar do Rego Pais e Helena Antunes. Deixaram filhos, que já mencionei no volume XXXV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, páginas 123-125.

Pela mão do hábil pesquisador de coisas genealógicas guaratinguetenses, dr. Gastão de Meireles França, tentei elucidar, através do arquivo paroquial da velha freguesia de Santo Antônio, a questão dos pais de Matias Pires de Sousa, o marido de Maria do Rego Barbosa. Infelizmente os livros não informaram coisa alguma, por estarem falhos, nesse ponto<sup>3</sup>. Matias faleceu em 1800, aos noventa e poucos anos de idade e, entre seus bisnetos, um que se chamava Manuel Pires de Toledo (1840-1881) foi o marido de Maria Carlos da Silveira (1846-1912), irmã de meu pai, com geração de seis filhos e muitos netos dos quais tratarei mais tarde. Entre esses netos de Manuel Pires de Toledo (Piza) e Maria Carlos da Silveira costumo salientar, por ver nisso um fato curioso e digno de estudo, o engenheiro civil pela Politécnica do Rio de Janeiro, Júlio César de Melo e Sousa, nascido no Rio em 1892 e muito conhecido como professor de matemática, que o é, e pelos livros publicados da especialidade, mas muito mais conhecido pelos contos árabes que produz, e que correm com o pseudônimo de MALBA TAHAN.

Julio Cesar, ainda na casa dos quarenta e oito, viveu sempre no Rio, com passagens rápidas por Queluz de São Paulo, de onde são vários irmãos seus. E nunca foi ao Oriente, esse mesmo Oriente arábico que ele tem dentro da alma, talvez por revivescência atávica, descendente que é de tantos elementos portugueses ente os quais teria de ser feita a pesquisa original e interessantíssima, dado que algum investigador de psicologia tentasse determinar de onde e de que avô herdou o escritor a pronunciadíssima tendência para um gênero de literatura que ele criou aqui no Brasil e de que é, sem contestação, a grande figura.

## XLV

Lucas de Borba Gato, que foi capitão-mor da Vila da Exaltação da Cruz de Ubatuba e aí faleceu em 1725, aparece, na *Genealogia Paulistana*, em título “Arzam” volume VII, página 325, sem o nome da mulher e apenas com duas filhas e dois netos,

---

<sup>3</sup> Numa de suas últimas cartas, a mim dirigidas, o Dr. Gastão disse haver encontrado provas de que Matias Pires de Sousa, casado com Maria do Rego Barbosa, era de nacionalidade portuguesa.

o que é na verdade um resumo bem grande de família que foi numerosa e, ao que parece, importante. Andei lendo uns autos da Vila da Exaltação da Cruz e neles a gente do capitão-mor tem bastante relevo, o que é fácil de notar.

Desses papéis ubatubenses tirou o Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo material para o volume LXIII da coleção de *Documentos Interessantes* do Estado de S. Paulo, em prosseguimento aos do Arquivo do Estado, na vigência do contrato de 19 fevereiro de 1937, em execução da lei estadual número 2.800, de 28 de dezembro de 1936, e contrato aprovado pelo decreto número 8.159, de 23 de fevereiro de 1937. Em março de 1937, o Instituto contratou com o sr. Benevenuto Sant'Ana a execução do serviço e, assim, foram feitos nove volumes de documentos interessantes (55 a 63), dois de inventários e testamentos (28 e 29) e um de sesmarias (sob o número 3). Eis a razão pela qual pude ler, aqui em São Paulo, papéis da Ubatuba, onde nunca fui. Também examinei, na Cúria Metropolitana, os processos de dispensa de impedimento matrimonial, entre as partes Inês Monteiro e Miguel Pires da Silva, e Miguel Pires da Silva e Ana Cabral da Silva, exatamente um filho e os dois netos de Lucas de Borba Gato, que Silva Leme menciona.

Lucas, que foi também juiz ordinário em Ubatuba, por 1696, era casado com Maria Pires e deixaram geração de quatro filhos, pelo menos: 1 - Inês Monteiro, que foi casada com Miguel Pires da Silva e morava em Ubatuba ainda em 1708, já era viúva em 1723 e dois anos depois residia no distrito da Vila do Carmo (Mariana, Minas Gerais), onde deve ter falecido; 2 - Ana de Borba Gato, em S. L., deve ser a que casou com Manuel da Costa Cabral, morador em São José do Rio das Mortes, em 1725; 3 - Maria Luiz, moradora em Ubatuba, em 1725, era casada com Manuel Velho de Oliveira; 4 - Uma filha, cujo nome não pude determinar, casada com Mateus de Sousa, viajante, ao que parece, e dava-se como morador em Guarapiranga, em 1725.

Pelo costume das filhas reproduzirem o cognome materno, sou levado a crer que Maria Pires, mulher de Lucas de Borba Gato deveria ser Luiz (Maria Luiz) e Monteiro (Inês Monteiro). Demais, esse nome Inês Monteiro está lembrando descendência da "Matrona", d. Inês Monteiro de Alvarenga, mulher de Salvador Pires de Medeiros (S. L., volume II, título "Pires", página 123, e volume V, título "Alvarengas", página 215). Seria Maria Pires descendente de Antônio Pires de Medeiros que, em 1635, casou aqui em S. Paulo, com Ana Luiz ("Pires", 128)? Mas, nesse caso, talvez pudesse ser filha de Inês Monteiro e segundo marido, marido, Francisco Pais da Silva (volume II, título "Lemes", página 466), coincidindo com Maria Pais da Silva, do rodapé da referida página 466.

Inês Monteiro, filha de Lucas e de Maria Pires, mulher portanto do seu parente capitão Miguel Pires da Silva, deixou uns seis filhos: 1 - Micaela da Silva, dona viúva, em 1754, em Ubatuba, 2 - Ana da Assunção, 3 - Miguel Pires da Silva, marido de Ana Cabral, sua prima (1712), 4 - capitão Salvador Pires Monteiro, 5 - João da Silva Monteiro, também João Pires Monteiro, e 6 - Frei Manuel de Santa Inês. Se me não engano, o capitão Miguel tinha irmã em S. Sebastião em 1723: "Maria da Silva, dona viúva, mora onde morou o defunto seu irmão Miguel Pires".

João da Silva Monteiro, também João Pires Monteiro é um que, pela idade, pode representar o papel de marido de Leonor de Matos, da minha nota passada.

Ana de Borba Gato, a segunda filha de Lucas, deixou pelo menos a filha Ana Cabral, casada com seu primo Miguel, acima referido.

Maria Luiz, a terceira filha de Lucas, segundo uma escritura de doação de 1708, passada em Ubatuba, tinha pelo menos a filha Beatriz, afilhada de seus tios Inês Monteiro e capitão Miguel. A escritura foi lavrada pelo tabelião Antonio Pereira da Silva,



e “João da Silva Monteiro” assinou a rogo da mãe, sendo testemunhas do ato Antônio Coelho Lopes e João Pires Tenório.

Noutros papéis de cartório, que também consultei, de Ubatuba, li interessante carta, datada de 9 de julho de 1716, em que Miguel Pires da Silva se refere à tia, “Senhora Maria Luiz”, casada com o “Senhor Tio”, Manuel Velho de Oliveira, “compadre e cunhado” de Inês Monteiro e do capitão Miguel, estes pais do signatário da carta, o qual também omite referência aos primos, filhos de Maria Luiz e Manuel Velho, usando a expressão “as obrigações” da família, E fala em notícias que recebeu, dadas pelo senhor Diogo de Lara.

Inês Monteiro, viúva do capitão Miguel, nomeia procuradores em São Paulo - Mateus de Sousa, Manuel Pacheco Gato, Salvador Pires de Almeida, Francisco de Almeida Lara; em Itu - sargento-mor Diogo de Lara, Mateus de Sousa; em Ubatuba - Mateus de Sousa, Manuel Gomes Marzagão, João Pires; e em ..... - João de Arruda de Sá, Filipe Cardoso de Campos, Capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes e Mateus de Sousa. A procuração foi passada aos 14 de junho de 1725, no distrito do Carmo, nas pousadas do sargento-mor Teodoro Ribeiro de Andrade. O lugar atrás, que não pude ler, talvez seja São Sebastião.

Quanto ao capitão Miguel Pires da Silva, suponho seja ele filho de um Fulano Silva, casado com Maria Pires, filha esta de Miguel Pires, o moço, já falecido em 1645 e de Maria Tenória, irmã de Manuel Tenório, João Tenório, Miguel Roiz, Simão Roiz, Pedro Tenório Alemão, filhos estes de Jorge Brant (Jorge “Planta”, nos documentos) e de Joana Rodrigues filha natural de Martim Rodrigues Tenório e de uma índia. (S. L., volume IV, título “Tenórios”, página 428). Quanto a Miguel Pires, o moço, devia ser filho de outro de igual nome, “o velho”, casado talvez com Maria Alvares, e daí o fato de ter m irmão de nome Pedro Alvares Rodrigues. Mas Rodrigues, por que? E o marido de Maria Pires, Fulano Silva, seria filho de Lazaro Vieira da Silva, casado talvez com irmã de Maria Tenório? Quantas interrogações e quantos problemas, de solução difícil e demorada!

E aí está, em tudo o que acima ficou dito, como uma investigação relativa ao bairro pacato dos Pinheiros, dos princípios do século XVIII, em que aparecia um João Pires Monteiro casado com Leonor de Matos, conduziu-me a Ubatuba, e Ubatuba do século dezessete, parece que já em começos de decadência. Por esta invasão da zona litorânea, que me revele o bom amigo e colega Antônio Paulino de Almeida que, no seu amkor pelo litoral paulista, não perdoa interferências, maximè de um qualquer de serra acima, que raramente vê o mar, nunca examinou um sambiquí, e nada conhece, senão de longe, das coisas de Cananéa às de Caraguatatuba, e esse é exatamente o meu caso... Apenas autos, papéis velhos e sombras do passado!

## XLVI

Nos recenseamentos de Ordenanças de Taubaté, sempre me prendeu a atenção uma família bastante numerosa, que assim aparece nas listas de 1776: Pedro de Barros, 48 anos: sua mulher Quiteria da Fonseca, 32. Filhos do casal: Felisberto, 14 anos; Pedro, 11; Agostinho, 9; Feliciano, 8; Antônio, 5; Alexandre, 3; Genoveva, 3; Ana, 2. Um década mais tarde, a família estava muito aumentada e com começos de desdobramento, pelo consórcio de um dos filhos, como se lê: Pedro Pereira de Barros, sua mulher Quiteria da Fonseca Teles e os filhos - Pedro (Pedro Pereira da Fonseca Teles), Agostinho, Feliciano (Feliciano Pereira de Barros), Antônio (Antônio Pereira de Barros), Alexandre (Alexandre Pereira de Barros); João, com 5 anos; Joaquim, com 2 anos (reverendo Joaquim Pereira de Barros); Floriana, com 15 anos e que não consta do censo de 1776 acima transcrito; Genoveva, de 14 anos; Ana, de 12 anos (Ana Maria da Conceição de Jesus); Clara (Clara Maria) de 8 e Inês, de 7. Recenseado à parte, já na sua casa: Felisberto Pereira de Barros, de 23 anos e sua mulher Ana de Sant’Ana de 31.

Em 1786 eram, portanto, para o casal Pedro Pereira de Barros-Quitéria da Fonseca Teles, treze filhos, o que significa família numerosa e, desses treze, a *Genealogia Paulistana*, volume terceiro, título “Prados”, página 275, menciona apenas três - Ana Maria, sem indicar o nome do marido; Feliciano Pereira de Barros e Felisberto de Barros. É, pois, um capítulo muito incompleto, esse, da obra do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, o que, aliás, não é de estranhar em se tratando do Vale do Paraíba, de onde grandes famílias não têm a mínima referência na, com justiça, afamada *Genealogia*, à qual já liguei, com esforço meu, os Abreus, os Guedes, os Buenos (de Siveiras), os Lemes (de Areias), os Rebouças da Palma (de Queluz), os Ferreira Botelho - Diniz de Anhaia - Costa Jácome (de Vila das Minas do Paranapanema, com extensões em Guaratinguetá e Silveiras) e, recentemente, os Domingues Salgueiro - Pereira de Castro (de Lorena).

Não se vá concluir, do exposto, que o linhagista de Bragança (1852-1919) desprezasse as populações do extremo leste paulista, afirmando, como já tenho ouvido, “que São Paulo acaba em Taubaté”. O motivo da falha da *Genealogia Paulistana* deve ter outra causa, preferencialmente a falta de documentação clara, ou talvez receio de volume excessivo da matéria a publicar. Nos nove tomos impressos (1903-1905) pelos senhores Duprat e cia., está um imenso material longamente e dificilmente acumulado, com dispêndio de muito dinheiro (ouvi já falar em trezentos contos de réis) e de fartos anos de trabalho, e de cogitações continuadas e sem conta.

Já andei coordenando umas notas sobre a descendência de Pedro Pereira de Barros e Quitéria da Fonseca Teles, para fazer os complementos mais importantes ao texto impresso das páginas 275-276, volume III, título “Prados”. Recorri ao velho amigo e colega Júlio de Oliveira Pena, neto materno de Emídio Pereira da Silva, irmão (este Emídio) de Manuel Pereira da Silva Neto, que pelo casamento com Clara Pereira da Silva, deixou geração de dez filhos, todos muito conhecidos e que são:

1 - Dr. José Pereira da Silva Barros Sobrinho, graduado em Direito em Recife, em 1883, tendo ali feito o quarto ano e o quinto, e os três primeiros em São Paulo; 2 - Monsenhor dr. João Evangelista Pereira da Silva Barros; 3 - Maria José, casada com Manuel Gomes Vieira; 4 - Joaquina, casada com o dr. Emílio Winter; 5 - Maria da Trindade, religiosa; 6 - Maria Clara, religiosa; 7 - Maria Olinda, casada com Moisés de Oliveira Horta, de onde Maria da Penha de Barros Horta, minha distinta ex-aluna; 8 - Ana, casada com Francisco Cabral; 9 - Dr. Mario Aquiles Pereira de Barros, graduado em Direito em São Paulo, em 1906; 10 - Jacinto Pereira da Silva Neto, casado.

Clara Pereira da Silva, casada com Manuel Pereira da Silva Neto (irmão de Teodoro, Antônio, José, Emídio) e da qual esbocei a geração acima, era irmã de dom José Pereira da Silva Barros, ordenado em 1855, bispo de Olinda e do Rio de Janeiro e arcebispo titular de Darnis; do dr. Antônio Pereira da Silva Barros, graduado em Direito, aqui, em 1872, genro do barão do Jambeiro e pai do juiz de igual nome, aqui falecido em 1934; do padre Francisco Carlos de Alvarenga, ordenado em 1877 e aqui falecido no domingo, 6 de agosto de 1939, aos 95 anos de idade, no Asilo de São Vicente de Paulo, onde foi capelão por longo tempo; e do dr. Jacinto Pereira da Silva Barros, graduado em Direito, aqui, em 1877 e que, do seu casamento com Maria Machado Coelho de Castro, natural do Rio de Janeiro, deixou os nove filhos seguintes:

a - Maria, falecida em 1917, casada que era com o meu inditoso colega da turma de Direito (1905-1909), dr. Carlos Carneiro Santiago, natural de Lambari (Minas), falecido em São Paulo em 1918, tendo deixado quatro filhos (Luzia Maria e Maria Teresa, minhas distintas ex-alunas; dr. Francisco Jacinto, graduado em Direito aqui, em 1938, e Maria Aparecida. A estes quatro Barros Santiago recorri também para obter boas informações); b - Ester de Barros; c - Regina de Barros; d - Evangelina; e - Carmem de Barros, que

foi professora de ginástica na Escola Normal da Praça da República, já falecida; f - Dr. Jacinto de Barros Filho, graduado em Direito em São Paulo, em 1920, casado, com oito filhos; g - Maria José, casada com o dr. Paulo Floriano de Toledo, engenheiro, com seis filhos; h - Dr Antônio Pereira de Barros, falecido em 1921; i - Professor José Maria de Barros, casado.

Estes todos que aí estão, constituem descendência do capitão Jacinto Pereira da Silva, casado em Taubaté, aos 30 de abril de 1829, com Ana Joaquina de Alvarenga, taubateana, como o marido, filha de Francisco Carlos de Alvarenga e de Maria Joaquina da Silva. E o capitão Jacinto provinha de Ana Maria da Conceição de Jesus, taubateana, casada com José Gonçalves da Silva, de Sabará, Minas. Um dos irmãos de Ana Maria, de nome Feliciano Pereira de Barros, em 1830, tinha quatro filhos:

1 - Antônio, de 17 anos; 2 - Jordão, de 14; 3 - Maria, de 11; e 4 - Maria, de 9. Antônio foi pai do conselheiro dr. Antônio Moreira de Barros, graduado em Direito em São Paulo, em 1861 e, portanto, o avô paterno do dr. Antônio Moreira de Barros, igualmente aqui formado, em Direito, em 1888, genro do conde de Pinhal. Jordão, coronel da Guarda Nacional, em 20 de agosto de 1889 foi criado barão de Pereira de Barros, ficando titular do Império. E, uma das de nome Maria, Maria Eufrásia, foi casada com João Damasceno Marcondes Moreira da Costa e deste matrimônio uma das filhas, Luzia Olímpia, nascida em 1849, casou com Teodoro Pereira da Silva (irmão de Manuel, de José, de Antônio e de Emídio, atrás referidos). D. Luzia Olímpia, que exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Caçapava, em 1937, faleceu nonagenária, em maio de 1939 e deixou muitos filhos, entre os quais Maricota, casada com o professor Carlos Martins Sodero, meu colega de turma da antiga Escola Normal de São Paulo (1900-1903), velho amigo e conterrâneo por ser silveirense de adoção, pois (todos o sabem), ele nasceu em Barra Mansa, filho de pai italiano e de mãe brasileira, mas tendo ido de mudança para Silveiras, ainda muito criança, tornou-se tão silveirense como os que melhor o sejam; e até, docente da Escola Normal de Piracicaba, fazia nos seus labores de mestre dedicado, uma forte propaganda de Silveiras. Que o digam os seus numerosos ex-alunos...

## XLII

Nas minhas notas oitava, décima terceira e décima quarta desta série fiz referências a Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, simpática figura da Inconfidência Mineira, esposa do poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793), formado em leis, em Coimbra, em 1769. Ouvidor na Comarca do Rio das Mortes, coronel do primeiro Regimento de Cavalaria da Campanha do Rio Verde, lugar onde tinha as suas lavras, minerador abastado que era ao ser preso, processado e deportado.

Bárbara Heliadora, nascida em São João d'El Rei por 1759, e falecida em São Gonçalo do Sapucaí aos 24 de maio de 1819, provinha “de uma família de paulistas, estabelecidos em São João d'El Rei”, sendo filha do dr. José da Silveira e Sousa e de d. Maria Josefa Bueno da Cunha. Sobre o dr. José da Silveira e Sousa formulei a hipótese de ser filho do sargento-mor Estanislau da Silveira e Sousa, neto materno, este último, do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira (1664-1719) e de d. Isabel de Sousa Ebanos, a qual pertencia à “família grave dos Botafogo”, do Rio de Janeiro. E sobre d. Maria Josefa Bueno Cunha não chegara ainda a aventar hipótese alguma, embora certíssimo de que era dos Cunhas Gagos e Buenos de Ribeira.

Consegui interessar pelo caso de Bárbara o meu velho dr. Luiz Ribeiro do Vale e este, médico, trouxe-me a preciosa colaboração de outro médico, seu antigo amigo, o dr. Paulo Fortes de Oliveira, do Rio de Janeiro, o qual acaba de me enviar documentos pelos quais consegui filiar Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, por linha materna, à *Genealogia Paulistana* do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Fica assim faltando apenas

esclarecer o caso da filiação do dr. José da Silveira e Sousa, em relação ao sargento-mor Estanislau da Silveira e Sousa.

O dr. Paulo Fortes de Oliveira colheu notas do testamento de Maria Josefa, mãe de Bárbara Heliadora, escrito em São João d'El-Rei aos 24 de dezembro de 1802, assinado por Veríssimo Antunes e com aprovação do tabelião público judicial, capitão Gregório José Ribeiro. A testadora, sepultada na capela de São Francisco da Vila de São João d'El-Rei, nomeara para testamenteiros, em primeiro lugar sua filha d. Barbara Heliadora Guilhermina da Silveira e, em segundo, seu filho o ajudante Inácio José da Silveira Bueno. Declara que foi casada com o dr. José da Silveira e Sousa, de cujo matrimônio existem vivos sete filhos, que são seus herdeiros.

Mencionados no dito testamento de d. Maria Josefa aparecem os filhos: 1 - Joaquina Maria da Silveira, a quem legou a terça; 2 - Bárbara Heliadora; 3 - Inácio José, ajudante de ordenanças; 4 - Iria (Iria Claudina Umbelina da Silveira) casada com o coronel Matias Gonçalves Moinhos; 5 - José. Como testadora afirma que tem sete filhos vivos, segue-se que deixou de mencionar dois e um será Maria Candida da Silveira que deve ser a mulher do capitão Simão Lopes de Araujo. E o número sete?

D. Maria Josefa alude ainda a duas filhas falecidas, Ana e Maria, esta com duas filha - Maria Amélia e Maria Umbelina, ambas na companhia dela, testadora, em 1802. Seriam, portanto, pelo menos nove filhos do casal: Bárbara Heliadora e mais oito irmãos.

O dr. Paulo Fortes de Oliveira colheu também notas do testamento de d. Mariana Bueno da Cunha, que foi casada duas vezes: a primeira com o capitão-mor José Teixeira Chaves, com três filhos vivos: 1 - Francisco José Teixeira da Cunha; 2 - José Teixeira da Cunha; 3 - D. Maria Josefa da Cunha, mulher do dr. José da Silveira e Sousa. Casou segunda vez com o capitão José Carlos Monteiro de Araujo, com quem não teve filhos. Ausentando-se o marido, ela passou a morar com o genro, dr. José da Silveira e Sousa, em cuja companhia se achava, quando fez o seu testamento, no qual nomeou testamenteiros, em primeiro lugar, ao dr. Inácio José de Alvarenga, em segundo, ao dr. José da Silveira e Sousa; e, em terceiro, ao filho José Teixeira da Cunha.

Eis o registro de óbito de d. Mariana, avó materna de Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira: “Aos onze de abril de mil e setecentos e oitenta e seis faleceu com todos os sacramentos, - D. Mariana Bueno da Cunha casada com o Capitão José Carlos Monteiro de Araujo, morados no Arraial de Santa Rita de vila boa de Goiaz. Foi encomendada, acompanhada e sepultada dentro da Capela da venerável ordem terceira de S. Francisco desta vila. - Fez testamento”.

E, no testamento que fez, declara que é filha legítima do coronel Baltazar da Cunha Bueno e de d. Mariana Bueno da Rocha. Neste ponto, com esta declaração de d. Mariana Bueno da Cunha, avó materna de Bárbara Heliadora, esclarece-se o caso genealógico, poia a *Genealogia Paulistana*, em título “Prados”, volume terceiro, páginas 203-204, informa que o coronel Baltazar da Cunha Bueno, das ordenanças, e guarda-mor das minas, casou em 1716 na freguesia de São João de Atibaia, com Mariana Bueno da Rocha, filha do capitão Bartolomeu da Rocha Pimentel e de Ursula Franco de Oliveira (volume primeiro, página 342, título “Buenos da Ribeira”). Acrescenta o dr. Silva Leme: “Sabemos que deixou oito filhos e duas filhas nas minas onde faleceu, mas não descobrimos seus nomes e apenas o de um que foi Bartolomeu da Cunha Bueno”.

O coronel Baltazar da Cunha Bueno e sua mulher Mariana Bueno da Rocha Pimentel moraram também em Goiás, conforme afirmação do dr. Silva Leme. Naturalmente de Goiás é que se transferiram para São João d'El-Rei e agora se sabe que uma das duas filhas deles era d. Mariana Bueno da Cunha, por onde Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira se liga a vestustos troncos paulistas, muito conhecidos e estudados, como

bisneta do coronel Baltazar e trineta de Amador Bueno da Veiga e de Marta de Miranda, filha esta de Bartolomeu da Cunha Gago e de Maria Portes d'El-Rei.

Ora, considerando que Amador Bueno da Veiga, o histórico paulista da guerra dos Emboabas, tinha dez irmãos, netos paternos de Jerônimo da Veiga e de Maria do Prado da Cunha, casal este que tinha quatorze filhos, vê-se, sem esforço, que Bárbara Heliodora, por linha materna, liga-se a todos os velhos paulistas da raça de João do Prado, de Henrique da Cunha, de Bartolomeu Bueno de Ribeira e a tantos mais que desnecessário é enumerar aqui.

Fica por elucidar o problema da linha paterna de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, que, caso se prove pertencer à progenie do Mestre-de-Campo Carlos Pedroso da Silveira, entrará genealógicamente para o volume quinto da *Genealogia Paulistana*, em título “Toledos Pizas”, onde o dr. Silva Leme houve por bem colocar a descendência de Grácia da Fonseca Rodovalho, filha de dom Simão de Toledo Piza, casada que foi com Gaspar Cardoso Guterres (da Silveira).

## XLVIII

Desde que empreendi a descoberta da filiação de Clara Parente de Camargo, já casada em 1707, com Domingos Bicudo Leme (notas quarenta e um, quarenta, vinte e nove, vinte e três, e quatro desta série), tenho o espírito preso ao parágrafo quinto, página 295, volume VI, título “Furquins”, da *Genealogia Paulistana*, onde se esboça a descendência de José Ortiz de Camargo, casado que foi com Isabel de Ribeira.

O linhagista descobriu apenas três filhos, deste último casal e os enumera: Estevão, padre Felix e Bernarda. Consegui, entretanto, remexendo em velhos papéis da Cúria Metropolitana, encontrar o testamento de José Ortiz de Camargo, documento de 1698, bastante estragado, mas ainda muito legível e nele a declaração do testador de que teve nove filhos, sendo três mortos - Cláudio, Clara e Bonifácio; e seis vivos - Padre Hierônimo, S.J.; padre Felix Nabor de Camargo, clérigo; José Ortiz, Estevão Ortiz, Bernarda Ortiz e Ana Maria de Camargo, casada com Antônio de Siqueira de Albuquerque.

Como Clara Parente de Camargo, da minha pesquisa, estava já casada em mil setecentos e sete, só poderá ser filha de Ana Maria e de Antônio de Siqueira de Albuquerque, se, de fato ela se prende, como penso, à progenie de José Ortiz de Camargo e de Isabel de Ribeira. Não pude ainda procurar o inventário de Albuquerque e nada posso concluir por enquanto.

Estive, porém, examinando o processo *de genere et moribus* do padre Felix Nabor de Camargo, clérigo, ordenado em São Paulo em 1685 e, nesse processo, apareceram coisas dignas de registro. Uma desses curiosidades é um atestado de exame que, ao habilitando passou o examinador, o qual foi nada menos que o célebre padre jesuíta Belchior de Pontes dono de muito boa letra, perfeitamente legível no auto referido. Como se sabe, o padre Belchior de Pontes era irmão do padre dr. João de Pontes, filhos de Pero Nunes de Pontes e de Inês Domingues Ribeiro (S. L., volume VIII, página 113, título “Domingues”).

Outra curiosidade é a declaração de que o habilitando é neto paterno de Cláudio Furquim Francês, natural de Nancy, ducado e província de Lorena, no reino da França. Cláudio, segundo S. L., tinha loja de fazendas em São Paulo, por 1610, e o linhagista dá-o como filho de Estevão Furquim e de Suzana Moreira, casados em S. Paulo. Entretanto, ele era autêntico francês, devendo haver aí um equívoco qualquer com esse casamento de Suzana Moreira, e disso já tratou o dr. Américo Brasiliense Antunes de Moura, no seu traba-

lho *Os povoadores do Campo de Piratininga*, publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, volume XXV, na página 71. Aliás, o dr. Silva Leme reproduziu um erro que já vinha de Pedro Taques. Cláudio Furquim Francês, pois, não era filho de Suzana Moreira. O padre Felix Nabor de Camargo recebeu o batismo na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, em 20 de julho de 1659. Tinha vinte e seis anos quando se ordenou. Vigariou Itu por bastante tempo.

A consulta aos papéis velhos dos arquivos tem exatamente esse mérito de ir fornecendo material para as retificações e os complementos onde houver o que retificar e o que completar. Embora a gente não possa levar o otimismo ao ponto de pretender organizar a lista completa dos filhos de João Ramalho, ou dos companheiros de Martim Afonso, que aqui ficaram e foram o ponto de partida da capitania de São Paulo (São Paulo, Minas, Goiás, Mato Grosso, Paraná...), pode ainda fazer muito, em documentos que existem e que não foram lidos até o presente.

Europeus, como Cláudio Furquim Francês, que para cá se mudaram, aqui casaram e constituíram família, são numerosos. Por que estranho motivo fizeram de Suzana Moreira a mãe o esposo de Ana Maria de Camargo, aliás sua terceira mulher (S. L., título “Camargos”, volume I, página 148)? Foi brilhante a descendência de Cláudio, o que estive revendo, a propósito de uma conversa relativa ao padre jesuíta número 4-6, da página 285, título “Furquins”, no volume VI. Um interessado desejava saber se esse jesuíta sem nome seria o padre Gabriel de Campos, escolástico no Rio em 1759 e preso na ilha das Cobras, antes de embarcar com os 198 irmãos de religião, e também que fim teria levado esse mesmo padre Gabriel de Campos.

O título “Furquins”, da *Genealogia Paulistana*, é um dos menores e muitos pontos estão evidentemente errados. Por exemplo, na página 269, Estela e Helena de Almeida, casadas respectivamente com Carlos Lentz e Leonardo Tonents, classificam-se como filhas do dr. Silvio de Almeida e de d. Presciliana Duarte, quando são irmãs do dr. Silvio. Conheci muito o professor Carlos Lentz de Araujo, em São Paulo, na antiga Escola Normal, onde lecionava português, em cadeira obtida por concurso. Fui aluno dele, na turma de 1900-1903, que deu vinte professores ao Estado e eram esses vinte: Américo Brasiliense Antunes de Moura, José Ribeiro de Escobar, Rafael Falco, Júlio Batista da Costa, Eugenio Zerbini, Carlos Martins Sodéro, Raul Romualdo Avila de Macedo, Maurício de Camargo, Eurípedes Braga, Norberto de Almeida, Arnaldo Guilherme Christiano, Francisco da Costa Martins, Armênio Conceição, Alcides Sangirardi, João Batista Brasileiro, Alcino Coti, Avelino da Mata Machado, Wolf Waimberg, Nicolau Rizo e Carlos da Silveira. O Américo era indiscutivelmente o melhor aluno que o saudoso professor Carlos Lentz tinha na turma e, seguindo as pegadas do mestre, fez-se lente de português, igualmente por concurso, na mesma cátedra da Escola Normal da praça da República. Carlos Lentz foi também secretário da Normal e, um belo dia, desgostou-se e pediu demissão, mudando-se para o Rio de Janeiro. Faleceu em Niterói, há alguns anos. Era nosso amigo e me distinguiu de um modo todo especial.

Na página 270, ao lado dos nomes dos drs. Luiz Leite e Aureliano Leite, falta o do dr. Licurgo. Nessa mesma página, há uma reticência em 10-6, na lista dos filhos do major Francisco Gomes de Oliveira e d. Isaura Duarte. De 10-1, deste grupo, é filha Ana Maria, inteligente aluna minha, em 1936, na aula de história do curso fundamental da Normal da praça, ou que outro nome tivesse, pois esta escola tem sido batizada e rebatizada tantas vezes e em prazo tão curto, que a gente custa a acertar, quando quer fazer referência exata. Outra Furquim andou como dirigida minha, na Normal do Brás, e sempre me tratou e continua a tratar com amizade e consideração - Maria de Lourdes Aires Furquim, filha de Belarmino Furquim de Campos e de Francisca Aires (S. L., volume VIII, título “Gaias”, página 423). E ainda do Brás, da Escola Normal, outra Furquim e Furquim de Campos - Naída Furquim Muniz, tão delicada e atenciosa, da prole de Paulino Furquim de Campos (S. L.,

VIII, “Dias”, 33). O que a faz prima de S. Eminência o Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra. Como é agradável, a um professor aposentado, repassar os nomes dos bons alunos e, graças a Deus, sempre em tão grande quantidade, pelo menos no meu caso. E, graças a Deus também, se precisasse indicar o primeiro, sentiria embaraço, o grande embaraço da escolha.

## XLIX

Nasci em Silveiras, comecei a crescer em Queluz, de onde, na adolescência, mudei para aqui e, algum tempo depois, entrei como aluno de português de Basílio Magalhães, então residente à rua do Arouche... Isto era em 1899. De 1900 a 1903 fiz o curso de professor primário na antiga (e única) Escola Normal da capital. Durante o Currículo da Normal e, com o material nela adquirido, fui fazendo os dez exames de preparatórios que, depois, em 1905, permitiram-me ingresso na Faculdade de Direito, onde recebi grau em 1909.

Diplomado na Normal, um concurso de notas e diplomas (havia normalistas e complementaristas) exigido por Bento Bueno, então Secretário do Interior, favoreceu-me com o cargo de professor da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, numa escola antes ocupada por Canuto Thorman, homem de grande preparo, empreendedor, que o Destino tinha colocado onde eu havia de começar a minha carreira no magistério oficial paulista, aos 26 de fevereiro de 1904. E no magistério fiquei, até a aposentadoria, aos 14 de dezembro de 1936. Trinta e três anos de lida em coisas do ensino! Mas o ensino nas colunas do *Correio Paulistano* é com o colega e amigo Ataliba de Oliveira. O meu problema é genealógico.

Encontrei, na Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Ó, um núcleo de paulista autênticos, dos de quatrocentos anos, dos quais me lembro perfeitamente. Tenho de salientar aqui dois nomes - Luiz Pinto de Moraes, em cuja casa era a minha escola, da qual só saí pela mão de João Lourenço Rodrigues, que, bondosamente, me fez diretor das Escolas Reunidas da avenida Paulista, criadas em meados de 1907; e Tristão Alves de Siqueira, chefe político, amigo do dr. Washington. “Nhô Luiz” era meu hospedeiro e parece que ficou meu amigo; “Nhô Tristão”, chefe político contra cujo candidato fui nomeado, procurou-me logo que chegue, em plena aula, e se apresentou com muita afabilidade, hipotecando-me o seu apoio, para a manutenção da disciplina e do bom nome da escola local. Os meninos da Freguesia do Ó tinham má fama, o que era uma injustiça, como verifiquei depressa. Bons meninos, alguns dos quais nunca mais vi, desde agosto de 1907. O Mecenaz Machado é que uma vez ou outra me põe ao corrente das coisas relativas àqueles meninos, hoje com a sobrecarga de mais trinta e três anos na pequena idade daquele tempo.

Um dia vim lecionar na Escola Normal da praça da República, já quase no fim da carreira. Entre as minhas alunas achei uma neta de Tristão Alves de Siqueira - Maria Nair Franco de Siqueira. Pedi-lhe algumas notas sobre a família. Organizou-as em 1932, e resolvi publicá-las, embora necessitem já de muitos acréscimos que de momento não tenho. Tristão, filho de Luiz Alves de Siqueira e Maria Angélica de Moraes, está no volume VII da *Genealogia Paulistana*, título “Siqueiras Mendonças”, página 498. Trata-se de irmandade quádrupla: 1) - FRANCISCO DE PAULA ALVES DE SIQUEIRA, casado com sua prima Cândida Guedes, sem descendência; 2) - TRISTÃO ALVES DE SIQUEIRA, que segue abaixo; 3) - CAROLINA ANGÉLICA DE SIQUEIRA, casada com seu primo Joaquim Pinto Guedes e tiveram cinco filhos: a) - Fortunato Joaquim Guedes, casado com sua prima Cândida Tertuliana de Siqueira, sem descendência; b) - Maria Guedes, casada com Pedro Siqueira, sem descendência; c) - João Pinto Guedes, casado com Maria Rosa e tiveram Benedito Pinto Guedes, falecido, casado com Ana Kamig, com a filha Maria Aparecida; Alfredo; Artur; João; Ernesto; Carolina, casada com Romão Garcia, com duas filhas - Elí e Neusa;

Maria Aparecida, Esperança, Alfredo, Ester e Herminia); d) - Arthur Pinto Guedes, casado com Leonor de Siqueira, sem descendência; e) - Serafina Pinto Guedes, casada com Olívio Guedes de Siqueira, sem descendência; 4) - MARIA SALOMÉ DE JESUS, casada com Francisco Alves de Oliveira, com geração de sete filhos: a) - João Batista de Oliveira, casado com Escolástica de Siqueira, com oito filhos: (Benedita, casada com João de Moraes; Teresa, casada com Brasília Simões; Deolinda, casada com José Abraão; Escolástica, casada com José de Siqueira; Lídia, casada com Atilio Alves de Oliveira; Lucinda, casada com Mario Martins da Costa; Maria de Lourdes e Antenor, solteiros em 1932); b) - Laurinda Alves de Oliveira, casada com Cândido Pinto Pedroso de Oliveira, com onze filhos (Benedita, casada com Osorio Lago; Oscar, Francisco, Ernesto, casado com Amélia Zampieri; José, Julinda, Antônio, Deolinda, Artur, Euclides e Adair); c) - Alfredo Alves de Oliveira, casado com Esperança de Moraes, com nove filhos em 1932 (Luiz Célio, José, Sebastião, Cecília, Jacira, Sílvia, Aguinaldo, Benedito e Hernani); d) - Ernesto Alves de Oliveira, formado em 1904, na extinta Escola Complementar “Prudente de Moraes”, na Luz. Exerceu o magistério oficial paulista e é casado com Benedita de Oliveira e tem dois filhos - Luiz Gonzaga e Cacilda, casada com Alberto Gonçalves; e) - Escolástica, casada com Armando Ferreira, sem descendência; f) - Eugênio e g) - Luiz, ambos falecidos na infância.

Quanto a tristão Alves de Siqueira, do seu casamento com Escolástica Maria de Jesus, deixou seis filhos: 1 - HIPOLITO ALVES DE SIQUEIRA que casou primeiro com Elisa Maria de Jesus, com quatro filhos desta união: a - Benedito Alves, casado com Emilia Cápua e com quatro filhos em 1932 (Elisa, Maria de Lourdes, Flavio, Antônio); b - João Alves, casado com Cândida Correia e com dois filhos (Elisa e Carlos Alberto); c - Ana; d - José. Passando a segundas núpcias, com Amélia Francisca Leite, teve Hipólito mais três filhos: e - Benedito Leite Alves de Siqueira; f - Maria; g - Eunice, falecida na infância. 2 - LUIZ ALVES DE SIQUEIRA casou com Maria Elisa Franco de Oliveira, com oito filhos: a - Benedito Franco de Siqueira, casado com Joana Cunha de Oliveira e com os filhos - Inês, José Nestor, Lígia e Maria Neide, falecida na infância; b - José Franco de Siqueira, casado com José Cater Germeck, com dois filhos - Daisy e Maria Ivonne; c - Escolástica, falecida na infância; d - Ester Farnco de Siqueira, formada na Escola Normal da Praça em 1925, casada com Aristides Ribas de Andrade e com dois filhos - Maria Antonieta e Aristides, falecidos a infância; f - Maria da Conceição Franco de Siqueira, solteira em 1932; g - Luiz, falecido na infância; h - Maria Nair Franco de Siqueira, solteira em 1932, formada no Instituto de Educação. 3 - ROSA ALVES DE SIQUEIRA, faleceu no estado de solteira. 4 - MARIA ANGÉLICA DE SIQUEIRA, que casou com Benedito Augusto Ferreira (S. L., volume III, título “Prados”, página 341), já falecidos, deixando seis filhos: a - Rut, casada com o dr. Oscar Drummond Costa, natural do Rio de Janeiro, advogado, sem filhos em 1932; b - dr. Benedito de Siqueira Ferreira, advogado e médico, casado com Escolástica Alves de Oliveira, com três filhos em 1932 - Milton Carlos, Heitor Carlos e Maria Sílvia; c - Dr. João Augusto de Siqueira Ferreira, médico; d - Maria do Carmo de Siqueira Ferreira, formada na Escola Normal da Praça em 1927; e - Osvaldo, falecido em criança; f - Dr. Olavo de Siqueira Ferreira, advogado. 5 - CÂNDIDA TERTULIANA, foi a mulher de Fortunato, seu primo, já referidos. 6 - FORTUNATO ALVES DE SIQUEIRA deixou viúva Zilda Flores, filha de Adelino Flores, com dois filhos que, já crescidos, foram esmagados por um automóvel, na rua das Palmeiras, e eram - Osvaldo, de 12 anos e Plínio, de 9.

Estes dados obtidos, como declarei, em 1932, necessitam de larga ampliação e, se os publico tão em atraso, é mais para demonstrar, à delicada e atenciosa ex-aluna, que não os desprezei. Talvez não seja só esse o motivo: é que também me agrada lembrar, através dos descendentes, de pessoas que conheci numa quadra da vida em que tudo é risonho e cor de rosa. Mas, afinal, para que passa a gente, no desenrolar da existência, pelos vinte anos, senão para sonhar?



Esse capitão Roque Bicudo Leme, guaratinguetaense, inventariado em Guaratinguetá em 1751, do qual já tratei nas minhas notas vinte e nove e quarenta desta série, devia ser um homem bom e muito conceituado na família dos Bicudo de Brito - Leme de Alvarenga, a que pertencia, por ser filho de Fernando Bicudo de Brito e de Luzia Leme de Alvarenga (S. L., volume V, título “Alvarengas” e VI, título “Bicudos”, respectivamente a páginas 271 e 443).

Depois dele, o primeiro do nome, outros da família aparecem, homônimos, o que gera confusões, nem sempre fáceis de desfazer. Um destes homônimos é o da página 86, volume III da *Genealogia*, em título “Raposos Góes”: Roque Bicudo Leme, filho de Salvador da Mota Pais e de Maria Bicudo Leme, neto, portanto, por linha materna, do capitão Roque, supra indicado. De tal neto apenas diz a notícia do lugar citado, “que foi casado com ...” e mais nada. Depois de muito trabalho, de muita pesquisa, fui levado a concluir que ele residia em Taubaté, onde moravam seus irmãos Maria do Rego Barbosa, casada com André Corsino dos Santos; Luzia Leme Barbosa, casada com Pedro dos Santos Viana; Maria Pedroso Leme, casada com Antônio Alvares de Toledo; e João da Mota Pais, casado com Maria da Anuncia;ão de Jesus. E concluí mais, que esse neto homônimo do capitão Roque passara a se chamar Roque Bicudo da Mota, que nascera em Guaratinguetá como os irmãos, lá pelas alturas de 1722, e que foi casado duas vezes: a primeira, com Mariana de Jesus, igualmente com descendência. Roque Bicudo da Mota faleceu em Taubaté depois de 1801, octogenário, ou quase isso. Ele era também irmão germano de meu trisavô Inácio Bicudo Leme (1736-1801) e, portanto, meu tio trisavô (Ver *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XXXVII, meu trabalho sobre os Bicudos Leme, povoadores de Silveiras).

Outro Roque Bicudo Leme (S. L., volume VI, título “Bicudos”, p[ágina 329), filho do capitão Antônio Raposo Leme e Segunda mulher - Luzia Machado Leme, falecida em 1732, aparece na *Genealogia*, com 25 anos quando lhe morreu o pai, que foi casado três vezes. Mas o filho Roque, do segundo casamento (1729-1732), só poderia ter quinze anos, quando ficou órfão, e isso mesmo como idade máxima. Este segundo homônimo do capitão Roque, era também seu neto materno, uma vez que Luzia Machado Leme era irmã germana de Maria Bicudo Leme, acima indicada e, desta fraternidade, vem que os dois Roque tinham de ser primos, por terem avô materno comum.

Este Roque Bicudo Leme, filho do capitão Antônio Raposo, para meu uso já o identifiquei com o pai do major José Ramos Nogueira, que foi importante fazendeiro no município de Bananal e que aludí nas notas vinte e nove e trinta, desta série. Como se sabe, o major José Ramos Nogueira, nascido no município fluminense de Rezende, tinha por progenitores a Roque Bicudo Leme, paulista e Florência Maria Nogueira, mineira, de Baependí, de certo ligada à progenie de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó.

Estudando Lourenço Leme Barbosa, casado que foi, em Guaratinguetá, com Ana Francisca Romeiro, ali nascida, e a geração que ficou do casal, descobri o distinto pesquisador guaratinguetaense dr. Gastão de Meireles França que Lourenço era natural de Castro, hoje Paraná mas outrora vila papulista, e filho de Roque Bicudo Leme, guaratinguetaense e de Quitéria Fragoso de Jesus, taubateana.

Aprofundando mais o estudo sobre Lourenço Leme Barbosa, nascido por 1754 e falecido em Guaratinguetá em 1830, quase octogenário portanto, descobri o dr. Gastão o registro paroquial do casamento, em 1818, de Máximo Xavier Romeiro, filho de Lourenço, com Maria Constança de Vasconcelos (S. L., volume III, título “Raposos Góes”, página 63) e, nesse registro, a declaração de impedimento em terceiro grau de consanguinidade entre os contraente, o que só é possível sendo ambos bisnetos do capitão Antônio Raposo Leme. Isso é o mesmo que afirmar a paternidade de Roque Bicudo Leme (volume VI,

título “Bicudos”, página 329) em relação a Lourenço Leme Barbosa, do qual convém não esquecer que nasceu na freguesia de Sant’Ana do Iapó (Castro, Paraná), sendo filho de guaratinguetense e de taubateana.

O dr. Gastão de Meireles França também encontrou outro registro, referente a batismo de uma das filhas de Lourenço: Mariana, batizada em Guaratinguetá, aos 28 de dezembro de 1797, neta paterna de Roque Bicudo Leme, morador na Freguesia da Paraíba Nova, “Bispado do Rio de Janeiro”. A freguesia da Paraíba Nova era a futura Areias, mas bispado de São Paulo. A declaração de “Bispado do Rio de Janeiro”, constante do termo paroquial, leva a gente a supor que Roque Bicudo Leme residia lá pela zona onde hoje é Bananal e em terras que já eram ou que depois ficaram para a província fluminense, em definitiva demarcação de limites. Manuel Gonçalves Portugal, por exemplo, foi sempre recenseado em terras paulistas, passando depois, definitivamente, para a região fluminense de São João Marcos, de onde aliás, eram naturais pelo menos dois filhos do casal - José e Joaquina. De Manuel Gonçalves Portugal são descendentes o dr. Olimpio Portugal e muitos outros desse cognome, residente e radicados aqui em São Paulo.

Ora, havendo um Roque Bicudo Leme, em 1797, na região de Bananal e Rezende, deve ser ele, forçosamente, o pai do major José Ramos Nogueira, nascido em Rezende por 1785. Como entretanto, o registro do casamento do major, em Guaratinguetá, em 1812, diz que ele era filho de Roque Bicudo Leme e de Florência Nogueira, segue-se que esta Florência era uma segunda mulher de Roque, casado em primeiras núpcias com Quitéria Fragoso de Jesus, de Taubaté. Florência Maria Nogueira era de Baependi.

O major José Ramos Nogueira será pois irmão consanguíneo de Lourenço Leme Barbosa. E seriam só esses dois? Como sabe, o major José Ramos Nogueira, importante fazendeiro, morava na sua propriedade agrícola do “Rancho Grande”, em 1812, no tempo do seu casamento com Domiciana de Almeida, filha de Luiz José de Almeida e de Ana Joaquina Rodrigues (também já encontrei Ana Maria Rodrigues, Ana Joaquina Nogueira e Ana Maria da Conceição, quatronomes que afinal bem se combinariam em Ana Joaquina Maria da Conceição Rodrigues Nogueira. O recenseador gostava, porém, de nomes ternários). O major chegou a comendador, foi soldado da Imperial Guarda de sua majestade o imperador D. Pedro I e deixou geração de sete filhos: 1 - Brás, de 14 anos em 1828; 2 - José, de 12; 3 - Maria, de 10; 4 - Augusta, de 8; 5 - Escolástica, de 6; 6 - Ana, de 5; e 7 - Pedro, de 4 anos em 1828, de acordo com o recenseamento da zona. Como se sabe, Pedro Ramos Nogueira, nascido na fazenda “Loanda”, no Bananal, precisamente a 23 de novembro de 1823, teve projeção e recebeu o título de barão de Joatinga e dele nasceu o paulista bananalense ilustrado e estimado que foi o dr. José Luiz de Almeida Nogueira, meu prezado mestre na cadeira de economia política, no quarto anos de 1908 da Faculdade de Direito de São Paulo.

Quase posso já proclamar (e com que prazer o farei) a ligação do Dr. José Luiz de Almeida Nogueira ao título “Bicudos” da *Genealogia Paulistana*, na página 445, do volume VI, como descendente do capitão Roque Bicudo Leme, pela filha Luzia Machado Leme, segunda esposa do capitão Antônio Raposo Leme (VI< 329). Aliás, os Nogueiras, de Baependi, também já eram Bicudo e Leme, por descenderem de Francisco Bicudo de Brito e de Tomazia Ribeiro de Alvarenga (VI, 360), respectivamente irmãos de Fernando Bicudo de Brito e sua mulher Luzia Leme de Alvarenga (pais do capitão Roque). Francisco Bicudo de Brito e Fernando Bicudo de Brito eram igualmente irmãos de Margarida Bicudo de Brito, bisavó do capitão Antônio Raposo Leme, citado, primo e genro do capitão Roque Bicudo Leme do qual bastante se falou nesta nota genealógica.

## LI

Na primeira nota desta série, publicada a sete de junho do ano passado, fiz referência ao genealogista sul-riograndense dr. Mario Teixeira de Carvalho, de Porto

Alegre e, a propósito do *Nobiliário Sul Riograndense*, que publicou, salientei o pendor manifestado pelas linhagens nobre. É verdade que também escrevi: “Não quero dizer que este autor só entenda genealogia como nobiliarquia”.

O artigo foi transcrito no volume primeiro do *Anuário Genealógico Brasileiro*, saído em 1939 r, nessa interessante publicação, meu modesto subsídio chegou ao conhecimento do distinto pesquisador aludido, o qual, em data de 24 de janeiro deste ano, enviou-me a seguinte carta: “Dr. Carlos da Silveira. Saudações. Com prazer, li no *Anuário Genealógico Brasileiro*, de autoria do nosso comum amigo coronel Salvador de Moya, seu interessante artigo intitulado: *Subsídios Genealógicos*. Se me permite, desejo fazer um pequeno reparo no conceito emitido, à página 420, a respeito do modo de encarar a genealogia. Genealogia, para mim, também tem certo sentido biológico, mormente levando em conta que sou médico e já pratiquei, como especialista, a psiquiatria, durante vários anos. Genealogia não é nobiliarquia exclusivamente. Apenas, como eu publiquei um *Nobiliário*, neste estudo eu podia apenas tratar de nobiliarquia. E tanto eu não penso que genealogia se entenda apenas como nobiliarquia, que tenho, em via de conclusão, um estudo sobre a colonização italiana no Estado, que contém dados genealógicos de mais de cinco mil famílias diversas, simples e modestos plebeus colonos. Tenho também a concluir, um longo estudo sobre troncos paulistas vindos para o Rio Grande do Sul no século XVIII. Este estudo - modéstia à parte - contém dados bem interessantes. Veja, por exemplo, o caso que passo a expor: Joana Maria de Camargo faleceu em Porto Alegre a primeiro de abril de 1805. “Era natural da Capitania de São Paulo” e filha legítima de José Munhoz de Camargo e de Catarina de Siqueira. Casou com Leonardo Rodrigues de Camargo, natural de São Paulo, e filho de Antônio de Moura e de Mariana Bueno de Camargo. Deixou um filho de nome Antônio José da Carmargo Moura (Veja Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, título Camargos, primeiro volume, fls. 201 e 309). Veja este outro caso, referente a Minas Gerais: Antônio Martins Barbosa falecido em Porto Alegre a 15 de outubro de 1836. Era natural de Sant’Ana da Boa Vista, termo da vila de Barbacena, comarca do Rio das Mortes, bispado de Mariana, filho único de João Ferreira Armonde e de Ana Maria de Jesus. Casou com Constância Cândida Raimunda da Silva, filha do coronel Carlos José da Silva. O casal teve os filhos seguintes: Carlota, casada com Manuel Ribeiro Nunes, e José, também casado, em 1836, e residentes em Minas Gerais. O verdadeiro nome de Antônio Martins Barbosa era José Ferreira Armonde. Trocou-o em “razão de ser arguido em Minas Gerais, na vila de Barbacena, lugar de sua residência, na morte de ser cunhado o coronel Manuel de Sá Fortes de Bustamante Nogueira, no ano de 1809, sendo por isso obrigado a abandonar sua casa e bens, afim de se tornar desconhecido. Teve de Joaquina de Tal um filho natural - Antônio - o qual foi exposto em casa de seu tio Manuel Francisco Rosa. Era primo de Mariano, Marcelino, Joaquim e Simplicio José Ferreira. Seu pai possuía em Minas duas fazendas e, na vila de Barbacena, uma morada de casas, escravos, gados e outros animais. Receando seu pai que prevalecesse o sequestro naqueles bens, arrecadou-os todos e deles fez venda fictícia a seus sobrinhos Marcelino e Simplicio José Ferreira. Mais tarde, o testador (Antônio Martins Barbosa ou José Ferreira Armonde) alcançando sentença de absolvição da culpa que lhe fora arguida, foi àquela Província assim de se apoderar dos seus legítimos bens, nada conseguindo em vista de seus primos não lhe quererem passar a escritura de distrato, apesar - diz o testador - dos mesmos não terem dúvida na entrega dos referidos bens”. Conforme estou procurando provar, genealogia não constitui para mim apenas nobiliarquia, e isto é o que se conclui uma vez que lhe expus os estudos que tenho em preparo. Aproveito a oportunidade para enviar-lhe um pequeno estudo publicado no último número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Queira aceitar a certeza de minha mais alta consideração (assinado) Teixeira de Carvalho”.

Com a publicação da carta do dr. Mario Teixeira de Carvalho, portadora de tão curiosos dados genealógicos, extraídos do estudo em preparo, fica esclarecido, perfeitamente, o ponto de vista do distinto autor.

E já que estou com a mão na massa em relação ao Rio Grande do Sul, devo lembrar que naminha nota trinta e nove, de 8 de março do ano vigente, referí-me a Ezequiel Ubatuba, sul-riograndense, sugerindo que tal cognome deveria lembrar a localidade litorânea, de onde teriam emigrado ancestrais da pessoa referida.

A propósito me escreve o dr. Jorge Godofredo Felizardo, outro notável linhagista do Estado sulino, em data de 23 de abril próximo passado, enviando-me esclarecimentos que confirmam a minha hipótese. De fato, Ezequiel Ubatuba, natural de Porto Alegre, era filho de Artur Trajano Ubatuba, nascido em Porto Alegre, a 15 de dezembro de 1852 e de Teresa Alice Laquintinie, filha de Carlos Laquintinie, natural da França e de Senhorrinha, natural do Rio Grande do Sul.

Artur Trajano Ubatuba, pai de Ezequiel, era filho de Manuel Pereira da Silva Ubatuba, natural do Rio Grande, assim como sua mulher Clara Mercedes, filha do tenente-coronel José dos Santos Pereira, lisbonense e de Josefa Simona Garcia.

E Manuel Pereira da Silva Ubatuba, avô paterno de Ezequiel, era filho de Manuel Pereira da Silva, natural da vila de Ubatuba, falecido em Porto Alegre a 26 de fevereiro de 1837, aos 45 anos. Foi casado com Silvana Joaquina da Conceição, natural de Santo Amaro do Rio Grande do Sul, filha de Matias José de Sousa e de Joaquina Rosa de Jesus.

Sob o ponto de vista genealógico, é de se lamentar que não haja este hábito, generalizado, de se manter nas famílias, idas para longes das terras, os nomes das localidades onde os maiores ficaram londo tempo, tornando-se, assim, localidades de origem.

São cognomes elucidativos, assás interessantes, de que é típico esse, supra-referido, do Ezequiel Ubatuba. Num país grande como o Brasil, o deslocamento para regiões distantes determina soluções de continuidade na história das famílias, criando-se de tal arte difíceis problemas, e tais são esses dos investigadores sul-rio-grandenses, ao tentarem ligar os troncos sulinoos aos do planalto piratiningano e aos do litoral paulista de onde, principalmente em meado do século XVIII, tanta gente doi para o Sul, em caráter definitivo.

## LII

Já andei colhendo dados para um trabalho grande, intitulado “De alguns Matos, paulistas”, mas circunstâncias várias têm concorrido para o adiamento disso. Os Matos que mais aparecem, na *Genealogia Paulistana*, são os do volume VIII, título “Maciéis”, oriundos de Gaspar de Matos, “natural da Vila de Aguiar, filho de Sebastião de Matos, natural do lugar de Parada, e de Isabel de Araujo, da freguesia de Nozedeo”.

Esse Gaspar de Matos casou primeiro com Maria Vieira da Cunha (página 152), falecida em 1718; e, uma segunda vez, com Maria da Silva Leite, citada em título “Lemes”, volume II, página 488.

Gaspar de Matos, que morreu em 1734, deixou sete filhos do primeiro matrimônio: frei Sebastião de Matos, carmelita; Antônio Xavier de Matos; frei Francisco de Matos, carmelita; José Vieira, jesuíta; Catarina; Josefa; e Maria Josefa de Matos e esta, pelo seu casamento com Francisco de Sales Ribeiro, deu origem a uma família a qual, suprimindo os cognomes Matos e Ribeiro, ficou sendo apenas Salles, que, aliás, deveria ser Sales, do castelo de Sales, perto de Annecy, onde nasceu o autor da célebre *Introdução à vida devota*. Sales, ou Salles (usual) é pois um cognome de origem religiosa, como já algures expliquei em relação a Sene.

Do seu segundo consórcio, Gaspar de Matos deixou cinco filhos: Escolástica Maria de Matos, Francisca Xavier Maria de Matos, Bento Caetano Leite, frei Gaspar da Soledade e Maria Caetana da Assunção Matos.

Da geração do primeiro casamento de Gaspar de Matos, afora os Sales, de Campinas, oriundos do alferes Antônio José de Matos, muito conhecidos e notáveis, há nomes que merecem ser lembrados, como, por exemplo, d. Ana Rosa (VIII, 154), que foi casada com Inácio Marcondes e legou a fortuna para a fundação do Instituto que lhe perpetua o nome.

Conheci aqui em São Paulo, desde 1905, uma distinta senhora também desse interessante grupo genealógico - refiro-me a d. Cândida Augusta, nascida em Jacaré por 1842, filha do dr. Daniel Augusto Machado e d. Francisca Elisa, filha esta do sargento-mor José Maria da Cruz Almada, o qual era Sales por linha materna. D. Cândida Augusta Machado, na intimidade "D. Candinha", casada que foi com o dr. José Maria de Andrade, viveu quase a vida toda em São Paulo, onde o marido advogava e fazia política no Partido Liberal, companheiro e amigo que era do conselheiro José Bonifácio Sobrinho. Deixou geração de três filhos muito conhecidos em São Paulo: Dr. José Augusto de Andrade, formado na Faculdade de Direito em 1883; d. Hermínia, que foi casada com o magistrado dr. Antônio Batista de Campos Pereira, falecida; d. Adelaide, que, do seu casamento com o dr. Júlio Joaquim Gonçalves Maia, teve os filhos: dr. Renato de Andrade Maia, meu colega da turma de Direito de 1909; dr. Silvío, falecido; dr. Jorge de Andrade Maia, médico; e d. Maria, casada com o dr. Orlando da Costa Meira. É grato lembrar o nome de pessoa de tantos méritos, como d. Candinha, falecida aqui em São Paulo, em 18 de maio de 1930, quase nonagenária, portanto.

José Jacinto Ribeiro, na *Cronologia Paulista*, volume II, segunda parte, páginas 587-588, dá uns informes sobre os Matos, de Santo Amaro, (também progênie de Gaspar de Matos), donde procedem entre outros, o poeta Paulo Eiró, e seu parente biógrafo dr. José Antônio Gonsalves; o dr. Agenor Guerra Correia, o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho... Iria longe a lista!

Mas, a nomenclatura de José Jacinto Ribeiro não é clara e, além de tudo, há informes vagos, como por exemplo, o que se refere a Manuel Joaquim de Matos, do qual diz a *Cronologia* que, "mudando-se para Mogi Mirim, aí casou e deixou numerosa descendência".

E Silva Leme, tratando de Manuel Joaquim de Matos, em VIII, 162, estabelece confusão dele com um sobrinho homônimo (filho de Joaquim Antônio de Matos), cujo nome todo era Manuel Joaquim do Sacramento Matos, que este sim foi casado com Ângela Umbelina de Miranda e tiveram pelo menos a filha Generosa Célia ou Generosa Délia do Rosário casada com João Bernardo da Silva (III, 29, título "Raposo Góes").

Joaquim Antônio de Matos, de 52 anos em 1807, casado com Maria da Conceição, de 45, consta do recenseamento de Santo Amaro, como carpinteiro e com oito filhos: 1, Maria, 22 anos; 2, Rosa, 19; 3, Maria, 15; 4, Manuel, 14 (Manuel Joaquim do Sacramento Matos); 5, Maria, 12; 6, Antonia, 9; 7, Maria, 5; 8, Ana, 2. Estas moças, cuja beleza se tornou proverbial, igualmente muito inteligentes, são bastante conhecidas, principalmente depois que apareceram estudos sobre a interessantíssima personalidade de Paulo Eiró, filho de uma das Marias, a que foi Maria Angélica, esposa de Francisco Antônio das Chagas, pai do poeta.

Manuel Joaquim de Matos, irmão de Joaquim Antônio de Matos, capitão-mor em Mogi Mirim e depois sargento-mor, senhor de engenho na localidade, aí foi

recenseado durante muitos anos, máxime no período de 1790 a 1809; mas ainda aparece, em 1828, com 75 anos, na sétima companhia de ordenanças. Casou pelo menos duas vezes: primeiro, com d. Francisca Maria do Rosário, de quem teve os filhos Joaquim, com 12 anos em 1790; Quitéria, com 11; e Ana, com 4. Segunda vez casou o capitão-mor Manuel, ainda em Mogi Mirim, por 1816, com Mariana Francisca do Prado, citada em VI, título “Godóis”, página 74, viúva de José Filipe Pimentel.

Não pude apurar bem quem fosse d. Francisca Maria do Rosário, primeira esposa do capitão-mor Manuel Joaquim de Matos; apenas li que era filha de José Ribeiro, irmão do padre Ângelo, missionário. Quanto à prole do casal, o primogênito foi Joaquim Manuel de Matos, que casou com Jacinta Barbosa do Carmo e tiveram o filho João, alistado nos “Sertanejos a Itu” nos termos seguintes: “João Evangelista de Matos, filho de Joaquim Manuel de Matos, com 13 anos de idade, cinco pés de altura, cabelos castanhos e olhos pardos, natural de Mogi Mirim, solteiro; praça em 14 de outubro de 1819, cabo em 1819; furriel em 1821”. Ora, este João Evangelista de Matos morava em Campinas, em 1850, andava na casa dos quarenta anos e tinha como profissão a lavoura. Estava casado com sua prima Cândida Belarmina ou Cândida Rosa da Trindade, campineira, filha de Joaquim Ferraz de Campos e de Maria Joaquina de Matos (S. L., volume IV, título “Arrudas Botelhos”, página 38, onde o linhagista só menciona a filha Ana, do casal, omitindo Cândida, Manuel, Maria, Joaquina e Antônio, constantes do censo de Campinas, de 1829, primeira companhia).

Mas antes de ser lavrador em Campinas, exercera, João Evangelista, outra profissão, pois o censo de Mogi Mirim, de 1836, declara: - João Evangelista de Matos, branco, livre, casado, marceneiro, ganha 400\$000, é apto para os empregos. Isto significa que ele podia exercer cargos públicos.

Voltarei a tratar, em outra nota próxima, da descendência do capitão-mor Manuel Joaquim de Matos, que adotou Mogi Mirim por sua terra, abandonando as tradicionais plagas santamerenses, que o viram nascer pelo meio do século XVIII.

### LIII

Na minha nota anterior, desta série, sob número cincoenta e dois, mostrei como o sargento-mor de Mogi Mirim, Manuel Joaquim de Matos, citado na *Genealogia Paulistana*, em título “Maciéis”, volume VIII, página 162, número 8-3, deixou do seu primeiro casamento, com Francisca Maria do Rosário, os filhos Joaquim Manuel de Matos e Quitéria, além de outros, falecidos em pequenas idades. E, do segundo matrimônio, com Mariana Francisca do Prado, viúva de José Filipe Pimentel, nenhum filho nasceu. Isto consta do inventário do sargento-mor, processado em Mogi Mirim, em 1839, pois o inventariado faleceu a 22 de junho desse ano de 1839. Deixou testamento feito em 25 de abril de 1836. Tais declarações testamentárias coincidem com as censitárias, visto como em 1815 o recenseador observava, na casa do sargento-mor, que ele “ não teve safra por causa da geada pretérita” e, em 1816: “Demenuhio a prim<sup>a</sup> m.er d. Fra.ca q.e faleceu”, e ainda “Acrescerão na m.ma Família a m.er d. Mar.na e a f.a Maria”. A segunda esposa do sargento-mor tinha uma filha do primeiro marido, d. Maria Custódia de Jesus.

Um descendente do do sargento-mor, que trabalha aqui em São Paulo no Banco do Brasil, o sr. José Paulista de Couto Aranha, filho do professor Antônio Alves Aranha, já falecido e de d. Escolástica de Camargo Couto (S. L., volume I, título “Camargos”, página 408, onde se deve corrigir Narciso José da Costa para narciso José do Couto; e volume IX, página 87), teve a bondade de procurar, por mão de amigo, nos cartórios de Mogi Mirim, importantes dados que me forneceu, o que muito agradeço. Deu-me ainda, o sr. José Paulista do Couto Aranha, umas notas genealógicas da família, que, ao seu tempo, serão publicadas.

Na nota anterior, também contei que Joaquim Manuel de Matos, filho do sargento-mor, casou com Jacinta Barbosa do Carmo. Joaquim morreu em 29 de setembro de 1819, sem testamento e foi inventariado em 1821, sendo inventariada a viúva. Deixou os filhos João, com 14 anos; Maria, com 12; Joaquim, com 9; José, com 7; e Beatriz, com 4. No inventário do avô, em 1839, estes netos têm os nomes de João Evangelista de Matos, Maria Barbosa do Carmo, Joaquim Manuel de Matos, José Joaquim de Matos e Beatriz de Matos.

A filha Quitéria, do sargento-mor, foi casada com Joaquim José Vieira, natural de São Paulo e teve, segundo o inventário do pai, a geração seguinte: Francisco de Assiz Vieira, Maria Joaquina Vieira, casada com Henrique Dias; José Vieira e Manuel Vieira.

No seu testamento (aberto), muito resumido, nomeou o sargento-mór os seguintes testamentários: 1º) D. Mariana Francisca do Prado (viúva); 2º) João Batista de Matos, irmão do testador (S. L., VIII, 155); 3º) capitão João Batista da Luz. A terça ficava para d. Mariana, a quem legou a escrava de nome Ana Vitória. D. Mariana não chegou, entretanto, a concluir o inventário, pois faleceu aos 27 de dezembro de 1839. Há, nos autos, valiosa referência genealógica sobre d. Francisca Maria do Rosário, a primeira esposa do sargento-mór Manuel Joaquim de Matos e é que vinha a ser irmã do padre Antônio do Prado de Siqueira.

O recenseamento de Mogi Mirim, de 1808, na primeira companhia de Ordenanças, sob número 3364, traz a nota: - Joaquim Manuel de Matos, “casado o presente ano”, com Jacinta Barbosa do Carmo e com o filho João, primogênito. E, no censo de 1822, na quinta companhia, sob número 211, vem: - Ana Jacinta do Carmo, viúva, com dois agregados - José Dias de Almeida, de 23 anos e João Evangelista, de 14. Acredito que a Jacinta, de 1808, seja a Ana Jacinta, de 1822 (Ana Jacinta Barbosa do Carmo). O recenseador de 1825 é mais explícito: - Ana Jacinta do Carmo, senhora de engenho, 600 arrobas de açúcar, dando a lista dos escravos; agregados - José Francisco de Almeida, de 25 anos, solteiro, e João Evangelista, miliciano, de 17 anos.

Anna Jacinta de Matos, filha de João Evangelista de Matos e de Cândida, portanto neta paterna de Joaquim Manuel de Matos e, assim, bisneta do capitão-mór e sargento-mór Manuel Joaquim de Matos e primeira esposa d. Francisca, nasceu em Mogi Mirim e casou em Campinas, ao 28 de agosto de 1845, com o capitão João Batista Alves Aranha, sendo testemunhas no ato matrimonial Manuel Joaquim do Sacramento Matos e Joaquim Alves de Almeida Sales.

O capitão João Batista Alves Aranha era natural de Campinas, onde teria nascido por 1820. Último filho de um casal de lavradores, consta do recenseamento de Campinas, de 1836, como se pode ler: Quarteirão 3º, número 66 - Lista do engenho do Jagoari - D. Maria de Godói Aranha, 53 anos, branca, livre, natural de Porto Feliz, viúva; filho - João, de 16 anos, natural de São Carlos, solteiro, sabe ler e escrever. O capitão João Batista faleceu em Campinas, em 1893, setuagenário. Eis o resumo do termo paroquial do seu casamento: “Paroquia de Campinas. Livro de casamentos. 28 de agosto de 1845. Matriz de Campinas. Às oito horas do dia, com provisão do vigário da vara, sem impedimento, João Batista Alves Aranha, natural desta cidade, filho de Inácio Alves de Almeida Lima e de d. Maria de Godói Aranha, e d. Ana Jacinta de Matos, natural de Mogi Mirim, filha de João Evangelista de Matos e de d. Cândida Belarmina. Testemunhas presentes Manuel Joaquim do Sacramento Matos e Joaquim Alves de Almeida Sales. O vigário, João Manuel de Almeida Barbosa”.

Tiveram oito filhos, João Batista e Ana Jacinta: 1 - Inácio Batista Alves de Almeida Lima, 2 - Maria Gertrudes, 3 - Cândida Belarmina, 4 - João Evangelista Alves Aranha, 5 - Antônio Alves Aranha, 6 - Ana Luiza, 7 - Luiz Aranha, 8 - Belarmina. Esses filhos deixaram grande descendência, de que ao seu tempo tratarei, com dados fornecidos

pelo sr. José Paulista do Couto Aranha, filho do prof. Antônio Alves Aranha, exatamente o número cinco, da lista precedente. Também bastante me auxiliou, na pesquisa, o sr. Prof. João Lourenço Rodrigues, morador que é, agora, de Campinas, e muito ligado à família dos Alves Aranha, por ser casado com d. Teresa de Camargo Couto, irmã de d. Escolástica, viúva do prof. Antônio Alves Aranha (S. L., volume IX, página 87). Eis, igualmente em resumo, o termo de batismo do prof. Antônio Alves Aranha, formado na antiga Escola Normal de São Paulo, em 1890: “Paróquia de Campinas - Livro de Batizados - Antônio - Aos 25 de junho de 1854, Antônio, de nove dias, filho de João Batista Alves Aranha e de d. Ana Jacinta de Matos, brancos. Padrinhos Caetano Guedes Barreto e sua mulher d. Gertrudes Maria Alves, todos desta paróquia. O vigário, João Manuel de Almeida Barbosa”.

Proximamente direi alguma coisa a respeito da ascendência do capitão João Batista Alves Aranha, genro de João Evangelista de Matos e de Cândida Belarmina ou Cândida Rosa da Trindade, a qual, conforme a nota cincoenta e dois, era filha de Joaquim Ferraz de Campos e de Maria Joaquina de Matos (S. L, volume IV, título “Arrudas Botelhos”, página 38 e volume VIII, título “Maciéis”, página 162).

#### LIV

O estudo da descendência do capitão-mor e sargento-mor Manoel Joaquim de Matos e primeira mulher d. Francisca Maria do Rosário, senhores de engenho em Mogi Mirim, de quem trtei nas notas cincoenta e dois e cincoenta e três desta série, levou-me a naturalmente pesquisar quem fosse o capitão João Batista Alves Aranha, campineiro (1820-1893), filho de Inácio Alves de Almeida Lima e de d. Maria de Godói Aranha. Ora, o capitão João Batista, do seu casamento em 1845, com uma bisneta do sargento-mor, deixou geração que se prende, em linha materna, a Gaspar de Matos, origem dos Matos paulistas de que estou tratando. Depois falei de outros Matos, igualmente paulistas, embora mais recentes.

A *Genealogia Paulistana*, em volume VI, título “Godóis”, página 154, diz que José Alvares Proença casou primeiro com Ana Rodrigues e, depois, com Felizarda Maria de Camargo, tendo deixado, da primeira mulher, dois filhos: “Inácio Alvares que em 1824 era morador em Mogi Mirim, e Mariana Alvares casada em 1808 em Porto Feliz com Fabiano Correia Aranha, filho de João Correia Aranha de Camargo e de Maria de Godói”.

Dando-se uma batida no censo de Mogi Mirim, em 1824, data citada pelo genealogista, acha-se aí na quarta companhia, sob número 213, o seguinte assentamento: - Inácio Alves de Almeida, natural de Itú, 44 anos, senhor de engenho, fez mil arrobas de açúcar; e mais alista de quarenta e um escravos. Sua mulher, Maria de Godói, de 46 anos; filhos do casal - 1. Maria, de 16 anos; 2. Gertrudes, de 14; 3. Maria, de 5 anos; e 4. João, de 4. Por essa época, uma filha do casal, de nome Ana, já estava casada. Inácio Alves de Almeida foi inventariado em 1836, e os autos estão no cartório do primeiro ofício, em Mogi Mirim, deles constatando o seguinte título de herdeiros:

1) João Antônio da Silva, por sua mulher d. Ana Joaquina Alves, residente em Mogi Mirim; 2) Joaquim Alves de Almeida Sales, por sua mulher d. Maria Luiza Aranha, residentes em Campinas; 3) Caetano Guedes Barreto, por sua mulher d. Gertrudes Maria; 4) Inácio José Bueno, por sua mulher d. Maria Ilustrina, residentes em Campinas; 5) João, órgão.

O inventário tem testamento feito em 12 de abril de 1835, em Campinas, no qual se lê a declaração de Inácio: “natural de Vila de Itú filho legítimo de José Alves de Proença e de Ana Rodrigues do Prado, casado com d. Maria de Godói Aranha de quem tem cinco filhos”. Devia ser casado por 1789, em Porto Feliz, ao que suponho. A propriedade



agrícola de Inácio Alves de Almeida, segundo o censo de 1836, era em Campinas - “o engenho de Jagoari”. Ou a família mudou de Mogi Mirim para Campinas, ou a linha divisória desses municípios mudou de lugar. João Batista Alves Aranha entra, pois, na *Genealogia Paulista*, na página 154 de volume VI, numa subdivisão, 7-5, de 6-1 e aí ficará na progênie de Baltazar de Godói, “nobre castelhano”, aparecido em S. Paulo no tempo dos reis espanhóis e aqui casado com Paula Moreira, filha do capitão-mor governador Jorge Moreira e de Isabel Velho.

Da mesma progênie do “nobre castelhano” Baltazar de Godói era a mulher de Inácio Alves (melhor Alvares) de Almeida, d. Maria de Godói Aranha, não citada na *Genealogia Paulistana*, entre os filhos de João Correia (filho de Simão Correia de Moraes e de Filipa Bueno de Camargo) e de Maria de Godói Aranha, da página 34 do volume VI, em título “Godóis”. A obra do dr. Silva Leme dá sete filhos: 1. Ana, 2. Inês, 3. Mariano Correia Aranha de Camargo (bisavô do meu distinto colega da turma de Direito em 1909, dr. Otavio Moreira Guimarães), 4. Fabiano Correia Aranha, acima dito, 5. José Correia de Camargo, 6. Joaquim Mariano Aranha, 7. Eufrásia Maria de Godói.

O recenseamento de Porto Feliz, entretanto, em 1790, na terceira companhia, sob número 247, fala numa filha Maria, de dez anos, que Silva Leme não menciona. E, melhor ainda, o censo de 1798, da velha Araritaguaba, na terceira companhia, sob número 14, indica, como agregados à casa de João Correia e de Maria de Godói Aranha, já casados, Inácio Alves e Maria Correia. É esta Maria Correia, depois Maria de Godói Aranha, a a mulher de Inácio Alves de Almeida. Ela vinha a ser irmã de Fabiano Correia Aranha, casado com Mariana Alvares, irmã de Inácio Alvares (depois Inácio Alves), residentes em Mogi Mirim, em 1824, conforme atrás ficou dito.

Depois destas explicações, só resta agora ir anotando o que puder ser apurado, relativo à descendência do sargento-mor Manoel Joaquim de Matos e sua primeira mulher d. Francisca Maria do Rosário, através de seus dois filhos crescidos: 1. Joaquim Manuel de Matos, consorciado com Jacinta Barbosa do Carmo e com os filhos João Evangelista de Matos, Maria Barbosa do Carmo, Joaquim Manuel de Matos, José Joaquim de Matos e Beatriz de Matos; 2. Quitéria, consorciada com Joaquim José Vieira e com os filhos Francisco de Assis Vieira, Maria Joaquina, casada com Henrique Dias, José Vieira e Manuel Vieira. Ao todo nove netos do sargento-mor, os quais devem ter deixado grande geração na zona de Campinas a Mogi Mirim.

Do neto João Evangelista de Matos, o censo de Mogi Mirim, de 1836, diz que tinha as filhas de Ana, de 4 anos; Maria, de 2 e Laurinda, de meses. Numas notas que me deram, de “algumas filhas do casal João Evangelista de Matos - Cândida”, constam os nomes de Ana Jacinta de Matos, Brasilina (casada com Moraes), Maria Joaquina de Matos e Francelina de Matos, estas duas últimas solteiras. Os apontamentos que eu tenho, coligidos pelo sr. José Paulista do Couto Aranha, referem-se aos oito filhos de Ana Jacinta de Matos. Não consegui dados a respeito da descendência de Brasilina de Moraes, bem como dos quatro irmãos e quatro primos de João Evangelista. E gostaria de ser informado a respeito, sem dúvida alguma.

O sr. José Paulista trabalhou com afinco, neste caso, procurando elementos elucidativos dos informes que eu conseguia no Arquivo do Estado, ao repassar papéis de Mogi Mirim, Campinas, Santo Amaro, Itú e Porto Feliz. Chegou mesmo a ir a Mogi Mirim, para pesquisar, contando aí com a eficiente colaboração do sr. João Lourenço Rodrigues. Dada esta soma de esforços, a primeira parte, a mais difícil, está feita, porque o que falta agora é matéria relativa ao século XIX e deve ainda haver pessoas idosas, de boa memória, capazes de colaborarem otimamente nessa oportunidade genealógica relativa ao sargento-mor Manuel Joaquim de Matos e seus dois filhos e nove netos.

Parodiando de longe a Terêncio quando escrevo “Sou homem e nada que interessa ao homem me é alheio”, afirmo mais uma vez ainda que sou do Vale do Paraíba e nada que interessa ao extremo leste de São Paulo me é alheio. Ora, na minha nota cinquenta e dois, ao tratar da geração de Gaspar de Matos, tronco de uns Matos antigos, numerosos e ilustres de São Paulo, tive oportunidade de me referir à distinta senhora d. Cândida Augusta Machado, esposa que foi do dr. José Maria de Andrade e disse que ela havia nascido em Jacareí, o que não está certo, como depois verifiquei, E, ao descobrir esse lapso, encontrei muitas coisas curiosas à vida dessa localidade Paulista, onde foi juiz municipal, de 11 de agosto de 1844 a 11 de agosto de 1848, o dr. Daniel Augusto Machado, pai de d. Cândida. Não foi só juiz municipal, porque várias vezes o governo da província o nomeou delegado de polícia de Jacareí. Os casos em que se viu envolvido podem facilmente ser examinados aqui em São Paulo, no Arquivo do Estado, na sala número 9, estante D, maço 189.

Exemplar no cumprimento do seu árduo dever, hábil, inteligente, ganhou prestígio em Jacareí e aí ficou residindo até morrer, e morreu muito moço. Ele era natural de São Paulo, nascido por 1815, aqui casado em 1837, e formado na Faculdade de Direito em 1843.

Teve o casal Joaquim José Machado - Joaquina Eufrásia

Silva Leme, volume VIII, título “Oliveiras”, página 527, fala em “José Joaquim Machado”, que “foi casado em Jacareí com Joaquina Eleodora”. Os recenseamentos de São Paulo, porém, desde 1815, falam em “Joaquim José Machado”. Assim, a primeira companhia de 1815 traz: Francisco José Machado, tenente-coronel de milícias, 56 anos, viúvo, boticário. Filho - Joaquim José Machado, tenente de milícias, 25 anos, branco, casado com Joaquina Eufrásia, de 23 anos e com os filhos - Maria de 2 anos e Daniel de 4 meses. Convém, pois, corrigir a *Genealogia Paulistana*: o pai do dr. Daniel era Joaquim José Machado, irmão de José Joaquim Machado (de Oliveira), que é o nosso brigadeiro historiador.

Teve o casal Joaquim José Machado-Joaquina Eufrásia alguns filhos, dos quais ficaram três - Daniel, Leocádia e Francisco de Assis, que a *Genealogia Paulistana* menciona.

Aproveito a oportunidade para completar os informes do dr. Silva Leme, relativamente à geração do dr. Daniel Augusto Machado e de d. Francisca Elisa da Cruz, descendente esta de Gaspar de Matos. Deixaram os filhos: 1 - Maria Emília Machado; 2 - Cândida Augusta Machado; 3 - Francisca Augusta Machado; 4 - Maria Guilermina Machado, e 7 - Dr. Daniel Augusto Machado. Excetuados dois (a primeira e o quinto), todos os outros cinco deixaram descendência, e é como segue:

1 - MARIA EMÍLIA, nascida em São Paulo, por 1841, foi a primeira mulher do dr. Procópio de Toledo Malta, natural de Jacareí, o qual, sem geração da primeira mulher, passou a novas núpcias com d. Josefina de Sousa Melo (S. L., volume VI, título “Godóis”, páginas 96-97);

2 - CÂNDIDA AUGUSTA, nascida em São Paulo, em 1842 e aqui falecida em 1930. Casou também aqui, com o viúvo dr. José Maria de Andrade, filho do tenente-coronel Jerônimo José de Andrade, e de Maria Carlota de Baumann., dos quais depois tratarei. Tiveram sete filhos:

a - Dr. José Augusto de Andrade, nascido aqui em 1859 e aqui formado em Direito, em 1883, casado a primeira vez com sua parenta Ana, filha de Malaquias

Rogério de Sales Guerra e de Maria Francisca da Cruz (S. L., VIII, “Maciéis”, 199), com os filhos: José Maria de Andrade, Artur Guerra de Andrade, Risoleta (falecida), Paulo, Rogério (falecido). Segunda vez casou dr. José Augusto de Andrade com sua parenta Alice Moreira Machado (irmã do dr. Manuel Moreira Machado, de Lúcia Moreira Machado e outras) e tem, deste casamento, o filho José Augusto de Andrade Neto;

b - Herminia, natural desta cidade, primeira mulher do dr. Antônio Batista de Campos Pereira, fluminense, formado em Direito aqui, em 1880. Com os filhos: José, Maria da Glória, Olga e Herminia, casada com Porfírio Sales Guerra;

c - Adelaide, também nascida em São Paulo e aqui casada com o dr. Júlio Joaquim Gonçalves Mais, natural de Iguapee, formado na Faculdade de Direito daqui, em 1884, aposentado com cinquenta anos de serviços exemplares, no cargo de secretário da escola onde se formou, e aqui falecido em 31 de dezembro de 1937, deixando os quatro filhos seguintes: dr. Renato de Andrade Maia, advogado e alto funcionário da Junta Comercial, nascido em São Paulo, em 1887 e formado na Faculdade de Direito em 1909. Está casado com Maria Olímpia, filha de Olímpio Cândido Ferreira e Maria Cintra (S. L., volume II, título “Lemes”, página 543) com os filhos Renato (falecido), Renato (de 1924), Maria Helena, Roberto (falecido), Júlio, José Olímpio; dr. Silvio de Andrade Maia, nascido em São Paulo em 1889 e aqui falecido em 1923. Formado na Faculdade de Direito em 1911, tendo exercido com brilho e dedicação o cargo de promotor de justiça na capital. Casado com Zaira Duarte Nunes, falecida, deixando o filho Luiz, estudante de agricultura em Piracicaba; dr. Jorge de Andrade Maia, médico formado em Paris, em 1920, bibliotecário da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, autor dos Índices-Catálogos Médicos. Nasceu em São Paulo, em 1893 e casou em França, com Yvonne, filha de pais franceses; Maria de Andrade Maia, nascida igualmente em São Paulo, e aqui casada com o dr. Orlando da Costa Meira, natural de Pernambuco, formado na Faculdade de Direito daqui, alto funcionário da Fazenda, e industrial.

d - Artur, falecido já moço em Hanover; e - Gregório; f - Maria Carlota; g - Amélia, estes três últimos falecidos em criança;

3 - FRANCISCA AUGUSTA, natural de Jacareí, talvez de 1844, e falecida nesta capital em 1932, aqui casada com seu parente Francisco de Paula Cruz, irmão de Maria Francisca da Cruz, acima referida (S. L., volume VIII, título “Maciéis”, pág. 199). Deixaram sete filhos:

a - Herminia, casada com o dr. Inácio Maranhão da Rocha Vieira, natural de Alagoas, formado em Direito, aqui, em 1882, com dois filhos: dr. Lourenço Maranhão, médico da Marinha, casado com Nadir Ponce, e Maria Antonieta Maranhão, professora, formada na Escola Normal de São Paulo em 1909, casada com Jaime Ferreira, falecido e com a filha Cecília Maranhão Ferreira a qual, do seu casamento com Hans Schulz, tem o filho Luiz Roberto Schulz;

b - Francisco de Paula Cruz Filho, casado com Lídia Nobre e com os filhos: Abílio, Horácio e Francisco de Paula Cruz Neto, magistrado, casado com Sílvia;

c - Luiz de Paula Cruz, solteiro;

d - Maria do Carmo Cruz, casada com Anísio de Moraes, falecido e com os filhos: Maria Primeira, falecida, casada com Abílio de Paula Cruz; Maria Segunda, Maria Terceira, casada com Orlando Bartoletti e com o filho Sílvio; Maria Quarta, há pouco falecida, casada com o dr. Manuel de Melo; e Antônio Augusto;

e - Daniel de Paula Cruz, casado com Maria Ferreira, e com os dois filhos Maria de Lourdes e Anísio;

f - Antônio de Paula Cruz, oficial do Exército, falecido, casado com Alzira Nobre e com os filhos Nelson Cruz, tenista muito conhecido; Ademar e Homero;

g - Mário de Paula Cruz, funcionário da coletoria estadual de Santo André, solteiro;

4 - MARIA AUGUSTA, nascida em Jacareí, casada em São Paulo duas vezes. A primeira com o fidalgo dom Francisco de Assis Mascarenhas, da família do Conde e Marquês de Palma, seu homônimo. Com vários filhos, entre os quais: a - Daniel; b - Francisco; c - Otávia, residentes no Rio de Janeiro. Segunda vez casou Maria Augusta Machado com Júlio Correia de Matos, mencionado pela *Genealogia*, no volume VIII, título “Oliveiras”, página 527, sem descendência;

5 - ADOLFO AUGUSTO MACHADO, natural de Jacareí, já falecido e deixando viúva Elisa Augusta de Camargo. Sem descendência;

6 - MARIA GUILHERMINA, natural de Jacareí e aqui casada com seu parente Luiz Antônio de Oliveira Cruz, irmão de Francisco de Paula e de Maria Francisca, já ditos (S. L. VIII, 199), e com os filhos: a - Luiz; b - Eurico; c - Dr. Eduardo de Oliveira Cruz, juiz de menores, formado na Faculdade, em 1900; d - Alfredo;

7 - DR. DANIEL AUGUSTO MACHADO, nascido em Jacareí, graduado na Faculdade de Direito daqui, em 1882, foi advogado no Amparo. Logo depois de formado exerceu o cargo de secretário do governo em São Paulo, de 9 de fevereiro de 1884 até outubro de 1885, nas administrações do dr. Luiz Carlos de Assunção, e dr. José Luiz de Almeida Couto, médico notável e notável político baiano, com cuja filha Amélia de Almeida Couto casou o dr. Daniel, tendo os filhos: a - José dos Santos Machado; b - Daniel Machado; c - Risoleta, falecida; d - Dr. Raul Machado, casado com filha do antigo e conhecido comerciante José da Cunha Freire, natural do Ceará, organizador, na sua loja, de uma não menos conhecida “Padaria Espiritual”.

## LVI

Faço um pequeno parêntese no meu estudo sobre alguns Matos paulistas e trago novamente para estas colunas os Vieiras, de Taubaté, dos quais já tratei um pouco na nota vinte e quatro desta série. Dois grupos distinguem-se com relativa facilidade: o dos oriundos do capitão Francisco Vieira de Toledo, natural da Ilha Terceira (S. L., volume VIII, título “Dias”, páginas 40-42), o qual deixou geração de suas duas mulheres Ana Fróes Correia e Maria da Conceição de Siqueira Leme. Desta segunda, a *Genealogia Paulistana* cataloga doze filhos, com geração incompleta deles, os quais são: 1 - Manuel Ferreira de Toledo; 2 - Francisco Vieira da Silva; 3 - Felipe Vieira de Toledo; 4 - João Vieira da Silva; 5 - Pantaleão Ferreira; 6 - capitão Domingos Ferreira da Silva; 7 - Joaquim Vieira; 8 - Maria Vieira; 9 - Inácia Maria da Conceição; 10 - Isabel Vieira; 11 - Inácio Vieira da Silva; 12 - Ana.

Inácio Vieira da Silva, casado com Ana Jacinta de Figueiredo, é muito visível nos recenseamentos de Taubaté. Creio tivesse tido sua projeção social. Irmão de Inácio, João Vieira da Silva foi casado primeiro com Maria Leite de Miranda, que a *Genealogia* menciona, e tiveram os filhos Antônio, Joaquim, Maria, Gertrudes e Ana. Maria Leite de Miranda, que os censos de Taubaté chamam de Maria do Prado, faleceu por 1789, quando João Vieira da Silva aparece já no estado de viúvo, para surgir casado de novo, em 1790, com

Mécia Garcia, que também morreu antes do marido, inventariado em Taubaté, em 1807, deixando para o filho Antônio Vieira da Silva os escravos Teresa, Benedito, Francisco e Paulina, respectivamente de 30 anos, 10, 6 e um mês.

Este Antônio Vieira da Silva, filho de João Vieira da Silva e primeira mulher, casou por 1799, com Gertrudes Maria de Oliveira, e tiveram filhos sempre mencionados nos recenseamentos de Taubaté, de onde José Jacinto Ribeiro (*Cronologia Paulista*, segundo volume, primeira parte, página 217) extraiu a nota deles: Vicente, com 15 anos, em 1816; Inácio, com 11; Ana, 9; Benedita, 6 e Antônio, 1. Antônio Vieira, nascido em 1815, adotou o nome de Antônio Vieira de Oliveira Neves, e foi o barão de Taubaté, cuja geração de oito filhos Silva Leme indica em VIII, 7-8, r Jacinto, mais pormenorizadamente, nas páginas 218-219 do lugar citado.

O barão de Taubaté, pois, encaixa como filho de Antônio, 6-2, da página 41, título “Dias”, volume VIII de Silva Leme. Ele era bisneto do capitão Francisco Vieira de Toledo, açoriano.

Outro grupo de Vieiras, taubateano, mais antigo do que o antecedente, origina-se do capitão Antônio Vieira da Maia, natural de Guimarães, Portugal, falecido em 1674, em Taubaté, onde foi capitão e juiz de órfãos. Foi casado duas vezes e deixou geração de ambos esses consórcios. Do primeiro, com Isabel da Cunha (S. L., volume V, título “Cunhas Gagos”, página 7), teve: 1 - João (ou Manuel) Vieira da Maia; 2 - Mateus Vieira da Cunha; 3 - Henrique Vieira da Cunha. Com prazer menciono aqui um dos descendentes de Mateus Vieira da Cunha: refiro-me ao sr. Joaquim Vieira de Moura, residente em Rincão, taubateano, muito serviçal e amigo.

Casando segunda vez, em S. Paulo, em 1612, com Maria Cardoso Cabral, teve o capitão Antônio Vieira da Maia mais cinco filhos: 1 - Maria Vieira da Maia; 2 - Domingos Vieira Cardoso; 3 - Paulo Vieira da Maia; 4 - Jerônimo Vieira da Maia; 5 - Antônio Vieira da Maia, cuja descendência Silva Leme estuda, no volume VII, título “Costas Cabrais”, páginas 348-390. Domingos Vieira Cardoso, o número dois, teve quinze filhos com geração onde a gente encontra tantos nomes conhecidos que é difícil pô-los em relevo, porque ficaria o artigo reduzido a uma lista de nomes. Desse núcleo surgiram os Silva Cortez, Vieira Cortez, Toledo Cortez, que viveram em Pindamonhangaba. E também daí surgiram, pelo casamento de uma das netas de Domingos, com o açoriano capitão Antônio Marcondes do Amaral, em 1741, numerosíssimos Marcondes que é fácil de ver.

De Paulo Vieira da Maia, o número três, acima, Silva Leme, no volume citado, título “Costas Cabrais”, página 387, apenas descobriu dois filhos: Lourenço de Amores do Prado e capitão Manoel Vieira de Amores. Tenho lobrigado a geração do primeiro em zona lorenense - Lourenço de Amores Maia, com 79 anos em 1798, casado com Rosa de Siqueira e com os filhos Constantino, Luiza, Ana e Catarina; - Manuel Vieira de Pontes, com 50 anos em 1771 e que deve ser o segundo marido de Luciana Leme de Camargo, padrasto, portanto, de Ana Pereira de Castro, que foi a mulher em Manuel Domingues Salgueiro, de quem já tenho tratado nestas notas.

Quanto ao capitão Manuel Vieira de Amores, ficou por Taubaté e Silva Leme descobriu quatro filhos dele: 1. ÚRSULA ISABEL DE MELO, que deixou viúvo em 1759 ao conhecido taubateno Timóteo Correia de Toledo que, depois dessa viuvez, ficou padre secular. Desse casal são filhos entre outros o sargento-mor Luiz Vaz de Toledo, o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, envolvidos ambos na Inconfidência Mineira, o padre Bento Cortez de Toledo, frei Antônio de Santa Úrsula Rodvalho, franciscano menor e bispo; 2. MARIA MADALENA VIEIRA, que foi casada com o sargento-mor Cipriano Gomes da Veiga, português, rico negociante taubateano e tiveram oito filhos que S. L. indica; 3. MANUEL VIEIRA DA MAIA, casado com filha do portuense Silvestre Martins Nogueira, que foi juiz

em Taubaté e depois mudou para a futura Campinas, em companhia de seu genro, e constam do primeiro censo de Campinas, de 1767, que Osmar Simões Magro publicou neste jornal, edição de 14 de maio de 1939, página 8; 4. CAPITÃO INÁCIO VIEIRA DE ALMEIDA, das ordenanças de Taubaté, nascido por 1727 e casado nessa cidade, pela altura de 1756, com Maria da Conceição, filha de Luiz Lopes da Costa e de Rosa Maria de Jesus. Tiveram apenas três filhos: Luiz, Francisco e Inácio, respectivamente com 17 anos, 14 e 10, em 1773. Luiz talvez seja Luiz Lopes Vieira, solteiro, de 26 anos, em 1782. Francisco, segundo Silva Leme, Francisco Xavier Ferreira de Melo, habilitou-se *de genere et moribus*. Inácio continuou com os pais; foi alferes do Regimento do coronel Macedo, de Cunha e, depois, capitão. Em 1799 morava apenas com sua velha mãe, de 64 anos, e com os escravos.

Datará dessa época, pouco mais ou menos, o casamento do capitão Inácio Vieira de Almeida, o segundo do nome, com Francisca, nascida por 1785, filha de João Moreira de Castilho e de Ana da Costa Manço (ou Manso). Deste grupo já tratei um pouco, na minha nota onze desta série, publicada em 18 de agosto de 1939. O capitão Inácio e Francisca tiveram alguns filhos: Francisco, com cinco meses em 1803 e que, em 1822, era soldado da Imperial Guarda de Sua Majestade o Imperador Dom Pedro I; consta da lista do Brigadeiro Machado, no seu *Quadro Histórico da Província de São Paulo* e usava o nome de Francisco Xavier de Almeida; Maria, de 1804; José, de 1806; Ana, de 1812, Inácio, de 1816; Benedita, de 1821; Antônio, de 1823; João de 1824.

Francisca Moreira da Costa morreu em Taubaté em 7 de junho de 1848 e um interessado copiou os nomes dos filhos, conforme o inventário e são: Francisco Xavier de Almeida, Antônio de Melo Cabral, João Vicente da Costa, Maria Justina da Trindade, Benedita Roldana de Almeida, Inácio Mariano da Costa. O primeiro deles (aliás o primogênito do casal) vem a ser pai de Inácio de Almeida Cabral, de quem é filha Alzira de Almeida Soares, sogra do dr. J. B. de Arruda Sampaio, curador de menores e das massas falidas, na comarca de Santos.

Quanto ao filho de nome Inácio Mariano da Costa, é o comendador Inácio Mariano da Costa Vieira, segundo marido de Benedita Cândida (S. L., volume VI, título “Bicudos”, página 439). Tiveram três filhos que Silva Leme indica e um destes é o dr. Otaviano da Costa Vieira, luminar da magistratura paulista, hoje aposentado no cargo de ministro do antigo Tribunal de Justiça do Estado, tabateano distinto, ligado aos mais velhos troncos paulistas por linha paterna e materna, sendo que por linha paterna, remonta a Jaques Feliz, fundador de Taubaté, cidade de que o Dr. Otaviano da Costa Vieira é, sem contestação, um dos mais ilustres filhos.

## LVII

A *Genealogia Paulistana*, volume segundo, título “Lemes”, pág. 191, conta que Antonia Eufrosina de Cerqueira Câmara contraiu núpcias em S. Paulo, em 1790, com José de Andrade Vasconcelos, natural da freguesia de Fornos do Bispado de Lamego, filho de Maurício Ribeiro Ferraz e de Maria Angélica de Vasconcelos.

Estes dados estão de acordo com os do registro militar existente em São Paulo, no livro 274 do Arquivo do Estado, folha 246: “Capitão José de Andrade e Vasconcelos, filho de Maurício Ribeiro Ferraz, natural do Castelo de Paiva, Bispado de Lamego, de idade 40 anos. Era tenente de Cavalaria de Dragões Auxiliar, e passou a capitão desta em 13-5-1789. Passou a capitão da Companhia de São Bernardo, que hoje é de Caçadores, na promoção de julho de 1797”.

Esse livro 274 é o da matrícula do segundo terço de Infantaria Auxiliar da Capitania de São Paulo, formado de dez companhias de sessenta homens cada uma, e o

assentamento do capitão José de Andrade e Vasconcelos está na parte correspondente a uma companhia que existiu em Taubaté e que depois foi transferida para Atibaia.

Continuando, a *Genealogia* dá quatro filhos para o casal José de Andrade e Vasconcelos-Antonia Eufrosina de Cerqueira Câmara: 1 - Maria Angélica de Vasconcelos, batizada na freguesia de Juqueri em 1790 e casada em 1804 com o dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, figura muito conhecida na História do Brasil; 2 - Ana Polixena de Andrade Vasconcelos, nascida em 1783, casada em 1819, em Piracicaba, com o brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto; 3 - Blandina de Vasconcelos, que pela informação do dr. Silva Leme casou com o brigadeiro Lazaro José Gonçalves, o qual, entretanto, nos recenseamentos de São Paulo, aparece casado com “Francisca de Andrade”; 4 - Jerônimo de Andrade, de que o dr. Luiz Gonzaga apenas diz que foi casado.

As gerações de Nicolau Vergueiro e de Gavião Peixoto vêm na obra do linhagista bragantino, respectivamente em título “Lemes”, página 191 e seguintes, e título “Taques Pompeus”, página 262 e seguintes. Nada se encontra, porém, a respeito da descendência do militar lisboeta Lazaro José Gonçalves, bem como da do seu cunhado Jerônimo José de Andrade. Ora, Lazaro, segundo o censo de 1816, terceira companhia de Ordenanças, aparece com trinta anos de idade; sua esposa Francisca, com dezenove, e uma filha, Maria do Carmo, de um ano. Sei que ainda existem, aqui, Gonçalves oriundos desse casal. Quanto a Jerônimo José de Andrade, o mesmo documento censitário aponta-o na idade de vinte anos, solteiro, ainda em companhia do pai, com segue: Capitão José de Andrade, de Lamego, viúvo, com setenta anos; filhos (em casa) Joaquim José de Andrade, de 24 anos; d. Ana Polixena, de 23 (é a que casou três anos depois com o brigadeiro Gavião Peixoto); José Inocência, de 22 anos; e Jerônimo, de 20 (citado pela *Genealogia*). Vê-se, por aí, que o capitão José de Andrade e Vasconcelos tinha pelo menos sete filhos: Maria Angélica, Ana Polixena, Francisca, Blandina, Joaquim José, José Inocência e Jerônimo, do qual se falará a seguir.

O censo de 1836, Bairro da Luz, sob número 22, traz a família seguinte: Jerônimo José de Andrade, 38 anos, natural desta, tenente-coronel das extintas milícias, tem soldo, chácara com olaria e animais de criação; sua mulher, d. Maria Carlota, com 30 anos, e os filhos: Jerônimo, com cinco anos; José, com quatro; Cândido, com três; João, com dois; e Leonor, com um. Em 1846 o recenseador declara, sobre a mesma gente: Tenente-coronel Jerônimo José de Andrade, sua mulher d. Maria Carlota, e os filhos: 1º Jerônimo José de Andrade Júnior, com 16 anos; 2º José Maria de Andrade, com 15; 3º Cândido José de Andrade, com 14; 4º João José de Andrade, 13; 5º d. Leonor Eufrásia de Andrade, 12.

Destes cinco irmãos Andrade, Jerônimo Júnior ocupou o cargo de secretário da Relação de São Paulo e andou demoradamente pela Europa, na compra de maquinário aperfeiçoado para a olaria da família, sita hoje no Bairro do Bom Retiro, inaugurada com aparato e amplo noticiário nos jornais paulistanos.

Contou-me o dr. José Antônio Gonsalves que, nas suas pesquisas sobre Paulo Eiró, teve ocasião de ler, numa edição do *Correio Paulistano*, do segundo semestre de 1863, longa notícia, entrelinhada, a respeito da inauguração de sue se trata. José Maria de Andrade, o segundo, bacharelou-se em Direito aqui em 1851; andou metido na empresa jornalística do *Ipiranga*; em 1858 foi dono do Sítio da Casa Verde, segundo refere Aureliano Leite, no seu lindo livro, página 46; dele já falei um pouco nas notas anteriores (cincoenta e dois e cincoenta e cinco), por ter casado, em segundas núpcias, com d. Cândida Augusta Machado, filha do juiz dr. Daniel Augusto Machado, e de uma descendente de Gaspar de Matos, tronco de uns Matos que, de São Paulo e Santo Amaro, irradiaram para Campinas, Mogi Mirim, Piracicaba. Cândido José de Andrade, o terceiro, também bacharelado em Direito aqui, em 1854, aparece na *Genealogia Paulistana*, volume VI, título “Godóis”, página 83, por ter casado com Maria Joana Ribeiro dos Santos Camargo, de quem deixou os quatro filhos descritos no lugar citado; na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, volume

dezenove (1914), página 520, Afonso A. de Freitas, em artigo sobre a imprensa periódica de S. Paulo, menciona o dr. Cândido José de Andrade como proprietário do jornal *O Ipiranga*, em 1867.

Nenhuma referência colhi sobre João José de Andrade e, quanto a Leonor Eufrásia de Andrade, sei que casou em São Paulo com o dr. José Maria Vaz Pinto Coelho da Cunha, aqui formado em Direito em 1858, e que figura na *Genealogia Paulistana*, em título “Hortas”, volume IV, página 347. Leonor Eufrásia teve pelo menos dois filhos: 1, José Maria Vaz Pinto Coelho, nascido em Sabará, em 7-9-1860 e ali batizado em 16-1-1861, tendo como padrinhos Cândido José de Andrade e de d. Maria Carlota de Baumann (tio e avó), o qual se formou em Direito na nossa Faculdade em 1884; e 2, Henrique Vaz Pinto Coelho, nascido em Pomba, também localidade mineira, o qual fez preparatórios nesta Capital, matriculou-se na Faculdade de Direito e depois pediu transferência para a do Rio de Janeiro, onde se formou parece que nas primeiras turmas, e no Rio ficou, teve cargos e ignoro se ali deixou geração.

Quanto a d. Maria Carlota de Baumann, esposa do tenente-coronel Jerônimo José de Andrade, ela era natural de Portugal e filha do militar português João Jácomo de Baumann, nascido na Suíça e que, vindo para o Brasil no tempo em que para cá se transferiu a família real, tornou-se brasileiro, por força dos acontecimentos de 7 de setembro de 1822, e, como general brasileiro, figura no livro do coronel Laurenio Lago (Rio, 1938), sobre os generais brasileiros. João Jácomo de Baumann morava em São Paulo, quando por aqui passou Augusto de Saintn Hilaire (1819) e o viajante francês gostou muito da chácara do brigadeiro Baumann, situada a meia légua da cidade, para as bandas de Santa Efigênia. Vale a pena ler a descrição que fez, do local.

O militar morreu repentinamente na capital de Goiás, onde desempenhava o cargo de comandante das armas. Foi inventariado em São Paulo e vi já, no excelente arquivo do sr. João Batista de Campos Aguirre, meu prezado consócio do Instituto Histórico, uma ficha tirada dos autos do inventário, na qual se pode ver que deixou viúva d. Leonor Cantoser e quatro filhos: 1 - Maria Carlota de Baumann, já referida atrás; 2 - Tenente-coronel do Exército João Carlos de Baumann, casado com Ana Cândida Nogueira de Melo e Gama, e tiveram quinze filhos descritos na *Genealogia Paulistana*, volume VI, título “Bicudos”, página 366. Desses filhos, Ana Barbara, casada com Serafim Gonçalves da Costa, figura como fundadora da Beneficência Portuguesa, e Carlota Leonor, viúva do dr. Francisco Fernandes da Silva, aqui formado em 1854, casou depois com Francisco Sampaio Moreira, cuja geração entra, assim, em título “Bicudos”, supra citado; 3 - Carlota; 4 - Leonor. Uma destas foi a esposa do capitão João Maria de Sousa Chichorro: Carlota, diz a ficha copiada; Leonor, afirma uma informante muito autorizada. Ora aqui está um ponto a esclarecer e que fica adiado, mesmo porque esta nota já está o seu bocado extensa.

## LVIII

Em algumas destas notas passadas (52, 53, 54,55) andei tratando um pouco dos Matos, descendentes de Gaspar de Matos, que o dr. Silva Leme colocou em título “Maciéis”, volume VIII, da *Genealogia Paulistana*, e também em título “Lemes”, volume II, respectivamente a páginas 152 e 488).

Há uns Matos, taubateanos, igualmente muito conhecidos, oriundos de Antônio José de Matos, negociante, que morou em Taubaté e em Itu, com geração destas duas localidades. Era português, natural de São Bartolomeu, arcebispado de Braga. No livro 25, de Patentes, do Arquivo do Estado, folha 56 verso, está registrado que “a 16 de setembro de 1789 passou-se patente a Antônio José de Matos, do posto de Alferes da Companhia da



Vila de Guaratinguetá, uma das do Regimento de Cavalaria Ligeira Auxiliar, de que é coronel Joaquim Manuel da Silva e Castro”.

O alferes Antonia José de Matos casou em Guaratinguetá com Quitéria Moreira da Costa, filha do casal João Moreira de Castilho - Ana da Costa Manço (ou Manso), casal esse de que já tratei na minha nota onze, onde menciono geração de treze filhos, que colhi em recenseamentos de Taubaté, completando assim a reduzida informação de Silva Leme, em título “Alvarengas”, volume V, páginas 436, 441 e 442; e também no volume nono, das adendas, página 192.

Por ser oportuno e por esclarecer a matéria de que se cogita, reproduzo a geração de João Moreira de Castilho - Ana da Costa Manço (ou Manso); e é a seguinte: 1 - Tenente-Coronel Antônio Moreira da Costa, de 1768 (todas estas datas são aproximadas). Deste, S. L. dá o nome, acrescentando que foi casado com Ana Rosa Marcondes de Sá (V, 442) e, mais adiante, em nota (V, 549) traz a geração de cinco filhos; 2 - Capitão João Moreira da Costa, de 1771, que foi casado com Maria Francisca de Jesus e deixou quatro filhas descritas em IX, 192; 3 - Salvador, de 1774; 4 - Padre Francisco Moreira da Costa, de 1776, indicado em IX, 192; morou sempre em Taubaté e foi abastado e nenhuma relação de parentesco tem com o padre português Francisco da Costa Moreira que, por muitos anos foi vigário de Guaratinguetá (1801-1817); 5 - Antônio, de 1777 (este, ou o seu irmão homônimo número treze, seguiu também a carreira clerical); 6 - José, de 1782; 7 - Capitão Joaquim Moreira da Costa, de 1782, foi casado com Mariana Eufrásia do Bom Sucesso e deixou pelo menos o filho Vicente Moreira da Costa, nascido por 1804 e que andou envolvido na revolução liberal de 1842. Vicente casou com d. Cesária Querubina Domingues Salgueiro Nunes de Siqueira (ver minha nota onze) e deixaram geração em Silveiras, à qual pertencem uns Paula Santos, desta capital, muito conhecidos, sendo que alguns deles são mesmo silveirenses natos; 8 - Vicente, de 1789; 9 - Antônio, de 1791; 10 - Ana da Costa Manço, de 1766, foi a mulher de Manuel José de Matos, com geração que abaixo indicarei; 11 - Quitéria Moreira da Costa, de 1767, que casou com o alferes Antônio José de Matos; 12 - Maria, de 1768; 13 - Francisca Moreira da Costa, de 1785, falecida em 1848 e que foi a mulher do capitão Inácio Vieira de Almeida e são os avós paternos do dr. Otaviano Costa Vieira, a cujo respeito falei na nota cinquenta e seis desta série.

O recenseamento de Taubaté, de 1802, que foi onde descobri a naturalidade do alferes Antônio José de Matos, atribue-lhe a seguinte prole: 1 - Antônio, taubateano, 10 anos; 2 - Manuel, taubateano, 8 anos; 3 - Vicente, taubateano, 7 anos; 4 - Luiz, ituano, 5 anos; 5 - Maria, taubateana, 2 anos; 6 - Francisco, taubateano, um ano. O censo de Taubaté, de 1789, fala numa filha Ana, de mês. Não pude atinar com a geração completa do casal alferes Antonio-Quitéria Moreira (de Castilho) da Costa (Manço). Penso que a mudança para Itu se fez por 1796, mas em Itu não demoraram.

Esta geração está espalhada, na *Genealogia Paulistana*. Manuel, de oito anos em 1802, foi Manuel Moreira de Matos, casado com Cândida Augusta Marcondes (S. L., volume V, título “Cunhas Gagos”, página 20). Manuel morreu em 1864 e Cândida em 1895; são os pais de José Benedito Marcondes de Matos (1851-1919), taubateano muito conhecido, filho único, que, do seu casamento com d. Francisca de Paula Marcondes (1854-1927), teve os dezesseis filhos mencionados por um neto do casal, José Marcondes de Matos, engenheiro agrônomo, em trabalho que publicou, em 1937, sob o título *Os Marcondes de Matos do Vale do Paraíba* - Tip. Das Escolas Profissionais Salesianas.

D. Francisca de Paula Marcondes (de Matos) era irmã de d. Luzia Olímpia, a quem me referi na minha nota quarenta e seis, a propósito dos Pereira de Barros, de Taubaté. De fato ambas e mais as de nome Teresa, Adelaide, Maria, Ana Fausta e Ana Justina eram filhas de João Damasceno Marcondes Moreira da Costa e Maria Eufrásia Pereira de Barros, como tudo se pode bem ler no interessante trabalho supra-citado.

Outro filho de Antônio e Quitéria, tenente Luiz Moreira de Matos, o ituano da família, surge casado com Mariana Vieira Cortez, em título “Costas Cabrais”, volume VII, 359, por onde se vê um segundo casamento de Mariana, em 1826.

Maria Henriqueta de Matos (V, 10), mulher de Bento Vieira de Moura; Vicente José de Matos (V, 15), marido de Clara Emiliana de Siqueira; Vicente Moreira de Matos, casado com Clara Esméria do Sacramento (V, 550), pais de Antônio Francisco Moreira de Matos e de Ana Joaquina de Matos, são nomes que vêm na *Genealogia* sem qualquer ligação num laço de família. Parecem, todos estes, descendência de Antônio e Quitéria.

Manuel José de Matos e Ana da Costa Manso (ou Manço) tiveram muitos filhos: 1 - João, de 1781 (datas aproximadas); 2 - Antônio, de 1783; 3 - Manuel, de 1786; 4 - Luiz, de 1787; 5 - Francisca, de 1789; 6 - Maria, de 1785; 7 - Ana, de 1790; 8 - Salvador, de 1795; 9 - Rosa, de 1791; 10 - Ângela, de 1793... Eis a geração do casal, apurada até 1796. Ora, um dos descendentes desse tronco, sr. Odilon Nogueira Matos, deu-me umas interessantes notas da família, afirmando que três dos filhos de Manuel José de Matos e de Ana da Costa Manso foram para Barra Mansa, província fluminense. E eram esses três filhos: 1 - Antônio José de Matos, que foi casado com Ana Josefa de Sousa Leite; 2 - Salvador de Matos, casado com Ana Moreira de Matos (sua prima?); 3 - Ângela de Matos, casada com João Crisostomo de Vargas e deixaram numerosa descendência.

Ana Josefa de Sousa Leite era filha do capitão Manuel Ferreira LEITE e de Josefa de Sousa Monteiro, irmã de Francisco José TEIXEIRA, barão de Itambé. Nessas condições Ana Josefa vinha a ser irmã inteira de Felicidade Perpétua do Sacramento Teixeira Leite, que foi a segunda mulher do capitão José Ventura de Abreu, um dos fundadores da freguesia e da vila dos Silveiras. Sobre esses Leites convem ler o magnífico trabalho genealógico que Afonso d’Escragnolle Taunay (Teixeira Leite por linha materna) acaba de publicar no volume XXXVIII da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, páginas 145 a 179.

## LIX

Devo ao senhor José Ventura de Matos Abreu muito boas informações sobre Matos e Abreus, que são seus troncos. Natural de Barra Mansa, é ele filho de Anacleto Leite de Abreu Toledo, silveirense, e de Francisca Carolina de Matos; neto paterno de José Ventura de Abreu e de Felicidade Perpétua do Sacramento, e neto materno de Antônio José de Matos e de Ana Josefa de Sousa Leite, irmã de Felicidade. Alguns destes nomes constam já da minha nota anterior, sob número cinquenta e oito.

E, aproveitando a oportunidade que se me oferece, dou mais alguns informes, além dos que já publiquei na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XX, de Fevereiro de 1936 e no *Correio Paulistano*, edição de 13 de outubro de 1934, sobre a geração de José Ventura de Abreu, que deixou dois filhos do primeiro matrimônio com d. Alexandrina Hipólita dos Reis, e sete do segundo, com d. Felicidade Perpétua do Sacramento pude logo identificá-la à vista dos elementos que me forneceu, com a boa vontade costumeira, o seu parente e meu prezado amigo dr. Afonso d’Escragnolle Taunay.

Do primeiro consórcio, teve o capitão José Ventura de Abreu os filhos de nome Cesário Ventura de Abreu, casado com sua prima Felisminda, conforme expus no *Correio Paulistano*, número citado, onde vem a geração; e Firmina, talvez a primeira mulher de João Teixeira Couto, abaixo, sem geração. Das suas segundas núpcias ficaram os fi-

lhos: Anacleto Leite de Abreu Toledo, José Teixeira Leite de Abreu, Ana, Maria, Custódio Leite de Abreu, Carolina, Francisca, dos quais direi alguma coisa nas linhas a seguir.

Anacleto Leite de Abreu Toledo foi casado com sua prima Francisca Carolina de Matos (indicados acima) e tiveram treze filhos: 1 - Ventura, 2 - Luiza, ambos falecidos ainda pequenos; 3 - Francisco Leite de Abreu, falecido solteiro; 4 - Ana, casada com Joaquim Leite Ribeiro Guimarães e deixaram três filhos: a) Antônio, nascido em Juiz de Fora, o qual foi casado em Itapira; b) Maria da Glória, igualmente de Juiz de Fora, rsidia (1936) em Tremembé, casada com Lindolfo de Matos Freitas; c) Francisca, casada com Luiz da Silva Pinto; 5 - Anacleto Leite de Abreu, faleceu solteiro; 6 - Alfredo, faleceu ainda criança; 7 - Felicidade Leite de Abreu, solteira; 8 - Maria Augusta, solteira; 9 - José Ventura de Matos Abreu, o meu digno informante, solteiro, nascido em Barra Mansa, em 1857; 10 - Elisa, solteira; 11 - Artur, falecido em criança; 12 - Antônio, idem; 13 - Maria da Glória, casada com Alípio Ferreira Franco e têm dez filhos: a) Irene, casada com Manuel Antônio Leite Bittencourt; b) Anacleto, casado; c) Maria do Rosário, casada com Eugênio Marins; d) Luiza, casada; e) Flora, casada; f) Oscar, casado; g) Pedro, solteiro; h) Maria, solteira; i) Cila, casada; j) Mais uma criança falecida.

José Teixeira Leite de Abreu, o quarto filho do capitão José Ventura de Abreu, foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, mas não concluiu o curso. Casou em Silveiras, sua terra, com sua prima d. Maria da Piedade, irmã de Felisminda, já referida, ambas filhas de Anacleto Ferreira Pinto, o chefe revolucionário de 1842 e de Maria de São Bento de Abreu, irmã do capitão José Ventura. Estes dois, nascidos em São Luiz do Paraitinga, respectivamente em 1790 e 1786, datas que possuo por gentileza do monsenhor Gioia, vigário da localidade, eram filhos do sargento-mor Ventura José de Abreu, genro do fundador de S. Luiz, Manuel Antônio de Carvalho. Assim, pois, estes Abreus, de Silveiras, são em genealogia Toledos Pizas. Já tratei da geração de José Teixeira Leite de Abreu, na *Revista do Arquivo*, supra-citado.

Ana, o número cinco, na geração de José Ventura de Abreu, casou com seu primo Antônio Lopes Figueira de Toledo, de São Luiz do Paraitinga, filho de José Lopes Figueira e de Ana Joaquina da Conceição de Toledo, filha de Manuel Antônio de Carvalho, o fundador de São Luiz. Deste casal já me ocupei em trabalho publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume trinta e cinco, página 126 (*Apointamentos para estudo de uma grande família - os Lopes Figueira, do Facão*).

Maria, número seis da descendência de José Ventura de Abreu, foi a segunda mulher de João Teixeira Couto, acima indicado. Casaram em Portugal, pátria de João Teixeira, e tiveram três filhos: 1 - Maria, casada com o barão de Monteiro de Barros (dr. Luiz de Sousa Monteiro de Barros, formado em Direito em São Paulo, em 1870, agricultor em Minas, barão por decreto de 5 de maio de 1883); 2 - Eduardo de Abreu Couto, casado com Cornelia Monteiro de Barros, irmã do dr. Luiz; 3 - Gabriela, casada com o dr. Napoleão de Andrade, médico, que clinicou em Ribeirão Preto.

Custódio Leite de Abreu, sétimo filho de José Ventura de Abreu, foi casado com sua prima Francisca Bernardina Teixeira de Almeida, filha de Batista Caetano de Almeida e Alexandrina Teixeira Leite, o que vem registrado em Silva Leme, volume sexto da *Genealogia Paulistana*, título "Furquins", página 262. Tiveram quatro filhos: 1 - Mariana Leite de Abreu, casada com Carlos Alberto Teixeira Leite; 2 - dr. José Leite de Abreu, casado, médico; 3 - Felicidade, falecida na infância; 4 - Custódio Leite de Abreu, que foi o primeiro marido de sua prima Maria de Almeida Magalhães, filha de Francisco de Almeida Magalhães e Maria Luiza Teixeira (S. L., "Furquins", página 277).

Carolina, o número oito da especificação, foi casada com Inácio Soares, comerciante português no Rio de Janeiro. Tiveram nove filhos: 1 - Carolina, casada; 2 -

José de Abreu Soares, morava em Iguape; 3 - Narciso de Abreu Soares; 4 - Alfredo de Abreu Soares; 5 - Maria, casada com Fulano Castelo Branco, português; 6 - Laura, casada com Antônio Boa Vista, brasileiro; 7 - Carlota, casada com José Cesário Teixeira Figueiredo Côrtes; 8 - Inácio; 9 - Mariano ou máximo.

Francisca, a última da lista dos filhos de José Ventura de Abreu, foi casada com João Antônio Alves de Brito, português, e tiveram quatro filhos: 1 - Francisca Teixeira de Abreu Brito, casada com Custódio Alberto Teixeira Leite, irmão de Carlos Alberto, acima dito; 2 - João Antônio Alves de Brito, casado com uma Alves de Brito, sua prima; 3 - Maria da Glória de Abreu Brito, casada com um filho do barão do Rio Negro; 4 - José Ventura Leite de Abreu Brito.

O capitão José Ventura de Abreu faleceu em Silveiras, aos três de agosto de 1847. Viúva, d. Felicidade Perpétua do Sacramento, nascida em Conceição da Barra, distrito de São João d'El Rei, aos 20 de novembro de 1796, liquidou os haveres em Silveiras, onde morava desde o casamento, em 1816, e voltou para Minas, vindo a morrer bem avançada em anos, em 1882, em sua fazenda São Pedro, no distrito de Madre de Deus do Angú, hoje Angustura, município de Leopoldina, então, e ora de Alem Paraíba.

## LX

Continuando a lidar com os Matos taubateanos, oriundos de Antônio José de Matos e Manuel José de Matos que, ambos, moraram também em Itú, ignoro onde morreram e onde foram inventariados, bem como suas esposas - Quitéria e Ana, filhas do casal João Moreira de Castilho - Ana da Costa Manso. O índice de inventários e testamentos, de Felix Guisard Filho, que tanto orienta o pesquisador no esquadriñar assuntos genealógicos de Taubaté, não menciona os nomes desses povoadores e, assim, ainda é incógnita o que consta dos autos, relativamente à prole que deixaram, até hoje estudada de maneira sobremodo incompleta. Tenho a impressão de que, tratando-se, como se trata, de dois irmãos casados com duas irmãs, mesmo os descendentes confundem um pouco estas duas gerações, misturando os filhos dos dois prolíficos casais, como já tive ocasião de verificar em um caso relativo a Ângela, filha de Manuel, dada por um informante como filha de Antônio. Penso que o Alferes Antônio não deixou filha com o nome de Ângela.

Um cavalheiro obsequioso forneceu-me a seguinte lista de filhos, genros e noras de Antônio José de Matos e de Ana Josefa de Sousa Leite: 1 - Filha, casada com Antônio Marcondes do Amaral; 2 - Ana, casada com Francisco Moreira de Matos; 3 - Maria, casada com Francisco de Sales Dias; 4 - Antônio, casado com Targina Ramos do Prado, irmã de Francisco de Sales Dias; 5 - Francisca, mulher de Anacleto Leite de Abreu Toledo, constantes da nota cinquenta e nove; 6 - Dr. Manuel Ferreira de Matos, casado com Isabel Marcondes, filha de João Tomaz Moreira da Costa; 7 - Inácia, casada com João Teixeira Rios; 8 - Escolástica, esposa de Inácio Francisco da Silva.

Conforme expliquei em nota anterior (58), Antônio José de Matos, casado com Ana Josefa de Sousa Leite, era um dos filhos de Manuel José de Matos e de Ana da Costa Manso, casal este recenseado em Taubaté, em 1783, apenas com o filho João, de quatro meses. E depois, até 1796, as listas censitárias de Taubaté vão acusando, sempre em aumento, a família de Manuel e Ana. Em 1799-1800 é o recenseador ituano quem declara, na primeira companhia de Ordenanças: “Manuel José de Matos, ausente, com 50 anos; vive de seus negócios de fazenda seca. Sua mulher - Ana Moreira da Costa, de 39 anos. Filhos: Manuel José de Matos (ausente), 10 anos; João, 17 anos; Antônio, 16; Luiz, 9; Salvador, 3; Francisco, 8; Maria, 14; Josefa, 4; Ângela, 3”. Ao todo nove filhos. Não descobri que Manuel José de Matos houvesse regressado para Taubaté, como seu irmão o Alferes Antônio, em Itú em 1798, mas já em Taubaté em 1802. Teriam ido ambos para a região fluminense da Barra Man-

sa, e aí morrido e sido inventariados? Pela prole numerosa e distinta que Manuel e Antônio deixaram, este problema merece elucidação.

O sr. Odilon Nogueira de Matos, licenciado pela nossa Universidade e membro da família, forneceu-me, há tempos, umas notas que declarou incompletas, sobre a geração de Antônio, Salvador e Ângela, filhos de Manuel José de Matos e de Ana. A essas notas já me referi no meu subsídio 58 e são as seguintes:

“Filhos do casal Manuel José de Matos - Ana Moreira da Costa, que foram para Barra Mansa; 1 - Antônio José de Matos, casado com Ana de Sousa Leite; 2 - Salvador de Matos, casado com Ana Moreira de Matos; 3 - Ângela de Matos, casada com João Crisóstomo de Vargas.

“Descendência do casal Antônio José de Matos - Ana de Sousa Leite; 1, MARIA FRANCISCA, casada com Francisco de Sales Dias. Filhos: a) Antônio Espiridião, faleceu solteiro; b) Manuel Dias do Prado, casado com Elisa Marcondes; c) Marta Maria, solteira. 2, ESCOLÁSTICA, casada com Inácio Francisco da Silva, com os filhos Manuel Inácio, Cândido, Francisco, Antônio e Anacleto, como segue:

“Manuel Inácio, casado com Eugenia de Matos. Tiveram nove filhos: a) Etelvina, falecida, foi casada com Copernico de Aguiar e deixou nove filhos - Zulmira, falecida, Raquel, Natanael, falecido, Anesia, Rauél, Etelvina, Blackford, Sidrach, Mesach; b) Vitor, casado com Zulmira Murbach e tem filhos - Henrique, Eugênia e outros; c) Eugênia, falecida, casada com Azor Ribeiro; d) Deodoro, casado com Helena Murbach, irmã de Zulmira. Com descendência; e) Antonieta, casada com José Coutinho, falecido. Filhos - Jení, Eurico, Manuel, Bertoldo, Alice (?); f) Flavio, casado com Helena Murbach, prima das duas de cognome igual acima. Com geração; h) Manuel, falecido em solteiro; i) Marta, casada com Custódio. Filhos - Maria, falecida, Alfredo e outros.

“Cândido, falecido, casado e com descendência. Francisco, que morreu solteiro. Antônio, casado duas vezes e com descendência. Anacleto, casado com Rut Pereira, tendo os filhos: a) Osvaldo, casado e com filhos; b) Aurea, solteira; c) Rodes, casada com Teofilo Calemi, falecido; d) Lelando, solteiro; e) Domicio, idem; f) Aretino, idem.

“3. ANTONIO JOS' DE MATOS, casado com Targina Adelaide do Prado. Sem descendência. 4, FRANCISCA, casada com Anacleto Leite de Abreu Toledo, que constam já da nota anterior. 5, DR. MANUEL FERREIRA DE MATOS, casado com Isabel Marcondes e com os filhos: a) João Tomaz, casado com Ângela Monteiro de Castro; b) Maria Teresa, casada com Getúlia de Carvalho; c) Ângela faleceu solteira; d) Carlos, idem; e) Paulo, idem. 6, INÁCIA, última da descendência de Antônio José de Matos e Ana de Sousa Leite, foi casada com João Rios, sem geração.

“Descendência do casal Ângela de Matos - João Crisóstomo de Vargas: 1. MARIA TERESA, casada com João Tomaz Moreira da Costa. Filhos: a) Isabel, casada com o dr. Manuel, acima; b) Cecília, casada com Artur Teixeira Leite; 2, ANA, casada com Inácio Caetano de Carvalho e com dez filhos: a) Lindolfo, casado com filha do Barão do Rio Bonito; b) Ângela, casada com Gilda Monteiro de Castro; d) Ana, casada com o dr. Carlos de Sá Leite; e) Iaiá, casada com Adolfo Furquim; f) Rodolfo, casado; g) Manuel, casado; h) Luiza, casada; i) Maria, casada com o dr. Teodoro Gomes Pereira da Silva; j) Josefina, casada com o mesmo dr. Teodoro, viúvo de Maria”.

O restante do apontamento fornecido pelo sr. Odilon Nogueira de Matos e que é exatamente a descendência do casal Salvador de Matos - Ana Moreira de Matos fica para o próximo subsídio. Como se vê, não coincidem as duas listas, que possuo, de filhos do casal Antônio José de Matos - Ana Josefa de Sousa Leite; ao passo que uma fala em

oito gênitos, a outra menciona apenas seis. Se faço ressaltar a antinomia é unicamente pelo desejo que tenho de ser o assunto perfeitamente esclarecido, como convém a essa família a que se prendem os dois meus distintos informantes já citados.

## LXI

De acordo com o prometido na sexta-feira passada, publico hoje a geração de Salvador de Matos e Ana Moreira de Matos, os quais deixaram quatro filhas - Ana Rosa, Ana Josefa, Maria da Gloria e Francisca, como abaixo se expõe:

“1. ANA ROSA, casada em primeiras núpcias com Manuel Moreira de Matos e com duas filhas - Ana e Francisca. A - Ana, casada com Antônio Nogueira da Silva e com seis filhas: a) Francisca, casada com Alfredo Dias de Oliveira; b) Maria, casada com Francisco Dias de Oliveira, com geração; c) Ana, casada primeiro com Cláudio de tal e com os filhos Valdemar, casado com Elisa Vaz e Maria, casada com Henrique de tal; passou a segundas núpcias com Fulano Fonseca, com os filhos Dagoberto, casado com Nair Carcano e Diva, solteira; d) Biloca (?), casada com Fulano Póvoa; e) Gilda, casada com Sebastião Carrijo, com sete filhos: Maria, casada com Olegário Guimarães José, casado; Carmen, casada com João Martins Coube e com três filhos (Henrique Natanael, Luiz Edmundo e Ruben Dario); Antônio, casado; Lindorf, solteiro; Alfredo; e mais uma sétima solteira, cujo nome o informante não encontrou; f) Luiza, casada com José Domingues e com os três filhos - Nair, que faleceu solteira; Luciano, idem; Isabela, casada com Fabio Melo. B - Francisca, casada com Francisco Sales Dias e com três filhos: Iaiá (?), falecida; dr. Manuel Matos Dias, casado; Osvaldo, casado com Venancia de Assis e com filhos. Segunda vez casou Ana Rosa com João Moreira de Vasconcelos e teve o filho Lindorf, casado com Amélia Correia.

“2, ANA JOSEFA, casada com Carlos Evangelista e com seis filhos: Maria, casada com João Ferreira Melo; Afonso, Cristiano, Brigida, Inácia, José.

“3, MARIA DA GLORIA, casada com José Alves Antunes e com seis filhos: Salvador, casado; Olímpia, casada com Gustavo Marques; Adolfo, casado; Ana, casada com José Pimenta; Alberto, casado; Emerenciana, casada com Floriano Pimenta, irmão de José.

“4, FRANCISCA, casada com Antônio Moreira de Matos e tiveram dez filhos: A - Ovídia, casada primeiro com João Nogueira da Silva e depois com Teotonio Nogueira da Silva, irmão do primeiro marido. Sem descendência; B - João, casado com Gabriela Monteiro e com quatro filhos - Antônio, Jarbas, Alice, Maria; C - Maria, casada com Domingos Nogueira da Silva; D - Emília, casada com Manuel Gomes e com dez filhos: a) Ceci, casada; b) Antônio, casado com Lute Camargo; c) José, casado; d) Luiz, casado duas vezes. Da primeira teve os filhos - Mario, casado; Humberto, casado com Madalena Ribeiro; Maria, solteira; Hugo. Do segundo matrimônio deixou muitos filhos; e) Bernardo, casado com duas vezes e com dois filhos; f) Rute, casada com José Cândido de Almeida; g) Anita, casada com o major Arí Gomes e com muitos filhos; h) Sebastião, casado com Corina Passos e com o filho Julio; i) Vitor, casado; j) Isis. E - Mariana, casada com João Monteiro e com muitos filhos; F - Ovídio, faleceu solteiro; G - Salvador, casado e com filhos; H - Eugênia, casada com Manuel Inácio de Matos, dos quais já se falou na nota anterior (LX); I - Alfredo, casado com Maria Nogueira e com o filho Odilon (que é o meu informante, senhor Odilon Nogueira de Matos, licenciado da nossa Universidade, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e letras, seção de Geografia e História); J - José”.

Como procurei salientar na nota cinquenta e oito, muitos desses Matos taubateanos aparecem na *Genealogia Paulistana*, em vários pontos, sem ligação num laço de família. Além dos casos que citei, vão mais estes dois: no volume V, título “Cunhas Gagos”, página 17 - Capitão Francisco Moreira da Costa, casado com Francisca Moreira de Ma-

tos; logo em seguida: João Moreira da Costa Guimarães casado com Ana Maria de Matos. Só uma conclusão se apresenta diante de tantas falhas e é que muito há ainda que trabalhar, no capítulo da genealogia dos Matos taubateanos.

Mas as esperanças são grandes, entre nós, principalmente agora, em matéria de resolução de problemas genealógicos. Nota-se um surto promissor, relativamente a pesquisas genealógicas, tanto tempo abandonadas e ridicularizadas no nosso meio, por compreensão falsa do assunto. Errado conceito de democracia, quiçá, levava à incoerência de se desleixarem por completo os conhecimentos sobre a ascendência humana, enquanto se procurava obter um máximo no tocante à linhagem dos bichos de criação. *Pedigree* para bois, porcos, cabritos, galinhas; para gente, não.

Nem todos podem, de certo, apresentar folhas genealógicas completas, até ascendentes remotos, por desconhecê-los e não possuírem elementos necessários para lhes encontrarem os nomes. Grande número de pessoas terá nascido de ligações ilícitas, e só alguns poucos eram bastante amigos de “El-Rei Nosso Senhor, que Deus guarde”, para obterem, da graça de sua majestade, decretos legitimadores de proles, decretos afinal injustos, por atentarem contra a regra do *ubi eadem ratio, ibi idem jus statuedum*. E a razão aí estava, como está, na situação incomoda da prole, diante dos preconceitos sociais, e nunca na amizade do soberano, que mal se escondia na alegação de serviços prestados. Os decretos de legitimação, para serem justos, deveriam basear-se na ausência de culpa do filho ilegítimo, que não concorreu, de maneira alguma, para a situação em que vive, quanto às exigências sociais.

De vários tenho ouvido, como pretexto contra a pesquisa genealógica, a afirmação de que pode o pesquisador chegar à descoberta de algum elemento não ariano, comum no nosso meio. Excluído o índio (ainda que chamado “negro da terra”, em tantos papéis antigos), e o cigano, talvez por ser de origem ariana, embora longínqua, surge o grande escolho da linhagem, representado pelo negro, quando exista. *Pedigree* que vá esbarrar num negro tomas as proporções de uma calamidade, e tão grande que só um simples receio de qualquer confusão foi deitando ao abandono o nobre e tradicional cognome Preto, dos mais antigos e ilustres da onomástica paulista.

Nem somente o negro representava, entretanto, ascendência repudiada. Nos processos de habilitação *de genere et moribus*, as testemunhas depunham, com insistência, que o habilitando não tinha sangue judeu, mouro, mulato, “nem de outra infecta nação”. O negro e o mulato pela nossa tradição de sangue limpo, corriam parilhas com o judeu e o mouro: eram todos de “infecta nação”.

Filho natural só é vergonha se de gente pobre, sem prol. Se reconhecido por graça real, ou se gerado pelo rei, não faz mal. Esta última espécie até dá credenciais. Inteligente senhorinha, muito lida e observadora, chamou-me a atenção para o fato de como os linhagistas antigos prezavam a declaração de quem dom Fulano era filho bastardo de el-rei dom Beltrano, havido de dona Sicrana...

Suponho fosse a tendência a descobrir, nos reis, expoentes máximos, que teve a virtude de transformar caciques em monarcas: “o rei Tibiriçá”, donde a “princesa Bartira”. João Ramalho chamava, a esta mãe de seus filhos, sua criada. Mas, tem de ser princesa, filha de rei, como sua irmã Terebé, outra princesa tupí, da raça forte.

A tapuia de Pedro Afonso... ah! Essa coitada, já foi exposta à irrisão, com o labéu de escrava! O importante é descender de reis, legitimamente ou não, e, sendo tuchaua, deve ser tupí, gente nobre. Tapuia, mesmo como chefe, não serve de ascendente, e quanto ao negro, quem teria a coragem de proclamar um soba por avô e, entre os chefes negros conhecidos e admirados, o célebre Zumbí dos Palmares, tão heróico?

Parece haver um fundo biológico nessa propensão de casa um se considerar oriundo da melhor raça e do mais alto indivíduo desse grupo racial.

## LXII

Para alguns amigos pacientes, que acompanham estes subsídios e fazem anotações nos seus livros, preciso ir fornecendo material genealógico de primeira ordem, que o acaso, de vez em quando, me proporciona. Assim, pois, resolvi consagrar esta nota para alguns complementos ou retificações, que passo a expor.

Sobre os Lobo de Albertim Lanoia, da nota trinta e oito, é preciso acrescentar que José Manuel Lobo, natural de Paranaguá, filho do alferes José Manuel Lobo de Albertim Lanoia e de Maria Floriana Angélica, casou em São Paulo, a primeira vez, na Sé, aos 30 de novembro de 1811, com Francisca de Paula, natural de Sorocaba, viúva de Manuel José Vilarinho.

O historiador tieteense sr. Benedito Pires de Almeida, em carta de 25 de março deste ano, escreveu-me: “Venho lendo com assiduidade os apontamentos genealógicos saídos no *Correio Paulistano*, e, com surpresa para mim, vi no 38º, referência aos Lobo de Albertim. Em 7 de janeiro de 1852 tomou posse do cargo de Secretário da Câmara, Manuel Lobo d’Albertim, que deve ser o filho de José Manuel Lobo, referido em seu artigo, com a idade de 14 anos. Ao que parece, este cidadão não residiu muito tempo em Tietê”.

Outro pesquisador escreve-me: “Venho acompanhando com interesse seus *Subsídios Genealógicos* e agora, no número XXXVIII, encontrei a descendência de José Manuel Lobo, sobre a qual devo dizer que o Manuel mudou-se para Sorocaba, onde constituiu família, tendo, parece-me, deixado apenas três filhas - uma casada com o dr. Manuel Lavrador, residente no Rio, na época da revolta do Custódio, e elemento de destaque nesse movimento; outra, d. Umbelia, que foi casada com Jerônimo Mamede de Abreu LeLOT, e que deixou apenas um filho, Ulisses LeLOT, residente nessa capital; a outra, d. Malvina, ou Brandina, que foi casada com um senhor Bela, também de Sorocaba. D. Umbelia (e não Umbela) era casada com o velho professor ituano Joaquim Mariano da Costa, que deixou grande e prestimosa descendência, entre a qual o dr. Joaquim Mariano da Costa, médico distinto; Francisco Mariano da Costa Sobrinho, ilustrado professor normalista, já aposentado e bem velho; Antônio Penalva Mariano da Costa; o insigne maestro José Mariano da Costa Lobo, João Mariano da Costa, e filhas, entre as quais a recém-falecida d. Teresa d’Albertim Vautier, a “Zizi”, e que desde menina assinava-se Teresa d’Albertim Costa. O José (José Manuel da Conceição Lobo) também deixou grande descendência, várias filhas normalistas e um filho, residente nessa capital - Aristarco Lobo. A d. Umbelia era a mesma recenseada em 1846. Existiu também em Itú um cirurgião dentista, da família, José Lobo d’Albertim, parece-me que filho do Francisco, mas não posso garantir: eu era ainda muito menino quando ele morreu. Do Elias, a sua descendência é vastamente conhecida no Estado. Seus filhos representaram papéis salientes na vida política do país, notadamente os drs. Antônio Alvares Lobo e José Manuel Lobo. Com estima, (assinado) J. d’Ophir”, evidentemente um pseudônimo do missivista, muito bem informado sobre os Lobo de Albertim Lanoia.

De outros Lobo, nordestinos, que também são Borges da Fonseca, já me ocupei aqui nesta seção, na nota trinta. Quero referir-me aos filhos de Manuel Lobo de Miranda Henriques, figura de muita projeção no Nordeste. São seis esses filhos e vão aqui novamente referidos: 1 - Adelaide, a primogênita; 2 - Francisco de Paula da Silveira Lobo, nascido na Paraíba, formado em Recife em 1846, ministro, conselheiro, senador do império por Minas, governador de Pernambuco (1866-1867) e de Minas (1878), onde faleceu, na sua fazenda de Ponte Nova, aos 24 de abril de 1886, contando sessenta anos de idade. Em Minas havia casado com Luiza, filha de Bárbara Soares de Gouveia Horta, segunda mulher do sena-



dor José Joaquim Fernandes Torres (S. L., volume IV, título “Hortas”, página 370); 3 - Carlos Augusto da Silveira Lobo, natural da Paraíba, bacharelado em Recife, em 1853, que foi tabelião na Capital Federal, com cuja filha Emília casou o primo, dr. Aristides da Silveira Lobo, médico, ora residente em Jaú, filho de Demóstenes, abaixo; 4 - Manuel Lobo de Miranda Henriques, solicitador em Recife; 5 - Aristides da Silveira Lobo, individualidade muito conhecida, ministro do Governo Provisório de 1889, nascido na Paraíba, formado em Recife em 1859; e 6 - Demóstenes da Silveira Lobo, nascido na Paraíba, também formado em Recife, em 1859, com os sete filhos mencionados na nota trinta, supra-referida. Destes sete, o de nome Demóstenes, farmacêutico formado em Ouro Preto, foi o marido de Bernardina Mariano de Oliveira, natural de Itaboraí, irmã do grande poeta brasileiro Alberto de Oliveira, cujo nome todo, aliás, é Antônio Mariano Alberto de Oliveira.

Ora, estes Lobo de Miranda Henriques Borges da Fonseca, nordestinos, ficaram, fácil é verificá-lo, Silveira Lobo, visto como Manuel Lobo de Miranda Henriques casara com Ana Norberta da Silveira, filha de um militar oriundo de Minas, o tenente-coronel de cavalaria Francisco José da Silveira, mártir da revolução de 1817, enforcado e esquartejado no Campo do Erário, em Recife, aos 21 de agosto de 1817.

Há aqui, a propósito deste militar mineiro, um sério problema genealógico, consistente em se descobrir a filiação de Francisco José da Silveira, naturalmente declarada nos registros militares da época, os tão interessantes e elucidativos livros-mestres dos regimentos e corpos militares. Onde andarão os tais livros-mestres, nos quais seja possível ler algo relativo ao tenente-coronel Francisco José da Silveira, em 1813 adido ao Estado-Maior do Exército e ajudante de ordens do governo de Mato Grosso, cargo que nessa data deixou, por haver sido removido, a pedido, para a Paraíba do Norte: Em que arquivo pairam os autos do processo desses revolucionários de 1817, em cujas inquirições devem existir elementos identificadores dos indiciados?

Enquanto não aparecem os dados certos d filiação de Francisco José da Silveira, fica o espírito livre na formulação de hipóteses, por vezes arrojadas. E não foi à toa que Nicolas de Malebranche, chamou, à imaginação, “*la folle du logis*”; e, Blaise Pascal, “*une maîtresse d’erreur et de fausseté*”. Mas... é o caso que Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, a respeito de quem me tenho ocupado por diversas vezes, aqui e em outras publicações, tinha oito irmãos, pois eram nove os filhos do casal dr. José da Silveira e Sousa-d. Maria Josefa Bueno da Cunha: 1 - Joaquina Maria da Silveira; 2 - Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira (1759-1819); 3 - Inácio José da Silveira Bueno, ajudante de ordenanças; 4 - Iria Claudina Umbelina da Silveira, casada com o coronel Matias Gonçalves Moinhos; 5 - José; 6 - Ana; 7 - Maria; 8 - Maria Cândida da Silveira, casada com o capitão Simão Lopes de Araújo; 9 - filho ou filhas, cujo nome não pude descobrir. E, se esse nono lugar, vazio na nomenclatura retro, viesse a caber ao tenente-coronel Francisco José da Silveira, oficial de cavalaria, idealista exaltado, com uns gestos curiosos e originais: oriundo de Minas, cai para o Mato Grosso e daí, parece que desejando mesmo afastar-se de sua terra natal, pede remoção para o nordeste brasileiro, de onde não devia mais voltar?

Seria Francisco José da Silveira, irmão de Bárbara Heliadora? Eis a hipótese temerária, mas simpática, digna, em atenção a essas duas figuras históricas, do estudo e da reflexão de quem tiver elementos e possibilidades para tanto.

### LXIII

Estão de parabéns os estudiosos de genealogia, por estes arraias, porque as duas sociedades cuja finalidade é o estudo desses problemas, entre nós, acabam de publicar dois volumes de matéria abundante e bem coordenada.

A *Revista Genealógica Brasileira*, do Instituto Genealógico Brasileiro, à frente da qual e do qual está o esforçadíssimo genealogista tenente-coronel Salvador de Moya, faz a sua estréia, dando o primeiro número. São 226 páginas bem aproveitadas, de composição tipográfica, com muitos clichês de permeio, três árvores de costado e o brasão a cores do General José Arouche de Toledo Rendon, brasão esse que ilustra a carta de nobreza do mesmo Arouche, reproduzida em cinco páginas de clichês, através dos quais a fotografia permite apreciar o sabor e a originalidade desses tão prezados documentos, que tinham a excelsa virtude de passar um homem da condição de rês, ou de João-ninguém, à superior condição de filho de algo.

Se o fisco fosse mais “psicológico”, passaria a vender cartas de nobreza, restabelecendo-se, de tal sorte, um costume antigo e, hoje, inócuo, salvo quanto ao aumento das rendas... e... das vaidades... No fim de contas, brasão é uma coisa bonita e a heráldica uma arte digna de ser cultivada.

A *Revista Genealógica Brasileira* está muito interessante, excetuando a contribuição modesta e pouca que me cabe, e que forneci a instâncias de Moya. Notam-se trabalhos de valor, todos dignos de leitura atenta.

Francisco de Assis Carvalho Franco apresenta curiosa análise das origens de Bernardo José de Lorena, contestando, afinal, idéias de d. Maria Luiza Franco da Rocha, num estudo que a mesma a apresentou ao concurso de história, do Departamento de Cultura, em 1938. Fui juiz, nesse concurso e concorri para a aprovação da obra analisada, mas não quer dizer que haja concordado com tudo quanto ali está: os trabalhos aprovados foram devidamente graduados. E, por não concordar em muitas afirmações da autora, gostaria até que Carvalho Franco, que já iniciou a empresa, a levasse avante, analisando outros pontos da discutida biografia.

O genealogista gaúcho Jorge Godofredo Felizardo, muito satisfeito com o haver podido realizar a ligação de numerosas famílias sul-rio-grandenses, aos velhos troncos piratininganos, graças ao material do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, remeteu nela contribuição consistente na descendência de Jerônimo Dorneles de Menezes e Vasconcelos e Lucrecia Leme Barbosa.

Como já expus anteriormente, os três irmãos Lucrecia Leme Barbosa, Beatriz Barbosa Rangel e Antônio Correia Rangel, guaratinguetaenses, mudaram-se para o Rio Grande do Sul, pela altura de 1730 e deixaram geração amplíssima, que se liga ao casal guaratinguetaense Baltazar Correia Moreira-Fabiana da Costa Rangel. O linhagista dá a geração dos dez filhos legítimos de Dorneles e também a de dois filhos ilegítimos. Ele prefere a forma “de Ornelas”, para o cognome de Jerônimo, e deve ser isso mesmo; eu, porém, gosto mais do “Dorneles” que li, em velhos livros paroquiais de Guaratinguetá e, nessa preferência pela forma de 1723, acredito esteja bem acompanhado... muito bem acompanhado mesmo...

Um médico e político surge como linhagista e o faz com maestria: o dr. Antônio da Gama Rodrigues, no seu excelente estudo sobre: “A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência”. Cresci numa atmosfera de respeito por essa dama lorenense, cujo nome nunca ouvi pronunciar, que não fosse com o sequito de palavras elogiosas, e de pessoas que o faziam tendo pleno conhecimento de causa. E, nos nomes alinhados pelo dr. Gama Rodrigues, vi tantos conhecidos, que fui prazeroso acompanhando o desenvolvimento do estudo até o fim.

Essa aptidão genealógica do dr. Gama Rodrigues poderá dar ainda muita coisa de primeira ordem, mesmo dentro da família dos Domingues Salgueiro-Pereira de Castro, pois como já tive ocasião de afirmar, a minuciosa e artística árvore genealógica dos senhores dr. Arnolfo Rodrigues de Azevedo-José Wash Rodrigues é um gênero de nomencla-

tura que não se presta para a apreensão rápida e clara das linhagens. O capitão-mór de Lorena, Manuel Domingues Salgueiro tinha outros filhos, além de Manuel Pereira de Castro, igualmente capitão-mór de Lorena e este também tinha outros filhos além de d. Carlota Leopoldina, viscondessa de Castro Lima.

Gostei muito da colaboração de um senhor Olímpio Gonzaga, pela quantidade de fotografias que põe no texto. É essa uma orientação que aplaudo sem restrições: linhagens e apresentação de figuras, muito bem!

Procurei, com empenho, n - *Os Forster de Santo Amaro*, do amigo e consócio major Amilcar Salgado dos Santos, um modo de ligar, ao bloco, o nome de uma de minhas alunas mais distintas - Maria Lucias Forster Melo, e não encontrei jeito para isso, o que me daria prazer, porque já escrevi aqui o quanto é grata, a um velho professor, a lembrança dos bons alunos. Espero que o major Amilcar empreenda uma série “germânica”, de Santo Amarao, deveras interessante, como deveras interessante há de ser uma “norte-americana”, daqueles voluntários expatriados da guerra de secessão, e que se localizaram em Santa Bárbara, deste estado. Sobre este grupo troquei idéias, há tempos, com d. Ester Ferguson (senhora White), a ele pertencente por seus maiores (ver subsídio número dez, de nove de agosto de 1939).

No trabalho “Família Pujol”, do sr. J. Gabriel Sant’Ana, não vi, com surpresa, a família do sr. Mario Gambier.

Conheço, faz tempo já, o dr. José Augusto Bezerra de Medeiros e sabia-o político prestigioso, parlamentar hábil, educacionista, intelectual de relevo; não supunha, porém, fosse o genealogista de mérito, que se vem manifestando. E seria ótimo que um estudioso nordestino, ou nortista, perquirisse proficientemente sobre famílias de valor, que muito se expandiram neste centro-sul, como, por exemplo, os Oliveira Ribeiro.

Muito auspiciosa a estréia da *Revista Genealógica Brasileira*, merecedora de leitura meditada e demorada.

Quanto à revista do Instituto Heraldico-Genealógico, não surpreendeu, por ser um número sete de publicação já no quarto ano de existência. Bastantes artigos, de superior quilate, clichês numerosos, nas 242 páginas de bem aproveitada composição tipográfica. O aproveitamento do espaço, que notei e apreciei nas duas revistas citadas, leva o espírito a refletir no seríssimo problema do “espaço vital”, que a Europa criou agora... também para as revistas, mas que, afinal, já existia para os jornais da terra.

D. Marina de Andrada Procópio de Carvalho publica um lindo estudo sobre a sua família: dois retratos a cores - o do Patriarcha e o de Antonio Carlos; algumas fotografias e o brasão de armas dos Andradas, a cores. Os três irmãos Andrada, da Independência, constituem um patrimônio intelectual e afetivo de todos nós brasileiros e é sempre com prazer que a gente lê coisas a respeito deles, mesmo juízos críticos fortes, como o de João Ribeiro, quando diz: “eles eram no fundo facciosos e prepotentes e só se aquietavam quando a seu sabor dispunham da autoridade”. Contudo, os brasileiros gostam dos Andradas e, principalmente, os paulistas (*et pour cause...*). Com que respeito eu via, na rua, muito velhinho, o dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, falecido em 1902! Conheci muito o filho - maestro Antonio Carlos, aplaudi a neta Zulmira (Bellah de Andrada); e o dr. Jorge de Andrade Maia que, quando estudante, o conheceu em Paris, falava-me bem de José Furtado de Andrada Machado e Silva, artista, que vivia estabelecido na França e de quem me recordo sendo ele menino, parece que na rua Jaguaribe. Um punhado de lembranças gratas, a propósito de genealogia.

Reportando-me à nota cincoenta e sete desta série, tenho que acrescentar alguma coisa ao que foi dito sobre a família Baumann. Num caderno censitário de 1816, encontrei o seguinte: “O tenente-coronel ajudante de ordens João Jerônimo de Gusmão, de 41 anos; d. Leonor, de 40 anos. Filhos: 1 - O alferes José, 18 anos; 2 - João, 17; 3 - d. Maria Carlota, 14; d. Carlota, 12”. Vê-se aí a curiosa tradução que o recenseador fez de João Jácomo de Baumann para João Jerônimo de Gusmão. Ou o nome foi ditado, ou estava escrito abreviadamente e daí o engano. Em todo o caso, isso significa que, em 1816, Baumann ainda não era figura popular em São Paulo. Também parece que diriam Baumão, donde a troca para Gusmão.

Os recenseamentos da capital estão muito falhos e incompletos: perderam-se numerosos cadernos que, de certo, foram desviados por pseudo-historiadores, os quais, tiradas algumas notas dos ditos cadernos, jogaram fora o documento, para que outrem não pudesse mais tratar do assunto. Parece mesmo que o próprio pessoal do Arquivo do Estado, em outras épocas, não ligava muita importância aos curiosíssimos recenseamentos de Ordenanças (que só São Paulo tem), recenseamentos que eram amarrados em “Maços de população” e, dos quais, há bastantes anos um amanuense tirou estatísticas de escravos, talvez, e, nessa ocasião, encheu os cadernos de riscos pretos e vermelhos, escrevendo neles um condenável e tolíssimo “apurado”. Sim, apurada ficou a inabilidade do funcionário para lidar com documentos, pois se cada escriturário, que pegasse um papel arquivado, nele lançasse, a tinta, qualquer nota, como ficaria o documento, dentro de algum tempo?

Na sétima companhia de 1825, sob número 192, aparece o brigadeiro João Jácomo de Baumann, de 53 anos, o qual “vive de seus haveres, e seus soldos, com fábrica de telhas, e dois Carros”. Quanto à nacionalidade, diante de nome tão esquisito para o tempo, o recenseador alinhou, por conta própria, um inglês. Vem depois a mulher, d. Leonor Cantoser, “natural desta”, de 45 anos e a filha d. Maria Carlota, de 20 anos.

Como se vê, em 1825 três dos filhos de Baumann não estavam mais na casa paterna. Nada apurei quanto ao alferes José, mas João e Carlota Leonor haviam casado, já, aqui em São Paulo, o que depois se deu também com Maria Carlota. Esses quatro filhos de João Jácomo de Baumann, entretanto, eram apenas enteados de d. Leonor Cantoser, o que se verifica pêlos assentamentos paroquiais dos respectivos casamentos. Também se conclui que Baumann era suíço, do cantão de Schwyz, outro nomezinho que deixou tonto, agora não mais um recenseador, provavelmente simples sargento de Ordenanças, mas o próprio padre da época, incumbido de escrever o registro paroquial.

O que primeiro casou (excluído o alferes José, por não se saber o rumo que tomou) foi João Carlos de Baumann, conforme as notas que me forneceu o prezado consócio e amigo dr. Frederico de Barros Brotero. Aos 18 de janeiro de 1821, paróquia de Santa Ifigênia, João Carlos, então alferes, consorciou-se com Ana Cândida Nogueira de Melo e Gama, em casa do sogro, ajudante de ordens coronel Francisco Antonio de Paula Nogueira. João Carlos de Baumann, “alferes do Regimento de Caçadores, nascera na freguesia de Sant’Iago, cidade de Lisboa, filho do brigadeiro João Jácomo de Baumann e da falecida d. Gertrudes Leonor de Baumann”. Ana Cândida era de Vila Rica de Ouro Preto. O casal aparece na *Genealogia Paulistana*, volume VI, título “Bicudos”, página 366 e por aí se vê que foi muito prolífico, pois teve quinze filhos.

Nos apontamentos de Brotero, sobre João Carlos e Ana Cândida, vejo, com o maior prazer, o nome de uma ds netas do meu estimadíssimo professor Joaquim José de Azevedo Soares, sobrinha, portanto, do meu bom amigo Lourival de Azevedo Soares,

colega da turma de Direito (1905-1909); refiro-me a Lúcia de Azevedo Silva, ex-aluna e dirigida minha, a qual recitava com inteligência, graça e arte, no que era um encanto ouvi-la.

O casamento seguinte, pelo que li nos assentamentos paroquiais de Santa Ifigênia, foi o de Carlota Leonor, realizado aos 22 de junho de 1823, em casa do pai da noiva, e do termo consta que o noivo era o tenente João Maria de Sousa Chichorro e Lima de Azeredo Coutinho, natural da freguesia de Santa Isabel da cidade de Lisboa, filho do dr. Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Sousa Chichorro, natural da Corte do Rio de Janeiro e de d. Catarina Fortunata Ricci Lima, de Lisboa.

A noiva aparece como sendo de Nossa Senhora da Ajuda em Belém, da cidade de Lisboa, filha legítima do brigadeiro João Jácomo de Baumann, natural do cantão de Sentes (sic) e de sua finada mulher d. Gertrudes Leonor de Baumann, de Nossa Senhora da Ajuda, em Belém, da cidade de Lisboa. Chichorro e Carlota Leonor moravam, em 1826, no Pátio do Colégio, na casa do dr. Manuel, então Ouvidor da cidade e comarca de São Paulo.

Também li, no Arquivo da Cúria Metropolitana, no mesmo livro de que consta o que acima foi dito, o casamento de Jerônimo José de Andrade, tenente-coronel, aos 11 de junho de 1826, com Maria Carlota de Baumann e desse casal já me ocupei, dando a geração dos cinco filhos que tiveram - Jerônimo, José, Cândido, João e Leonor.

No tempo paroquial, Baumann figura como suíço, do cantão de Sewitz (sic). Evidentemente Schwiz era um termo incômodo, naquela época. De certo, no registro anterior, o padre quis escrever Sewtew, mas grafou Sentes. Sewtes e Sewitz sempre se aproximam da pronúncia real de um nome difícil, na verdade, e que o dicionário “Petit Larousse” registra com quatro formas: Schwyz, Schwytz, Schwiz, Schwitz... Está fartamente desculpado o padre! Pois se nem lá na culta Europa, pertinho da região, eles entendem sobre a grafia do estranho nome, quanto mais nós aqui, há um século atrás!

O brigadeiro João Jácomo de Baumann foi, pois, casado duas vezes, e de sua primeira mulher, d. Gertrudes Leonor, é que são os quatro filhos: José, João Carlos, Carlota Leonor e Maria Carlota devem exprimir muita admiração pela família real portuguesa ao que parece.

Aproveito o restante do espaço desta nota, para fazer uma retificação à *Genealogia Paulistana*, do dr. Silva Leme, em título “Oliveiras”, volume VIII, página 527. Aí diz o linhagista que José Joaquim Machado (e expliquei já que se trata de Joaquim José Machado) foi casado em Jacareí com Joaquina Eleodora. Não pude saber qual a causa do erro em que incidiu o dr. Silva Leme, pois nos assentamentos paroquiais de São Paulo, freguesia da Sé, consta que aos 6 de junho de 1813, na igreja da Boa Morte, casaram Joaquim José Machado, filho do sargento-mor Francisco José Machado e de d. Ana Esméria da Silva, e Joaquina Eufrasia, natural desta cidade de São Paulo, filha do tenente João Ferreira da Silva e de d. Gertrudes Maria da Anunciação.

É estrita obrigação dos pesquisadores concorrer, na medida do possível e dentro das próprias forças, para que a obra monumental do genealogista de Bragança vá ganhando cada vez mais a precisão que todos desejamos venha um dia a possuir.

## LXV

O livro de E. Roquete Pinto, *Ensaio de Antropologia Brasileira*, publicado em 1933 pela Companhia Editora Nacional, merecia divulgação maior do que teve. Não só divulgação: é uma obra que devia ser muito meditada, por estas terras, onde, ao que parece, os livros em geral interessam superficialmente, pela novidade apenas.

Já reproduzi, em trabalho preparado, dois períodos que vêm ao caso, nesta edição. Diz o autos: “Há uma espécie de pesquisa que se interessam pela ciência da moda. Trata-se do estabelecimento da própria genealogia.

“Quantas pessoas, mesmo entre as mais cultas do nosso meio serão capazes de traçar a sua árvore genealógica, acima dos avós?” E, concluindo o capítulo:

“Aqui se nos depara mais uma feição antagonista da nossa própria formação social. Terra de gente apressada e aventureira, durante séculos foi o Brasil, quanto ao povo, o areal movediço em que raros marcos puderam resistir, definindo a existência das famílias”.

A verdade desses conceitos transparece nos menores esforços que o pesquisador faça, para construir uma árvore genealógica. Bate-se à porta de gente culta, para a colheita dos informes precisos e sem resultado. Não sabem muito, ignoram tudo, nunca cogitaram disso...

Ao estudar, durante uns cinco anos, papéis velhos de Cunha, antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão, ia anotando coisas relativas a Lopes e Figueira, dois cognomes que se impunham, nos recenseamentos mais antigos do Facão. Aos poucos fui percebendo os liames que me permitiram reconstituir os grupos principais da grande família dos Lopes Figueira, da qual tratei no volume XXXV, da *revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Mas quantos remates ficaram incompletos, por não poder eu obter os elementos indispensáveis?

Uma filha do alferes Nuno da Silva Reis e de sua mulher Teodora Francisca de Gouveia, de nome Teodora Francisca dos Reis (e que S. L., não cita, no volume VIII, página 213, título “Maciéis”), casara em Cunha, por 1803, com Antonio Manuel de Freitas, também nascido lá, filho do capitão Manuel Antonio da Silva, de Pouso Alto, Minas, e de Florência Maria da Silva, de Parati, Rio. Em 1814, Antonio Manuel de Freitas mudou para a zona do Caminho Novo, de Lorena ao Rio de Janeiro, localizando-se em território fluminense e aí progrediu muito, tornando-se grande fazendeiro e chegando a capitão-mor. Por decreto de 25 de março de 1840, Freitas ficou narão do Rio Claro e, cercado de consideração, faleceu nonagenário, no Rio, em 5 de agosto de 1869.

Tenho procurado, com empenho, completar os dados relativos a esse grupo genealógico, sem o conseguir, entretanto. Para as notas que publiquei na citada *Revista*, muito devo ao sr. Bento Ramos de Queiroz, farmacêutico em Mogi das Cruzes, e bisneto do barão do Rio Claro, por ser neto de Celso Eugênio dos Reis (nascido em Cunha por 1806) e filho de Leopoldina Teodora dos Reis. Celso deixou seis filhos e seis filhas: Francisco Eugênio dos Reis, o médico dr. Celso dos Reis, o magistrado dr. Antonio Manuel de Freitas, José de Queiroz Mascarenhas, Joaquim Silverio dos Reis, Camilo Eugênio dos Reis, Luiza, Maria Honória, Maria Teodora (mãe do dr. Eduardo Rabelo, recentemente falecido e do general Manuel Rabelo, ex-Interventor em S. Paulo).

Um irmão de Celso foi Nuno Eulálio dos Reis, nascido em Cunha, por 1805, antigo capitão-mor de São João Marcos e primeiro presidente da Câmara Municipal de Rio Claro (Rio), em 1850. Deixou nove filhos e não oito conforme publiquei. E foram esses nove: comendador Nuno Eulálio dos Reis Filho, Trajano Eulálio dos Reis, capitão Antero da Silva Reis, tenente-coronel Antonio Galdino da Silva Reis, tenente Francisco Eulálio dos Reis, Leopoldina, Francisca, Fausta e Engrácia.

Francisco Eulálio dos Reis casou com Maria Joaquina, filha de João Bonifácio de Gouveia e de Ana Ramos Nogueira, esta irmã do barão de Joatinga (ver minha

nota cinquenta, destes subsídios). De Francisco e Maria Joaquina ficaram oito filhos: Nuno de Gouveia Reis, Anísio de Gouveia Reis, Pedro de Gouveia Reis, Camilo de Gouveia Reis, Isabel de Gouveia Reis e Maria Cândida Reis Muller. Procurei esta senhora e, com muita gentileza e boa vontade, forneceu-me ampliações que em tempo publicarei.

Não só d. Maria Cândida Reis Muller como seu primo o farmacêutico Bento Ramos de Queiroz afirmam que o poeta Luiz Nicolau Fagundes Varela era da família, parente próximo, e deve entrar, de tal sorte, no bloco dos Lopes Figueira, do Facão, onde se acham o barão do Rio Claro e seus filhos e netos.

Como se sabe, Varela nasceu no Rio Claro do Rio de Janeiro a 17 de agosto de 1841 e aí foi batizado a 19 de setembro. Faleceu a 18 de fevereiro de 1875. Da sua irregularíssima vida de estudante, Antonio Constantino deu completa notícia pela *A Gazeta*, de 10 de julho do ano vigente, em estudo documentado. De fato, Varela foi um modelo de mau acadêmico. Matricula-se no primeiro ano, em 1862, e, ao se transferir para a Faculdade de Recife, leva guia para matricular-se no terceiro ano, isto em 1865. De volta a São Paulo, já no ano seguinte, 1866, pede e obtém licença para matricular-se na quarta série, mas não fez tal série e muito menos a quinta e, portanto, não recebeu grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Ele era filho do dr. Emiliano Fagundes Varela, nascido no Rio de Janeiro a 27 de setembro de 1812 e formado na nossa Faculdade de Direito em 1836, e de Emília Carolina de Andrade; neto paterno do dr. Luiz Nicolau Fagundes Varela e de Maria Emília, e neto materno de José Luiz de Andrade e de Rita Maria. Suponho fosse o parentesco de Varela, poeta, com os descendentes do barão do Rio Claro, por sua avó materna Rita Maria e, a ser exata a minha suposição, esta Rita seria a que aparece no meu trabalho sobre os Lopes Figueira, precisamente na página 118, número 4-8, da *revista do Instituto Histórico*, citada atrás.

De acordo com a ligação imaginada, a Varela cabe lugar no grupo dos bisnetos do barão do Rio Claro, ocupando posição de primo-sobrinho do tenente-coronel Antonio Galdino da Silva Reis, com o qual, ao que me informaram, tinha uma solene implicância, a ponto de crivá-lo continuamente de sátiras, em verso, que se extraviaram, o que é muito de se lamentar. Deviam ser curiosíssimas.

O dr. Emiliano Fagundes Varela, pai do poeta, tinha um meio irmão, Luiz Nicolau Varela, também nascido no Rio, e aqui casado, a 14 de maio de 1833, com Belmira Cândida, e este casal deixou geração em São Paulo, como se vê na *Genealogia Paulistana* do dr. Silva Leme, volume VII, título “Freitas”, página 220. Naturalmente Emiliano e Luiz vieram para S. Paulo com o pai, pois o dr. Luiz Nicolau Fagundes Varela, avô paterno do poeta, figura entre os primeiros lentes da nossa Faculdade de Direito, segundo se lê na relação que o dr. Júlio Joaquim Gonçalves Maia organizou em 31 de dezembro de 1900 e que está na página 289 da *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, volume VIII, ano de 1900. E José Jacinto Ribeiro, na *Cronologia Paulista*, volume primeiro, diz que o dr. Varela foi lente nomeado em 1828 e falecido em 1831 (página 494).

Havia de ser assás interessante pudesse ser determinada a origem daquela tara que, em Luiz Nicolau Neto, se apresentava sob a forma de agitação continua, para a qual ele procurava lenitivo na embriaguez ou na poesia. Veia poética também possuía Ernestina, irmã do poeta. No terreno difícil das taras, porém, não é possível entrar, ao menos por enquanto, pela falta das necessárias observações.

Estes Meireles, de Guaratinguetá, originaram-se em João Meireles Freire, português, que casou na dita localidade, em 1761, com Rosa Barbosa de Lima, paulista, descendente de velhos troncos de povoadores. Bisneto do casal é o dr. Manuel de Meireles Freire, formado na nossa Faculdade de Direito, em 1834, e que aparece na *Genealogia Paulistana*, em título “Raposo Góes”, volume III, página 71. Neto materno do dr. Manuel, por ser filho de d. Virgília Meireles, é Gastão de Meireles França, batizado em Guaratinguetá, aos 14 de setembro de 1884, ali nascido a 29 de agosto, sendo padrinhos o capitão Francisco de Meireles Freire e d. Ana Rosa de Meireles Artur, e tendo administrado o sacramento do batismo o revmo. padre João Filipo.

O pai de Gastão de Meireles França, capitão Inácio Galvão de Oliveira França, também guaratinguetaense, foi, por muitos anos, escrivão e tabelião em Queluz de São Paulo, onde residia a família e onde cresceu Gastão. O capitão Inácio Galvão de Oliveira França era filho de Manuel Galvão de França Rangel, casado com Rosa Maria do Carmo Oliveira, irmã do visconde de Guaratinguetá, do padre Antonio Martiniano de Oliveira, “modelo de excelsas virtudes”, falecido em 21 de abril de 1863; do arcipreste Joaquim Anselmo de Oliveira, que foi vigário de Campinas; e de outros (Manuel Antonio, Maria, Ana e Teresa).

Com estes antepassados, Gastão de Meireles França vinha a ser de tradicional família paulista e de tradicional família guaratinguetaense. Inteligente, trabalhador, esclarecido, metódico, honestíssimo, faleceu o incansável pesquisador a 29 de agosto transato, exatamente no dia do seu aniversário, ao completar cinquenta e seis anos de idade.

Conheci Gastão em Queluz, ele com sete anos de idade e eu com oito. Vivemos sempre em ótima camaradagem. Em princípios de 1896 veio para discípulo dos revmos. Padres jesuítas em Itu, e no estabelecimento esteve até fins de 1900. O que foi a sua vida de colegial di-lo o arquivo da tradicional casa de ensino. Estive na sede do colégio, aqui, afim de tomar notas referentes à vida escolar do extinto. O revmo. padre José Danti facilitou, ao meu exame, as listas impressas, com os nomes dos alunos e as respectivas fês-de-ofício. Quantos conhecidos e quantos amigos! Os dados relativos a Gastão contam-se entre os mais brilhantes. Vale a pena copiá-los neste subsídio, ano por ano:

1896 - Divisão terceira - segundo prêmio de comportamento e aplicação. Seção terceira - curso elementar: latim, próximo ao prêmio; português idem; francês, sorteu o prêmio com outros companheiros iguais no mérito; aritmética, idem; geografia, próximo ao prêmio; catecismo, idem.

1897 - Divisão terceira - sorteu, com outros companheiros, o segundo prêmio de comportamento e aplicação. Curso I: latim, primeiro prêmio; português, sorteu o prêmio, com outros companheiros iguais no mérito; francês idem; aritmética e geografia, menção honrosa; catecismo, sorteu o prêmio.

1898 - Divisão segunda - sorteu, com outros companheiros iguais no mérito, o terceiro prêmio de comportamento e aplicação. Curso II: latim, primeiro prêmio; português, idem; francês, idem; geografia, próximo ao prêmio; aritmética, digno de menção honrosa; aritmética e álgebra, idem.

1900 - Divisão primeira - sorteu com outros companheiros, o segundo prêmio de comportamento e aplicação. Ano IV: história natural, próximo ao prêmio; história do Brasil, sorteu o prêmio; lógica, prêmio. Ano V: latim, digno de menção honrosa; física e química, sorteu o prêmio; geometria e trigonometria, próximo ao prêmio; religião, sorteu o prêmio, com outros companheiros iguais no mérito.



Em 1901, Gastão de Meireles França apresentou, para matrícula na Faculdade de Direito, uma certidão de estudos passada no Colégio de Itú, pelo revmo. padre Justino M. Lombardi, reitor, e, para legalizar a situação de estudante secundário, um atestado de exame de história do Brasil, feito em banca oficial, aos 17-1-1901; e outro de história natural, nas mesmas condições, realizado a 1-3-1901.

Edgard de Toledo Malta, que foi companheiro de colégio, em Itú, de Gastão de Meireles França informa que foram seus professores, entre outros, os padres Gabínio de Carvalho, João Du Dreneuf, J. C. de Campos, Prosperi, Teófilo Levignani, Poggeoli e Ferreira. E colegas: Cicero Ferreira Lopes, advogado do Banco do Brasil; Olivério Pilar do Amaral, advogado aqui; Renato Gonçalves de Oliveira e ele, informante, Edgard de Toledo Malta, magistrados na capital; J. M. de Toledo Malta, presidente do Instituto de Engenharia; Francisco de Paula Camargo, engenheiro; Antonio Pinheiro de Lacerda, promotor de acidentes no trabalho; e muito mais.

O curso de direito, de Gastão, foi também brilhante, como se verifica:

1901, primeiro ano, distinção nas duas cadeiras; 1902, segundo ano, plenamente nove, na segunda e oito, na primeira e terceira; 1903, terceiro ano, plenamente oito, na primeira e segunda, e sete, na terceira; 1904, quarto ano, plenamente nove, na primeira, segunda e quarta, e seis, na terceira; 1905, quinto ano, distinção dez, na segunda e terceira, e plenamente nove, na primeira e quarta. Recebeu grau de bacharel em ciência jurídicas e sociais, aos 27 de dezembro de 1905.

Essa turma da Faculdade de Direito, de 1901 a 1905, mereceu do diretor de então um elogio incomum, em ofício ao ministro, do que me recordei muito bem. Formaram-se sessenta e seis bacharéis: José Joaquim Cardoso de Melo Neto, José de Paula Rodrigues Alves, Djalma Forjaz, Euclides de Campos, Vicente Mamede de Freitas Júnior, Dagoberto Sales, Manuel Carlos de Siqueira, Carlos Olinto Braga, Antonio Carlos de Sales Júnior, Amadeu Gomes de Sousa, Américo França Paranhos, José Carlos de Macedo Soares...

Alinhando estas poucas notas a respeito de Gastão Meireles França, não pretendo, com isso, fazer a biografia do morto. O meu intuito é prestar, numa seção de genealogia, modesta homenagem a um genealogista de real valor, desambicioso, conhecedor como ninguém do passado de Guaratinguetá e arredores, passado que ele estudava, com carinho imenso e com pertinácia fora do comum, através principalmente do arquivo paroquial da terra de Domingos Luiz Leme. Guaratinguetá, com o falecimento de Gastão, perdeu um grande filho e o seu maior linhagista.

## LXVII

Bueno de Azevedo Filho, aliás, José Bueno de Oliveria Azevedo, filho do meu distinto colega e amigo de igual nome, apresentou, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, uma interessante proposta, digna de aplauso e de apoio. Consiste ela em se organizar agora que ocorre o terceiro centenário da aclamação de Amador Bueno de Ribeira, um trabalho genealógico abrangendo todos, ou pelo menos o maior número, dos descendentes do herói de 3 de abril de 1641.

Buenos, de São Paulo antigo, há muitos, como se sabe, por serem sete os filhos de Bartolomeu Bueno de Ribeira (natural de Sevilha), que veio a São Paulo em 1571, com seu pai Francisco Ramires de Pórrros. Aqui casou o sevilhano com Maria Pires, filha de Salvador Pires e segunda mulher, Mécia Fernandes, ou Mecia-ussú (Mécia grande). Por Mécia-ussú, vão se prender os Buenos todos ao maioral de Ururai, o célebre e afamado Piquerobí.

Excluídos seis filhos do sevilhano e de Maria Pires e que são Francisco Bueno, Bartolomeu Bueno de Ribeira, o moço Jerônimo Bueno, Maria de Ribeira, Mécia de Ribeira e Isabel de Ribeira, ainda ficam, só para Amador Bueno de Ribeira, o aclamado, numerosos descendentes através dos seus nove filhos: Catarina de Ribeira, Amador Bueno, o moço, Antonio Bueno, Isabel de Ribeira, Maria Bueno de Ribeira, Ana de Ribeira, Diogo Bueno, Mariana Bueno, Francisco Luiz Bueno. Silva Leme, volume I da *Genealogia Paulistana*, título “Buenos de Ribeira”, declara que Catarina não deixou descendência e, quanto a Francisco Luiz Bueno, nada afirma.

Bueno de Azevedo Filho meteu-se numa empresa tão simpática quanto árdua na realização. Deve merecer o apoio de todos e apoio não consistente só em palavras, e sim em muito trabalho efetivo para o esclarecimento das linhagens oriundas de Amador Bueno de Ribeira, figura discutida, não há dúvida, mas que todos querem bem, no fim de contas. Gosto de ler o que se escreve sobre o aclamado, e ainda não tive o prazer de lobrigar o motivo pelo qual o filho de Francisco Ramires de Pórros virou, aqui, Bueno de Ribeira. Seria uma razão estética? Talvez, pois a cada passo se nos deparam exemplos disso: Carrasco, Gago, Gato, Preto, Onhate, Riscado, Saparipo, Saraspe, Sardinha, Repincho e tantos mais fartamente o comprovam. E o Pórros não se explicaria por uma adaptação de alta conveniência social, como há anos a imprensa do Rio tentou, em relação a um diplomata sul-americano, só por isso muito popularizado no Brasil?

O estudo destas figuras salientes do passado de São Paulo apresenta sempre aspectos interessantes e dignos de atenção dos mais novos e modernos. Nas minhas notas nove e treze, desta seção, escrevi algo sobre Manuel Alvares de Moraes Navarro, o notável paulista que mereceu já de Afonso d’Escragnolle Taunay muitas páginas na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo sétimo, e na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume XXII, em trabalho premiado num dos concursos de História do Brasil, do Departamento de Cultura, sob o título *A Guerra dos Bárbaros*.

Taunay transcreve o que de Navarro fala o barão de Studart e também Antonio José Vitorino Borges da Fonseca, este na *Nobiliarquia Pernambucana*. Com os esclarecimentos publicados, muita luz se fez sobre o bandeirante. Eu havia formulado a hipótese de ser ele filho de um Manuel, citado em Silva Leme, na “Introdução”, volume I, da *Genealogia Paulistana*, página 9, número 4-2, “com 12 anos em 1642”, e de uma Ana Maria, número 2-6, página 24 do volume VII, título “Moraís”, a qual “tinha 5 anos em 1647”. Taunay gostou da hipótese que eu formulara e a reproduziu bondosamente na *História Geral*, volume sétimo, página 44.

Estavam as coisas nesse pé, quando Vitor Azevedo Pinheiro, na edição de 16 de agosto de 1939, deste jornal, apareceu com artigo convincente, quanto à identificação de Ana Maria (Ana Pedroso de Moraes) como esposa de Manuel Alvares Murzelho e, portanto, progenitora de Manuel Alvares de Moraes Navarro. Conseguiu-o o articulista, ao examinar acuradamente o inventário “publicado”, do capitão Antonio Ribeiro de Moraes, cujo nome se lê na *Genealogia Paulistana*, em VII, 135, número 2-1, título “Moraís”. Do fato dei notícia na minha nota treze, desta seção:

Vitor Azevedo Pinheiro continua, porém, estudando o assunto e disso é prova a carta que me escreveu em 21 de maio p. passado, a qual passo a transcrever:

“Andei folheando a *Nobiliarquia Pernambucana*, de Borges da Fonseca, na esperança de encontrar referência a um dos meus antepassados - Antonio da Mota Cavalcanti, falecido em 1698 em Mogi das Cruzes, casado com Maria Fragoso de Matos, filhas de Miguel Fragoso de matos e Inês Correia de Moraes (MORAIS, 7º, pág. 98, Silva Leme). Nada encontrei ainda nesse sentido, mas em compensação pude localizar o nosso já conhecido Manuel Alvares de Moraes Navarro.

“O linhagista, ao tratar de d. Teresa de Jesus Lins, filha de Cristóvão Lins, senhor do engenho do Maranhão, e de d. Adriana Wanderley e neta materna de Manuel Gomes Wanderley e Mécia de Barros, diz à pág. 110, 1º volume, capítulo referente aos Cavalcantis de Pernambuco e Porto Calvo:

“D. TERESA DE JESUS LINS, casou e foi a 3ª mulher de Manuel Alvares de Morais Navarro, cavaleiro da Ordem de Cristo, que foi Mestre de Campo do 3º de Infantaria paga que s. majestade mandou à conquista do Assú, a que chamaram de Paulistas, o qual era natural da cidade de São Paulo, filho de Manuel Alves Macêdo (sic) e de sua mulher Ana Pedrosa de Morais, como consta da entrada de Irmão da Casa da Santa Misericórdia de Olinda, de que assinou termo a 3 de julho de 1731, e da qual foi provedor no mesmo ano de 1731 e nos de 1736 e 1746. Serviu de vereador mais velho da Câmara da mesma cidade”.

“À pág. 425 do mesmo v. I, diz Borges da Fonseca:

“Manuel de Barros Cavalcanti, casou com d. Maria do Nascimento de Morais, irmã do padre Antonio Correia de Morais, que foram filho do coronel Agostinho Correia e de sua mulher HELENA DE MORAIS, irmã de Manuel Alves de Morais Navarro, cavaleiro da Ordem de Cristo, etc.”. Com geração.

“Esta Helena de Morais, deve estar lembrado, aparece no inventário do capitão Antonio Ribeiro de Morais, com o nome de Helena Gomes de Morais.

“Há ainda referências a Manuel Alvares de Morais Navarro às páginas 479, 480 e 474 do vol. 2º de Borges da Fonseca. O paulista, segundo ainda o que li, era senhor do engenho de Paratibe e deixou descendentes em bom número, alguns dos quais estudaram em Coimbra.

“Parabéns pelo seu artigo referente a Barbara Heliodora, que vejo se filia a um grupo a que também pertença, os Veiga Buenos, ligados aos Rodrigues Fróes. (Assinado) VITOR AZEVEDO”.

Em assuntos tão amplos e complexos como os da genealogia dos bandeirantes paulistas, só mesmo um trabalho constante de cooperação poderá trazer resultados seguros e definitivos.

## LXVIII

Bueno de Azevedo Filho escreve-me agradecendo o apoio que manifestei, na minha nota anterior, quanto à proposta que apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, consistente em se organizar o trabalho genealógico abrangendo a família de Amador Bueno da Ribeira, através dos seus nove filhos, sete ou oito dos quais deixaram descendência que deve agora ser catalogada, e esta catalogação é precisamente a homenagem de que se cogita.

Tal agradecimento eu o recebo com prazer, sem dúvida alguma, mas não seria, em rigor, necessário, visto como é dever de todos nós, paulistas, fazer o que estiver em nossas mãos, no sentido de ficarem perfeitas as biografias dos grandes vultos da história de São Paulo. Ora, o estudo da descendência de um grande homem é parte integrante da biografia dele. Além desse motivo geral, outro mais particular ocorre, e é que, sendo de genealogia esta seção, a ela não pode passar despercebida uma tentativa de reconstituição genealógica como a que se processa na homenagem empreendida.

São muito falhos os dados que possuímos aqui em São Paulo, quanto aos maiores do bandeirismo. Basta dizer que o dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, muito rico, muito relacionado estimado, e pondo ao serviço de sua *Genealogia Paulistana* todos esse magníficos elementos, não conseguiu ligar, aos velhos troncos, uma figura relevante como a de Manuel Alvares de Moraes Navarro. E quanto a Domingos Jorge Velho, cujo nome a gente ouve pronunciar desde tenra idade, foi preciso que Afonso d'Escragnolle Taunay viesse identificar a figura saliente dos Palmares, fazendo-a coincidir com o número 2-1, da página 367, volume VIII da *Genealogia Paulistana*, título "Jorges Velhos", sendo, assim, filho primogênito de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves, esta filha de Antonio Cubas e Antonio Gonçalves.

Em abono do que afirmo, sobre a ignorância de dados essenciais a respeito de vultos do passado grandioso de São Paulo, cabe ainda nestas linhas referência ao caso de que tratei já, neste jornal, na edição de 17 de agosto de 1934, em artigo sob o título *Povoamento do solo paulista - Leopoldo da Silveira e Sousa, povoador de terras no Facão (município de Guaratinguetá)*. Procurei mostrar bem ao vivo que a geração do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira, nascido em São Paulo em 1664 e falecido em Taubaté, em 1719, andava ainda por aqui e com o esmo cognome. Isto o fiz por haver um brilhante autor paulista tratado de Carlos Pedroso e atribuindo-lhe o cognome "de Siqueira", além de mimosseá-lo com os epítetos de "raposão e matreiro", reforço a que se julgou obrigado diante do Juízo desfavorável de Calógeras, de que ele não passava de um "finório auxiliar da expedição descobridora", à qual fornecera os recursos materiais. Convém ler, quanto a isto, o que Basilio de Magalhães escreve, na *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2ª edição, 1935, páginas 158-159.

Como disse na minha nota anterior, da última sexta-feira, Taunay, com a sua máxima competência, gostou da hipótese que eu formulara sobre a filiação de Manuel Alvares de Moraes Navarro, e a ela se referiu bondosamente na *História Geral das Bandeiras Paulistas*, volume 7º, página 44.

Vitor Azevedo Pinheiro, pesquisando com inteligência acurada, provou a hipótese e a transformou em verdade e, assim, o grande paulista que depois se fez nordestino entra hoje na *Genealogia Paulistana* pelo lado paterno no volume I, "Introdução", página 9, como filho de Manuel, 4-2, o qual é Manuel Alvares Murillo (ou Murzilho, ou ainda Murzelho), neto, portanto, de Maria Alvares Murzilho e de Sebastião Gonçalves. Pelo lado materno, a filiação se dá com Ana Maria, nº 2-6, página 24, do volume VII, título "Moraes", ficando assim neto materno do capitão Pedro de Moraes Madureira e de Ana de Moraes Pedroso e, pois, sobrinho do coronel Carlos de Moraes Navarro, de Maria de Moraes, Mariana Pedroso de Moraes, David e de Inês Pedroso Navarro (ou Inês Navarro de Antas).

Taunay havia achado já dois irmãos de Manuel Alvares de Moraes Navarro: frei Antonio de Jesus, na página 206 da *História Geral*, tomo sétimo, citado; e José de Moraes Navarro, na página 216.

Vitor Azevedo Pinheiro, no inventário do capitão Antonio Ribeiro de Moraes (VII, 135), descobriu os irmãos do bandeirante, visto como, não deixando filhos o dito capitão Antonio, a herança passou a colaterais, entre estes aparecendo os filhos da irmã do ricoço falecido, Ana de Moraes Pedroso, casada com o capitão Pedro de Moraes Madureira, avós maternos de Manuel Alvares de Moraes Navarro. Vêm, pois, na lista dos herdeiros, Manuel Alz Murzello (que é o mesmo Manuel Alvares Murzilho), por si, na qualidade de sobrinho afim do inventariado, e como curador de seus filhos órfãos - José Alz, Ana Pedroso, Catarina Gomes e Antonio Pedroso de Moraes.

Ainda surge, no inventário, o próprio Manuel "Alvres" de Moraes Navarro, por si e sua irmã "Illena" Gomes de Moraes. Em 18 de novembro de 1686, portanto,

fácil é concluí-lo, Manuel Alves Murzilho estava já viúvo e tinha seis filhos vivos: 1 - o mestre de campo; 2 - José Alz o qual, como sugere Vitor Azevedo Pinheiro, será o José de Moraes Navarro, referido por Taunay, na página 216, volume sétimo da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*; 3 - Antonio Pedroso de Moraes, que por sugestão da mesma origem, deve ser o frei Antonio de Jesus, da página 206 da obra monumental acima dita, onde se lê que já havia falecido em princípios de maio de 1700; 4 - Ana; 5 - Catarina; e 6 - Helena de Moraes, a quem alude Borges da Fonseca, na *Nobiliarquia Pernambucana*, casada com o coronel Agostinho Correia, conforme a última carta que Vitor Azevedo Pinheiro me mandou e que reproduzi na minha nota sessenta e sete.

Teve o mestre de campo Manuel Alvares, de seus três casamentos, a seguinte geração: do primeiro, em São Paulo, com Maria de Oliveira, filha de Manuel de Amorim Falcão e Luiza de Oliveira, pelo menos um filho, homônimo, nascido em São Paulo, que se casou com Adriana de Almeida Uchôa, irmã da primeira madrastra, é o que informa Taunay, *lug. cit.*, 232; do segundo consórcio, em Pernambuco, com Inês Barbalho Lins, filha de Antonio Borges Uchôa e Ana Maria de Melo, veio o filho único Manuel Alvares de Moraes Navarro Lins, que teve cargos e foi genro do seu irmão paulista; a terceira vez casou o mestre de campo, ainda em Pernambuco, com Teresa de Jesus Lins, filha de Cristóvão Lins e Adriana Wanderley e nasceram quatro filhas: Ana Francisca Xavier, Isabel Teresa de Moraes Lins, Maria de Moraes Lins e Adriana Wanderley, que todas casaram com homens de prol. (*lug. cit.* 231).

No pé em que está a questão genealógica a respeito de Manuel Alvares de Moraes Navarro, parece que pouco falta para um conhecimento exato e amplo da matéria. Oxalá o mesmo se possa conseguir relativamente a outros vultos da nossa brilhante e movimentada história de São Paulo, que tanto deve ao ilustre e fecundo atual diretor do Museu Paulista.

## LXIX

Ocupei-me, na minha nota quarenta e seis, dos Pereira de Barros, de Taubaté, a respeito dos quais consegui mais alguns dados, que passo aos leitores destas notas modestíssimas. Foi dito que, em 1786, treze eram os filhos do casal Pedro Pereira de Barros - Quitéria da Fonseca Teles: 1 - Felisberto Pereira de Barros, 2 - Pedro Pereira da Fonseca Teles, 3 - Agostinho, 4 - Feliciano Pereira de Barros, 5 - Antonio Pereira de Barros, 6 - Alexandre Pereira de Barros, 7 - João, 8 - Padre Joaquim Pereira de Barros, 9 - Floriania, 10 - Geneveva, 11 - Ana Maria da Conceição de Jesus da Fonseca, 12 - Clara Maria, 13 - Inês.

Encontrei, em recenseamentos de Jacareí, de 1813, dois desses taubateanos: Alexandre Pereira de Barros, com 42 anos de idade, casado com Geneveva Maria, de 32, e com os filhos: 1 - Flávia, de 9 anos; 2 - Gertrudes, de 7; 3 - Carolina, de 5; 4 - Alexandrina, de 3; e 5 - Antonia, de 1. Os quatro primeiros de Taubaté e a última de Jacareí. E Antonio Pereira de Barros, de 44 anos, casado com Gertrudes Maria de Jesus, de 33, e com os filhos: 1 - Agostinho, de Taubaté, com 13 anos, e 2 - Antonio, de Jacareí, com um ano. Estava igualmente recenseado, perto dos dois acima, um Francisco de Paula Barros, taubateano, de 27 anos, junto com sua mãe viúva, de 64 anos, Ana da Santa Purificação. Estes últimos devem ser da família, mas não consegui ligá-los ao bloco estudado.

Na sobredita nota quarenta e seis esbocei a geração de Ana Maria da Conceição de Jesus da Fonseca (número onze da relação), a qual foi casada com José Gonçalves da Silva, natural de Sabará. A respeito deste posso acrescentar alguma coisa tirada do Arquivo do Estado livro número 274, de registros militares, folha 384: 24-4-1798, José Gonçalves da Silva, filho de Inácio Gonçalves da Silva, natural de Santa Luzia de Sabará, 24 anos, solteiro, condutor, estatura ordinária, cabelos castanhos, olhos azuis. José Gonçalves da Silva e Ana da Fonseca foram os pais do capitão Jacinto Pereira da Silva, batizado a 27 de abril de

1805 e que casou em Taubaté, aos 30 de abril de 1829, com Ana Joaquina de Alvarenga, batizada em 31 de agosto de 1810, filha de Francisco Carlos de Alvarenga e de Maria Joaquina da Silva, do bairro do Mato Dentro. Consegui achar que Francisco Carlos de Alvarenga era filho do alferes José Faustino de Alvarenga, e estava alistado militarmente, em Taubaté, sua terra, com 18 anos, em 1802. Eis o registro: Francisco Carlos de Alvarenga, 18 anos. 5 pés e uma pollegada de altura, cabellos castanhos e olhos pardos, natural de Taubaté, solteiro, praça em 2 de agosto de 1802, baixa em 30 de janeiro de 1805. Eram irmãos de Francisco Carlos os dois seguintes, que também encontrei: João Batista de Alvarenga e Antonio Silvério de Alvarenga. Francisco Carlos viveu alguns anos em S. Luiz do Paraitinga e voltou para Taubaté, por 1807; faleceu, com a mulher, por 1828, e deixou apenas três filhos: Joaquim Carlos de Alvarenga, Maria e Ana Joaquina de Alvarenga, mulher do capitão Jacinto. Estes, em 1836, tinham já o filho José, de seis meses, o qual é o bispo d. José Pereira da Silva Barros.

Mudavam muito os antigos. Alexandre Pereira de Barros, por exemplo, que em 1813, assistia na paragem de Jacareí, sete anos após morava de novo em Taubaté, sua terra, já viúvo e com sete filhos: 1 - Rodrigo, de 4 anos; 2 - João, 2; 3 - Flávia, de 12; 4 - Gertrudes, 11; 5 - Carolina, 10; 6 - Alexandrina, 9; e 7 - Antonia, 7.

Filha do capitão Jacinto e de Ana Joaquina de Alvarenga foi também Clara Pereira da Silva, casada com Manuel Pereira da Silva Neto, filho de João Pereira da Silva e de Joaquina Alves da Silva. Achei este casal em Cunha, recenseado em 1835, segundo distrito, sob número 18, da seguinte maneira: João Pereira da Silva, 46 anos, branco, natural desta, lavrador, sabe ler e escrever, casado (1818) com Joaquina Alves da Silva, de 31 anos, natural de São Luiz; nove filhos: 1 - João, 9 anos; 2 - Antonio, 7; 3 - Manuel, 4; 4 - Emídio, 2; 5 - Teodoro, 4 meses; 6 - Carolina, 14 anos; 7 - Faustina, 12; 8 - Laurinda, 13; 9 - Ermenegildo, 2.

Informaram-me que Manuel Pereira da Silva Neto faleceu em 1898 e que Faustina foi casada primeiro com José Marcelino e depois com João Malta; assim como Maria das Dores (que não consta do censo de 1835) casou com um Pena e são os pais dos conhecidos professores, já falecidos, Antonio Pena e João Pena. Emídio é o avô materno do professor Julio de Oliveira Pena, igualmente muito conhecido e estimado. O Teodoro, de 4 meses, em 1835, vem a ser o marido de d. Luzia Olimpia, nascida em 1849, senhora esta que ocupou o cargo de Prefeito Municipal de Caçapava, em 1937, conforme escrevi na nota citada (quarenta e seis).

O fato de estar registrado um Manuel Pereira da Silva Neto leva o espírito a supor a existência de avô homônimo, segundo o costume generalizado. Mas, do exame dos recenseamentos das Ordenanças de Cunha, existentes no Arquivo Público do estado, cheguei à conclusão de que os avós paternos desse Manuel, filho de João Pereira da Silva, eram o tenente Antonio Pereira da Silva e sua esposa Isabel Maria de Jesus, antigos habitantes da Freguesia do Facão, já ali moradores, em 1777, ele com 25 anos e ela com a mesma idade, e mais os filhos José, de 3 anos e Lourenço, de 1. Depois, como é natural, a família vai aumentando e em 1789 apresenta-se com a geração de nove rebentos: 1 - José, 15 anos; 2 - Lourenço, 14; 3 - Francisco, 15; 4 - Antonio, 5; 5 - Felisberto, 7; 6 - Manuel, 3; 7 - Isidora, 11; 8 - Maria, 6; 9 - Teodora, 1.

É possível que o tenente Antonio Pereira da Silva fosse filho de um Manuel, e daí o Manuel Pereira da Silva Neto, que seria melhor “Bisneto”, a ser verdadeira a hipótese.

Vê-se, do jeito que já publiquei, que houve o entrelaçamento de duas famílias numerosas - os Pereira da Silva, de Cunha, e os Pereira de Barros, de Taubaté, o que, sem dúvida, dificulta a solução genealógica completa. Há, entretanto, já escrito, um bem amplo trabalho, que muito virá contribuir para o estudo dessas famílias: quero referir-me ao

material colhido e elaborado pelo professor Carlos Martins Sodéro, casado com d. Maricota, filha de Teodoro Pereira da Silva e de Luzia Olímpia. Carlos Martins Sodéro, oriundo de pai italiano (Sódero, dos condes Soderini), é um genealogista nato e, infelizmente, só agora é que resolveu escrever alguma coisa da matéria de que tanto gosta e o fez com maestria. Mais alguns retoques, e serão publicadas as notas referentes a famílias tão antigas, conhecidas e ilustres, como as de que se trata, e das quais Silva Leme, na *Genealogia Paulistana* dá apenas um esboço e assim mesmo muito resumido e incompleto.

Deve haver outros da família interessados no assunto; eu, porém, só achei três pessoas que manifestaram real interesse em completar a genealogia dos grupos supra e retro mencionados: Carlos Martins Sodéro, meu colega da turma de 1903, da antiga Escola Normal de São Paulo; o dr. Mário Aquiles Pereira de Barros, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1906 (e não 1902, como publiquei), e o dr. Francisco Jacinto de Barros Santiago, também formado na Faculdade daqui, em 1938.

## LXX

No volume XII, da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, correspondente ao mês de maio de 1935, publiquei umas notas sobre descendência de Bartolomeu da Cunha Bueno, na região de Areias e Silveiras. Agora que se cogita de prestar homenagem a Amador Bueno, o aclamado de 3 de abril de 1641, com o se lhe fazer a genealogia, tão completa quanto possível, lembrei-me de concorrer para o trabalho projetado, ocupando-me desses Buenos de quem sempre ouvi falar desde menino.

Trata-se de geração de Margarida Bueno da Veiga de Mendonça, que se encontra em Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, título “Prados”, volume III, página 215. Tinha ela dez irmãos: Maria da Cunha, Maria da Veiga, Guilherme da Veiga Bueno, Catarina Bueno do Prado, capitão Baltazar da Veiga Bueno, João da Veiga Bueno, Miguel Bueno da Veiga, Jerônimo da Veiga Bueno, Antonio Bueno da Veiga, e capitão-mor Amador Bueno da Veiga. Eram filhos de Baltazar da Costa Veiga e de Maria Bueno de Mendonça, filha de Amador Bueno, o moço, e de Margarida de Mendonça, casal este que se acha na *Genealogia*, volume I, página 419, título “Buenos de Ribeira”.

Margarida Bueno da Veiga de Mendonça, casou primeiro em 1695, em São Paulo, com Bartolomeu da Cunha Gago, de taubaté, “que foi capitão-mor da tropa par descobrimento de ouro, prata e pedras preciosas, em 1680”. Ele faleceu em 1710 e ela “em 1741, em Taubaté, estando casada segunda vez com Manuel da Cruz, de quem não teve geração”. Bartolomeu da Cunha Gago consta da página 185, título “Cunhas Gagos”, volume V, da *Genealogia*, e aí se dia que teve três filhos: Francisco da Cunha Portes, Antonio da Cunha Portes d’El Rei e Maria Portes d’El Rei, natural de Taubaté, que casou com Manuel Cubas do Prado (volume III da *Genealogia*, título “Prados”, página 198). Manuel, taubateano, faleceu em Pindamonhangaba, em 1726 e aí também se finou, em 1777, a mulher, e deixaram quatro filhos: Catarina Maria, freira; Isabel Antunes de Miranda, casada; Domingos do Prado Martins, casado; Bartolomeu da Cunha Bueno, indicado no subtítulo do meu artigo acima referido, o qual contraiu matrimônio em 1737, em Guaratinguetá, com Maria de Lima Barbosa, mencionada na *Genealogia*, em título “Raposos Góes”, volume III, página 45. Estiveram casados quarenta e cinco anos.

Maria de Lima Barbosa foi inventariada em Guaratinguetá, em 1782, tendo sido inventariante o viúvo: juiz do inventário, Manuel Gonçalves Franco, e escrivão Bernardo Pereira da Silva. Deixou nove filhos descritos em Silva Leme, nas páginas 199 e 200 do volume III, título “Prados”. Essa relação da *Genealogia Paulistana* coincide com os dados dos recenseamentos de Pindamonhangaba, onde o casal residiu longos anos. Esses dados censitários de Pindamonhangaba eram feitos com muito capicho e já no primeiro caderno, de 1765-1766, lê-se a nota que reproduzi na *Revista* de maio de 1935; Bartolomeu, com 48

anos; Maria, com 47 e os nove filhos - Antonio da Cunha Bueno, Manuel Cubas do Prado, Maria Bueno de Lima, Helena Maria, Bartolomeu Bueno, José, Maria Bueno, Francisco Xavier Bueno e Antonio. O censo de 1772 não dá mais o José, mas acrescenta Francisca, de modo que alista fica, assim, igual à de Silva Leme.

Com exceção de um dos filhos de nome Antonio, que faleceu em 1787 em Guaratinguetá, penso que todos os demais se localizaram no “Caminho Novo”, de Lorena ao Rio, adquirindo terras entre Silveiras e Rezende, donde haver muitos desses Buenos oriundos desta cidade fluminense, o que dificulta e, às vezes, até impossibilita a pesquisa genealógica, pois os recenseamentos das Ordenanças foram feitos exclusivamente na circunscrição paulista, dada a iniciativa feliz do Morgado de Mateus, logo no começo da sua esclarecida administração. Além de Rezende não ter recenseamentos das Ordenanças, que aqui se fizeram até cerca de 1836, não possui também arquivo paroquial parece que além de 1850, o que é lamentabilíssimo.

De quatro dos filhos de Bartolomeu da Cunha Bueno e Maria de Lima Barbosa, consegui encontrar a geração, completa ou quase isso e são eles:

1 - MARIA BUENO DE LIMA, casada com José do Rego de Siqueira (S. L., III, 76, título “Raposos Góes”). Deixaram três filhos e, por eles, geração numerosa na região de Areias e Silveiras, e eram: 1 - Ana Bueno de Siqueira, de 1775, que foi casada em 1793 com Claro Francisco Rodovalho, indicado solteiro, com 16 anos, em 1784, na *Genealogia Paulistana*, em título “Toledos Pizas”, volume V, página 558. Tiveram apenas três filhos: - Albino Francisco de Toledo Rodovalho, falecido por 1829, solteiro; José, falecido na infância; e Cândida Francisca Bueno, nascida por 1800, casada em 1818, com o lisboeta capitão Antonio Luiz Rodrigues e tiveram nove filhos: Boaventura Luiz Rodrigues (1819), casado; Alvaro Luiz Bueno (1822), casado; Francisco Luiz Rodrigues (1824), casado com Marta Caetano de Menezes, irmã de Manuel Caetano de Menezes. Manuel vem a ser o pai de d. Ana de Menezes e esta, pelo seu casamento com Manuel Novais, teve vários filhos e entre eles a grande pianista Guiomar Novais; Claro Luiz Bueno, padre lazarista no Colégio do Caraca, Minas, nascido em Silveiras a 15 de março de 1827; Alexandre Luiz Rodrigues (1830), casado com irmã de Jacinto José Nunes Filho e tiveram seis filhos (Maria, freira em Itu; Ana, casada; Alexandrina, irmã de caridade; Cândida, casada com Evaristo Machado Neto, comerciante em Santos; Augusto, casado, residente em Nuporanga, por muitos anos, onde era tabelião; Francisco, seminarista, falecido no Rio, com quase todas as ordens); Maria (1832); Amélia; Teodora: uma das quais casou com Cláudio Germano da Silva; e Gertrudes (1835) casada com Jacinto José Nunes, acima dito, filho de outro de igual nome. 2 - Antonio Bueno de Siqueira, de 1777, solteiro, 3 - Manuel Bueno de Siqueira, de 1783, lavrador em Silveiras, onde faleceu em 1866, e era chefe político conservador. Deixou onze filhos: Maria, casada com Salvador Correia Alves Quintanilha, com sete filhos; José Bueno de Siqueira, nascido por 1810 em Rezende, de onde era Maria Joaquina, sua mãe, casado com Maria, filha de Manuel Guedes da Cunha e primeira mulher Francelina Reginalda de Castilho, e tiveram nove filhos; Francisca, casada com José Homem Alves, com geração; Placidina, casada com João Cordeiro da Silva, com geração; Cândida, casada com Silvério da Silva Ramos; Teresa Amância de Siqueira, solteira; Manuel Bueno de Siqueira, solteiro; Amador Bueno da Cunha, solteiro; Generoso Bueno de Siqueira, solteiro; Joaquim Bueno de Siqueira, casado com Maria Luiza, filha de José Caetano de Menezes, com geração; Antonio Bueno da Cunha, casado em 1865 com Ana Rosa do Bom Sucesso, filha de Antonio Francisco Alves Quintanilha, irmão de Salvador, atrás referido.

Continuarei a tratar dessa descendência de Amador Bueno de Ribeira, que há tempos consegui catalogar.



## Subsídios Genealógicos

### CXXXIX

Carlos da Silveira

Manuel Francisco de Moura, súdito português, natural de Alvaizere (Leiria), pintor de profissão, morou em Alemquer (Lisboa), e aí casou com Mariana da Silva. Viuva do primeiro marido, parece que alcunhado "o Barriga", passou Mariana da Silva a segundas núpcias, no Rio de Janeiro, com Antônio Francisco Caminha, oficial de sapateiro. Manuel Francisco de Moura e Mariana da Silva tiveram ao menos um filho, que foi Miguel de Souza e Silva, tabelião em Taubaté, em fins do século dezessete e começos do dezoito; e uma filha: cujo nome não consegui saber, que foi mãe do religioso capucho frei Antônio de Santa Maria, "grande barrete: o Passante, de alcunha".

Fixado em Taubaté, Miguel de Souza e Silva, tabelião casou com Bárbara Moreira de Castilho (Silva Leme, volume quinto, pag. 433, "Alvarengas") irmã do capitão Domingos Alves Ferreira também nascido em Taubaté, como a irmã, e aí casado com Tomásia Pedroso da Silveira, uma das filhas do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher Isabel Ebanos de Souza Pereira Botafogo.

Bárbara Moreira de Castilho, ligada aos numerosíssimos Rodrigues de Alvarenga - Álvares Correia - Moreira de Castilho, tão espalhadas no Vale do Paraíba e no sul de Minas, para só falar em duas zonas do território brasileiro, deixou, do único casamento com o tabelião Miguel de Souza e Silva, pelo menos os três seguintes filhos, que a "Genealogia Paulistana" descobriu e menciona, no lugar citado:

1 -Helena da Silva Rosa, batizada em Taubaté, a 30 de janeiro de 1703, sendo padrinhos Bartolomeu da Cunha e Ana Maria de Arruda. Casou em Guaratinguetá, a 22 de junho de 1723, com Leopoldo da Silveira e Souza, irmão de Tomásia, filho do mestre de campo Carlos Pedroso e de Isabel Ebanos; 2- Andresa de Castilho Souza, casada em Taubaté, com Pedro da Fonseca de Carvalho, português, assassinado na dita localidade em 1722, tendo deixado pelo menos o filho, pd. Pedro da Fonseca de Carvalho, ordenado em São Paulo em 1732; 3- Pedro de Moura Ferreira que foi casado com Catarina de Almeida Lima, filha de Antônio Raposo Barbosa e Maria de Lima do Prado (Silva Leme, volume terceiro, título "Raposo Góis" "páginas 40 e 44).

Este último casal, Pedro de Moura Ferreira - Catarina de Almeida Lima, deixou grande descendência de Mouras, através dos seus filhos, dos quais Silva Leme descobriu oito, conforme se lê no volume III, lugar citado, e são eles: I - José, Carlos de Souza, casado em Guaratinguetá, em 1759; 2- Reginaldo Álvares de Moura, casado em 1761, na mesma localidade; 3- Antônia Bernarda, casada na mesma vila, em 1761; 4- Ana Barbosa, casada em igual data, no lugar citado; 5- Margarida Francisca, casada em 1763, ainda em Guaratinguetá; 6 - Úrsula Maria, casada em 1765, na dita vila; 7 - Joaquim Estolano do Carmo, casado em 1765, também do lugar mencionado; e 8- Bárbara Moreira de Castilho, casada em 1751, igualmente em Guaratinguetá, com Lourenço Rodrigues do Prado.

Tenho presentes numerosos termos de casamento de Guaratinguetá, coligidos pacientemente por Gastão de Meireles França, termos esses que serão publicados num próximo número da "Revista Genealógica Brasileira". O assentamento referente a Lourenço Rodrigues do Prado diz que ele era de "Thabahybaté", interessante forma que precisa ser catalogada, ao lado das que já possui, pelo tupinólogo senhor J. David Jorge (Aimoré), o consciencioso pesquisador do Arquivo Público estadual.

Estes Mouras, oriundos do pintor de Alvaiazere, através do filho tabelião de Taubaté, não devem ser confundidos com outros Moura taubateanos, provindos remotamente de Gaspar Garcia de Moura encontrado na "Genealogia Paulistana", em título "Cunhas Gagos", volume quinto, página oito. A geração de Gaspar Garcia de Moura e assaz conhecida e eu tenho prazer em referir aqui o nome do Sr. Joaquim Vieira de Moura, a ela pertencente, oficial do registo civil de Rincão, onde reside há longos anos. Devo ao Sr. Joaquim Vieira Moura bastantes informes preciosos, numa pesquisa de alto interesse para mim e na qual muito me tem auxiliado.

Ora, como eu estivesse às voltas com os recenseamentos das Ordenanças de São Luiz do Paraitinga, para estudar pontos que me eram necessários, achei no censo datado de 12 de janeiro de 1778, que o capitão Manuel Pereira de Castro, natural de Aregos, Bispaço de Lamego, com 33 anos de idade, estava casado com d. Ana Francisca de Moura, de 22 anos, natural de Taubaté. O casal teve muitos filhos. Em 1790, já se relacionavam os nove seguintes: 1- Luiz, de 10 anos; 2- José, de 8; 3- Manuel, de 5; 4- Antônio, de 4; 5- João, de 1 ano; 6- Maria, de 9; 7- Mariana, de 3, 8 - Rita, de 2; e 9- Catarina, de 6 meses. A filha de nome Maria (Maria Gertrudes da Penha) foi a mulher de Custódio Ferreira Silva, natural do Porto, a quem me referi no subsídio passado.

O censo de 1815 apresenta o seguinte quadro, para o casal Custódio Ferreira da Silva - Maria Gertrudes da Penha: Custódio Ferreira da Silva, natural do Porto, 51 anos; sua mulher Maria Gertrudes da Penha, 35 anos; filhos: 1- João, de 18 anos; 2- Joaquim, 17; 3- Pedro, 14; 4- Francisco, 12; 5- Manuel, 7; 6- José, 4; 7 - Maria, 20; 8- Ana, 10; 9- Felícia, 6; e 10- Maria, 2. Maria Gertrudes da Penha aparece no censo de 1829 já viúva com o nome Maria Gertrudes de Castro. Ela era de fato Pereira de Castro como atrás ficou dito.

O filho de Custódio e Maria Gertrudes, Pedro Paulo Pereira (de Castro) casou a primeira vez com uma Domingues de Castro, de conhecidíssima família de São Luiz do Paraitinga, à qual pertence, o prezado amigo Dr. Paulo Domingues de Castro, médico, residente nesta capital, com quem sempre converso sobre genealogia de São Luiz. Conforme escrevi no subsídio passado, foi do segundo casamento de Pedro Paulo Pereira, com Ana Clara do Paraíso, irmã de Jordão Figueira de Faria, que proveio o Dr. José Garcia Braga, a quem pretendi atender, ao realizar esta pesquisa que, bem a contragosto, está incompleta num ponto essencial - na parte que se relaciona com Ana Francisca de Moura, de Taubaté, onde ter nascido pela data de 1755. Meu palpite é que Ana Francisca de Moura vai se prender aos Mouras de Miguel de Souza e Silva e Bárbara Moreira de Castilho.

O caso ficará esclarecido com o registo do casamento do capitão Manuel Pereira de Castro, solteiro ainda em 3 de janeiro de 1777, mas já casado aos 12 de janeiro de 1778. Acredito seja possível encontrar livros paroquiais dessa data para elucidar o caso em questão.

Há tempos monsenhor Gioia, muito digno vigário de São Luiz, a pedido meu, achou os registros de batismo de um dos fundadores da freguesia de Silveiras, o capitão José Ventura de Abreu, em maio de 1786; e da irmã dele, Maria de São Bento de Abreu, em março de 1790, a esposa do revolucionário silveirense de 1842, tenente Anacleto Ferreira Pinto. Ignoro, porém, se ainda haverá em São Luiz registros de 1777. E também pode

ser que Ana Francisca de Moura não tivesse casado em São Luiz, e sim em alguma das paróquias vizinhas.

Se não houver sorte, na procura dos registros paroquiais, quem sabe se resolveria o problema diante dos autos de inventário do capitão Manuel Pereira de Castro e de sua mulher, a sobredita Ana Francisca de Moura? (\*)

-o-o-o-o-

(\*) Este problema também já está resolvido. Encontrei, no Arquivo da Cúria Metropolitana, o processo de *genere et moribus* do padre Manuel Pereira de Castro, Natural de São Luiz do Paraitinga, ordenado em 1803. Ele era filho do Capitão Manuel Pereira de Castro e de Ana Francisca de Moura, neto paterno de Manuel Pereira e de Ana Maria da Costa, portugueses, e neto materno de João Rodrigues Furtado, taubateano (S.L., VIII, 96, 4-1 de 3-5), e de Maria Madalena da Penha, guaratinguetaense, não mencionada na "Genealogia Paulistana", mas que aí deve entrar como 4-9, na página 45, do volume III, por ser filha de Francisco Moura Ferreira, taubateano (V, 433). O caso é exatamente como supus.

## CXL

Nos subsídios sete e cento e oito, publicados nas edições do "Correio Paulistano" de 21 de julho de 1939 e de 18 de 1941, aludi a uns Camargos, daqui de São Paulo, que se espalharam em Cunha, Guaratinguetá, Queluz, Areias, Eles eram Lopes de Camargo, descendentes de Francisco Lopes de Camargo, casado em S. Paulo em 1762, com Maria Cardoso de Melo, filha de Inácio de Melo Coutinho e de Ana Maria Cardoso da Silveira (Silve Leme, "Genealogia Paulistana", volume I, título "Camargos", página 181, volume III, título "Prados", página 337)

Conforme eu ressaltai, o genealogista de Bragança menciona os filhos Cipriana, Manuela e Francisco, para o casal, quando, na verdade eles orçam por uns dez, que tantos são os encontrados nos recenseamentos das Ordenanças de São Paulo, da iniciativa assaz louvada do morgado de Mateus. São esses dez gêmitos: 1- Cipriana,, 2- Gertrudes, 3- Antônio José, 4- Manuela, 5- Ana, 6- Francisco, 7- João, 8- Luiz Antônio, 9- Inácio Mariano (padre), e 10- Maria.

Reporto-me ao subsídio sete, supracitado, onde explico ligeiramente os motivos que determinaram essa pesquisa e as dificuldades iniciais, dada a existência de homônimos. Desses filhos enumerados, Antônio José foi o capitão Antônio José de Camargo, que teve bastante projeção em Cunha, onde viveu desde o término do século dezessete, indo, depois de viúvo, para Guaratinguetá e aí morreu. Teve o capitão Antônio José de Camargo, da sua primeira mulher Ana Luiza do Amaral, natural de Cunha, onze filhos, todos nascidos nessa localidade: 1- Umbelino, 2- Honório, 3- Antônio, 4- Prudêncio, 6- João, 7- Lino, 8- Dina Eufrásia, 9- Maria, 10- Emília e 11- Adriano Lopes de Camargo.

Dina Eufrásia de Camargo foi a esposa de Antônio Possidônio do Santo, filho do alferes Carlos Pedroso de Silveira (1763 - 1834), com geração em Queluz de São Paulo. Liduina Maria de Camargo contraiu núpcias com Manuel Carlos da Silveira, outro filho do alferes Carlos Pedroso, sem descendência. Adriano Lopes de Camargo casou em Queluz, aos 4 de abril de 1837, com Antônia Constantina do Amor Divino, filha de Manuel Vicente Pereira da Costa e de Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, irmã esta Ana Profetisa, de

Antônio Possidônio e de Manuel Carlos, atrás referidos. Vê-se que houve três entrelaçamentos nas famílias do capitão Antônio José de Camargo e do alferes Carlos Pedroso da Silveira.

Luiz Antônio de Camargo, irmão do capitão Antônio José, casou em 1815 em Guaratinguetá, para onde se transferira, com Maria Silvéria, filha de Lourenço Leme Barbosa e de Ana Francisca Romeiro. Loureço vinha a ser meio-irmão do capitão José Ramos Nogueira, do Bananal, filhos ambos do guaratinguetaense Roque Bicudo Leme (Silva Leme, volume sexto, título "Bicudos", página 329). A propósito deste Roque, convém corrigir, na "Genealogia", lugar citado, que tinha quinze anos em 1744, e não vinte e cinco, como se escreveu. Ainda, quanto a Roque, reporto-me ao subsídio cinquenta.

Luiz Antônio de Camargo faleceu em Guaratinguetá em 1850 e uma de suas filhas é a mãe do Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, o que já noticiei no subsídio sete. Prendem-se, assim, os Abranches, à progênie dos Lopes de Camargo, descendentes do coronel Estevão Lopes de Camargo e de Isabel Pais de Siqueira, irmã de uma remota sexta avó minha, Maria Pais de Siqueira, que foi a mulher de João do Prado da Cunha (Silva Leme, volume I, título "Camargos", página 180; volume III, título "Prados", página 245; e volume VII, título "Siqueiras Mendonças", página 494). É oportuno lembrar aqui que, segundo o inventário de Mateus de Siqueira de Mendonça, falecido em São Paulo em 1680, Maria contava, em tal data, nove anos, e Isabel sete. Cabe também neste ponto uma retificação ao volume sétimo da "Genealogia", onde está errada a filiação de João do Prado da Cunha, irmão do mestre de Campo Antônio e não filho, como vem escrito.

Padre Inácio Mariano Camargo, irmão de Luiz Antônio e do Capitão Antônio José, foi batizado nesta capital, na sé, aos 13 de dezembro de 1785. Recebeu ordenação sacerdotal em 1811, e o processo de *génere et moribus* encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, em perfeito estado de conservação. Padre Inácio Mariano de Camargo morou em Areias, e o seu nome pode ser lido nos últimos censos da terra de adoção do paulistano capitão-mor Gabriel Serafim da Silva.

Gastão de Meireles França andou pesquisando sobre esses Camargos guaratinguetaenses, a meu pedido, pois o processo de habilitação do padre Inácio, que comprova, de maneira perfeita, as filiações dificilmente encontradas, só aparece tarde, no desenvolvimento dos trabalhos.

Sobre o capitão Antônio José de Camargo, Gastão descobriu que casou segunda vez, em Guaratinguetá, em 1822, com Antônia Maria Rangel, viuva do sargento-mor Francisco da Silva Barros Abreu, natural de Parati, filho do capitão João de Barros Abreu e de Ana de Freitas, ambos de Parati também. Antônia Maria Rangel aparece em Silva Leme, volume III, título "Raposos Gois", página 65, casada com o capitão Francisco, que foi o seu segundo marido. A "Genealogia" omitiu o primeiro (capitão Manuel José da Silva) e o terceiro (capitão Antônio José de Camargo).

Aproveitando o fato de estar com a mão na massa, Gastão me pediu esclarecimentos sobre o casal Joaquim Francisco Gonçalves - Maria Joaquina dos Santos Camargo, cujo filho, João Gonçalves dos Santos Camargo, batizado na Sé de São Paulo, casou em Guaratinguetá 1836, com Senhorinha Leopoldina da Gloria, filha do tenente Francisco José Nogueira, avós estes, do Dr. Rangel de Camargo.

Este trabalho infelizmente foi o último que fiz para o meu saudoso amigo guaratinguetaense, meu companheiro de infância em Queluz. Graças ao material do Arquivo da Cúria Metropolitana, consegui esclarecer tudo.

Joaquim Francisco Gonçalves filho de André Gonçalves e de Gertrudes Pereira do Espírito Santo, casou a primeira vez em São Paulo, a 21 de outubro de 1806, com Gertrudes Maria de Jesus, filha de Joaquim Correia Diniz e de Gertrudes Maria de Jesus. Enviuvando passou Joaquim Francisco Gonçalves as segundas ainda na Sé de São Paulo, a 22 de fevereiro de 1808, com Maria Joaquina dos Santos Camargo, filha de Manuel Alvares dos Santos e de Manuela de Camargo. já defunta.

Ora aí está elucidado o caso. Manuela Maria de Camargo São Paulo, em 1792, com Manuel Alvares dos Santos, viuvo de Mariana Antônia da Trindade. Silva Leme, em título "volume I, página 181, refere esse casamento. Manuela era irmã do capitão Antônio José de Camargo, de Luiz Antônio de Camargo, do padre Inácio Mariano de Camargo e de outros já indicados atrás.

- exame dos recenseamentos de S. Paulo, existentes no Arquivo Público Estadual, revela que Manuel Alvares dos Santos com sessenta anos, em 1798, era boticário, e que com ele moraram e praticaram os dois cunhados, muito mais moços, Antônio José de Camargo, de Luiz Antônio de Camargo. Este, ainda menor de vinte anos, em 1798, deixou fama em Guaratinguetá, na arte de cirurgia. Era boticário e cirurgião. Gosto de falar nesses Camargos, por uma questão afetiva, de psicologia infantil, que já expliquei no subsídio sete. E é que José Lopes de Camargo, queluzense, filho de Adriano Lopes de Camargo, e neto do capitão Antônio José de Camargo, me dava a mim, criança, menino queluzense, muita atenção, tratando-me como gente grande. As crianças não se esquecem disto.

## CXLI

Quando eu andava coordenando apontamentos para o trabalho que sobre os Lopes Figueira, do Facão (Cunha), publiquei na "Revista do Instituto Histórico e geográfico de São Paulo", volume XXXV, fui muito auxiliado, em certo capítulo, pelo sr. Bento Ramos de Queiroz, farmacêutico em Mogi das Cruzes. Neto materno de Celso Eugênio dos Reis (nascido em Cunha por 1806) e bisneto, portanto, do Barão do Rio Claro do Rio de Janeiro, Antônio Manuel de Freitas e sua mulher Teodora Francisca dos Reis (ambos igualmente de Cunha), estava o informante a par de muita coisa referente à genealogia da familiar além dos lembretes enviados, o sr. Bento Ramos de Queiroz apresentou-me à sua prima, d. Maria Cândida dos Reis Muller, residente nesta capital, e pude obter, desta excelentíssima senhora, boas ampliações e correções para as minhas referidas notas genealógicas dos Lopes Figueira. D. Maria: Cândida é filha do tenente Francisco Eulálio dos Reis e de Maria Joaquina; neta paterna do capitão-mor de São João Marcos, Nuno Eulálio dos Reis (nascido em Cunha: por 1805) e bisneta, por essa linha, do bairro do Rio Claro; e neta materna de João Bonifácio Gomes de Gouveia e de Ana Maria Ramos Nogueira (irmã do Barão de Joatinga).

Nos subsídios trinta, trinta e seis e sessenta e cinco tive oportunidade de dizer algo sobre essa familiar e preciso reportar-me à matéria já aqui publicada. O dr. Geraldo Cardoso de Melo, na sua obra "Os Almeidas e os Nogueiras do Bananal", saída este ano, menciona (páginas 90 e 92) o casal João Bonifácio - Ana Maria e apenas o filho tenente-coronel Pedro Ramos Nogueira de Gouveia, casado com Amália de Almeida e Silva e a Geraldo destes.

Nas informações que recebi de d. Maria Cândida dos Reis Muller, o casal João Bonifácio Gomes de Gouveia - Ana Maria Ramos Nogueira, deixou nove filhos: 1 - Braz; 2 - Pedro; 3 - Lourenço; 4 - Antônio; 5 - Luiz; 6 - João; 7 - Joaquina Maria; 8 - Maria Joaquina, e 9 - Carolina; e grande descendência, por alguns desses gênitos, na qual se contam elementos muito conhecidos nesta capital, como, por exemplo, os Portugal Gouveia.

Logo que haja nova oportunidade, quero publicar essas ampliações que tão gentilmente me foram trazidas da referida informante pelo seu neto Plínio Muller de Gouveia, muito interessado no estudo dos Gouveias, de sua linha paterna e materna.

E ainda não registrei a ascendência de João Bonifácio Gomes de Gouveia, que foi o marido de Ana Maria Ramos Nogueira, mas tal nome, João Bonifácio, leva qualquer pesquisador genealogista a procurar maneira de encaixar esse Gomes de Gouveia em Silva Leme, título "Macieis", volume oitavo, páginas 212 a 214.

Maria Nunes de Siqueira foi casada com José Gomes de Gouveia e, depois, em segundas núpcias, em 1737, com Francisco de Mendonça Cavaco. O inventário de José Gomes de Gouveia processou-se em Guaratinguetá, em 1732 e dele constam os oito filhos que o dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme escreve na sua "Genealogia Paulistana", lugar citado, os quais são: 1 - Manuel; 2 - José Gomes de Siqueira, capitão-mor de Iguatemi, onde faleceu, inventariado em Mogi-Mirim em 1776; 3 - João Gomes de Siqueira; 4 - Zeferina de Gouveia, casada em Cunha, com José dos Santos de Souza., com numerosa geração, na qual se conta Teodora Francisca dos Reis, que até hoje não pude saber se chegou a ser baronesa do Rio Claro, pois ignoro se ainda era viva quando o marido, Antônio Manuel de Freitas, passou a barão do Rio Claro, em virtude do decreto de 25 de março de 1840; 5 - Ildefonso; 6 - Catarina Gomes de Siqueira, casada em 1746 em Guaratinguetá, com José Gomes da Mota e com onze filhos, dos quais um - Joaquim Gomes de Siqueira e Mota, nascido em Cunha, em 1766, é o tronco dos Celidônios e Siqueira Reis, de São José do Barreiro; 7 - Félix Gomes de Siqueira, e 8 - Gabriel Gomes de Siqueira, casado em Cunha com Rosa Maria do Amaral São Paio.

Estes Nunes de Siqueira - Gomes de Gouveia não se espalharam só em Guaratinguetá, Cunha, São Luiz do Paraitinga, Barreiro, Bananal e outros pontos do Vale do Paraíba e zonas limítrofes. Também se contam em Mogi-Mirim, de onde um deles, João Bonifácio de Mendonça e Gouveia, se transferiu para Goiás e ali deixou geração distinta, que já foi objeto de estudo e à qual fiz referência nestes subsídios (vinte e seis e cento e trinta).

João Bonifácio de Mendonça e Gouveia casou em Meia-Ponte (Pirinópolis) aos dois de maio de 1779 e um dos seus descendentes, o senhor Joaquim Bonifácio de Siqueira estranhava o sobrenome "Bonifácio", cuja origem não conseguiu decifrar. Pois o marido de Ana Maria Ramos Nogueira, em zona tão distante de Goiás, também usava o sobrenome "Bonifácio", o que demonstra uma tradição antiga e arraigada.

José Gomes de Gouveia e Silva nasceu em Mogi-Mirim por 1745 e era igualmente filho do capitão-mor de Iguatemi. Casou em Cunha, com Joana Maria da Silva e foi capitão-mor de São Luiz do Paraitinga por sessenta anos, ao que fui informado. Faleceu em São Luiz, aos seis de outubro de 1826, com geração, e era conhecido por "Capitão Mogi". Talvez fosse o pai do cunhado do Barão de Joatinga, o referido João Bonifácio Gomes de Gouveia, que usaria, assim, nome e sobrenome do tio de Goiás.

Trabalhei na Escola Normal Secundária de São Carlos, de fevereiro de 1912 a janeiro de 1921. Tive ocasião de conhecer muito de perto, no modelar estabelecimento de ensino, um notável docente de matemática, filho de Pindamonhangaba, formado na Politécnica de São Paulo. Chamava-se Mário Marcondes Natividade, irmão de Marco Aurélio, Ricardo, Maria Ernestina e Ilia Marcondes Natividade; e meio-irmão do dr. Francisco Marcondes de Gouveia, que foi advogado e professor de matemática, aqui em São Paulo, o qual assinava "Natividade", em homenagem ao padrao.

O dr. Francisco Marcondes de Gouveia (Natividade), formado na Faculdade de Direito daqui, em 1886, era também natural de Pindamonhangaba, e casara em Taubaté, com Brasília de Castro, filha do conhecido educador dr. Antônio Quirino de Souza e

Castro. Ele aparece na "Genealogia Paulistana", volume sétimo, página 379, título "Costas Cabrais", e aí se vê que era filho de Ana Delfina de Moura Marcondes e primeiro marido, Cesário Lopes de Gouveia, filho de José Bonifácio de Gouveia e Silva, de São Luiz do Paraitinga.

Não sei ainda onde se encontra o termo de casamento de José Bonifácio de Gouveia e Silva, naturalmente com uma Lopes (dos Lopes Figueira, do Facão?), para determinar quem fossem os seus progenitores. Ele era homem importante em São Luiz e assinou, em 1850, papéis da junta de qualificação de votantes.

Mas em São Luiz do Paraitinga, nos começos do século dezenove, um homem importante, chamado José Bonifácio de Gouveia e Silva, tem de ser desta família de João Bonifácio de Mendonça e Gouveia (o de Goiás) e de João Bonifácio Gomes de Gouveia (o marido de Ana Maria Ramos Nogueira).

O dr. Francisco Marcondes de Gouveia (Natividade), - já falecido há anos, era pai do engenheiro Cesarino Natividade e sogro do escritor Monteiro Lobato. Gostaria de receber informes sobre a ligação dele aos seus troncos Gouveia e Lopes, em notas bem precisas e bem documentadas.

## CXLII

A freguesia de São João Batista de Queluz, criada em terras do município de Lorena, a 22 de março de 1803, passou a vila (sede do município) em 4 de março de 1842. E a freguesia de Silveiras, criada também em terras de Lorena, aos 9 de outubro de 1830, passou a vila (sede de município) em 28 de fevereiro de 1842.

A revolução de 1842, entretanto, não permitiu fossem instalados esses dois novos municípios paulistas, sendo muito mais tarde. Manuel da Fonseca Lima e Silva, somente em 9 de agosto de 1844, expediu duas portarias: uma à Câmara de Lorena para que, no dia 7 de setembro, se procedesse à eleição dos vereadores da Câmara de Silveiras; e outra, igual, à Câmara de Areias, para que, também no dia 7 de setembro, se realizassem eleições de vereadores da Câmara de Queluz.

Eleitos os primeiros vereadores de Silveiras e Queluz, no dia 7 de setembro de 1844, começaram essas localidades a ter vida própria nos começos de 1845, quando se instalaram as duas vilas, sedes desses dois novos núcleos municipais.

Lugares vizinhos, cheios de vida, com importantes lavouras cafeeiras naqueles tempos de um século atrás, ali viviam e prosperavam famílias, de quem tenho tratado nestes subsídios, as quais contam hoje elementos esparsos em pontos remotos deste Centro-Sul brasileiro. De vez em quando notam-se, nesses elementos esparsos, curiosos casos de respeito ao passado, de apego à tradição, manifestados no desejo de esclarecimento de elos genealógicos, que, confiados só à memória, estavam fadados às alterações próprias daquilo que se confia apenas à retentiva.

Em Queluz, por exemplo, uma das famílias de mais relevo era a do comendador Joaquim José Pereira da Costa, natural de Cunha ou de Taubaté, filho de Manuel Correia Bittencourt e de Margarida Angélica de Oliveira. Ele aparece em Queluz, a primeira vez, no censo de 1828, aos 28 anos de idade (?), já casado com Maria Eufrásia de Oliveira, nascida em Cunha e contando cerca de 16 anos. Nessa época ainda não tinham filho algum. Acredito que houvessem casado mesmo em Cunha e, logo em seguida, rumado para Queluz, lugar que lhes foi propício e onde muito prosperaram.

No subsídio cento e oito, edição do "Correio Paulistano", de 18 de julho de 1941, afirmei que o comendador Joaquim José Pereira da Costa era irmão de Manuel Vicente Pereira da Costa, o que não está certo: eram apenas primos. O comendador tinha um irmão de nome Manuel, e isso é que me levou à confusão, mas este não é o genro do alferes Carlos Pedroso da Silveira, de nome Manuel Vicente Pereira da Costa, casado com Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, e com geração em Queluz, que publiquei no dito subsídio cento e oito.

Quem eram os pais do comendador Pereira da Costa? Taubaté consta, na lista dos seus capitães-mores, quase coincidindo com o período da estada de D. João VI, no Brasil, um açoreano de Angra, chamado Manuel Correia Bittencourt, homem ativo, que negociava para o Rio de Janeiro e possuía lavoura em São Sebastião. O censo de Taubaté, de 1801, dá-o com 42 anos de idade, casado com Margarida Angélica de Oliveira, de Cunha, de 27. Os filhos do casal orçavam por dez: 1 - Margarida, natural de S. Paulo, de 1793; 2 - Ana, de S. Paulo, de 1794; 3 - Manuel, de S. Paulo, de 1796; 4 - Joaquim José Pereira da Costa (o comendador), parece que de Cunha, de 1797; 5 - Tereza, de Cunha, de 1798; 6 - João Batista Bittencourt (padre), natural de Taubaté, de 1799; 7 - Maria, de Taubaté, de 1800; 8 - Mateus, de Taubaté, de 1801; 9 - Antônio, de Taubaté, de 1806; e 10 - Tereza, de Taubaté, de 1813. Datas aproximadas.

Não sei onde morreu Manuel Correia Bittencourt, nem onde teria sido inventariado, pois o seu nome não aparece na lista dos Inventários e Testamentos de Taubaté, publicada pelo dr. Felix Guisard Filho. Foi capitão-mor da cidade de Jaques Felix, de 1802 a 1821, tendo sido reformado em 1822. A viuva, Margarida Angélica de Oliveira, ainda em 1828 era recenseada em Taubaté, com 53 anos, tendo em sua companhia as filhas solteiras Ana e Margarida, paulistanas, e Maria, taubateana. O filho do casal, de nome João, melhor João Batista Bittencourt, ordenou-se em São Paulo, em 1821, e o processo de habilitação "de gênero et móribus" está no Arquivo da Cúria Metropolitana. Tal processo requerido alias por três irmãos, João Batista, Mateus João e Antônio Pio, e o documento a ser consultado para o esclarecimento da ascendência paterna e materna dos peticionários.

Manuel Correia Bittencourt casou em Cunha, aos 24 de julho de 1792, com Margarida Angélica de Oliveira. Ele já tenente, filho de Manuel Correia de Quadros e de Catarina -Bittencourt, açoreanos; neto paterno de Mateus de Quadros Pereira e de sua mulher; e neto materno de João de tal e de Maria Bittencourt. Ela, Margarida Angélica, filha de João Pereira da Costa, de São Miguel de Lavradas, Braga, e de Ana Maria de Oliveira, de Nossa Senhora dos Remédios de Parati; neta paterna de Domingos da Costa e de Maria Rosa Pereira; e neta materna de José Alves de Oliveira, de Santo Tirso de Páramos (Porto) e de Margarida da Silva do Amaral, de Parati. João Pereira da Costa e Ana Maria de Oliveira casaram em Cunha (Facão) aos 16 de agosto de 1757 e é preciso acrescentar o nome dela à lista dos cinco filhos, que publiquei, de José Alves de Oliveira e de Margarida da Silva do Amaral, no subsídio número três, edição do "Correio Paulistano", de 21 de junho de 1939.

José Alves de Oliveira e Margarida da Silva do Amaral foram dos primeiros povoadores de Cunha e lá viveram longos anos e eram os pais de: 1 - Padre Manuel Alves de Oliveira; 2 - Maria Rosa da Anunciação, casada duas vezes, antepassada do conselheiro Rodrigues Alves; 3 - Antônio Alves de Oliveira; 4 - Joaquina; 5 - Capitão-mor José Alves de Oliveira, que foi casado com duas irmãs do alferes Carlos Pedroso da Silveira (1763-1834), de nomes Inês de Andrade e Silva, e Helena da Silva Rosa; e 6 - Ana Maria: de Oliveira, a mulher de João Pereira da Costa. Pode ser que esta lista venha ainda a ser aumentada.

O casal João Pereira da Costa - Ana Maria de Oliveira, morador da freguesia do Facão, teve alguns filhos e não sei se consegui relacionar todos, e eram: 1 - Tere-



za, de 1759, que foi a mulher de Jerônimo Afonso Leal; 2 - Antônio, de 1760; 3 - Mariana, de 1762; 4 - Padre João Pereira da Costa, de 1766, que já sexagenário, em 1828, foi recenseado em Queluz, como morador novo, que vivia de suas ordens e era juiz de paz; 5 - Joaquim José Pereira da Costa, de 1768; 6 - Felisberto de 1773, e 7 - Margarida Angélica de Oliveira, de 1775, que foi a mulher de Manuel Correia Bittencourt, de quem um dos dez filhos foi o comendador Joaquim José Pereira da Costa, o fazendeiro, patriarca de Queluz, onde já estava em 1828, como disse, casado com Maria Eufrásia de Oliveira. Convém reparar que o comendador tinha um tio homônimo. De um dos irmãos de Margarida Angélica de Oliveira era filho Manuel Vicente Pereira da Costa, o genro do alferes Carlos Pedroso da Silveira, já referido no começo.

Maria Eufrásia de Oliveira, igualmente de Cunha, vinha a ser filha de Frederico José Cardoso, português, e de Francisca Eufrásia, de Cunha. Cardoso, de Lamego, ao que parece, tinha negocio de fazenda seca, em Cunha e, mais tarde, passou a morar em Guaratinguetá. Descobri seis filhos, para o casal Frederico José Cardoso - Francisca Eufrásia: 1 - Maria Eufrásia, de 1812; 2 - Timóteo, de 1813; 3 - Antônio, de 1817; 4 - Jesuína Eufrásia, de 1818; 5 - Galdino, de 1821; e 6 - Lúcio de 1823. A primogênita, Maria Eufrásia, foi a mulher do comendador Joaquim José Pereira da Costa; Antônio veio a ser o pai do dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, político e lente da Faculdade de Direito de São Paulo; Jesuína Eufrásia casou com o major João Constantino de Oliveira, fazendeiro em Queluz, e oriundo também de gente antiga de Cunha, conforme depois explicarei. Nada sei de Timóteo, Galdino e Lúcio.

### CXLIII

Procurei, no subsídio passado, explicar bem quem era o comendador Joaquim José Pereira da Costa, recenseado em Queluz, a primeira vez no ano de 1828, já casado com Maria Eufrásia de Oliveira. Examinei, com os elementos colhidos daqui, a ascendência do casal.

De Maria Eufrásia descobri que era filha do português Frederico José Cardoso e de Francisca Eufrásia, sendo esta muito provavelmente uma Oliveira, talvez da descendência patriarcal de José Alves de Oliveira, de Santo Tirso de Paramos, e de Margarida da Silva do, Amaral, de Nossa Senhora dos Remédios de Parati.

Preciso aprofundar esse caso da ascendência de Francisca Eufrásia (de Oliveira), mesmo porque existe um descendentes dela muito,

interessado nessa pesquisa. Foi ele quem me informou que sua avó Maria Eufrásia era irmã de Jesuína Eufrásia e parenta próxima (tia) do dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, docente da Faculdade de Direito. Como é sabido, o dr. Abranches foi aposentado no lugar de lente da segunda cadeira do primeiro ano pelo decreto de 17 de junho, ratificado pelo de 21 de julho de 1903, e faleceu a 17 de setembro do mesmo ano.

Da mesma fonte ouvi que o dr. Abranches afirmara ser primo do medico e latinista dr. Antônio de Castro Lopes, natural do Rio de Janeiro. Tal parentesco pode até provir de um dos três irmãos de Maria Eufrásia de Oliveira, ao quais me referi e de quem nada pude apurar: Timóteo, Geraldo e Lúcio. As populações de Cunha e Parati eram muito ligadas por laços de parentesco. E de Parati não sendo poucas as famílias idas para o Rio de Janeiro.

O recenseamento de Queluz, de 1847, arrola Joaquim José Pereira da Costa, casado com Maria Eufrásia de Oliveira e os oito filhos seguintes: 1 - Joaquim, 2 - João, 3 - José, 4 - Antônio, 5 Francisco, 6 - Maria, 7 - Margarida, 8 - Paulino. Não tenho muitas notas sobre esses filhos e o que sei vai a seguir:

1 - Joaquim Pereira Bittencourt, o número um, casou em Queluz, com sua prima Laureana, filha do major João Constantino de Oliveira e de Jesuína Eufrásia de

Oliveira. Desse casamento nasceram seis filhos e são eles: a) - Joaquim Pereira Bittencourt, que em Queluz, para todos os efeitos, era o "Quincas de d. Laureana". Foi comerciante aqui e, do seu casamento com Maria, deixou a filha professora Maria Oliva Bittencourt, formada em 1915, na praça da República, casada, com uma filha professora Alice Bittencourt Neto, minha inteligente ex-aluna no curso ginásial da Escola Normal da Praça da República; b) - Otavia Bittencourt, solteira, hoje residentes em Guaratinguetá; e c) - Margarida Bittencourt, casada com Henrique de Azeredo Coutinho, com um filho Joaquim Coutinho; d) - Jesuína Bittencourt, falecida em Guaratinguetá, em 16 de março de 1941, septuagenária, casada com Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, filho do bravo comandante da canhoneira "Paraíba", Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, herói do Riachuelo. Aurélio Garcindo (filho) era irmão do conhecido clínico de São Carlos, dr. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá, e, do seu casamento com Jesuína Bittencourt, deixou os filhos Aurélio Valporto de Sá, tesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil; Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá, diretor geral do Departamento de Administração, do Ministério da Educação; João Bittencourt de Sá, chefe da Estação Dom Pedro 11; Sebastião Bittencourt de Sá, pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil; Adelaide Bittencourt de Sá e Castro, Maria Bittencourt de Sá Vieira, funcionaria federal e Laureana Bittencourt de Sá, formada em 1916, na Praça da República, diretora do segundo grupo escolar de São José dos Campos; e) - Laureana Bittencourt, casada com Francisco Meireles Leal, médico, com as filhas Laureana e Cora, casadas; f) - Zica Bittencourt, casada com Telêmaco Pacheco, português, com cinco filhos: Ester, casada com Emídio da Silveira parece que neto de Carlos Firmino Brandão, de Queluz, com dois filhos; Regina, casada com o farmacêutico José Carlos de Oliveira Garcez Sobrinho, com geração, da qual já dei notícia no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma (volume XXVII da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", número de setembro de 1936, página 146) ; Mário Bittencourt Pacheco, casado com Helena e com cinco filhos (Judite, Mário, Telêmaco, Elvira e Luzia) ; Onofre Bittencourt Pacheco, falecido, casado com Alvarina; e José Bittencourt Pacheco, casado primeiro com Maria e depois com Sebastiana, tendo o filho Antônio.

2 - João Pereira da Costa, o segundo filho do comendador, casou em São José do Barreiro, com Inês Pereira Leite, e deixou um filho por nome Alfredo Leite Pereira da Costa.

3 - José, o terceiro filho do comendador, era José Pedro Pereira da Costa, que foi casado duas vezes, ambas em Queluz. A primeira vez com uma filha de Joaquim Dias Novais e de sua mulher Lúcia Maria Brandina, casal este que aparece na "Genealogia Paulistana" volume nono, "Adenda", página oitenta e, desse seu primeiro casamento, deixou José Pedro Pereira da Costa os filhos Firmino Pereira da Costa, Davi Pereira da Costa, Virgínia, Ludovina, Deolinda e Emília Pereira da Costa. Passando a segundas núpcias com Teodora, filha de Francisco Cirino da Silva, teve mais um filho que foi o major Marcinio Pereira da Costa, conhecido e estimado oficial do Corpo de Bombeiros desta capital (ver "Revista do Arquivo", citada, de setembro de 1936, página 126).

4 - Antônio Pereira da Costa, quarto filho do comendador 'foi casado em Areias, com Leonor, filha de José Tomaz da Silva e de Maria Ribeiro da Silva. Este casamento está referido na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume quatorze, de julho de 1935, página trinta e dois, onde convém corrigir o nome do comendador, que está "João José", em lugar de "Joaquim José". Antônio Pereira da Costa e Leonor da Silva deixaram Marta, Margarida, falecida, e Joaquim Pereira da Costa, natural de Queluz, formado em 1889 na antiga. Escola Normal de São Paulo. Exerceu longo tempo o magistério oficial em Bragança, sendo depois removido para aqui, onde se aposentou. Formou-se na Faculdade de Direito paulista, em 1915, e advoga no Rio de Janeiro, pois para lá se mudou há muitos anos. Casou em São Paulo, com Leonor Augusta dos Santos Costa, formada na Escola Normal em 1890, e tem dois filhos - Altino Costa, médico, e Dulcídio Costa, advogado, muito conhecido

nesta capital, por haver sido presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto de 1915 a 1916.

5 - Francisco Pereira da Costa, que parece usava o nome de Francisco Pereira Bello e desse nada apurei.

6 - Paulino Pereira da Costa, o último dos filhos homens do comendador, foi casado com uma Nunes, ao que penso, e deixou três filhos: professor Rodolfo Nunes Pereira, Lindolfo Solano Pereira e Etelvina Pereira, todos casados. Deles direi mais alguma coisa na próxima nota, bem como das filhas do comendador, Maria Tereza e Margarida, igualmente casadas e com geração.

#### CXLIV

Tenho mais alguma coisa, embora pouca, a acrescentar aos meus subsídios cento e quarenta e dois e cento e quarenta e três, em continuado aos Pereira da Costa, de Queluz. Aliás estas notas foram ideadas como auxílio, ajutório, a investigações mais profundas e, assim, não são mesmo trabalhos completos. tem de ficar subordinadas ao título e não devem ir além do papel de elementos subsidiários. P- por isso que elas comportam muitas sugestões e hipóteses, incompatíveis com um verdadeiro estudo genealógico.

Errará quem procurar nestes subsídios a genealogia de determinada família: aqui encontrará somente alguns informes existentes no meu arquivo.

Estava em Paulino Pereira da Costa, ao terminar a nota anterior. Seus três filhos formaram-se na antiga Escola Normal de São Paulo. Etelvina Nunes Pereira é da turma de 1888; Lindolfo Solano Pereira diplomou-se em 1889 e, em 1931, teve como aluna distinta, na Praça da República, na aula de Pedagogia, embora por pouco tempo, a senhorinha Nair Solano Pereira, filha de Lindolfo; Rodolfo Nunes Pereira completou o curso de normalista em 1894, residiu muitos anos em Mogi-das-Cruzes, e, entre seus filhos, conta-se a professora Edite Nunes Pereira, formada em 1919 na Escola Normal do Braz, casada com o dr. Gualter Silva, cearense, muito conhecido em São Paulo nas rodas do magistério secundário. Escrevo aqui, com especial agrado, o nome do dr. Gualter, em atenção A amizade que o ligava ao meu irmão dr. Romeu Carlos da Silveira, médico (1895-1933).

Maria Tereza, filha do comendador Joaquim José Pereira da Costa e de sua mulher Maria Eufrásia de Oliveira' foi casada com o major José de Freitas e Silva, natural de São João Marcos, filho de pais portugueses. Irmãos do major: a) Cândida de Freitas e Silva, casada cone Francisco de Assis Fonseca, fazendeiros em São Francisco de Paula dos Pinheiros, pais de Francisco de Assis Fonseca Junior, a quem chamavam "Chiquinho de Assis"; b) Clara de Freitas e Silva,

Ana Bittencourt de Sá, formada em 1916, na Praça da República, diretora do segundo grupo escolar de São José dos Campos; c) - Laureana Bittencourt, casada com Francisco Meireles Leal, médico, com as filhas Laureana c Coral casadas; f) - Zica Bittencourt, casada com Telêmaco Pacheco, português, com cinco filhos: Ester, casada com Emídio da Silveira parece que neto de Carlos Firmino Brandão, de Queluz, com dois filhos; Regina, casada com o farmacêutico José Carlos de Oliveira Garcez Sobrinho, com geração, da qual já dei notícia no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma (volume XXVII da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo' , numero de setembro de 1936, pagina 146) ; Mário Bittencourt Pacheco, casado com, Helena e com cinco filhos (Judite, Mário, Telêmaco, Elvira e Luzia) Onofre Bittencourt Pacheco, falecido, casado com Alvarina; e José Bittencourt Pacheco, casado primeiro com Maria c depois com Sebastiana, tendo o filho Antônio.

2 - João Pereira da Costa, o segundo filho do comendador, casou em São José do Barreiro, com Inês Pereira Leite, e deixou um filho por nome Alfredo Leite Pereira da Costa.

3 - José, o terceiro filho do comendador, era José Pedro Pereira da Costa, que foi casado duas vezes, ambas em Queluz. A primeira vez com uma filha de Joaquim Dias Novais e de sua mulher Lúcia Maria Brandina, casal este que aparece na "Genealogia Paulistana" volume nono, "Adenda", página oitenta e, desse seu primeiro casamento, deixou José Pedro Pereira da Costa os filhos Firmino Pereira da Costa, Davi Pereira da Costa, Virgínia, Ludovina, Deolinda e Emilia Pereira da Costa. Passando a segundas núpcias com Teodora,, filha de Francisco Cirino da Silva, teve mais um filho que foi o major Marcínio Pereira da Costa, conhecido e estimado oficial do Corpo de Bombeiros desta capital (ver "Revista do Arquivo", citada, de setembro de 1936, página 126).

4 - Antônio Pereira da Costa, quarto filho do comendador, foi casado em Areias, com Leonor, filha de José Tomaz da Silva e de Maria Ribeiro da Silva. Este casamento está referido na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume quatorze, de julho de 1935, página trinta e dois, onde convém corrigir o nome do comendador, que está "João José", em lugar de "Joaquim José". Antônio Pereira da Costa e Leonor da Silva deixaram Marta, Margarida, falecida, e Joaquim Pereira da Costa, natural de Queluz, formado em 1889 na antiga. Escola Normal de São Paulo. Exerceu longo tempo o magistério oficial em Bragança, sendo depois removido para aqui, onde se aposentou. Formou-se na Faculdade de Direito paulista, em 1915, e advoga no Rio de Janeiro, pois para lá se mudou há muitos anos. Casou em São Paulo, com Leonor Augusta dos Santos Costa, formada na Escola Normal em 1890, e tem dois filhos - Altilio Costa, médico, e Dulcídio Costa, advogado, muito conhecido nesta capital, por haver sido presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto de 1915 a 1916

5 - Francisco Pereira da Costa, que parece usava o nome de Francisco Pereira Bello e desse nada apurei.

6 - Paulino Pereira da Costa, o último dos filhos homens do comendador, foi casado com uma Nunes, ao que penso, e deixou três filhos: professor Rodolfo Nunes Pereira, Lindolfo Solano Pereira e Etelvina Pereira, todos casados. Deles direi mais alguma coisa na próxima nota, bem como das filhas do comendador, Maria Tereza e Margarida, igualmente casadas e com geração.

## CXLV

Como escrevi, no subsídio cento e quarenta e dois, havia em Cunha, nos princípios do século dezenove, um negociante português Frederico José Cardoso, ali recenseado por muitos anos e ali casado com Francisca Eufrásia, natural da localidade. É fácil ver esses nomes, no Arquivo Público do Estado nos recenseamentos das Ordenanças da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão.

Essa família transferiu-se para Guaratinguetá e, em registros paroquiais guaratinguetenses, o linhagista dr. Gastão de Meireles França (1884-1940) achou o nome Frederico José Cardoso "de Araújo Abranches", pai de Antônio José Cardoso de Araújo Abranches, casado este, em 1839, com a neta de Lourenço Leme Barbosa e de Ana Francisca Romeiro (que não é dos Romeiros de Pindamonhangaba).

Estudei a geração de Maria Eufrásia de Oliveira (Cardoso de Araújo Abranches), ou sejam os Pereira da Costa, dos três últimos, subsídios. A descendência de Antônio José Cardoso de Araújo Abranches é conhecida. Nada apurei quanto a Timóteo, Galadino e Lúcio de Abranches. E agora direi algo sobre Jesuína Eufrásia de Oliveira (Cardoso de Araújo Abranches), a qual era a fazendeira d. Jesuína, de Queluz, casada com o major João Constantino de Oliveira.

O censo de Cunha, de 1809, na primeira companhia de Ordenanças, apresenta o casal João Manuel de Souza Arantes, natural de Braga, de 25 anos, que "vive da arte de cirurgia", e Laureana Constança de Oliveira de 15 anos, de Cunha.

Ignoro onde e quando morreu Laureana Constança de Oliveira, pois a lista censitária de Queluz (então município de Areias), em 1828, bairro do Ribeirão das Cruzes, sob o número setenta e seis, regista João Manuel de Souza Arantes, natural de Braga, viuvo, com 45 anos, e os cinco filhos: 1 - João, com 18 anos; 2 - José, com 15; 3 - Tereza, com 10; 4 - Joaquina, com 7; e 5 - casada, Delfina Eduarda, de 22 anos, com um filho Antônio, de cinco meses, sendo o marido Antônio José Ferreira, de dezesseis anos, natural do Porto.

Delfina Eduarda faleceu ainda muito moça, e o viuvo Antônio José Ferreira passou a segundas núpcias com Maria Honoria de Ávila, nascida por 1815, filha de Honório Fidelis do Espírito Santo e de Tereza Constância da Palma, o que tudo já tive ocasião de explicar, no trabalho sobre a Família Rebouças da Palma, pagina 166, volume XXVII, da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", de setembro de 1936.

Sobre os outros quatro filhos de João Manuel de Souza Arantes e Laureana Constança de Oliveira, sei que João foi o major João Constantino de Oliveira, fazendeiro e chefe político em Queluz, que casou com Jesuína Eufrásia de Oliveira (Cardoso de Araújo Abranches); José foi José Venceslau de Souza Arantes, fazendeiro em Queluz, casado com Tereza do Carmo Ribeiro, de S. José do Picú, Minas, e crescida em Cunha; Joaquina foi Joaquina Constança de Oliveira, casada em Queluz, aos 27 de novembro de 1839, com João Gomes dos Reis, nascido em Cunha, por 1815, quarto filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis (ver subsídio cento e vinte e cinco, de 14-11-1941). Não possuo dados sobre Tereza Joaquina de Oliveira, irmã de João Constantino, José Venceslau, Joaquina Constança e Delfina Eduarda.

Hei de falar sobre essas famílias, ao seu tempo, começando hoje pelo casal João - Jesuína. O censo de Queluz, de 1850, anota João, Constantino de Oliveira, sua mulher Jesuína Eufrásia e três filhos: João, Laureana e Antônio. Nasceram ainda, depois dessa data, José e Tereza. Direi alguma coisa sobre esses cinco gênitos:

1 - João Constantino Pereira Arantes, alistado como votante, em Queluz, com 26 anos em 1866; e eleitor, com 32 anos, em 1876. Era conhecido em família e na localidade por "Janjão". Foi casado com Maria Gomes dos Santos, filha de Francisco Gomes dos Santos e de Francelina. Tinha duas filhas: Maria da Conceição Arantes Ramos e Maria José Arantes.

2 - Antônio Augusto Pereira Arantes, alistado como votante, em Queluz, aos 25 anos, em 1866. Era conhecido por "Dodó". Foi casado com Maria Cordeiro e deixou nove filhos: a - Frederico Arantes, que residia em Guaratinguetá e era casado com Adalina Borges, tendo pelo menos a filha Maria do Carmo Arantes; b - João; c - dr. José Augusto Arantes, médico, muito conhecido nesta Capital, onde reside; d - Carlos Arantes, parece que casado em São Carlos; e - Rosalina Arantes, casada; f - Jesuína Arantes; g - Maria Teresa Arantes Monteiro, viuva, com dois filhos; h - Rafaela Arantes Meira, viuva; i - Maria Aparecida Arantes, formada em 1921, na Escola Normal do Braz.

3 - José Arantes, nascido e falecido em Queluz, solteiro, que, para todos, era o "Juca Arantes". Conheci muito este filho do major João Constantino e de d. Jesuína Eufrásia, bem como suas duas irmãs, que seguem.

4 - Teresa Arantes foi casada com o capitão José de Freitas, filho de outro de igual nome. Residiam em Queluz e não tinham geração. O casal criava uma menina de nome Zulmira.

5 - Laureana Arantes, que foi casada com seu primo Joaquim Pereira Bittencourt, filho do comendador Joaquim José Pereira da Costa, com a geração de seis filhos (Joaquim, Otavia, Margarida, Jesuína, Laureana e Zica), que publiquei no subsídio cento e quarenta e três.

A propósito de Jesuína, filha de Laureana e de Joaquim Pereira Bittencourt, disse que foi casada com Aurélio Garcindo Fernandes de Sá, filho de outro de igual nome, comandante da canhoneira "Paraíba", herói do Riachuelo. E mencionei outro filho do bravo oficial da nossa Marinha de Guerra, o dr. Rodolfo Gastão Fernandes de Sá, médico em

São Carlos. Na "Genealogia Paulistana", do dr. Silva Leme, volume nono, "Adenda", pagina 106, aparece Hortênsia de Sá, filha do capitão de mar e guerra Aurélio Garcindo Fernandes de Sá e de Maria Leopoldina Valporto. Esta Hortênsia' era casada com o engenheiro Eugênio Alberto Franco, que morou largos anos aqui em São Paulo, e uma de suas filhas Virgínia de Sá Franco, é a esposa do prof. José Ferraz de Campos, muito conhecido.

Da enumeração dos filhos do major João Constantino de Oliveira e de Jesuína Eufrásia de Oliveira (Cardoso de Araújo Abranches) vê-se que reviveram um cognome Pereira, tomado, segundo o uso, a antepassados seus. Ora, no citado registo paroquial de Guaratinguetá, onde o dr. Gastão de Meireles França leu o casamento de Antônio José Cardoso de Araújo Abranches com a neta de Lourenço Leme Barbosa, foi declarado que a mãe do contraente se chamava Francisca Eufrásia "Pereira", ou "Toledo".

Oliveira era ela, Francisca Eufrásia, tanto que passou esse cognome a suas filhas ambas - Maria e Jesuína. Sendo também Pereira, isso facilitara a identificação, se não puder ser encontrado, em Cunha, o registo do casamento do casal Frederico José Cardoso - Francisca Eufrásia.

Onde andarão os assentamentos matrimoniais de Cunha, da primeira metade do século dezenove?

## CXLVI

O volume quinto, da "Revista Genealógica Brasileira", correspondendo ao primeiro semestre de 1942 (ano terceiro), está sendo distribuído desde sábado p. passado. São 338 páginas de texto, sem espaços vazios, As quais é preciso adicionar ainda três páginas da capa, aproveitadas com informações úteis.

Muita matéria expositiva, bastantes retratos fotográficos, de pessoas e de prédios, reproduções de ex-libris, sendo a cores o de José Martins Fontes, o notável poeta santista (1844-1934), com a linda divisa "A arte é o azul". Também a cores, o brasão usado pelo capitão-mor Antônio da Gama e Castro Pereira de Siqueira, último morgado da casa das Fontainhas (1761-1829), bisavô do dr. Antônio da Gama Rodrigues, cujo último trabalho, sobre "Os Gamas, de Prado", ilustra com vantagem.

O sumario registra os seguintes estudos: "Documentos e papeis da Casa Imperial", dr. Vasco Smith de Vasconcelos; "Notas genealógicas da família Azeredo Coutinho Viana", Horácio Rodrigues da Costa; "Relação dos livros de batizados, crismas e casamentos das Prelazias do Rio Xingu e Soure", padre Carlos Borromeu Ebner; "Carta régia de Dom José I", do Arquivo da Arquidiocese do Maranhão; "Esboço de uma genealogia - Os Rodrigues Machado", dr. Raimundo Girão; "A genealogia na Paraíba", cônego Florentino Barbosa; "Um ramo da família Carrilho e descendência do dr. Laurindo Carneiro Leão", Orlando Cavalcanti; "Biografias sergipanas", Pascal Bandeira Moreira; "Notas resumidas sobre a descendência brasileira do último Vice-Rei", Pedro Nioac de Souza; "Bartolomeus Buenos", dr. Carvalho, Franco; "Os Pinheiros mais antigos de São Paulo", Vitor de Azevedo Pinheiro; "Um galho dos Campos, da Genealogia Paulistana", Benedito Pires de Almeida; "Ascendência de Maria Joaquina Marcondes Pereira", professor Carlos Martins Sodéro; "Porque os descendentes de Diogo Bueno e de Maria de Oliveira se assinam Fonseca", frei Adalberto Ortman, O.F.M.; "Os Gamas, de Prado", dr. Gama Rodrigues; "Uma quinta neta sobrevivente de Fernão Dias Pais", dr. Salomão de Vasconcelos; "Troncos genealógicos através dos arquivos paroquiais da Arquidiocese de Goiás - Curado e Pina", padre José Trindade; "Subsídios para a genealogia goiana: Família Veiga", Jarbas Jaime; "Os Sodrés (da Bahia)", dr. Mário Torres; "Descendência de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos", dr. Jorge Godofredo Felizardo; "Galeria biográfica de sócios" professor João Gabriel Sant'Ana; e as secções do costume: bibliografia, delegados, expedientes, noticiário, etc.

Toda esta interessante e útil matéria, assinada por tão esforçados e distintos colaboradores, refere-se ao Brasil, de Norte a Sul, com a seguinte distribuição regio-

nal: Distrito Federal, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo (capital e interior), Minas Gerais, Goiás, Bahia e Rio Grande do Sul.

O presente número da "Revista Genealógica Brasileira" confirma, de modo perfeito, os créditos alcançados pelos quatro volumes anteriores, o que tudo vem ainda uma vez mostrar a operosidade do tenente-coronel Salvador de Moia, presidente do Instituto Genealógico Brasileiro e diretor responsável da "Revista" de que se trata, que é o órgão de publicidade do Instituto, com o seu complemento "Anuário Genealógico Brasileiro", cujo volume quarto, já nas oficinas gráficas, está anunciado para o próximo mês de junho.

A vitalidade dos trabalhos referidos, "Revista" e "Anuário", constitui demonstração de que ha e sempre houve, no Brasil, tendência para essa ordem de cogitações. Faltava apenas o organismo centralizador e coordenador, aqui aparecido, afinal o que está dentro de uma certa lógica, por serem paulistas dois dos maiores genealogistas brasileiros - Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777) e Luiz Gonzaga da Silva Leme (1852-1919).

Ainda agora, o dr. Elisiario de Camargo Branco, biografado alias na página 170 da "Revista" recém-saída, está organizando um "Dicionário Biográfico-Genealógico", que pretende publicar no Rio Grande do Sul. O autor começou a recolher material destinado ao estudo das famílias Camargo, Branco, Ribeiro, Ramos, Paim, Faustino Correia, bem como de Anita Garibaldi. Tendo, porem, obtido numerosos dados relativos a outras famílias, resolveu ampliar, de muito, o seu plano primitivo, e está elaborando agora o seu "Dicionário Biográfico-Genealógico", ao qual ele chama "modesto serviço para os historiadores do porvir, realizado com a intenção justíssima de homenagear aos nossos antepassados e cultuar os bons e assinalados feitos, praticados pela nossa gente, em prol da pátria, em sua constante "marcha para o oeste", desbravando o sertão, povoando e enriquecendo nossos planaltos".

Da larga distribuição de circulares e da divulgação dos propósitos, poder-se-ia avaliar a extensão e a importância genealógica do dicionário ideado pelo dr. Elisiario de Camargo Branco.

E o interesse genealógico revelado em cartas que se recebem às vezes de muito longe? A propósito, tenho em meu poder duas missivas. Uma, de Belo Horizonte, em que o revmo. cônego Francisco M. Bueno de Siqueira, dos Buenos de Siqueira de Silveiras (ver subsídio cento e quinze, de 5 de setembro de 1941), pergunta se Gervasia Nunes de Siqueira, que foi casada com Romão Gonçalves Gil, citados na página 227 do livro "Esboço Genealógico da Família Souza Meireles", do sr. Olímpio Meireles dos Santos, será do grupo dos Siqueiras, a que se prende José do Rego de Siqueira (S. L., III, 76). Igualmente deseja saber o signatário, se Romão Gonçalves Gil era, de fato, português, ou se, ao invés disso, liga-se a Sebastião Gil (S. L., VIII, 86). (\*)

A outra carta é do revmo. padre José da Trindade Fonseca e Silva, vigário de Campo Formoso, em Goiás, pesquisador de história e grande conhecedor dos velhos arquivos paroquiais goianos, principalmente do "mais precioso, o de Pirenópolis", ou seja da antiga Freguesia de Meia-Ponte. O revmo. padre José da Trindade também faz genealogia e colabora até na "Revista Genealógica Brasileira". Ele deseja informações sobre um ascendente seu, capitão Baltazar de Camargo, melhor Baltazar Soares de Camargo, campineiro, "pessoa de real prestígio em Jaraguá" (Goiás), onde deixou numerosa prole".

Os jornais já têm trazido apreciações elogiosas, merecidas, sobre um erudito trabalho, impresso nesta capital, em elegante folheto, no ano passado, sob o título "Conceito de Heráldica e de Genealogia". Trata-se de uma conferencia que o autor, o dr. Antônio Miguel Leão Bruno, fez, a 8 de março de 1941, ao ser recebido no Instituto Heráldico-Genealógico desta capital, na qualidade de sócio efetivo. Agradeço o exemplar que me ofereceu, juntamente com outras duas produções suas, de assuntos que escapam ao objetivo destes subsídios.

O dr. Antônio Miguel Ledo Bruno, formado no Ginásio Estadual daqui, em 1922; na Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1928; e na Faculdade de Direito também desta cidade, em 1936; tendo vivido largamente a vida das escolas oficiais paulistas, é bem um produto delas e as honra com a sua esclarecida operosidade. Ha muito o que apren-

der e muito sobre o que refletir nas quarenta e poucas páginas do "Conceito de Heráldica e de Genealogia".

Diante de tantas e tão variadas e profundas formas de interesse genealógico, como pode um cético afirmar, seriamente, que se não encontra, nestes arraiais, quem goste de assuntos genealógicos? ...

(\*) Gervasia Nunes de Siqueira aparece em Silva Leme, volume VII da "Genealogia Paulistana", página 534, com o nome de Januária. Ela, a ,mais velha da irmandade, teria nascido em 1766. Fiz a identificação em 1946.

## CLVII

Continuando a expor a matéria do subsídio cento e quarenta e cinco, referente à descendência de João Manuel de Souza Arantes, português, natural de Braga, casado em Cunha, por 1809, com Laureana Constança de Oliveira, e, afinal, fazendeiro em São João Batista de Queluz, desde 1828, no bairro do Ribeirão das Cruzes; passarei a dar alguns informes quanto ao segundo filho do casal, que foi José Venceslau de Souza Arantes, casado com Tereza Ribeiro, de São José do Picú, Minas, crescida em Cunha.

"Crescida em Cunha", segundo informação ouvida, a respeito de Tereza Ribeiro, e não tive ocasião de verificar se é assim. Na Faculdade de Direito desta capital, existe uma cópia de registo de batismo, referente ao aluno José Venceslau de Souza Arantes (homônimo do pai), e, no documento, vem declarado que a 27 de março (ou maio), de 1840, na Ermida de São João Batista do Jardim, foram batizados José e Gabriel, gêmeos, de oito dias, filhos do capitão José Venceslau de Souza Arantes e de Tereza Ribeiro; sendo avós paternos, dos apresentados, João Manuel Souza Arantes e Laureana Constança de Oliveira, e avós maternos o capitão Francisco Ribeiro de Carvalho e Cunha e Ana Ribeiro. Padrinhos das crianças: capitão Francisco Ribeiro de Carvalho e Cunha e d. Ana Francisca Ribeiro, mulher do alferes Francisco de Oliveira Costa. Vigário de Capivari (Minas), que extraiu a certidão, em 12 de março de 1859, Custodio Ribeiro de Carvalho. A freguesia era, ao tempo, bispado de Mariana. A assinatura do vigário traz o reconhecimento do tabelião de Queluz, em 13 de março de 1859, João Martins da Silva Fonseca, presentes as testemunhas Joaquim José Pereira da Costa e João Pereira da Costa.

Sendo, pois, d. Teresa (do Carmo?) Ribeiro uma Carvalho e Cunha, por linha paterna, e sendo o marido dela natural de Cunha, não terá havido alguma confusão quanto a ter tal senhora "crescido em Cunha?" De 1890 a 1893, morei em Queluz, numa chácara que ainda existe, em frente da estação, e que havia sido de d. Jesuína Eufrásia, concunhada de d. Tereza Ribeiro. Esta, já avançada em anos, vinha da Várzea, bairro de Queluz, onde residia, a pé, demonstrando notável resistência física. O caminho da Várzea para a cidade passava rente à chácara de d. Jesuína. E eu via com prazer, na minha meninice despreocupada, a energia incomum de "D. Tereza da Várzea".

Tenho uma lista de dez filhos do casal José Venceslau de Souza Arantes - Tereza Ribeiro de Carvalho e Cunha, e é a seguinte:

1 - Dr. José Venceslau de Souza Arantes, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1863; atrás referido. Ele aparece na "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, volume sexto, título "Bicudos", página 386; e ainda no primeiro volume do "Anuário Genealógico Brasileiro", página 44, em trabalho sobre o barão de Alfenas, no qual trabalho) colaborou o distinto genealogista sr. Francisco Osório de Oliveira, trineto do barão. As minhas notas dizem que o dr. José Venceslau foi casado três vezes, mas eu apenas apurei dois casamentos: um com Maria do Carmo, filha do coronel Antônio Ribeiro de Carvalho (e é o mencionado no "Anuário") e outro com Maria de Noronha, filha de José Luiz Gonçalves de Noronha (indicado na "Genealogia"). Com geração, desses casamentos, entre a qual o filho José Venceslau de Souza Arantes, referido na página 109, do "Esboço Genealógico", de Olímpio Meireles dos Santos (São Paulo, 1937). (\*)



2 - Custodio Ribeiro de Souza Arantes, alistado eleitor em Queluz, em 1876, com 27 anos. Era casado com Amélia Jardim, dos Jardins, de Rezende, pertencentes A família do professor Renato jardim, conhecido publicista, e do dr. Francisco Jardim do Nascimento, o meu bom colega da turma de Direito de 1905-1909. O casal tinha vários filhos: Gustavo, Leonidia, Brasília, Herminia, Maria Teresa. Com esta última casou-se seu primo, desembargador dr. Antônio Ribeiro Junqueira Sobrinho, natural de Queluz, formado aqui em São Paulo (ver Olímpio Meireles, "Esboço", pag. citada, onde não li, entretanto, na lista dos filhos do desembargador Antônio Junqueira, o nome de sua ilustre filha Helena, minha distinta ex-aluna na Escala Normal da Praça da República).

3 - Pedro Ribeiro de Souza Arantes, com 26 anos em 1866, em papéis eleitorais de Queluz. Nenhum outro apontamento tenho sobre ele.

4 - Delfina Ribeiro de Souza Arantes, casada com Domiciano de Paula Ramos, natural de São José dos Barreiros, um dos vinte e quatro filhos de Francisco Ramos de Paula, de Taubaté, e de Ana Moreira da Silva, de Areias, filha esta do capitão Domingos da Silva Moreira e de Maria Escolástica Ribeiro (ver "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, volume quatorze, de julho 1935, paginas 41 e 42). O casal Domiciano - Delfina tinha geração, e uma das filhas, Luzia, casou com Joaquim Eufrasio de Oliveira Garcez, de Queluz, que depois passou a residir em Olímpia (ver "Revista do Arquivo", número vinte e sete, de setembro de 1936, paginas 141 e 142).

5 - Teresa Ribeiro de Souza Arantes, casada com Francisco de Paula Ramos, irmão de Domiciano. São os pais do conhecido professor Ezequiel de Paula Ramos, casado com Otilia Vilaça, com geração que já expus na "Revista do Arquivo", volume quatorze, atras indicado.

6 - Josefa Ribeiro de Souza Arantes, casada com o clínico dr. Júlio de Freitas, que residiu em Queluz e creio que na vizinha localidade de São Roque.

7 - Joaquina Ribeiro de Souza Arantes foi casada com Carlos Antônio Nogueira. Eram lavradores em Queluz, freqüentavam a casa de minha família na localidade, e deles me lembro perfeitamente. Carlos Antônio Nogueira era uma figura muito simpática e sinto não saber encaixá-lo na "Genealogia Paulistana", certo como estou de que ele é dos Nogueiras, de Baependi, volume sexto, de Silva Leite, título "Bicudos". A filha de ambos, Amélia, casada com Gabriel, irmão do desembargador dr. Antônio Junqueira, acima, vem a ser avó materna de Zeila e Célia São João, pianistas, que tanto brilho emprestavam às audições da sempre lembrada professora d. Vitoria Serva Pimenta.

8 - Helena Ribeiro de Souza Arantes foi a segunda mulher do capitão Francisco de Assis Pinto Ribeiro, filho de Gabriel Pinto Ribeiro e de Maria Generosa de Souza Meireles (pagina 109, do "Esboço Genealógico", já mencionado). Com geração desta segunda mulher: Helena, Iaiá, Alice, José.

9 - Francisca Ribeiro de Souza Arantes (D. Chiquinha da Várzea, em Queluz) casou com Antônio Ribeiro Junqueira, irmão de Maria do Carmo, a primeira esposa do dr. José Venceslau (numero um). Ver "Anuário Genealógico", volume primeiro, citado, pagina 45. Teve o casal seis filhos: a - Antônio Ribeiro Junqueira, falecido nesta capital, em setembro de 1935, casado com Julieta de Ávila Rebouças, com geração (ver "Revista do Arquivo", volume vinte e sete, citado, paginas 187 e 188) ; b - Gabriel Ribeiro Junqueira, casado com Tereza Rebouças de Carvalho, com geração exposta na pagina 161 da "Revista do Arquivo" supra-referida; c - Francisco Ribeiro Junqueira, casado em Minas, com Joana de Oliveira; d - Custodio Ribeiro Junqueira, casado com Herminia (filha do casal dois?) ; e - José Ribeiro Junqueira, casado com Inácia jardim, com vários descendentes, entre os quais a filha Francisca, casada com o cirurgião-dentista, hoje fazendeiro, em Lavrinhas (Queluz), José Carlos de Melo Varajão, e são os pais do advogado dr. Célio Junqueira Varajão (paginas 171 e 172, volume vinte e sete, da "Revista" indicada) ; f - Helena Ribeiro Junqueira, primeira esposa do capitão Francisco de Assis Pinto Ribeiro, que depois passou a novas núpcias com sua tia da primeira consorte (numero oito, acima). O capitão Chico Pinto, da Várzea!, em Queluz, agricultor, deixou geração também desta primeira esposa (desembargador Antônio, Gabriel, Maria). Convém ver o capitão Chico Pinto no "Esboço", de Olímpio Meireles.

10 - Maria Ribeiro de Souza Arantes, nome que encerra a lista, que possuo, de filhos de José Venceslau de Souza Arantes e de Tereza Ribeiro de Carvalho e Cunha, casou com Joaquim de Paula Ramos, penso que irmão de Domiciano e de Francisco, respectivamente considerados em quatro e cinco da enumeração, ora finda. Ignoro se deixaram prole.

(\*) O Dr. José Venceslau foi casado, em segundas núpcias, com Luíza Novais, filha de Joaquim Dias Novais e de Lúcia Maria Brandina, Com pelo menos a filha - Antonieta, casada com Mário Moutinho França, de Rezende, que residiu em Ribeirão Preto. Com geração.

### CXLVIII

No subsídio cento e quarenta e cinco, escrevi que o casal João Manuel de Souza Arantes - Laureana Constança de Oliveira teve cinco filhos: João Constantino de Oliveira, José Venceslau de Souza Arantes, Delfina Eduarda, Tereza Joaquina de Oliveira e Joaquina Constança de Oliveira.

E, aproveitando notas do meu arquivo genealógico, esbocei a geração dos três primeiros indicados. Conforme declarei, nada possuo relativamente A filha Tereza Joaquina de Oliveira. A última, Joaquina Constança de Oliveira, casou em Queluz (de São Paulo), aos 27 de novembro de 1839, com João Gomes de Siqueira Reis, também João Gomes dos Reis, natural de Cunha, nascido por 1815, quarto filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis (ver subsídio cento e vinte e cinco).

Tenho já publicado alguma coisa sobre esses Gomes de Siqueira (e Mota) - Reis, a propósito da geração que tiveram. Já tratei de José Celidonio Gomes dos Reis, casado com Catarina de Jesus Moura, através do filho dr. Joaquim Celidonio Gomes dos Reis, batizado em Areias, aos dez de janeiro de 1839; formado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1864 e casado em Areias com Estela de Ávila. A propósito, lendo os "Rabiscos Genealógicos" (São Paulo, 1939), do dr. Melo Nogueira, encontrei, a pagina 53, um dr. Joaquim Celidonio, filho de José de Souza Lopes.

Também já publiquei algo a respeito do irmão de José Celidonio, chamado Joaquim Silvério Gomes dos Reis, que foi casado com Emília, filha de José Manuel Vieira Maciel e de Ana Ferreira de Souza. Nada falei ainda, sobre os dois irmãos de José Celidonio e de Joaquim Silvério, de nomes Antônio Gomes dos Reis e João Gomes de Siqueira Reis. Em relação a este último, que é o casado com a filha de João Manuel de Souza Arantes, seu descendente sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Júnior, atualmente primeiro tabelião em Pompéia, neste Estado, teve a gentileza de me oferecer boa copia de dados, que procurarei resumir, dentro do espirito destes subsídios. É de justiça confessar que o sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Júnior tem mostrado constantemente um alto interesse pela genealogia da sua distinta família.

Com o material que esse esforçado informante me tem presenteado, poderei fazer trabalho mais amplo, que ao seu tempo será divulgado. Eis, pois, o resumo das notas sobre a geração de João Gomes dos Reis e de Joaquina Constança de Oliveira: 1 - João, o primogênito, faleceu ainda moço, sem geração; 2 - João Manuel, idem, idem; 3 - José, morreu ainda criança; 4 - Tereza, idem; 5 - Maria Guilhermina; 6 - Laureana Constança; e 7 - Joaquim Gomes de Siqueira Reis.

5 - MARIA GUILHERMINA GOMES DOS REIS nasceu em 1841 e casou em 1856 com seu primo José Celidonio ("o Moço"), filho de José Celidonio dos Reis

e de Catarina de Jesus Moura. Tiveram três filhos e descendência por dois deles (José Celidonio Neto e Maria). José Celidonio Gomes dos Reis Filho morreu em S. José do Barreiro, em 1871, e sua esposa, Maria Guilhermina, em Guaratinguetá, em 1921.

José Celidonio Gomes dos Reis Neto foi casado por 1878 com sua prima Clotilde Alvares de Magalhães, filha de Francisco Alvares de Magalhães e de Mariana Celidonio Gomes dos Reis. Deixaram dez filhos: a) José, de 1881, falecido em 1900; b) Ester, de 1886, falecida em 1919; c) Fernando, de 1897, falecido em 1935; d) Oscar, falecido ainda pequeno; e) Francisco, idem; f) Mariana, idem; g) Maria Olívia; h) Elisa; i) Arlinda; e j) Marieta Celidonio Gomes dos Reis, estas quatro últimas solteiras e fazendeiras em Bananal, onde residem. José Celidonio Neto faleceu em 1936 e Clotilde Alvares em 1901. Foram sepultados em S. José do Barreiro, onde nasceram todos os filhos.

Maria Celidonio Gomes dos Reis, a filha de Maria Guilhermina, casou aos 30 de setembro de 1878, com seu tio João Celidonio Gomes dos Reis, irmão de José Celidonio ("o Moço"). Ela, nascida em 1863, morreu aqui em São Paulo, em 1930, e o marido faleceu em Queluz, em 1914. Tiveram quatro filhos: a) - Alzira Celidonio Gomes dos Reis, solteira; b) - Otávio Celidonio, idem; c) - Antenor Celidonio; d) - Ermelinda Celidonio, de 1884, casada em 1901, com seu primo dr. José Celidonio de Melo Reis, filho do capitão Antônio Celidonio Gomes dos Reis e de Cândida Luiza de Melo. Tiveram doze filhos: I - Carmem, casada com seu primo Alberto de Siqueira Reis; II - Irene, casada com João Meireles de Castro; III - Dr. José Celidonio de Melo Reis Filho, casado com Dina de Azambuja. O dr. José é médico do Departamento da Lepra, em Sorocaba; IV - Gilberto, casado com a professora Maria Eunice de Camargo; V - Maria, casada com o professor João Rodrigues de Alquimim, residentes em Guaratinguetá; VI - Luiz, solteiro; VII - Pedro, solteiro; VIII - Consuelo, solteira; IX - Heloísa, solteira; X João Antônio, falecido na infância; XI - Gilberto, idem; XII - Zélia, idem.

6 - LAUREANA CONSTANÇA GOMES DOS REIS nasceu em São José do Barreiro aos 27 de dezembro de 1844. Contraiu matrimônio com Francisco Ribeiro Junqueira, do Carmo do Rio Verde, hoje Silvestre Ferraz. São os Barões de Cristina, agraciados em 1889. Ela faleceu em 1912 e ele em 1921. Tiveram três filhos: Miguel, falecido em criança; Joaquina Nicesia, nascida em Barreiro, aos 15 de fevereiro de 1862; e Pedro, também nascido em Barreiro, aos 14 de setembro de 1864.

Joaquina Nicesia consorciou-se com seu primo Gabriel Francisco Ribeiro Junqueira e tiveram onze filhos, dos quais seis morreram em pequenos, tendo crescido os cinco seguintes: a) - Joaquim, b) Helena Nicesia, c) - Estela, d) - Maria José, e e) - Álvaro. a) Joaquim Ribeiro Junqueira casou primeiro com sua prima Gabriela Junqueira Ferraz, e, em segundas núpcias, com Ana Albertina, irmã de Gabriela, e teve três filhos - Gabriel, casado com Maria de Nazaré Ferraz, com a filha Edi; Pedro, casado com Etelevina Junqueira Gorgulho, com os filhos Elcio, Álvaro e Marise; e Silvestre, casado com Gabriela de Castro Pereira, com as filhas Zilda e Léa; b) Helena Nicesia faleceu solteira em 1941. c) - Estela Ribeiro Junqueira casou com seu primo Augusto dos Reis Junqueira, descendente de uma irmã de Maria Felizarda dos Reis, a qual irmã foi a mulher de um Andrade Junqueira, do Serro, Minas. Estela teve os filhos: Laureana, José e Aloisio. d) - Maria José, falecida em 3 de setembro de 1925, foi a esposa de seu primo Silvestre Ferraz Junqueira, e tiveram sete filhas: Adília, falecida; Joaquina, Gabriela, Albertina, Helena Marília, Heloísa e Maria José. A segunda e a terceira, Joaquina e Gabriela, casaram respectivamente com seus primos Pedro Augusto Junqueira e José Andrade Junqueira e e) Álvaro Ribeiro Junqueira faleceu no Rio de Janeiro, quando cursava o sexto ano de Medicina.

Pedro Ribeiro Junqueira, filho de Laureana Constança, casou com sua prima Ana Ribeiro dos Reis Junqueira, descendente também de uma irmã de Maria Felizarda dos Reis. Esta Maria Felizarda dos Reis aparece no meu trabalho sobre os Lopes Figuei-

ra, do Facão, publicado no volume trinta e cinco da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Nesse trabalho, de páginas 110 a 112, relaciono os oito filhos de Mônica Felizarda da Cruz e de seu marido o tenente Luiz da Silva Ferreira, e eram esses oito filhos: 1 - Ana Maria dos Reis, casada em 1780, em Cunha, com Antônio Alves de Castro; 2 - Catarina, que não é, como escrevi, a que casou com o tenente Manuel Aires do Amaral; 3 - Maria Felizarda dos Reis, casada em Cunha, por 1802, com o capitão Joaquim Gomes de Siqueira e Mota ( donde vêm os Gomes de Siqueira Reis, de Formoso ) ; 4) - Inácio; 5) - Joana; 6) - Rita, que é a que deve ter casado em Cunha com o guarda-mor Francisco Lourenço Guimarães; 7) - Mariana; e 8) - José da Silva Reis, com 13 anos em 1792. Qual será dessas irmãs de Maria Felizarda dos Reis, a que casou com um Andrade Junqueira, do Serro, Minas?

A seguir, na próxima nota.

### CXLIX

De acordo com o meu compromisso da nota passada, termino hoje a descendência do casal João Gomes de Siqueira Reis também João Gomes dos Reis - Joaquina Constança de Oliveira. Havia parado, ao começar a descrever o casal Pedro Ribeiro Junqueira - Ana Ribeiro dos Reis Junqueira.

Pedro e Ana deixaram dois filhos - Petronilha e José Pedro, pois, o de nome Francisco Pedro Ribeiro Junqueira, acadêmico de Medicina no Rio de Janeiro, morreu num conflito com a polícia. Petronilha Ribeiro Junqueira contraiu núpcias com seu primo Joaquim Junqueira Ferraz e tiveram os filhos Helena Carmelina, Celina, Pedro, Raquel, Maria e Francisco. José Pedro Ribeiro Junqueira ,graduou-se em Direito e consorciou-se com sua prima Guiomar de Bastos Chaves e tiveram a filha única Maria da Gloria Bastos Chaves Junqueira, sendo estes os únicos que se ausentaram de Silvestre Ferraz; moram em juiz de Fora. Pedro Ribeiro Junqueira morreu em 1902.

7 - JOAQUIM GOMES DE SIQUEIRA REIS, irmão de Maria Guilhermina e de Laureana Constança, baronesa de Cristina, nasceu em São José do Barreiro, aos 8 de abril de 1848 e casou com Eulália Maria do Espírito Santo, filha de Lúcio Monteiro Pereira dos Santos, e Mariana Meireles, de Guaratinguetá. Joaquim Gomes de Siqueira Reis faleceu nesta capital em 23 de março de 1924 e Eulália Maria também aqui, em 23 de janeiro de 1932. Dos dezenove filhos nascidos vivos, que tiveram, dois faleceram já com descendência, e cinco ainda pequenos.

Joaquim Gomes de Siqueira Reis, ao matricular-se no antigo Colégio Pedro II, com o nome de Joaquim Gomes dos Reis, foi advertido, pelo reitor, de que lá já havia um Joaquim Gomes dos Reis,. filho do capitão Antônio Gomes dos Reis, este terceiro filho de Joaquim Gomes de Siqueira e Mota e de Maria Felizarda dos Reis. O recém-matriculado escreveu ao pai, em consulta:, sugerindo a adjunção de "Caetano", à primitiva assinatura, ou então a adoção do nome todo do avô paterno - Joaquim Gomes de Siqueira e Mota. O pai respondeu logo, desaconselhando o "Caetano" e lembrando "Siqueira" c, ainda mais, dizendo que, se nenhum da família havia deixado de usar "Reis", por que ele constituiria a exceção ? Foi dai que nasceu a escolha do nome Joaquim Gomes de Siqueira Reis, com o qual cursou a Faculdade de Direito de São Paulo até o terceiro ano, em 1871. Nessa época, envolvendo-se em questões de estudantes a propósito da "Lei João Alfredo", pediu transferência para Recife, de onde voltou em 1873, para assistir ao falecimento do pai, e promover, após, o inventário do mesmo.

Deixou então a vida de solteiro, vendeu a fazenda "Serra do Máximo" a sua tia Emília, viuva de Joaquim Silvério Gomes dos Reis, e transferiu-se para a vila de Barreiro, dedicando-se A advocacia: ganhou fama de tribuno e latinista. Durante a Monarquia

foi quasi sucessivamente presidente da Câmara e Juiz de Paz, tendo exercido também o cargo de juiz municipal do termo de Barreiro, comarca de Areias. Eleito deputado provincial pelo terceiro distrito, na 26.a legislatura (1884-1885), muito se esforçou pela elevação de Barreiro a cidade (Lei n. 35, de 10-3-1886). Em 1888, com a morte do tenente Francisco Alvares de Magalhães, assumiu a chefia do Partido Conservador, até a proclamação da República. Foi deputado A Constituinte de 1891 e, depois da queda de Américo Brasiliense, militou retraiadamente no P. R. P., até mudar-se em 1902, para Tietê, onde advogou. Em 1912' fixou residência nesta capital e aqui esteve o resto da vida '

Eis a lista dos quatorze filhos, que cresceram, do casal Joaquim, Gomes de Siqueira Reis - Eulália Maria do Espirito Santo:

1 - Joaquim Gomes de Siqueira Reis Júnior, antigo fazendeiro em Cravinhos e escrivão nesta capital. Advogou em Marília, sendo hoje primeiro tabelião em Pompéia. Contraiu matrimônio nesta capital, com Clotilde de Araújo Rebelo, filha de Manuel Joaquim Pereira Rebelo e de Fortunata Honoria de Araújo. Com a geração de três filhos: Carmen Rebelo Reis, professora em Marília, diplomada em 1931 pelo curso normal do Instituto Pedagógico de São Paulo, e ai tive o prazer de conta-la no número de minhas alunas; Valter Rebelo Reis, estudante de Medicina; e ainda Aparecida, que morreu criança.

2 - Luiz Siqueira Reis, falecido aqui em São Paulo, aos 5 de setembro de 1941, deixando viuva Berta Rebelo Reis, irmã de Clotilde, acima, casada com o numero um. Exercia nesta capital o cargo de juiz de Paz da Consolação, tendo-o sido antes em Cravinhos, onde também desempenhou a função de presidente da Câmara. Nessa localidade era fazendeiro. Deixou a filha Edite, casada com Antônio José de Faria Tavares, filho do saudoso clinico desta capital, dr. Faria Tavares, e de sua esposa Deolinda Alvim Maldonado. O casal Antônio Tavares - Edite Reis tem quatro filhos: Carlos Alberto, Antônio José, Maria Cecília e Maria Lúcia.

3 - Augusto de Siqueira Reis, antigo fazendeiro em Sertãozinho, hoje negociante em São Paulo, casou-se com Julieta Machado, filha de Joaquim Antônio Machado e Gabrielina Leite Machado. Com o filho único Joaquim Machado de Siqueira Reis, graduado em Direito na Faculdade daqui, em 1941, jornalista; casado aos 27 de dezembro do ano passado, com a professora Maria Isabel de Arruda Camargo, assistente de matemática no curso ginásial da Escola - Modelo da praça da Republica; natural de São Carlos, onde se diplomou, filha de Luiz de Arruda Camargo e de Argentina.

4 - Elisa de Siqueira Reis, professora, solteira;

5 - Maria Augusta de Siqueira Reis, solteira;

6 - Julieta de Siqueira Reis, solteira;

7 - Alice de Siqueira Reis, professora, casada com Antônio Rodrigues Fortes, funcionário municipal, filho de Manuel Rodrigues Fortes e de Umbelina.

8 - Mariana de Siqueira Reis, professora, solteira;

9 - Maria Luiza de Siqueira Reis, professora, casada com José Silveira Leme, coletor federal em Bragança. Com o filho Rubens de Siqueira Reis Leme, estudante de Direito.

10 - Frederico de Siqueira Reis, falecido nesta capital aos 9 de fevereiro de 1934, funcionário público. Do seu casamento com Haydée de Almeida Barbosa, deixou a filha única Lourdes Barbosa Reis, aluna do Colégio de Santana.

11 - Alberto de Siqueira Reis, nascido em Barreiro, aos 12 de janeiro de 1900, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1929, jornalista e primeiro presidente da Associação Paulista de Imprensa. Está casado com Carmen Celidonio de Melo Reis, filha do dr. José Celidonio de Melo Reis e de Ermelinda Celidonio, referidos no subsídio anterior ' 0 dr. Alberto de Siqueira Reis é um dos advogados do Departamento jurídico da Prefeitura.

12 - Alfredo de Siqueira Reis, jornalista, advogado provisionado e bacharelado de Direito, solteiro.

13 - Maria do Carmo de Siqueira Reis, minha boa aluna e dirigida, lia Escola Normal do Braz, onde se diplomou em 1922. É adjunta do Grupo Escolar de Vila Matilde, aqui em São Paulo. Está casada com Aníbal da Costa Aguiar, comerciante, ex-juiz de Paz de Pompéia, filho de Antônio da Costa Aguiar e de Ana.

14 - Lucinda de Siqueira Reis, professora, casada com o dr. Arrelindo Borges de Carvalho, médico, filho de Antônio Borges de Carvalho e de Maria de Jesus, está viuva, fazendeira em São João da Boa Vista. O casal tem a filha única - Maria Eulália de Siqueira Reis Carvalho.

No subsídio passado, na enumeração dos quatro filhos de Maria Celidonio e João Celidonio Gomes dos Reis, ficou faltando dizer que Antenor Celidonio Gomes dos Reis, nascido em Barreiro, era casado em Uberabinha (Minas) com Rita de Gois, filha de José de Gois. Antenor faleceu em São Paulo, aos 30-12-1930, deixando três filhos menores - João, Sebastião e Maria Aparecida.

## CL

Cimbelino de Freitas é um nome assaz conhecido em São Paulo, não só nas rodas do professorado, ao qual serviu com dedicado e competência até aposentar-se, como também nos meios artísticos, exímio aquarelista, que se revelou. É filho do casal Elisa Rudge da Silva Ramos - Augusto Monteiro de Freitas, que vem na "Genealogia Paulistana", volume quinto, página 203, título "Cunhas Gagos". Está relacionado na página quinze, do minucioso trabalho do dr. Frederico de Barros Brotero, "Barão de Antonina - Apontamentos genealógicos" (São Paulo, 1940). Havendo contraído núpcias, em São Paulo, com Judite do Canto, filha do antigo inspetor escolar Francisco Pedro do Canto (S. L., volume quinto, pagina 429, título "Alvarengas"), teve Cimbelino de Freitas de entrar no já muito vulgarizado estudo genealógico "Pedro Taques de Almeida Pais Leme de autoria do dr. Augusto de Siqueira Cardoso, conforme se vê na pagina 281, volume dezenove (1914) da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Cimbelino e sua esposa pertencem, portanto, a tradicionais famílias paulistas, usando-se com propriedade, uma velha fórmula, que não desagrada, aos que a ela fazem jus.

Cimbelino cursava o quarto ano da antiga Escola Complementar da praça da Republica, em 1903, ao tempo em que eu fazia o quarto ano da Normal. Formamos na mesma época e iniciamos o magistério primário quasi juntos, indo lecionar em duas escolas primária da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, aqui em São Paulo.

Dessas antigas relações nasceu em mim o desejo de estudar o lado Freitas, que é a linha paterna do citado amigo e colega. E ele sempre me dizia que essa ascendência sua era da zona litorânea paulista. Tal informação aguçava ainda mais a minha curiosidade, pois já descobri, em São Sebastião, creio que três grupos de Freitas, sendo dois muito bem caracterizados, e são os dois de que tratei nestes subsídios, ns. 15 e 16, saídos no "Correio Paulistano", nas edições de 15 e 22 de setembro de 1939. E são esses grupos: 1.0 os descendentes de Gonçalo de Freitas e de Maria Farinha, ele de Viana e ela de Coimbra:. Desse casal vêm os Nunes de Freitas, antigos em São Sebastião; 2.0 os descendentes de Antônio Lourenço de Freitas, natural de São Miguel da Fronteira, termo de Valença do Minho, arcebisado de Braga, filho de José de Freitas e de Luiza Lourenço. Antônio Lourenço de Freitas, nascido por 1758, casou em São Sebastião pelo ano de 1783, com Antônia Maria Pinheiro, indicada com o nome de "Antônia Maria", sem estado civil, na página 483, volume segundo da "Genealogia Paulistana", em título "Lemes". Antônio e Antonia deixaram grande geração, conhecida, em que sobressaem uns magistrados paulistas "Lourenço de Freitas".

Convém notar aqui, que Maria Barbosa, irmã de Antonia Maria Píneiro, era -casada com José Pacheco de Freitas, de certo dos Nunes de Freitas, mais antigos, em São Sebastião' do que os Lourenço de Freitas (S. L., II, 483). Mas eu encontrei na "Genealogia Paulistana", volume quarto, pagina 126, titulo "Arrudas Botelhos", uma Escolástica de Arruda, casada em Itu com Antônio Luiz de Freitas, falecido nessa localidade em 1775, natural de Santo Estevam das Geiras, concelho de Lanhoso, filho de Francisco de Freitas e de Isabel Luiz. Ora, o filho de Antônio e de Escolástica, homônimo do pai - Antônio Luiz de Freitas, estava "casado e ausente em São Sebastião".

De maneira que fui orientando a pesquisa sobre a linha paterna de Cimbélino de Freitas, no firme propósito de achar a ligação dela com um desses três ramos litorâneos de Freitas paulistas. Contudo, ainda não obtive resultado no empreendimento. Augusto Monteiro de Freitas, pai de Cimbélino, casou em São Paulo, aos 6 de março de 1886, com Elisa Rudge da Silva Ramos, e eram os seus genitores Gregório Inocência de Freitas e Ludovina Joaquina Monteiro.

Gregório Inocência de Freitas vinha a ser filho de Inácio Benedito de Freitas e de Joaquina Maria de Jesus. Estes dois, em 1813, compareceram perante o vigário da vara, em Iguape, e alegaram residência na Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Xiririca, declarando que eram parentes "pelo quarto grau misto ao terceiro de consangüinidade" e que, por isso, estavam impedidos de se casarem. Requeriam dispensa de impedimento a qual, depois das formalidades exigidas pelo direito canônico, foi afinal concedida pelo Reverendíssimo "Diogo Rodrigues Silva, presbítero secular, vigário colado nesta Vila de Iguape, nela e sua Comarca Vigário da Vara, juiz dos Casamentos, Capelas e Resíduos, por Provisão do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Mateus de Abreu Pereira, Bispo desta Diocese, do Conselho de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, etc. etc. etc. ".

Inácio Benedito de Freitas justificou, perante a autoridade eclesiástica, sua filiação quanto a Ana de Freitas Ramos, sendo esta filha de Antônio Pereira Vêras, irmão de Maria Furtado. E Joaquina Maria de Jesus justificou ser filha do Capitão Francisco de Paula França, que o era de Romão de França Lisboa, sendo este nascido de Maria Furtado, irmã de Antônio Pereira Vêras.

Com o auxílio de censos de Ordenanças de Xiririca, existentes no Arquivo Público do Estado, consegui ampliar um pouco as informações resumidas, da justificação do parentesco impeditivo e a conseqüente dispensa do impedimento.

Inácio Benedito de Freitas era filho de João da Cunha Pinto, falecido em 1798, e de Ana de Freitas Ramos, nascida por 1741. Pais desta Ana: Antônio Pereira Vêras, com cento e doze anos, em 1793, já viuvo de Florinda Ribeiro Lopes, recenseada com sessenta e dois anos em 1791. Destes dois últimos nomes ainda se pode inferir quanto ao cognome Freitas Ramos. E' cabível a hipótese de Antônio Pereira Vêras ter sido casado uma primeira vez, com esposa Freitas Ramos.

Quanto a Romão de França Lisboa, contava quarenta e nove anos em 1793, e sua mulher Maria da Costa da Assunção, quarenta e cinco. Pais de Romão: Antônio de França Lisboa, com sessenta e cinco anos, em 1767 e Maria Furtado de Mendonça, falecida viuva, em 1792, aos cento e sete anos de idade. O capitão Francisco de Paula França, sogro de Inácio Benedito de Freitas, estava pelos vinte e quatro anos, em 1792, quando casou com Rita Pedroso, ou Rita Rodrigues da Cunha, de dezesseis anos.

Em 1789, encontrei Antônio Antunes de Almeida, de sessenta anos, casado com Narcisa de Freitas Ramos, de cinqüenta. Ainda nesse ano: Adrião Trudes de Normandia, de cinqüenta e três anos, casado com Bárbara de França, de quarenta e três, com

os oito seguintes filhos: Luiz de França, 25 anos; Tomás de França, 17; Domingos de França, 12; Geraldo Trude, 8; Joaquim Trude, 10; Ana de França, 14; Josefa de França 10; e Maria de França, 4. Eram pois numerosos, na segunda metade do século dezoito, em Iguape e Xiririca, os Cunha Pinto, os Pereira Vêras, os França Lisboa, os Freitas Ramos, aos quais, neste subsídio, faço pequena referência.

Quem sabe se poderá esclarecer, nessas genealogias, o historiador Antônio Paulino de Almeida, meu prezado colega da turma de Direito de 1909, doutor em assuntos do litoral paulista?

## XXXVII

Há tempos, quando faleceram aqui na capital, de onde eram filhos, os estimados educadores Joaquim Luiz de Brito e seu irmão João Batista de Brito, o meu amigo e colega José Ferraz de Campos procurou-me indagando da ligação genealógica, dos conceituados membros do magistério paulista, aos velhos troncos dos mais antigos povoadores.

De momento, nada tive para fornecer a José Ferraz de Campos que, com isso, desejava homenagear a memória dos dois dedicadíssimos servidores do Estado, que consagraram dezenas de anos ao mister do ensino público, havendo desempenhado muitas funções.

Eles provinham, pelo lado Brito, de Antônio Francisco de Brito, português, do Porto, filho de Pascoal Francisco e de Josefa de Brito. Antônio, que viveu nesta capital, onde faleceu e foi inventariado, casou três vezes: a primeira vez no Porto, com Maria Ana; a segunda vez em São Paulo, com Maria Cardoso da Silveira, falecida aqui em 1761, neta materna do juiz Salvador Cardoso de Almeida e de Ana Maria da Silveira (S. L., volume III, título “Prados”, página 346). Maria Cardoso da Silveira, que já era viúva de Agostinho Duarte do Rego e com sete filhos deste marido, teve, do segundo, o filho único Antônio; a terceira vez consorciou-se Antônio Francisco de Brito com Ana Maria Xavier, ou Ana Maria de Jesus, filha de Luiz Alves Coelho e de Joana Maria do Espírito Santo, com seis filhos deste último casamento - Francisco Antônio de Brito, Alexandre, Joaquim Manuel de Brito, Ana, Maria e Teresa.

Joaquim Manuel de Brito, nascido por 1773 aqui, na cidade, morou quase a vida toda na Freguesia de Nossa Senhora do Ó, onde lhe vieram quase todos os filhos. Faleceu em 1829 e aqui foi inventariado. Havia casado com Maria Lourença, filha de Teresa Maria das Virgens, segunda mulher de João da Silva Machado (S. L., volume VII, título “Freitas”, página 174). Teresa era irmã inteira de seis outros filhos de Luiz de Barros Freire e de Joana Rodrigues Barbosa, sendo um desses seis irmãos Joaquim Barbosa de Barros que, do seu casamento com Maria Blanco de Moraes, (S. L., volume VIII, título “Dias”, página 19), teve, entre outros, José Blanco de Barros (com um primo homônimo), casado com Rosa Mariana de Brito, provindos deste casal, entre outros, Orlando de Barros, alto funcionário da Secretaria da Educação e Saúde Pública e a professora d. Branca do Canto e Melo, catedrática do curso fundamental da escola Normal Modelo.

Do casal Joaquim Manuel de Brito e Maria Lourença ficaram seis filhos, que são - Joaquim Luiz de Brito, Inocência José de Brito, Alexandre José de Brito, Francisco Antônio de Brito, Cândido Mariano de Brito, Gertrudes casada com Antônio Francisco de Lima., Inocência José de Brito, recenseado com 20 anos em S. Paulo, ainda solteiro, em 1825, morava então com seu tio Lourenço da Silva Barros, também filho de João da Silva Machado e Teresa Maria das Virgens (ou Teresa Maria de Jesus). Por este ano de 1825, Lourenço da Silva Barros era alferes reformado de milícias, e tinha oficina de caldeireiro.



Inocência, que foi casado uma ou duas vezes, é o pai dos saudosos educadores Joaquim Luiz de Brito e João Batista de Brito, cuja ascendência esbocei agora, na presente nota. Espero, porém, poder completar o que falta, que é muito, embora o que está esclarecido já permita ligar os dois distintos membros do magistério paulista aos Barros Freire, oriundos de Catarina de Freitas, filha de Sebastião de Freitas, vindo para São Paulo pelos anos de 1594. Sebastião de Freitas casou com Maria Pedroso, filha de Antônio Rodrigues de Alvarenga e Ana Ribeiro.

Catarina de Freitas foi a mulher de Francisco de Barros Freire, filho de Luiz de Barros de Alcaçoca e de Maria da Silva de Pedrosa, naturais de Setubal. De Catarina e Francisco provieram Isabel de Barros Freire, Filipa de Barros Freire, Francisco e Luiz de Barros Freire. De Filipa de Barros Freire, casada com Antônio Rodovalho da Fonseca, da Ilha Terceira, falecido em 1677 em Jundiaí, já tenho tratado, visto como o filho Francisco de Barros Freire, que foi professor de música em Itú e aí casou, em 1684, com Maria de Moraes da Silva, vem a ser meu antepassado pela filha Filipa Gago Lobo, batizada em Itú, em 24 de maio de 1685. Maria de Moraes da Silva, filha de Antônio de Moraes da Silva e de Filipa gago Lobo, constitui ainda problema para mim, que não pude até hoje saber quem são Antônio e Filipa, embora sejam Moraes da Silva e gago Lobo, cognomes sobejamente familiares aos estudiosos da genealogia (ver *Revista do Arquivo Municipal*, vol. X. n. 35).

Quanto a Luiz de Barros Freire, foi o pai de Luiz, Antônio, Ana e Francisco de Barros Freire. Antônio é avô paterno de Joaquim Barbosa de Barros e de Teresa Maria das Virgens, a qual liga os Brito, de que trato, ao título “Freitas”, da *Genealogia Paulistana*. E Francisco de Barros Freire, que vem mencionado em título “Godois”, volume VI, página 109, foi o marido de Isabel Rodrigues Cabral (Ribeiro de Alvarenga) e andaram pelas Minas Gerais, como era muito do gosto dos paulistas em geral e dos Barros Freire em particular. Ora, Francisco e Isabel rumaram para o Guarapiranga, com outros da família e lá deve ter casado a filha Teresa Ribeiro com João Gonçalves da Costa, casamento do qual nasceu Cláudio, batizado a 29 de junho de 1729, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Sítio, da Vargem de Itacolomi, freguesia de N. S. da Conceição da Vila do Carmo. Esse Cláudio era o poeta Cláudio Manuel da Costa (ver *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1896, pág. 374-375).

No Guarapiranga também morava Inácio Moreira de Alvarenga, irmão de Isabel, tio, portanto, de Teresa Ribeiro, mãe de Cláudio e lá deixou geração (S. L., volume V, título “Alvarengas”, pág. 372). Ele era casado com Ana Barreto de Almeida Colaço, irmã de outros Colaços que já andavam pelo Guarapiranga e pelo Rio das Mortes. Ora, aqui convém não esquecer que Maria de Oliveira Colaço, natural da cidade de São Paulo e casada com Domingos Xavier Fernandes, português, era a mãe de Antonia da Encarnação Xavier que, pelo seu casamento com Domingos da Silva dos Santos, teve um filho de nome Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, nascido em 1748, no sítio do Pombal, termo da vila de São José de El-Rey e comarca do Rio das Mortes (ver Artur Vieira de Rezende e Silva, *Genealogia dos Fundadores de Cataguases*, 1934, página 437).

## C

Acredito que todos os Mazagão paulistas antigos se originem da zona litorânea que vai de Ubatuba a São Sebastião e arredores, onde os mais antigos desse cognome falavam e escreviam Marzagão. Na “Genealogia Paulistana”, volume II, título “Lemes”, página 467, encontra-se Diogo Corrêa Marzagão, casado com Isabel Nunes; e no volume VIII, título “Gayas”, páginas 434/436, aparece outra série, iniciada com o sargento-mor Manuel Gomes Marzagão, magnata, irmão de Maria Gomes Corrêa.

De Diogo Marzagão e Isabel Nunes, da ilha de São Sebastião, nasceu pelo menos Isabel Nunes Corrêa, que foi esposa de Francisco Gonçalves Souto, português; e, destes últimos, pelo menos a filha Maria Nunes Corrêa, que casou ainda em São Sebastião com Manuel Leite Pereira, descendente próximo de Isabel Paes da Silva e de Bartolomeu Simões de Abreu. Convém lembrar que Isabel Paes da Silva era irmã de Fernão Dias Paes (Leme), o das esmeraldas.

De Manuel Leite Pereira e Maria Nunes Corrêa, nasceu pelo menos Maria Leite Corrêa, que casou com Pedro Fernandes de Gusmão, batizado em Ubatuba, aos 5 de agosto de 1726, filho de Felipe Fernandes Marão, parece que batizado em São Vicente, mas nascido em Verandelo (?), termo de Chaves, arcebispado de Braga; e de Maria Dias Pereira, batizada em Parati.

De Pedro Fernandes de Gusmão e de Maria Leite Corrêa provieram filhos e, entre eles, o de nome Joaquim José Fernandes Leite, nascido em Ubatuba a 12 e batizado a 22 de julho de 1758, e casado em Taubaté, aos 21 de maio de 1782, com Inês Gonçalves de Oliveira, taubateana, batizada a 23 de fevereiro de 1766, filha de Francisco Rodrigues Moreira e de Joana Dias de Freitas (Tenório), casados estes em Taubaté a 16 de maio de 1763. Francisco Rodrigues Fernandes Leite e Inês Gonçalves de Oliveira, e nos livros paroquiais de Queluz.

## CI

No meu subsídio anterior, o centésimo da série, dei algumas informações sobre os Fernandes Leite Marzagão, que deixaram descendência em Lorena, Queluz, Areias, Silveiras e algures, ou seja a geração de Joaquim José Fernandes Leite, nascido em Ubatuba, em 1758; casado em Taubaté, em 1782, com Inês Gonçalves de Oliveira, de quem são todos os filhos; e falecido em Lorena, em 1815.

Joaquim José Fernandes Leite tinha outros irmãos, cujo destino ignoro. Já no censo de Ubatuba, de 1765/1766, o primeiro da série do Morgado de Mateus, lê-se: Pedro Ferz de Gusmão, 39 anos, casado com Maria Leite; renda do casal - 100\$; filhos: 1 - Joaquim, de seis anos; 2 - Joseph, de 2; 3 - Sebastião, de dez meses; 4 - Antónia, de dezesseis anos; 5 - Maria, de doze anos; 6 - Mariana, de nove; 7 - Luzia, de quatro; agregada - Maria Nunes, sogra, de sessenta e dois anos. Para quem se tiver impressionado com a renda exígua do casal, então se impressione que deveras, com o saber que é renda anual - cem mil réis por ano! E havia outros que possuíam menos. De alguns até se escrevia: “Não possui nada”.

Mostrei como o filho de Joaquim e Inês, de nome José Joaquim Fernandes Leite, o paulistano da família, passou a residir em Queluz, de São Paulo, onde em 1822 contraiu matrimônio com Francisca Honestalda, filha do taubateano Antônio Ferreira de Castilho, tronco de uns Castilhos de Queluz, e da mulher dele, Rita Esméria da Palma (melhor seria Rebouças da Palma), guaratinguetaense. E conclui a nota esboçando a geração do filho de José e Francisca, de nome Tristão de Oliveira Leite, nascido em Queluz, em 1826 e aí casado em 1851. Falecendo Tristão, a viúva passou a segundas núpcias com um primo do primeiro marido, o major José Cirino da Silva, nascido em Queluz e falecido aqui na capital, com a geração que publiquei no meu trabalho sobre os Rebouças de Palma, do Vale do Paraíba.

Também encontrei, mas em Areias, na era da Independência outro filho de Joaquim José e de Inês - um que era lorenense e se assinava Tristão de Oliveira Leite, o qual não deve ser confundido com o sobrinho queluzense, quase homônimo. A homonímia constitui dificuldade séria para o pesquisador genealogista. Em 1822 Tristão José de Oliveira

Leite aparece em Areias, aos 22 anos, tendo sua mulher, lorenense como o marido, 18 anos. Exercia na localidade o cargo de segundo tabelião. Haviam casado em Lorena dois anos antes, ou seja, em 1820.

Em 1828, agrega-se ao casal Tristão-Fortunata, Antônio de Oliveira Leite, de vinte anos, o irmão mais moço do dono da casa; e em 1836 esse mesmo Antônio surge como secretário da Câmara Municipal. Mas nesse ano, agrega-se por sua vez à casa de Tristão José, o irmão Francisco Silveira Leite, da série taubateana, o primogênito de Joaquim e Inês.

O censo de 1836, de Areias, indica mais três irmãos dos três acima ditos, localizados lá e eram: padre João Joaquim Fernandes Leite, taubateano, que vivia de lavoura; Inês Odória (Eudora?) Leite, lorenense; e Fernando José de Oliveira Leite, igualmente lorenense, o qual, para todos os efeitos, sempre foi, em Areias, Fernando Mazagão.

Faltam os censos de Lorena e Areias, de 1826 e 1827, de modo que só no de 1828 se pode ler, pela primeira vez, o nome de Inês Odória (?) Leite, mas já na qualidade de terceira esposa do capitão José Monteiro da Silva: ele de Cunha, com 53 anos; ela, de Lorena, com 25. Viúva em 1830, tendo consigo o filho Joaquim, de um ano de idade, Inês Odória Leite continua a viver em Areias, pelo menos até 1836.

Quanto a Fernando José de Oliveira Leite (Mazagão), as listas de 1828 dão-no de 23 anos, casado com sua prima Carlota Joaquina, de 17, areiense e já com Inês, de 3 meses. O parentesco provinha de serem os esposos netos de dois irmãos: o capitão João Félix de Oliveira e Francisco Rodrigues Moreira, dois dos nove filhos de Inês Gonçalves Moreira e Eleutério Félix de Oliveira (Silva Leme, volume V, título “Alvarengas”, página 438). Do capitão João Félix provinha Eleutério (neto) e, deste, Carlota Joaquina; e de Francisco Rodrigues Moreira provinha Inês Gonçalves de Oliveira e, desta, Fernando José de Oliveira Leite.

Já andei estudando esses Félix, em trabalho publicado na “Revista do Arquivo”, volume XVII, de outubro de 1935, sob o título “Raça de Jacques Félix, por Silveiras”. Descendiam do fundador de Taubaté, pelo capitão João Félix de Oliveira, filho de Eleutério Félix de Oliveira e de Inês Gonçalves Moreira, supra-citados. Carlota Joaquina era, portanto, irmã germana do padre Eleutério Félix de Oliveira e do padre Germano Félix de Oliveira, que foi vigário de Queluz, político liberal, envolvido como cabeçada rebelião de 1842 e, depois, deputado provincial e agraciado. E estes três últimos contavam-se entre os primos do padre Manuel Félix de Oliveira, político liberal, envolvido também na revolução de 1842, vigário de Silveiras e de Ubatuba; e do cônego Antônio de Oliveira Castro, que foi vigário de Silveiras por dezenas de anos e, finalmente, de Lorena.

Carlota Joaquina e Fernando José de Oliveira Leite (Mazagão) tiveram muitos filhos, dos quais descobri os quatorze mencionados na “Revista do Arquivo”, volume XVII, indicado: 1 - Fernando; 2 - Joaquim; 3 - Pedro Fernandes Leite (Pedro Mazagão), que residiu uns tempos em Queluz, onde, quando menino, o conheci já com filhos crescidos; 4 - Eleutério; 5 - Antônio; 6 - Teresa; 7 - Inês, que foi a primeira mulher do escritor silveirense Vicente Félix de Castro, seu primo; 8 - Carlota, casada com José Luís Guimarães; 9 - Maria, a segunda esposa de Vicente Félix de Castro; 10 - Cesária, casada com um Belém, de Areias, de quem foi segunda mulher; 11 - Leonor, casada; 12 - Maria, casada com João Velho; 13 - Maria Teresa, solteira; 14 - Mariana, segunda mulher do comendador Domingos Pereira da Silva (ver “Revista do Arquivo”, volume XIV, páginas 43 e 44).

O comendador Domingos Pereira da Silva, agraciado pelo governo imperial por serviços prestados em uma epidemia que assolou Silveira, e sua mulher Mariana Félix de Oliveira Fernandes Leite Mazagão tiveram cinco filhos: 1 - Maria da Conceição, que

casou em Silveiras, aos 9 de julho de 1887, com Miguel Ribeiro Mendes. Este casal celebrou bodas de ouro em São João da Bocaina, onde residiam, segundo notícia publicada no “O Estado de São Paulo”, edição de 18 de julho de 1937; 2 - Inês Pereira Leite, casada em Silveiras, em 1887, com Eduardo Moreira Sene, irmão de minha mãe, com descendência em Taubaté (ver “Revista do Arquivo”, volume sessenta e oito, páginas 120 a 123); 3 - Maria, casada; 4 - Mariana, casada; 5 - Domingos Pereira da Silva, silveirense como as quatro irmãs, casado em Queluz com Ubaldina Campos, com o filho Benedito Erasmo, falecido na infância. Foi por vários anos tabelião e escrivão em Areias, tendo sido antes telegrafista da Central do Brasil e guarda-livros. Bom músico, não na altura da irmã Maria da Conceição, que era uma excelente musicista. Este Domingos, a quem chamavam desde criança Bigeu, verdadeiro perdulário do talento, tendo nascido com todos os elementos intelectuais para vencer com êxito na vida, nada fez de útil, afinal, para si e para a sociedade. Bafejado ainda pela fortuna, nos seus últimos tempos, veio a morrer pobremente, e ignorado, em Santo André.

Para encerrar esta nota, duas palavras sobre os dois filhos restantes de Joaquim José e de Inês Gonçalves - Manuel, taubateano, e Rodrigo, lorenense. O alferes Manuel de Oliveira Mazagão aparece recenseado em Lorena, como negociante, solteiro. E Rodrigo Antônio de Oliveira Leite, na mesma localidade e com a mesma profissão, achava-se casado com Lúcia Cândida de Gusmão. São informes do censo de 1828.

## CII

A coleção de recenseamentos das Ordenanças de Guaratinguetá, pertencente ao Arquivo Público do estado, apresenta uma solução de continuidade que vai de 1767 a 1776, de maneira que somente no desse último anos, datado de 31 de dezembro de 1776, é que se encontra a primeira referência à Povoação de Santana da Paraíba, já freguesia, com vigário, segundo o censo de 1º de janeiro de 1780. Essa “nova povoação de Santana da Paraíba abaixo”, foi o núcleo inicial de Areias, núcleo guaratinguetaense primeiro, em seguida (1788) lorenense e, afinal, independente em 1816.

O censo de 1776, entre os habitantes graduados, indica o alferes Pedro de Almeida Leal, sexagenário, lavrador, casado com Isabel da Silva Leme, mineira, natural de Baependi, a qual enviuvou por 1791 e faleceu por 18002. Já em 1º de janeiro de 1780, o recenseador declarava: “Alferes, vago, por se mudar para o seu sítio do Caminho Novo muito distante desta vila”. De fato, nessa data, as listas do Caminho Novo mencionam o alferes Pedro de Almeida Leal, localizado em zona que mais tarde ficou incluída nos limites da freguesia do Bom Jesus do Livramento do Bananal.

Existe em São Paulo, no primeiro ofício de órfãos (Cartório do Escrivão Saraiva), e disso me deu conhecimento o prezado amigo e consócio sr. João Baptista de Campos Aguirra, o testamento de Isabel da Silva Leme, onde se lê que ela nascera no Arrozal de Baependi, sendo filha de Pedro da Silva e de Catarina Leme do Prado. Não há mister grande esforço para descobrir, na “Genealogia Paulistana”, em título “Bicudos”, volume VI, página 433, Catarina Leme do Prado, casada com o capitão Pedro da Silva Góes, e, para eles, o linhagista enumera três filhas, que achou: 1 - Maria Leme da Silva Leme, casada em 1745, em Baependi, com João Ribeiro da Silva; 2 - Rita Leme da Silva, casada em 1749, em Baependi, com José da Silva Leme; e 3 - Quitéria da Silva Leme, casada em 1750, ainda em Baependi, com Jacinto Gomes Ferreira, familiar do Santo Ofício. Pois a essas três, que o Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme revelou, deve-se acrescentar mais a de nome Isabel da Silva Leme, que casou decerto em Baependi também, talvez por 1750, com o alferes Pedro de Almeida Leal, povoador de terras no extremo leste de São Paulo, em fins do século dezoito.

Através dos informes censitários existentes, vê-se que o casal alferes Pedro de Almeida Leal-Isabel da Silva Leme teve os nove filhos seguintes: 1 - José, de 1757; 2 - Luisa Maria, de 1759; 3 - Mariana, de 1761; 4 - Joana, de 1763; 5 - Maria Madalena, de 1765; 6 - Vicência, de 1767; 7 - João, de 1769; 8 - Luís José Almeida, de 1771; e 9 - Domingos Inácio de Almeida, de 1773. Datas aproximadas. Foi a relação mais completa que encontrei, da prole do casal. Pela lista de 1791 Isabel da Silva Leme está já viúva, tendo em sua companhia apenas três filhos: Domingos Inácio de Almeida, Luisa Maria e Maria Madalena. Era a lei natural da dispersão das famílias. Em 1802 estes três irmãos aparecem morando juntos, vindo nas observações a nota do recenseador: “Falta Isabel da Silva, sua mãe, que morreu”.

Isabel da Silva Leme, por ser filha de Catarina Leme do Prado, vinha a ser sobrinha afim de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, madeirense, tronco dos Nogueiras, de Baependi. Ela, entretanto, não era Nogueira, assim como também não o era o alferes Pedro de Almeida Leal. Nessas condições, o cognome Nogueira, em descendentes do casal Pedro-Isabel, não veio por eles.

O censo de Lorena, do Caminho Novo, datado de 15 de dezembro de 1791, refere-se a casal havia pouco constituído, ou seja, Luís José Ferreira, de 28 anos, e Ana Maria, de 20. Está exagerada a idade de Luís, que contava, então, quando muito, seus 23 anos. Mas Luís José Ferreira? E desse modo vem ele também nos censos de dezembro de 1793 e dezembro de 1794, até aparecer, em janeiro de 1798, como Luís José de Almeida, nome que conservou para o resto da existência.

A esposa de Luís José de Almeida, Ana Maria Rodrigues, tudo me leva a crer fosse filha de Antônio Rodrigues Pinto, falecido antes de 5 de janeiro de 1798, data em que a mulher, Ana Joaquina da Conceição, consta do censo no estado de viúva. Eram agricultores no Bananal. Ana Joaquina expirou aos 24 de junho de 1814 e, no testamento (Arquivo do estado), declarou-se filha de João Garcia e de Ana Maria, e nascida em Minas, na freguesia de Nossa Senhora da Glória dos Carijós (Queluz de Minas?). Acrescentou que tivera doze filhos, nove falecidos e três vivos - Máximo, Mariana e Maria; e, ainda, que dos mortos, apenas duas filhas - Ana Maria e Rosa Maria da Conceição haviam casado. Em recenseamentos de Bananal achei onze dos doze gênetos a que se reporta o testamento: Manuel (1770), Antônio (1772), Ana Maria (74), Maria (76), Rosa Maria da Conceição (78), Francisca (80), Luisa (82), Escolástica (84), Luís (88), Mariana (91), e Máximo (1793). Mariana seria a “Tia Mariana” do testamento adiante citado por Luís José de Almeida (homônimo do pai) irmão de Luciano.

Outrossim acredito que Antônio Rodrigues Pinto deva ligar-se ao casal 7-3, página 394, volume VI, título “Bicudos”, da “Genealogia Paulistana”, e, a ser verdadeira a hipótese que ora formulo, o cognome Nogueira, da descendência de Luís José de Almeida, estaria plenamente explicado. Que tal cognome surgiu por Ana Maria Rodrigues é coisa que parece fora de contestação.

É tempo, porém, de falar da prole de Luís José de Almeida, falecido aos quarenta anos, entre março de 1809 e abril de 1810, e de sua única mulher Ana Maria Rodrigues. Tiveram os seguintes filhos: 1 - Claudino (anotado uma vez como Claudiano), de 1792. Datas aproximadas. Deve ter falecido por 1799; 2 - Antônio José Nogueira, de 1793. Casou aos vinte anos, por 1812, com Mariana da Silva. Em pouco, tornou-se importante fazendeiro e disso dá testemunho o censo de 7 de março de 1814. Morava no bairro do rancho Grande, que, aliás, era o bairro da família. Nesse recenseamento de 1814, há a seguinte nota: “Falta nesta família Ana Maria sua mãe que morreu”. Ana Maria, na época referida, assistia em casa do filho Antônio; 3 - Luís José de Almeida, de 1794, fazendeiro na Barra do Turvo, em Rezende, falecido, solteiro, com testamento aberto a 1º de setembro de 1817 (Arquivo do Estado), onde afirmou ser filho de Luís José de Almeida e de Ana Maria da Conceição. Legou

seus bens ao irmão Luciano José de Almeida, e fez uma dádiva a sua “Tia Mariana”; 4 - Es-  
méria, de 1796, que se finou entre maio de 1808 e março de 1809; 5 - Luciano José de Almei-  
da, de 1797, que depois da morte de Ana Maria esteve mcorando com o irmão Antônio, bem  
como Luís e Luisa; 6 - Domiciana, de 1799, que casou em Guaratinguetá, em 1812, com José  
Ramos Nogueira, filho de Roque Bicudo Leme e de Florência Maria Nogueira, de quem já  
tratei no subsídio cinqüenta, desta série. Evidentemente o recenseador bananalense (sexta  
companhia das Ordenanças de Lorena) implicava com o nome Domiciana que nunca escreveu  
certo: Emerenciana (1801 a 1804), Domeliciana (1805 a 1811), Dominciana (1812), Domen-  
ciana (1813); 7 - Claudino, de 1801, falecido no mesmo ano; 8 - Luisa, de 1802. Como já  
avisei linhas atrás, essas datas são mais ou menos, por haverem sido tiradas de recenseamen-  
tos e não de registros paroquiais ou de livros de famílias.

Durante a vida de Luís José de Almeida, a mulher sempre apareceu  
nas listas censitárias com o nome de Ana Maria Roiz, ou seja, Ana Maria Rodrigues. Depois  
de viúva, chamou-se Ana Joaquina (censo de 16 de abril de 1811); Ana Joaquina Roiz (censo  
de 27 de janeiro de 1812): Ana Maria da Conceição (censo de 30 de janeiro de 1813). Ela  
morreu entre esta última data e 7 de março de 1814, o que acima ficou esclarecido. Luís José  
de Almeida, o moço, também se declara filho de Ana Maria da Conceição. Tais variantes  
onomáticas é que me levaram a dizer que o nome todo, dessa veneranda senhora, seria Ana  
Joaquina Maria da Conceição Rodrigues Nogueira (ver subsídio cinqüenta, referido). Trata-  
se, porém, de uma única pessoa, e os oito gênitos do casal (três falecidos e cinco que sobrevi-  
veram) são irmão germanos ou irmão inteiros, insto é, de pai e mãe.

Não sei se cometo indiscrição anunciando aqui que, sobre os Al-  
meidas, do Bananal, família numerosa e importante, o Dr. Geraldo Cardoso de Mello, casado  
com uma Almeida, está elaborando trabalho genealógico de Fôlego.

### CIII

É grande a lista dos padres envolvidos no movimento liberal de  
1842. Padre Manuel Teotônio de Castro, de Lorena; padre Germano Félix de Oliveira, de  
Queluz; padre Manuel Félix de Oliveira, de Silveira; padre José Alves Leite, de Areias... Não  
pretendo enumerar todos eles. Quero apenas focalizar o último citado, nascido em Taubaté,  
em 1794, e aí batizado aos 20 de janeiro desse ano, ordenado em São Paulo, 1818, filho de  
Joaquim da Silva Leite, batizado em Taubaté, em 18 de maio de 1765 e aí casado, aos 26 de  
junho de 1791, com Úrsula Maria de Jesus, nascida por 1756. Joaquim da Silva Leite era filho  
de Junipero Gonçalves Loureiro e de Maria Veridiana Pires, já viúvo em 1790.

Parece que o recenseador taubateano tinha dificuldade em escrever  
estes dois últimos nomes. As listas trazem Geniplo, as mais das vezes, e Maria Bridiana. E-  
ram antigos habitantes de Taubaté, onde lhe nasceram os filhos que, na verificação censitária  
de 1786, se contavam por meia dúzia: 1 - Joaquim, de 20 anos; 2 - Manuel, de 14; 3 - Salva-  
dor, de 10; 4 - João, de 6; 5 - Ana, de 16; e 6 - Maria, de 2 anos.

Úrsula, a esposa de Joaquim da Silva Leite, vinha a ser filha de An-  
tônio Barretto Moreira, septuagenário em 1774, taubateano, residente no bairro da Paraíba, o  
qual fora casado duas vezes: a primeira com Joana de Oliveira (mãe de Úrsula) e, a segunda  
com Antônia Luisa Cardoso, quarenta anos mais moça que o marido, havendo vários filhos  
deste segundo consórcio de Antônio Barretto Moreira, cujos pais eram, conforme alistamento  
militar, Manuel Rodrigues Moreira Cabral e Maria Portes d’El Rey, gente antiga da Capitania  
de São Paulo.

Quanto a Junipero Gonçalves Loureiro, nos recenseamentos de Taubaté apenas pude encontrar que era filho de Delfina do Nascimento, já viúva em 1774 e com 83 anos nessa época. Tendo, entretanto, recebido uma solicitação de amigo, para pesquisar sobre Salvador Ferreira de Castilho, de Taubaté, casado com Ana ou Antônia Joaquina de Azevedo, solicitação essa que já vinha do Rio Grande do Sul, feita pelo eminente genealogista sulino Jorge Godofredo Felizardo, pude ainda uma vez conseguir, em papéis de dispensa de impedimentos matrimoniais do Arquivo da Cúria Metropolitana desta Capital, não só os informes desejados por Jorge Godofredo Felizardo, como também os referentes à filiação de Junipero Gonçalves Loureiro. É o caso que Salvador Ferreira de Castilho vinha a ser filho de Carlos Moreira de Castilho e de Quitéria Loureiro de Jesus, para os quais havia impedimento por via dos Fragosos, em parentesco exposto da seguinte maneira: De Gaspar Lopes Fragoso (em Silva Leme, volume VIII, título “Dias”, página 4, lê-se Baltasar Lopes Fragoso) nasceram Violante Cardoso e Maria Fragoso, irmãs germanas. De Maria Fragoso nasceu Isabel Fragoso, que está em título “Alvarengas”, volume V, página 434, da “Genealogia Paulistana”, e de Isabel nasceu Salvador Moreira de Castilho e, deste, Carlos Moreira de Castilho. E de Violante Cardoso nasceu Mariana Cardoso, a qual foi mãe de João de Barros e, este, pai de João de Barros Pereira, primo de Carlos Moreira Castilho. Aconteceu que morrendo João de Barros Pereira, a viúva Quitéria de Jesus Loureiro, para se casar com seu parente afim Carlos Moreira da Castilho, precisou esperar as delongas de um processo de dispensa matrimonial, à vista do interessante incidente surgido com a denúncia apresentada, em matéria de impedimentos, pelo Capitão Francisco de Godoy de Almeida Pires ( “Genealogia Paulistana”, volume VI, título “Godoy”, página 5), homem de representação na sua terra natal, e que segundo declarações feitas em Guaratinguetá, aos 18 de outubro de 1745, disse ter 55 anos, ser lavrador e natural de Taubaté.

Do processo supra-mencionado consta a filiação de Quitéria de Jesus Loureiro: - João da Silva Lima e Delfina do nascimento. Quitéria vinha a ser irmã de Junipero Gonçalves Loureiro.

Nada pude apurar sobre Maria Veridiana Pires e sobre Joana de Oliveira, respectivamente avó paterna e avó materna do padre José Alves Leite, que morou sempre em Areias e era considerado parente próximo pelo casal Fernando de Oliveira Leite Mazagão-Carlota Joaquina Félix de Oliveira, de quem tratei no subsídio cento e um. O neto deles, Domingos Pereira da Silva (Bigeu), sempre que se manifestava a respeito do padre, dizia “Tio padre José Alves Leite”. Cabe aqui uma observação oportuna e é a de que os antigos, entre nós, consideravam tios os primos dos pais. Ora, sendo o padre José Alves Leite considerado primo, por Fernando Mazagão e sua mulher Carlota Joaquina Félix de Oliveira, era “ipso-facto” tido e havido como tio, pelos quatorze filhos do casal, em cujo número se contava Mariana, mãe de Bigeu e este, portanto, quando falava “Tio padre José Alves Leite”, apenas repetia uma tradição de parentesco, remoto, recebida por via materna.

Na lista de implicados na revolução de 1842, que publiquei no volume XIII, da “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”, de junho de 1935, precisamente na página 36, aparece o nome do padre José Alves Leite, número um da relação DOIS. (“Réus que se achavam pronunciados como cabeças da rebelião, e que têm entrado em julgamento, ou tido provimento em recursos”). Vê-se, pela nota das OBSERVAÇÕES, que ele fora absolvido pelo júri, mas, em virtude de apelação, continuava preso aqui.

Um quase areiense contava que o padre, fracassada a rebelião, fugiu para seguro abrigo no mato, temendo excessos partidários dos primeiros momentos. Escravo fidelíssimo acompanhava-o, em que poderia confiar sem receio. De vez em quando, movido por justa curiosidade, padre José Alves Leite recomendava, ao servidor, que trepasse à copada de árvore saliente, a fim de perscrutar os horizontes... policiais.

- “Que é que vê, daí do alto? “, indagava ofegante o fugitivo. - “Vejo as espingardas dos soldados, branquejando lá em baixo!”, respondia o negro. Com estes sustos todos e, depois, a prisão, o processo, o júri, a apelação... padre José Alves Leite ficou alterado das faculdades mentais, e só isso explica a parte que tomou, conforme o testemunho geral, no caso da dispersão da fortuna do capitão-mor Gabriel Serafim da Silva, o paulistano riquíssimo que elegera Areias por sua terra, desde 1792, aos dez anos de idade. Aliás foi Areias que lhe proporcionou a ele Gabriel a acumulação de pecúlio que, de tão vultoso, se tornou tradicional.

Diziam que o padre havia guardado certa porção de valores em papel, do espólio do argentário, e que, bem mais tarde, indo verificar a riqueza, descobriu-lhe, na verdade, a completa desvalorização, pelo decurso do tempo. Também acrescentavam que desilusão tamanha concorrera para acabar com o pouco senso, que ainda restava ao taubateano, que pelo cognome Leite devia, com toda certeza, ir-se prender, como os primos areienses, aos velhos e tradicionais Leites, de São Sebastião e Ubatuba, oriundos de Pepino de Heristal, através do povoador Pascoal Leite Furtado, açoreano, aqui falecido em 1614, casado que foi com Isabel do Prado, filha de João do Prado e de Felipa Vicente, casal este ea que quase todo o sul do Brasil se liga.

#### CIV

O escritor paulista Valdomiro Silveira, falecido em Santos no dia 3 de junho de 1941, consta de trabalhos genealógicos por mim publicados nos volumes trinta e três (páginas 263 e 266) e trinta e cinco (página 122) da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. No primeiro desses dois estudos em assentamento feito pelo pai do escritor, lê-se que Valdomiro nasceu no dia 11 de novembro de 1873, na antiga freguesia do Senhor Bom Jesus da Cachoeira, termo de Lorena, sendo o batismo a 9 de março de 1874, na Vila do Cruzeiro, antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Embaú. Serviram de padrinhos, o neófito, Zeferino Carlos da Silveira, irmão do pai, e Maria Jardim da Silveira, prima do batizado, treze anos mais velha que ele, filha de Joaquim Carlos da Silveira (outro irmão do pai), a qual depois casou com o coronel Joaquim Vieira de Souza, que teve representação em Ribeirão Preto e aí deixou descendência. Valdomiro concluiu o curso de Direito, feito rodo aqui, em 1895, ano em que recebeu grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

O pai de Valdomiro, Dr. João Batista da Silveira, nasceu em Queluz de São Paulo, aos 24 de fevereiro de 1850, e faleceu nesta capital, em 14 de maio de 1920. Eram seus oito irmãos germanos: 1 - Joaquim, já dito, de 1831; 2 - Zeferino, também já indicado, de 1836; 3 - Galdino Carlos da Silveira, de 1837; 4 - Arlindo, de 1838; 5 - Luisa, de 1840; 6 - Maria, de 1842; 7 - Antônio, de 1845; e 8 - Maria, de 1847. Aqui estudou Direito, o Dr. João Batista da Silveira, recebendo grau em 1880. Casara a 28 de fevereiro de 1870, em São Bom Jesus da Cachoeira, local que foi mencionado linha atrás, com Cristina Carlinda de Olivér, falecida nesta capital, filha do médico espanhol Dr. Fernando Olivér e Alzamora e de Aureliana Ferreira de Magalhães.

Bom Jesus da Cachoeira é uma velha localidade, à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, nascida de uma capela aí levantada por Sebastiana de tal e outros devotos do Senhor Bom Jesus, isto por 1780. Manuel da Silva Caldas e sua mulher Ângela Maria de Jesus, por escritura passada em Guaratinguetá, em 18 de outubro de 1784, fizeram doação de terras, para patrimônio dessa capela. O Bom Jesus da Cachoeira está hoje fazendo parte integrante da atual margem direita do Paraíba, junto à confluência do rio Bocaina, no antigo Santo Antônio do Porto da Cachoeira. Este núcleo, elevado também a freguesia, sob a invocação de Santo Antônio, teve a seu favor o importantíssimo fato de nele ficar situada a



estação ferroviária, ali inaugurada em 1875. O nome Cachoeira provém de ficar o Paraíba encachoeirado nesse sítio e aí começa mesmo a forte rampa do curso fluvial, que vai acabar em Rezende. Num trecho de cento e poucos quilômetros, o rio cai cerca de cem metros.

Tinha o casal Dr. João Batista da Silveira - Cristina Carlinda de Olivér os oito seguintes gêritos: 1 - Joana Batistina da Silveira, de 1871, nascida no Senhor Bom Jesus da Cachoeira, casada em Casa Branca; 2 - Valdomiro, de quem se trata; 3 - Hermínia Jovira da Silveira, nascida em São Paulo, em 1876, casada em Casa Branca; 4- Ministro Dr. Alarico Silveira, nascido em São Paulo, em 1878; 5 - Dr. Agenor Silveira, nascido em S. Paulo, em 1880; 6 - Nestor Silveira, nascido em Casa Branca, em 1882; 7 - Breno Silveira, nascido em Casa Branca, em 1885; e 8 - João Silveira Júnior, nascido em Casa Branca, em 1887.

O Dr. João Batista da Silveira era filho do capitão Luís Antônio da Silveira, natural de Cunha, de 1803, falecido em sua fazenda do Itagaçaba de Areias, em novembro de 1871. O capitão Luís havia casado em 1828, com Maria da Conceição de Toledo, filha do guaratinguetaense Joaquim Francisco de Toledo (1780-1843) e de sua mulher Francisca Mariana do Espírito Santo. Joaquim Francisco vinha a ser filho do casal 6-2, volume quinto, título “Cunhas Gagos”, da “Genealogia Paulistana”, página 21. Silva Leme não menciona Joaquim Francisco, omissão que é relativamente comum na obra citada, onde tanta vez uma lista de irmãos germanos se apresenta incompleta.

Nem sempre um linhagista, mesmo com os recursos excepcionais de fortuna e de posição social, como o de Bragança, encontra à mão documentos perfeitos para as enumerações ideadas. Todos quantos já fizeram pesquisas genealógicas sabem, de experiência própria, que os nossos arquivos são bem falhos: livros inexistentes, folhas perdidas, páginas apagadas pela umidade ou roídas por bichos...

Só por injustificável leviandade, dobrada de ignorância plena, ir-se-ia concluir que, não aparecendo um nome na “Genealogia”, trata-se de bastardia, ou de coisa escandalosa que convém ocultar. Ora, o Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, que escreveu o que se encontra na pág. 508, volume III, título “Pedrosos de Barros”, não iria omitir, por escrúpulo, qualquer filho de casal, se, desse filho, saísse geração bastarda. O imenso esforço do Dr. Silva Leme precisa ser inteligentemente compreendido, e, a cada um de nós, que lê e estuda a “Genealogia” (1903-1905), cabe o modesto mas indispensável papel de ir limando as imperfeições fatais da obra monumental e, principalmente, ir-lhe completando as falhas, e lhe preenchendo as lacunas, à luz de documentos que forem sendo encontrados agora, e que o linhagista não descobriu durante seus longos anos de lucubração.

Como é fácil verificar, o cognome Toledo, da mãe do Dr. João Batista da Silveira, provinha de Manuel Pedroso de Toledo, filho de Pantaleão Pedroso de Toledo (volume V, da “Genealogia”, em título “Toledos Pizas”, página 562). Pantaleão contava-se entre os quatorze filhos do capitão João Vaz Cardoso e sua mulher Ana Ribeiro Rodovalho, batizada em São Paulo, aos 16 de setembro de 1643, filha de dom Simão de Toledo Piza aqui casado em 12 de fevereiro de 1640, com Maria Pedroso.

O capitão Luís Antônio da Silveira, avô paterno de Valdomiro Silveira, fazia política no partido liberal e andou implicando na revolução de 1842. Para evitar aborrecimentos decorrentes da vitória dos contrários, conservadores, empreendeu longas viagens, vendo terras que lhe eram estranhas. Nessas excursões demoradas, há a tradição de que esteve nos sertões da serra da Mambucaba e também nos famosos sertões de Araraquara, de que tanto se falava por aquele tempo.

Ora, no interessantíssimo livro de registro de família, que reproduzi no volume XXXIII da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, lê-se a nota seguinte (página 260), escrita pela mão de Luís Antônio da Silveira (Luís Carlos, de nome

familiar e regional): “Comprei as terras no Sertão do Rio Preto a 15 de julho de 1848 - Deus queira seja para bem”.

Guaraci da Silveira, filho de Zeferino Carlos da Silveira e, por isso, igualmente neto paterno de Luís Carlos, pretendeu inferir, do assentamento, que foi seu avô quem deu os terrenos onde se construiu a cidade paulista do Rio Preto.

A tese é simpática e digna de análise. Desde logo, porém, se desvenda uma primeira dificuldade: saber a qual Rio Preto se referia o comprador. Além disso, se na região onde se fundou o grande centro urbano do Noroeste paulista, aparece um Luís Antônio da Silveira, doador, é preciso, em minucioso trabalho de pesquisa, identificar perfeitamente essa individualidade, a fim de que seja evitado o perigo da conclusão errada, resultante de homonímia.

Eis a irmandade a que pertencia o capitão Luís Antônio da Silveira: 1 - João Carlos Leonel da Silveira, de 1788; 2 - Antônio Possidônio do espírito Santo, de 1790; 3 - José Carlos Epifânio da Silveira, de 1794; 4 - Maria Rita de Viveiros, de 1796; 5 - Manuel Carlos da Silveira, de 1797; 6 - Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, de 1799; 7 - Francisca Rita de Viveiros, de 1801; 8 - Luís Antônio da Silveira, de 1803; e 9 - Jeremias Carlos da Silveira, de 1805. Todos haviam nascido em Cunha e eram filhos do alferes Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher Ana Antônia de Viveiros.

Continuarei a tratar da família de Valdomiro Silveira, ampliando esses apontamentos.

## CV

Prosseguindo nas notas do subsídio anterior, tratarei ainda da ascendência do escritor paulista Valdomiro Silveira, falecido em Santos, a três de junho de 1941.

Como informei, o avô paterno de Valdomiro, capitão Luís Antônio da Silveira, nascera em Cunha e era filho do alferes Carlos Pedroso da Silveira e de Ana Antônia de Viveiros, naturais da mesma localidade e ali residentes até princípios de 1819, data em que se transferiram para a novel freguesia de São João Batista de Queluz, situada no município da Vila de São Miguel das Areias.

Queluz (de São Paulo), é sabido, teve origem em um aldeamento de índios Puris, mandado criar no então município da Vila de Lorena, em 1800, pelo capitão-general governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802), sob a direção espiritual do sacerdote paulista, curitibano, padre Francisco das Chagas Lima, e direção temporal de Januário Nunes da Silva, natural de Cunha, falecido em avançada idade em Queluz, onde tinha grande geração de dois casamentos.

A aldeia de São João Batista de Queluz foi elevada a freguesia por provisão datada de 2 de março de 1803, passada pelo governador capitão-general Antônio José da Franca e Horta (1802-1811). O território de Queluz abrange vários cursos de água que nascem nas abas da Mantiqueira e são tributários da margem esquerda do Paraíba do Sul. Entre esses afluentes conta-se o ribeirão das Cruzes, em cujo leito há abundância de seixos rolados. Precisamente no bairro das Cruzes, ou bairro do ribeirão das Cruzes, localizou-se, em Queluz, em 1819, o alferes Carlos Pedroso da Silveira, recém-mudado de Cunha, sua terra natal.

Em Queluz e arredores, essa família ficou, com o tempo, geralmente conhecida por família Carlos, dada a freqüência desse nome entre os membros dela. Dizia-se o alferes Carlos, para o chefe, e, para os filhos, João Carlos, José Carlos, Manuel Carlos, Luís Carlos (Luís Antônio da Silveira), Jeremias Carlos... O próprio Dr. João Batista da Silveira, filho de Luís Carlos, antes de se mudar para aqui, era para todos o Joãozinho Carlos, segundo a maneira tradicional, queluzense, em relação a essa família.

Joãozinho Carlos, insinuante, muito inteligente, folgazão, tornou-se relacionadíssimo em sua terra natal (Queluz), em Areias, Silveiras, Cachoeira e outras localidades circunvizinhas. De cachoeira mudou para São Paulo, aos vinte e quatro anos, quando se fez estudante de Direito, e, daqui, logo depois de formado, para Casa Branca, pela altura dos trinta e um. Apesar de conhecê-lo muito de nome, vi-o apenas uma vez, em 1901, por haver ido à minha casa, na rua Jesuíno Pascoal, em visita ao seu amigo Dr. Lucas Nogueira da Silva, conhecido clínico nesta capital, ao tempo residente em Franca, mas naquele dia hóspede de meu pai.

Lembro-me muito bem de ter ouvido dele, visitante, que não assinava Carlos, por assim o haver exigido sua mãe, d. Maria da Conceição de Toledo. Reproduzo as palavras do Dr. João Batista da Silveira, então político da dissidência em Casa Branca: “Minha mãe me fez prometer nunca usar o nome Carlos, para mim e para os meus”. Estas palavras impressionaram-me bastante, nos meus dezoito anos, pois, quanto a mim, fora batizado Carlos, em virtude do desejo expresso de minha mãe. Nunca entendi a repugnância de d. Maria da Conceição, quanto a um nome que era tradicional na família do marido dela e usado pelos filhos mais velhos do casal.

Mas o nome Carlos era mesmo característico da família. Havia em Queluz, nos meus tempos de menino, um sexagenário que residia em amplo sobrado junto ao cemitério. Para toda a localidade, esse ancião tinha o nome de “Tio Carlos”. Tratava-se de Carlos Firmino Brandão, filho de João Carlos Leonel da Silveira, irmão de Luís Carlos.

Toda Queluz também conhecida João Carlos, filho de Antônio Possidônio do espírito Santo (outro irmão de Luís Carlos), o qual João Carlos usava, de fato e de direito, o nome de João José Lopes de Camargo (sogro de Silvério Ferreira, pai este do Dr. João Batista Ferreira, político em Cruzeiro).

Esses Carlos da Silveira, oriundos de Cunha, não formavam pois a família Silveira, e sim a família Carlos.

O alferes Carlos Pedroso da Silveira faleceu em Queluz, aos 13 de dezembro de 1834 e a esposa Ana Antônia de Viveiros, também em Queluz, aos 27 de dezembro de 1830. Haviam casado em Cunha, tera natal de ambos, em 1787. Ana Antônia de Viveiros era filha do capitão Antônio Lopes Figueira e primeira mulher Bárbara de Viveiros. Quanto ao alferes Carlos, era filho de José Borges dos Santos e de Maria Miguel da Silveira e, por isso, pertencia à seguinte irmandade: 1 - Capitão João Borges dos Santos, de 1757, que morou em São Luís do Paraitinga; 2 - Inês de Andrade e Silva, de 1758, primeira mulher de José Alves de Oliveira, futuro capitão-mor de Cunha; 3 - José Borges dos Santos, de 1761; 4 - Alferes Carlos Pedroso da Silveira, de 1763; 5 - Helena da Silve Rosa, de 1765, que depois casou, em 1804, com seu cunhado, viúvo, capitão-mor José Alves de Oliveira; 6 - Antônio Borges dos Reis, de 1770. Além desses seis filhos legítimos, José Borges dos Santos deixou ainda Matilde Leonor Eufrásia de Moraes, casada, em 1794, com José Xavier Soares; e Joaquim Borges dos Santos, casado por 1812 com Gertrudes Maria da Conceição.

José Borges dos Santos era natural de Vila Rica (Ouro Preto) e filho de João Borges dos Santos e de Inês de Andrada e Silva ou de Andrade e Silva. Acredito que estes dois tivessem origem paulista ou fluminense. José Borges casou em Cunha, em 1756,

com Maria Miguel da Silveira, filha de Leopoldo da Silveira e Souza e de Helena da Silva Rosa. Eis a lista dos filhos de Leopoldo e Helena: 1 - Rosália, de 1724; 2 - Leovigilda, de 1727; 3 - Leopoldo Carlos Leonel da Silveira, de 1728; 4 - Júlio Carlos da Silveira, de 1730; 5 - Maria Miguel da Silveira, de 1733; 6 - Ana Moreira de Jesus, de 1736; 7 - José da Silva Reis, de 1739; 8 - Helena Angélica, ou Ângela Helena, de 1742; 9 - Antónia da Silveira de Souza, de 1744.

Leopoldo da Silveira e Souza aparece na “Genealogia Paulistana”, volume V, título “Toledos Pizas”, página 509. As notas do linhagista estão, porém, muito incompletas, quanto à geração de Leopoldo e Helena da Silva Rosa. Esta Helena consta da “Genealogia Paulistana”, também no volume V, mas em título “Alvarengas”, página 433. Ela se ligava, por linha materna, aos numerosíssimos Moreira de Castilho, de Taubaté, grupo genealógico tão importante quão maltratado, por demasiado incompleto, na obra do Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Sobre Helena da Silva Rosa convém ler o que publiquei na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico”, volume trinta e um, em trabalho sob o título “Carlos Pedroso da Silveira”.

Leopoldo da Silveira e Souza era filho de Carlos Pedroso da Silveira, nascido aqui em S. Paulo, em 1664 e falecido em Taubaté, em 1719, e de Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), nascida na freguesia de Irajá, no Rio de Janeiro e falecida talvez em Minas Gerais. Carlos Pedroso da Silveira, provedor dos quintos de Parati; guarda-mor; provedor da fazenda, em Taubaté; mestre de campo do terço das Minas; governador das Vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá; 25º capitão-mor governador e ouvidor da Capitania de Itanhaem; é figura muito conhecida na história de São Paulo.

Deixou o casal Carlos Pedroso da Silveira - Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo) os seguintes filhos: 1 - Gaspar Guterres da Silveira, ignoro de que ano; 2 - Leopoldo da Silveira e Souza, batizado em Taubaté, aos 15 de junho de 1700, casado em Guaratinguetá em 1723 e falecido em Cunha, em 1771; 3 - Leonel Pedroso da Silveira, padre ordenado em São Paulo, estudou com os jesuítas na Bahia e, às vésperas de se ordenar (1749), era mestre de gramática em Minas; 4 - Maria Pedroso da Silveira, batizada em Taubaté, aos 3 de maio de 1692, casada com Francisco Álvares Corrêa. Desse casal penso que é bisneta Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira; 5 - Bernarda Pedroso da Silveira, falecida em Taubaté, em 1710, casada com João Pedroso de Castilho; 6 - Tomásia Pedroso da Silveira, casada com o capitão Domingos Alves Ferreira.

## CVI

Na história de Carlos Pedroso da Silveira (1644-1719) há alguns pontos que merecem atenção, da parte dos estudiosos taubateanos, a cuja frente se encontra Félix Guisard Filho. Dei, no subsídio anterior, uma lista dos seis filhos do notável paulista e de sua mulher Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo). O Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, entretanto, leu, em assentamento paroquial de Nazaré de Atibaia, com a data de dois de março de 1762, o casamento de Manuel da Costa Silva com Maria de Lima Escudeira, onde o contraente se declara freguês de São João de Atibaia, filho de Manuel da Costa Guimarães e de Ana Pedroso da Silveira e neto materno de Carlos Pedroso da Silveira e de Isabel de Souza, de Taubaté.

Tal registro matrimonial levou o linhagista de Bragança a escrever na página 513 da sua obra, volume V, título “Toledos Pizas”, o nome de Ana Pedroso da Silveira entre os filhos do mestre de campo. A propósito, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, volumes trinta e trinta e um, em dois trabalhos sobre o assunto, estranhei o caso, uma vez que o testamento de Carlos Pedroso da Silveira, ditado do leito de

morte a Antônio de Aguiar Ferreira, que o escreveu, nada fala sobre essa filha Ana, mencionando apenas Gaspar, Leopoldo, Leonel, Maria, Bernarda e Tomásia.

Seria interessante precisar a data do casamento do mestre de campo bem como as do nascimento dos filhos. Nas minhas pesquisas achei apenas duas datas exatas e uma aproximada. Maria Pedroso da Silveira foi batizada em Taubaté aos 3 de maio de 1692 e Leopoldo da Silveira e Souza, igualmente em Taubaté, aos 15 de junho de 1700. Quanto ao padre Leonel Pedroso da Silveira, seria de 1702, data que se infere do depoimento de Andresa de Castilho e Souza (S.L., volume V, título “Alvarengas”, página 433). Esta Andresa era irmã germana de Helena da Silva Rosa, que casou em 1723, com Leopoldo (irmão de Leonel), e de Francisco de Moura Ferreira. Ela era mãe do padre Pedro da Fonseca de Carvalho, ordenado em São Paulo, em 1732 e que fora companheiro de infância de Leonel, em Taubaté, e de estudos, na Bahia, com os jesuítas.

A depoente conhecia intimamente a família de Leonel Pedroso da Silveira e se considerava até pessoa da casa. Tinha, em 1749, data do depoimento, sessenta anos e contava trinta quando a família de Leonel se ausentou de Taubaté. Disse mais que Leonel, por ocasião de ir-se embora, estava com seus dezessete anos. Esses dados preciosos, oriundos de quem tão bem informada andava, dão a Leonel Pedroso da Silveira, que foi clérigo em Minas (São Caetano?), a data de 1702, para o nascimento.

Gaspar Guterres da Silveira, que parece ser o primogênito de Carlos Pedroso da Silveira, requereu habilitação de *genere et moribus*, em São Paulo, em 1705. Há uns papéis dessa época, no arquivo da Cúria Metropolitana, onde o nome do habilitando está Gaspar Guterres “da Silva”. Não entrou para o clero, como Leonel; andou por Pitangui, consta de um mandado de prisão passado pelo conde de Assumar, em Mariana, aos 21 de dezembro de 1719, e morreu paupérrimo em 17 de fevereiro de 1751, sendo enterrado na Capela de São Gonçalo, filial “desta Matriz de Santo Antônio do Rio Verde”, segundo o assentamento assinado pelo padre João Bernardo da Costa Estrada, vigário. Já publiquei esse registro de óbito, no subsídio treze, desta série, por onde se vê que Gaspar tinha o posto de sargento-mor, o que significa que havia sido homem importante. Mas o vigário diz que o falecido, casado, natural de Taubaté, andava pelos setenta anos de idade, os quais setenta anos, deduzidos de 1751, dão a era de 1681 para o nascimento do sargento-mor. Mas em 1681 Carlos Pedroso da Silveira estava apenas nos dezessete, sendo, como se sabe, de 1664. Acredito que Gaspar Guterres da Silveira, quando do seu falecimento, não havia ainda atingido os setenta. Seria, talvez, de 1685, dado que tivesse vinte anos, ao tempo em que requereu habilitação para o clero, e, então Carlos Pedroso haveria de ter casado por 1684, aos vinte anos.

Bernarda Pedroso da Silveira faleceu em Taubaté aos 28 de setembro de 1710, e deixou o filho único Carlos Pedroso da Silveira (neto), o qual casou em Araçariçuama, em 25 de outubro de 1734, com Maria Pedroso de Almeida, filha de Pascoal Leite de Miranda e de Isabel de Lara de Mendonça (S. L., volume terceiro, página 130, em título “Prados”, onde convém corrigir o nome do marido de Bernarda para João Pedroso de Castilho, como está no registro de Araçariçuama). Bernarda também aparece aí nesse registro, como Bernarda de Souza, o que se não deve estranhar, visto como o hábito generalizado de antanho consistia em dar cognomes maternos às filhas, e a mãe de Bernarda era Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo). Supondo-se que Bernarda contasse vinte anos quando morreu, teria nascido por 1609.

Achei, em um livro de batizados de Guaratinguetá, o registro do batismo de Emiliana, filha de Domingos Álvares Ferreira e de Tomásia Pedroso da Silveira, sendo padrinhos Antônio Soares Ferreira e Isabel de Souza, viúva. O assentamento traz a data de oito de junho de 1722. Emiliana, que vem na página 432, volume quinto da “Genealogia Paulistana”, em título “Alvarengas”, usava o nome de Emiliana Francisca de Moura e casou em 1747, em Pindamonhangaba, com Francisco Leite de Faria (Sodré).

Sobre a viúva de Carlos Pedroso da Silveira, vê-se do depoimento referido, prestado em 1749, por Andresa de Castilho e Souza, que Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo) saiu de Taubaté para o caminho do Mar, em 1719, que é o ano da morte do mestre de campo. Aonde, porém, teria ido? Parati seria um destino imaginável, mas talvez tivesse ficado pela Boa Vista, pouco adiante da atual Cunha, zona decerto já habitada por Luís da Silva Pôrto (S. L., volume V, página 559, título “Toledos Pizas”), fundador, em 1724, e primeiro padroeiro da capela de Jesus, Maria, José. Na Boa Vista também residiu Leopoldo da Silveira e Souza, tanto que nessa capela de J.M.J. foi sepultada Rosália, a primogênita de Leopoldo, batizada em Guaratinguetá em 12 de dezembro de 1724, pelo padre José Alz Vilela.. A sesmaria da Serra do Parati, entretanto, somente a 18 de novembro de 1735 é que foi concedida a Leopoldo da Silveira e Souza e a seu sobrinho Carlos Pedroso da Silveira (neto), o filho de Bernarda.

Quanto tempo teria levado a viúva de Carlos Pedroso da Silveira a se retirar definitivamente para a região das Minas? Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos, na “História Antiga das Minas Gerais” fala na ida de Isabel para “o Rio Verde, em caminho das Minas, terras na paragem do Caxambu, concedidas em sesmaria ao mesmo Carlos Pedroso e a seu genro Francisco Alves Correia, por d. Fernando Martins Mascarenhas, por provisão de 30 de setembro de 1706”. Por carta de sesmaria, passada em Vila Rica a 27 de março de 1726, d. Lourenço de Almeida concedeu uma légua de terras à viúva do mestre de campo Carlos Pedroso, na região de Baependi, deferindo assim o pedido que ela havia feito, no qual declarou que era moradora em Baependi abaixo caminho velho das Minas, para onde se retirara depois da morte do marido.

Fica-se, do exposto, na certeza de que Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), pobre, com encargo de educação de filhos, mudou para Minas Gerais entre 1719, data em que enviuvou, e talvez 1725, admitindo-se este ano como sendo o do pedido que o conde de Assumar deferiu. Ela diz que se transferiu para Minas, depois da morte do marido. Sim, depois de agosto de 1719. Deve ter morrido em Baependi, já o afirmei no subsídio quatorze, a que me reposto. Ainda não foi possível precisar quando se deu o falecimento.

A análise da ascendência de Valdomiro Silveira levou-me as considerações que aí ficam, tendentes a elucidar a vida de Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher, ilustres quintos avós do escritor cachoeirense, tão conhecido e apreciado.

## CVII

Esta Dona Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo), a quem me tenho referido ultimamente, nascida no Rio de Janeiro e batizada na freguesia de Irajá; casada em São Vicente, pela altura de 1684, com Carlos Pedroso da Silveira; e, depois de viúva, em 1719, mudada de Taubaté para a região de Baependi, onde deve ter falecido em data que se não pode precisar, mas, na verdade, posteriormente a 1726; era uma interessante figura, sob o ponto de vista genealógico e disso quero ocupar-me na presente nota, não direi ampliando o que já tem sido publicado, a propósito, e sim coordenando dados esparsos, para um resumo mais fácil de ler e guardar.

Em matéria histórica e genealógica, já o tenho observado, muitos equívocos se produzem pela não repetição sistemática de certos pontos, dignos de melhor estudo. Não faz muito, e isso sempre pesa nas minhas cogitações, conforme o referi há tempos, o escritor paulista Paulo Setubal, ao escrever sobre o ouro das Minas Gerais, colocou ao lado de Bartolomeu Bueno de Siqueira (S. L., volume VII, título “Siqueiras Mendonças”,

páginas 503/504), um indivíduo chamado Carlos Pedroso “de Siqueira”, ao qual o fecundo romancista deu os atributos de “raposão e matreiro”.

Esse duplo equívoco de Paulo Setubal explica-se facilmente pela ausência de leituras documentadas, postas à mão do romancista que deseje enveredar na trilha agradável do romance histórico, gênero de literatura perigoso, entretanto, quando o autor desfigura o nome e o caráter fundamental dos personagens.

Basílio de Magalhães, na sua “Expansão Geográfica do Brasil Colonial”, afirma que entre fins de 1694 e maio de 1699, Carlos Pedroso da Silveira fez três viagens ao Rio de Janeiro, sendo as duas primeiras as da exibição do primeiro ouro das Gerais. Em 1694, Carlos Pedroso contava trinta anos, estava casado, já tinha filhos e “viviu em Taubaté à lei da nobreza”, ele que, quando estudante, aqui nesta sua terra natal, “se tratava com a gravidade com que se tratam as pessoas graves”.

Ao conceder sesmaria à viúva, em 1726, Dom Lourenço de Almeida diz a respeito de Carlos Pedroso, que havia servido a Sua Majestade, “no tempo dos governadores gerais meus antecessores, assim na Capitania de São Paulo como nestas Minas, com muita honra e igual zelo, com que se distinguiu entre seus naturais”.

Dona Isabel Ebânos “era da família grave dos Botafogos” e filha de Gibaldo Ebânos Pereira, batizado na cidade do Rio de Janeiro, na Igreja de Nossa Senhora da Candelária”, “ou Sé dela”, e de Inês de Moura Lopes, de São Vicente; neta materna de Manuel Lopes de Moura, de São Vicente, e de Maria Gonçalves (em Silva Leme, volume V, página 509); neta materna de Manuel Lopes de Moura, que outros dizem Moreira de Moura, de São Vicente, e de Inês Gonçalves, da mesma vila (em Pedro Taques, “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, volume trinta e nove, página 198).

Gibaldo Ebânos Pereira, natural do Rio de Janeiro, seria filho de Heliodoro Ebânos Pereira e de Maria de Souza Brito, igualmente do Rio. Neste ponto, a análise calma e minuciosa leva a admitir qualquer lapso dos linhagistas na ascendência de Gibaldo, porque não se pode aceitar, sem anacronismo, que o pai dele tivesse vindo para o Rio de Janeiro em companhia de Estácio de Sá, de quem era até primo-irmão, no dizer de Pedro Taques. Supondo-se fosse d. Isabel da idade do marido, teria nascido por 1664. Para Gibaldo ser filho de um Heliodoro Ebânos Pereira e neto de Heliodoro Ebânos ou Heliodoro Eoban, que Hans Staden encontrou no litoral paulista em 1552.

Sobre Heliodoro Ebânos, convém ler com atenção o belo trabalho do Dr. Ermelindo A. de Leão, historiador paranaense, publicado no volume treze (1908) da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Heliodoro Ebânos, de Hans Staden, que casou, no Rio de Janeiro, com uma filha de João de Souza Pereira Botafogo, o da sesmaria e que deu o nome à praia, é filho do notável poeta alemão Helius Eobanus Hessus. A respeito deste, há tempos pedi ao Dr. Genésio de Almeida Moura, para quem o alemão não tem dificuldades, que visse, nas enciclopédias alemãs, o que estava escrito. O Dr. Genésio deu-me que a fonte principal para o estudo de Hessus é a obra de Krause, que não conheço. É possível que seja encontrada na Alemanha, em mãos de algum antiquário”. A obra referida é de C. Krause: “Helius Eobanus Hessus nasceu aos 6 de janeiro de 1488, em Angelhausen (Hessen) e faleceu aos 4 de outubro de 1540, em Marburg.

Maria de Souza, também Maria de Souza Brito (em Pedro Taques), a que casou com Heliodoro Ebânos, era filha do cap. João de Souza Pereira Botafogo, fidalgo português decaído, em virtude de crimes e desobediências da família, tendo sido ele, João Pereira, participante, com seus parentes, desses crimes e resistências, e por isso igualmente perseguido, segundo a informação de Taques, e este ainda conta que o dito João Pereira pas-

sou ao Brasil, porque a senhora rainha D. Catarina deixava passar em paz aos criminosos, que vinham à conquista dos índios bárbaros do Brasil.

No Rio de Janeiro, Botafogo combateu contra os franceses, foi feliz nessa conduta, aprisionou vários, entre os quais Tucen Grugel, tronco dos Grugeis Amarais do Rio, é ainda Pedro Taques quem o refere, e como era destemido e se tinha notícia da sua nobreza, deram-lhe postos. Do Rio seguiu para São Vicente, a fim de combater contra o gentio, e, mostrando na luta o seu valor e destreza militar, casou com a filha do capitão do presídio de São Vicente, o qual era Manuel da Luz de Escócia Drummond, dos Escócia Drummond, da Ilha da Madeira. Esse Manuel da Luz de Escócia Drummond devia ser parente próximo de João Gonçalves Drummond, que passou para a Bahia pelos anos de 1550. Sobre Drummonds de Escócia, embora nada fale sobre o cap. Manuel da Luz de Escócia Drummond, é preciso ler os documentadíssimos estudos do Dr. Antônio Augusto de Menezes Drummond, a que já fiz referência no subsídio noventa e nove.

Os livros portugueses nunca reagiram à deformações populares do nome Escócia, em Escórcia e Escórcio; bem como do nome Stobhall, em Itubal e Escobar. Para o caso particular da esposa de Carlos Pedroso da Silveira, entretanto, não interessam diretamente essas formas, visto como nem ela nem descendentes seus usaram tais nomes escoceses, puros ou deformados. O mesmo não se verifica, porém, com o nome alemão latinizado para Eubanus, ou Eobanus, que d. Isabel nunca deixou de empregar, ao que parece, pois um dos seus netos assinava até Vesceslau da Silveira Ebânos Pereira. (S. L., volume quinto, página 431). D. Isabel não se servia do cognome Botafogo, mas um dos seus descendentes era Inácio de Souza Botafogo, citado em S. L., volume terceiro, página 45. Já encontrei um Ebânos em Santo Amaro, se me não falha a memória, e não me pareceu descendente de Isabel.

Para terminar esta nota, uma retificação ao subsídio anterior, cento e seis, onde saiu que d. Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo) pediu, em 1725, uma sesmaria, “que o conde de Assumar deferiu, em 1726”, em lugar de “que o sucessor do conde de Assumar deferiu, em 1726”.

Há tempos o sr. José Alberto Pelúcio, de Baependi, teve a gentileza e a bondade de me mandar alguns acréscimos sobre d. Isabel Ebânos. Eu ficaria satisfeitíssimo se o sr. Pelúcio tivesse imitadores...

## CVIII

É interessante fenômeno, na expansão das famílias, como a mudança de nome, oriunda de casamentos das filhas, determina afastamentos acompanhados, as mais das vezes, de desconhecimento dos laços de parentesco, que o genealogista, com trabalho, vai restabelecendo.

Quando o alferes Carlos Pedroso da Silveira, de cunha, bisneto do mestre de campo de igual nome, mudou para Queluz, o que já referi no subsídio cento e cinco, foi acompanhado de seus nove filhos (subsídio cento e quatro) e de outros parentes próximos. Da geração do Alferes, seis eram homens, e três as filhas: 1 - Ana Bárbara Profetisa de Viveiros, casada em Cunha, aos 23 de setembro de 1816, com Manuel Vicente Pereira da Costa; 2 - Maria Rita de Viveiros, casada igualmente em Cunha, aos 14 de fevereiro de 1819, com seu primo Mariano Moreira de Alvarenga, filho de Manuel Moreira de Alvarenga e de Vitória Maria de Viveiros; e 3 - Francisca Rita de Viveiros, casada em Queluz, aos 27 de junho de 1827, com seu parente Joaquim José de Macedo, filho do capitão João José de Macedo e de Joana Antónia de Jesus.



Os três genros do alferes Carlos Pedroso da Silveira e de sua mulher Ana de Viveiros pertenciam a antigas famílias de Cunha, de algumas das quais já tenho tratado em publicações anteriores, como, por exemplo, no volume trinta e cinco da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, nas notas sobre os Lopes Figueira, do Facão.

Do casal Ana Bárbara Profetisa de Viveiros - Manuel Vicente Pereira da Costa, agricultores em Queluz, o recenseamento dessa localidade, em 1836, indica a geração seguinte: 1 - Leopoldino Pereira da costa, de 13 anos; 2 - João Pereira da Costa, de 8; 3 - Manuel, de 6; 4 - Germano Pereira da Costa, de 2; 5 - Antónia, de 15; 6 - Porcina, de 11; 7 - Maria, de 5; 8 - Francelina, de 3; e 9 - Teresa, de 3 meses. Desses todos, apenas conheci Francelina, a quem em Queluz chamavam “Nhá França”, e que casou primeiro com seu primo Carlos Firmino Brandão (“Tio Carlos”) e, depois com outro seu primo João José Lopes de Camargo (“João Carlos”), viúvo de Maria (Moreira Side) Maia.

Manuel Vicente Pereira da Costa faleceu em Queluz, aos 30 de novembro de 1851 e o inventário se processou ali, em 1852. Dos autos tirei os seguintes dados, a respeito dos filhos, herdeiros: 1 - Leopoldino Pereira da Costa, solteiro, de 32 anos; 2 - Manuel Pereira da Costa, solteiro, de 21 anos; 3 - Germano Pereira da Costa, solteiro, de 18 anos; 4 - Antônio Pereira da Costa, de 11 anos; 5 - Antónia Constantina do Amor Divino, casada com Adriano Lopes de Camargo (subsídio sétimo); 6 - Porcina Maria da Conceição, casada com seu primo Carlos Borges dos Santos; 7 - Teresa Maria da Conceição, casada com seu primo Vicente Pires Figueira; 8 - Maria das Dores, casada com seu primo Benedito Carlos da Silveira (subsídio sétimo); 9 - Francelina Maria das Dores, casada com seu primo Carlos Firmino Brandão, atrás referidos; 10 - Ana Antónia de Viveiros (homônima da avó materna), de 14 anos, solteira.

Dos livros paroquiais de Queluz consta, aos três de junho de 1854, o casamento de José Lopes Figueira, filho de Antônio Possidônio do Espírito Santo e de Dona Eufrásia de Camargo (subsídio sétimo), com Ana Antónia de Viveiros, sua prima, o número dez da relação supra. E também constam, dos mesmo livros paroquiais, o casamento de Adriano Lopes de Camargo, aos 4 de abril de 1837; o de Vicente Pires Figueira, aos 23 de janeiro de 1846; o de Carlos Borges dos Santos, aos 25 de novembro de 1847. Este Carlos era de Cunha, tinha 28 anos e se declarou filho de Joaquim Borges dos Santos e de Gertrudes Maria da Conceição (subsídio cento e cinco). Vicente Pires Figueira está, sem estado civil, na página 123 do volume trinta e cinco da “Revista” citada.

Manuel Vicente Pereira da costa era primo de Joaquim José Pereira da Costa, que deixou grande geração em Queluz do seu casamento com Maria Eufrásia de Oliveira. Dessa família tenho apontamentos que publicarei.

A outra filha do alferes Carlos, de nome Maria Rita de Viveiros, que foi casada com seu primo Mariano Moreira de Alvarenga, deixou geração em Queluz, onde o censo de 1836 apresenta os dados seguintes: Mariano, 49 anos, Maria Rita, 10; filhos: 1 - José, de 11 anos; 2 - João, de 10; 3 - Antônio, de 7; 4 - Ermenegildo, de 4; 5 - Carlos, de 2; 6 - Benedito; 7 - Mariano. Os seis haviam nascido em Cunha e ignoro se a família aumentou, em relação a essa estatística de 1836. Encontrei em papéis de Queluz um João Nepomuceno Moreira e um Antônio Moreira de Alvarenga, que me pareceram os filhos dessa descendência. Gostaria de receber informes relativos à geração de Maria Moreira de Alvarenga e Maria Rita de Viveiros.

Fui Mais feliz quanto ao casal Francisca Rita de Viveiros - Joaquim José de Macedo. Como escrevi no volume trinta e cinco, citado, da “Revista do Instituto”, páginas 96 a 98, os Macedo provinham do casamento de Francisco José da Macedo, de Setubal, com Mariana Francisca de Sampaio, de Cunha (Facão), filha do sargento-mor André de

Sampaio, natural de Évora, casado com Maria da Silva, filha do capitão Manuel Lopes Figueira e de sua mulher Joana Tavares da Silva (Bicudo).

Francisco José de Macedo e Mariana Francisca de Sampaio deixaram sete filhos, dos quais muito em evidência o de nome Antônio, que foi o coronel Antônio José de Macedo e Sampaio, comandante do Regimento de Infantaria de Milícias de Cunha, chamado geralmente “Regimento do coronel Macedo”. Eis a lista dos sete Macedo-Sampaio: 1 - Francisco José de Macedo, inventariado em Guaratinguetá, com geração; 2 - José Francisco de Macedo, nascido em Aiuruoca; 3 - Coronel Antônio, já dito; 4 - Capitão João José de Macedo; 5 - Maria Josefa; 6 - Ana; 7 - Mariana.

O número quatro da relação capitão João José de Macedo, de 1768 mais ou menos, casou em Cunha com Joana Antônia de Jesus e tiveram seis filhos: 1 - Valério José de Macedo, que casou em Areias, com Justina Leme da boa Morte, conforme se verifica pelo subsídio noventa e seis, desta série; 2 - Maria; 3 - Escolástica; 4 - Zelinda; 5 - Israel José de Macedo, considerado como cabeça da revolução de 1842 e, como tal, processado (ver “Revista do Arquivo Municipal” de S. Paulo, volume treze, página 35); 6 - Joaquim José de Macedo, que é o genro do alferes Carlos e de Ana Antônia de Viveiros.

Joaquim José de Macedo e Francisca Rita de Viveiros tiveram nove filhos, todos queluzenses: 1 - Camilo Sabino de Macedo; 2 - Eduardo de Macedo; 3 - Jeremias José de Macedo; 4 - Coronel Joaquim José de Macedo; 5 - Venâncio de Macedo; 6 - Gertrudes; 7 - Rita; 8 - Francisca; 9 - Maria. Estes nove Macedo, que também são, por via materna, Carlos da Silveira, estão muito aumentados e espalhados. Há tempos, João Batista Rebouças da Silva (“Ver. do Arquivo Municipal”, volume vinte e sete, página 122), casado que era com Maria Teresa de Macedo, filha de Camilo Sabino de Macedo, deu-me umas notas que pretendo publicar. Como já escrevi, estes Macedo, em fins da Monarquia, transferiram-se para a atual Itaporanga e circunvizinhanças e lá se radicaram, e decerto nem se lembram mais de que descendem do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira...

## CIX

No passado subsídio contei que tinha umas notas sobre os Macedo queluzenses, que se foram para Itaporanga e circunvizinhanças, em fins da Monarquia, notas essas a mim fornecidas por João Batista Rebouças da Silva, casado com uma das Macedo Rebouças, queluzense também, nascida em 19 de outubro de 1862. Este João Rebouças foi escrivão e tabelião em Itaporanga, e faleceu nesta capital aos 21 de abril de 1940. Passo a reproduzir os apontamentos que me forneceu o saudoso amigo.

CAMILO SABINO DE MACEDO. - Filhos: 1 - José Pedro de Macedo, 2 - João Pedro da Macedo, 3 - Joaquim de Macedo Neto, 4 - Maria Teresa, 5 - Teresa, 6 - Ana, 7 - Antônio Augusto de Macedo, 8 - Maria Brasília. Camilo Sabino foi casado com Maria da Soledade, sua prima, filha de Antônio José Ferraz de Oliveira, de quem tratei no subsídio noventa. Eis a geração de cada um desses filhos de Camilo Sabino e Maria da Soledade:

1 - José Pedro de Macedo foi casado duas vezes, sendo a primeira com Auta Clara e a segunda com Geraldina Pimenta. Das primeiras núpcias, cinco gênetos que são: Joaquim de Macedo, casado com Maria Soledade da Veiga; Clara de Macedo, casada com João Batista Bagnatoria; Camilo de Macedo, casado com Maria da Conceição; Maria Cândida de Macedo, casada com Leopoldo Garcia da Silva; João Batista de Macedo, casado com Maria do Carmo Veiga. E das segundas núpcias, dois gênetos: Antonio de Macedo, casado com Luzia Nunes; e Sizinia de Macedo, casada com José de Paula Veiga.

2 - João Pedro de Macedo foi casado com Etelvina Pereira e tiveram cinco filhos: Camilo de Macedo Neto; Antonieta, casada; Demétrio de Macedo; Aduino de Macedo; Maria de Macedo.

3 - Joaquim de Macedo Neto, casado com Maria Luiza e tiveram a filha Luzia de Macedo, a qual foi casada duas vezes: a primeira com seu primo Manuel Gonçalves de Macedo e a segunda com Arlindo Gomes Pinto. Das primeiras núpcias, pelo menos o filho Antônio Gonçalves de Macedo e, das segundas, Maria Conceição, casada com Seu primo acima Camilo de Macedo; Francisco de Macedo, casado com Isaura Gomes Pinto; Teresa de Macedo, casada com Francisco Veiga; Pedro de Macedo.

4 - Maria Teresa de Macedo foi casada com João Batista Rebouças da Silva, a quem a família e os íntimos chamavam "Zico". Tiveram cinco filhos, todos de Itaporanga, dos quais já tratei na "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", volume vinte e sete, de setembro de 1936, página 123, no meu trabalho sobre os Rebouças da Palma, do Vale do Paraíba do Sul. Reproduzo, entretanto, a matéria, para facilidade dos leitores habituais desta secção. É esta a descendência do casal João Batista Rebouças - Maria Teresa de Macedo: Iracema (de Macedo) Rebouças, casada com João Russo do Amaral e este casal tem nove filhos (Maria Angélica, Marina, Dulce, Estela, Jaci, Dirceu, Antônio, Maria Aparecida e João Batista); Alice (de Macedo) Rebouças da Silva, formada em 1923 na Escola Normal do Brás e aí, nesse estabelecimento de ensino, que eu então dirigia e onde lecionava, foi minha distinta aluna e dirigida; Dirce, Hilda e Antônio (de Macedo) Rebouças da Silva.

5 - Teresa de Macedo casou em Lavrinhas da Faxina (hoje Itaberá), aos 22 de maio de 1894, com José Inocêncio de Souza Carvalho (Juca Inocêncio), nascido em Queluz, e que consta do meu trabalho sobre os Rebouças, supra-referido, na página 149, da publicação já indicada. Sem descendência.

6 - Ana de Macedo, que ficou solteira.

7 - Antônio Augusto de Macedo, casado com Maria Chaves e com os seis seguintes filhos: Roque de Macedo, casado com Cloris Chaves; Maria Aparecida de Macedo; Alice de Macedo, casada com José Gomes; Paulo de Macedo; Francisco de Macedo; Maria de Macedo.

8 - Maria Brasília de Macedo, casada com Francisco Cândido da Luz.

EDUARDO DE MACEDO - Filhos: 1 - Maria Luisa, 2 - Maria José, 3 - Francisca, 4 - Artur José de Macedo. Eduardo de Macedo, queluzense como os demais irmãos, foi casado com Maria Gonçalves. Eis a geração de cada um desses quatro filhos do casal:

1 - Maria Luiza de Macedo foi casada com seu primo Joaquim de Macedo Neto, filho de Camilo Sabino, e deles já se falou o bastante.

2 - Maria José de Macedo, casada com Joaquim Pedro Pimenta.

3 - Francisca de Macedo, casada com seu primo Joaquim Gonçalves de Macedo.

4 - Artur José de Macedo.

JOAQUIM JOSÉ DE MACEDO - Filhos: 1 - Maria Teresa de Macedo, 2 - Joaquim Cornélio de Macedo, 3 - Cândida de Macedo, 4 - Francisca Paulina de Macedo, 5 - Maria Salomé de Macedo 6 - Maria de Macedo. Joaquim José de Macedo foi casado em primeiras núpcias com Clara Novais, filha de José Antônio Dias Novais e de Maria de Freitas Silva e esse casamento vem no volume nono da "Genealogia Paulistana", do Dr. Silva Leme, página 81. Esses Novais - Camargo são oriundos de Cotia, de onde alguns se passaram para Queluz de São Paulo e daí saíram os Novais (Camargo) Freitas, de que se trata. Em segundas núpcias casou Joaquim José de Macedo com Maria Augusta Gurgel. Do apontamento que reproduzo, a enumeração não está muito clara e depreende-se que os filhos de Joaquim José de Macedo são das primeiras núpcias. E são eles:

1 - Maria Teresa de Macedo, casada com João Batista Mendes e com a geração seguinte de onze filhos: a) - Pedro de Macedo Mendes, casado a primeira vez com Honorina Ribas e daí a filha Inês de Macedo; casado a segunda vez com Hermínia Rodrigues, donde outros filhos (Rosa e mais alguns, cujos nomes não vêm escritos); b) - Clara de Macedo Mendes; c) - Joaquim José de Macedo Neto; d) - Maria Augusta de Macedo, casada com Elói Loureiro de Melo; e) - Auta Clara de Macedo, que foi casada com Elói e deixou dois filhos - Napoleão e Noé; f) - João Batista de Macedo Mendes, casado com Arminda Machado e com sete filhos - Benedita, casada; João Batista de Macedo Mendes Filho; Ester, Rute, Maria de Lourdes, Rúbens e Paulo; g) - Cândida de Macedo Mendes, casada que foi com João Rodrigues de Oliveira e deixou Maria Rodrigues de Macedo, casada em primeiras núpcias com Antônio Casemiro de Oliveira e em segundas com João Batista Gomes, e Maria Mendes; h) - Floriano de Macedo Mendes; i) - Antônio; j) - Manuel; k) - Francisco.

2 - Joaquim Cornélio de Macedo, que foi casado com América Veiga e deixou a filha Maria, casada com Joaquim de Assis Ribeiro.

3 - Cândida de Macedo, casada com Augusto Piedade e com três filhos - Lili, Augusto Macedo Piedade casado com Antônia, e Leonil Piedade.

4 - Francisca Paulina de Macedo, casada com seu tio Vemâncio José de Macedo (irmão do pai) e com a geração que depois se mencionará.

5 - Maria Salomé de Macedo, que parece haver falecido solteira.

6 - Maria de Macedo foi casada com José de Macedo e com o filho José Carlos de Macedo.

Continuarei a publicar os apontamentos de João Batista Rebouças da Silva, como subsídio de genealogia e também como homenagem à memória de um queluzense tão delicado e atencioso.

## CX

Interrompida, no subsídio passado, a genealogia dos Macedos queluzenses, que se transferiram para São João Batista do Rio Verde, atual Itaporanga, devo hoje concluí-la, de acordo com o compromisso tomado. Já falei a respeito de Camilo Sabino de Macedo, Eduardo de Macedo e Joaquim José de Macedo; hoje tratarei dos demais irmãos restantes nos apontamentos de João batista Rebouças da Silva.

JEREMIAS JOSÉ DE MACEDO foi casado e deixou dois filhos cujos nomes não se pôde descobrir.

VENÂNCIO JOSÉ DE MACEDO foi casado com sua sobrinha Francisca Paulina Novais de Macedo, já referida no subsídio cento e nove. Tiveram quatro filhos: 1 - Francisca Hermínia, 2 - Joaquim de Macedo, 3 - Lica, 4 - Jeremias José de Macedo. Creio esteja incompleta a geração desses filhos, que possuo, e é a que vai abaixo:

1 - Francisca Hermínia de Macedo, casada com Sebastião de Oliveira Lima, e com quatro gênitos: João Batista de Oliveira Lima, Maria de Macedo, casada com João Cerdeira de Macedo, Antonina, casada com João Batista Gonçalves, e Francisca.

2 - Joaquim de Macedo, falecido.

3 - Lica, consorciada com João de Oliveira Mendes.

4 - Jeremias José de Macedo, casado e com dois filhos cujos nomes não foi possível apurar ao serem escritos os apontamentos aqui reproduzidos. Semelhantes lacunas, freqüentes, não são de molde a causar estranheza, pois que é fato mais ou menos normal a inexistência, nas nossas famílias, do livro de registros, regularmente anotado, com os casamentos, nascimentos e óbitos, contendo indicação de lugares e datas desses importantes acontecimentos. De maneira que quando se lhes solicita um informe qualquer, dessa natureza, ou silenciam comodamente, ou então fornecem dados incompletos e, às vezes, errados. Fica tudo confiado à memória, e nada se teria a objetar se não fosse a lei da desintegração, inexorável como todas as outras leis naturais.

GERTRUDES DE MACEDO foi casada com Manuel Gonçalves e deixaram oito filhos: 1 - Francisca, 2 - Mariana, 3 - José Gonçalves de Macedo, 4 - Joaquim Gonçalves de Macedo, 5 - Teresa Gonçalves de Macedo, 6 - Rosária, 7 - Maria do Carmo, e 8 - Manuel Gonçalves de Macedo, os quais tiveram descendência como segue:

1 - Francisca de Macedo ficou solteira.

2 - Mariana de Macedo casou com José Mendes de Oliveira e tiveram o filho Aventino Gonçalves Mendes.

3 - José Gonçalves de Macedo casou com Francisca Rodrigues, com seis filhos: a - Teonila Gonçalves de Macedo, casada com João Evergisto de Almeida; b - Alfredo Lázaro Gonçalves, casado com Maria dos Santos; c - Áurea Gonçalves de Macedo, casada com Paulino Gomes de Oliveira; d - João Batista Gonçalves, casado com Antonina; e - José Celico Gonçalves, casado em primeiras núpcias com Maria Gomes de Oliveira, e com a filha Maria. Casado em segundas núpcias com Etelvina, com filhos deste novo matrimônio; f - Áurea Gonçalves, casada.

4 - Joaquim Gonçalves de Macedo, casado com Francisca de Macedo, sua prima, atrás referida, filha de Eduardo de Macedo e de Maria Gonçalves.

5 - Teresa Gonçalves de Macedo, casada com Manuel Cardoso Gonçalves e com os filhos Casemiro Gonçalves de Macedo, casado, e Maria Gonçalves de Macedo, mulher de Evaristo Estanislau da Silva, casal este que tem filhos. No apontamento estava escrito, porém sem número, o nome - Valério de Macedo. Seria outro filho de Teresa e de Manuel Cardoso Gonçalves?

6 - Rosária de Macedo foi casada com o capitão Antônio Dias Batista Prestes, tendo os quatro filhos que seguem (a, b, c, d): a - Maria Dias de Macedo, casada com Artur Simões da Veiga, com muitos filhos (Norival Dias Simões, Maria, Ramir, Ângelo, Antônio, Suzana, Artur, Teresa, Sidoca, Ednir...); b - Ângelo Dias de Macedo, casado com Laudelina Santos, e com os filhos Antônio Dias de Macedo e Neuza; c - Antônia Dias de Ma-

cedo, casada com Joaquim Gabriel e com pelo menos a filha Maria Dias Gabriel, que do seu casamento com Otávio Rodrigues tem os filhos Lúcia e Luís Rodrigues; d - Inocêncio Dias de Macedo, casada com Maria de Almeida.

7 - Maria do Carmo de Macedo, casada com Francisco Gomes de Oliveira.

8 - Manuel Gonçalves de Macedo, primeiro marido de sua prima Luzia de Macedo, filha de Joaquim de Macedo Neto e neta paterna de Camilo Sabino, já referida no subsídio cento e nove.

No subsídio cento e oito ocupei as últimas linhas mencionando a geração de Joaquim José de Macedo e Francisca Rita de Viveiros e enumerei nove filhos do casal, cujos nomes consegui obter. Mas, o censo de Queluz, de 1836, indica os gênitos seguintes: 1 - Camilo, cinco anos; 2 - Eduardo, três anos; 3 - Joaquim, três meses; 4 - Ana, sete anos; 5 - Gertrudes, quatro anos. Depois de 1836 nasceram mais cinco filhos: Jeremias, Venâncio, Rita, Maria e Francisca. São, portanto, dez, ao todo e não apenas os nove que dei na antepenúltima nota desta série.

João Batista Rebouças da Silva forneceu-me sobre a descendência de seis desses acima ditos, que suponho serem os que foram para Itaporanga. Ficaram faltando informações sobre Ana, Maria, Rita e Francisca. Quanto à ANA, Rebouças escreveu, no verso de uma das folhas, sem ligação com a enumeração que me entregou, que foi casada com Joaquim Nunes e que tiveram quatro filhos: 1 - José Nunes, casado; 2 - Maximiano Nunes, casado com Luisa Gonçalves; 3 - Severiano Nunes, casado; 4 - João Nunes, solteiro, Relativamente à RITA, da mesma fonte soube que foi a mulher de Antônio Moreira de Castilho e, quanto à FRANCISCA, que casou com Manuel Moreira de Castilho. Nenhuma informação sobre a filha de nome MARIA.

Se algum dos Macedo, dos grupos genealógicos aqui indicados, tiver gosto por estes assuntos e ler estas notas decerto omissas num ou noutro ponto, talvez queira concorrer para que se melhore o presente capítulo relativo a uma família tão numerosa e espalhada como é a de que se trata. Seria, tal desejo, de suma valia para mim, que sempre imaginei fazer um trabalho genealógico desenvolvido relativo à prole do mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira e sua mulher Isabel Ebânos de Souza Pereira (Botafogo). Mas quanta dificuldade na consecução desse desiderato, se é que algum dia possa ser conseguido... Pois se com os que ficaram em terras paulistas já há tanta falha a completar, quanto mais com os que se foram para terras mineiras e nunca mais deram notícias de si, desligando-se inteiramente dos seus parentes do lado de cá da Mantiqueira!

## CXI

Numa obra publicada no ano passado, sob o título “Muzambinho - sua história e os seus homens”, da lavra do sr. Moacir Bretas Soares, precisamente à página quarenta e cinco, o autor parece afirmar que uns Moraes Navarro de Cabo Verde e de Muzambinho se originam em Manoel Álvares de Moraes Navarro, o notável paulista, nascido decerto aqui na Capital e depois ido para o Nordeste, onde morreu e onde deixou família numerosa e ilustre. Até pouco tempo atrás, não se tinha podido ligar o bandeirante aos seus troncos catalogados na “Genealogia Paulistana”, do Dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme. Eu andei estudando apaixonadamente esse caso, para esclarecer o problema de uma ascendente minha, Maria de Moraes da Silva, filha de Antônio de Moraes da Silva e de Felipa Gago Lobo, gente que existiu para os lados de Parnaíba e Itu, na segunda metade do século dezessete (S. L., título “Freitas”, volume sétimo, página 172).

Não consegui resolver o meu problema, mas tanto esmiucei o ramo dos Morais, nas primeiras páginas do volume sétimo, da “Genealogia”, que cheguei à convicção de que Manoel Álvares de Morais Navarro tinha de entroncar em uma Ana Maria (página 24), a respeito da qual Silva Leme apenas indica o nome. E estavam as coisas nesse pé, quando Vítor de Azevedo Pinheiro, analisando o inventário do capitão Antônio Ribeiro de Morais (volume VII, página 135), achou nele os elementos para uma segura afirmação, relativa à hipótese que eu andava formulando.

Já contei essas coisas, nos subsídios desta série, de números nove, treze, sessenta e sete e sessenta e oito, respectivamente saídos nas edições do “Correio paulistano”, de 4 de agosto e 1º de setembro de 1939, e 20 e 27 de setembro de 1940. Não resta mais dúvida a respeito: Manoel Álvares de Morais Navarro usava um cognome de origem materna e pertencia à progênie de Baltazar de Morais de Antas, filho de Pedro de Morais e de Inês Navarro de Antas, o qual Baltazar ficou sendo, na genealogia destas bandas, o tronco dos Morais, capitulados em Silva Leme no referido volume sétimo da sua notável obra.

Nos subsídios oitenta e um e oitenta e quatro, de 27 de dezembro de 1940, e de 17 de janeiro de 1941, insisti no fato de que os Morais Navarro não formam grupo genealógico especial, pois são os próprios Morais, que todos se originam em Pedro de Morais e Inês Navarro de Antas.

Aqui em São Paulo, num ou noutro ponto, certos Morais assinavam Morais Navarro e tinham o direito de o fazer, como aliás, todos nós que descendemos de Baltazar de Morais de Antas. Fique assentado definitivamente que os Morais Navarro não formam grupo especial na genealogia paulista, ou em qualquer outra genealogia que se venha entroncar aqui.

Quanto à descendência de Manoel Álvares de Morais Navarro, ela deriva de três casamentos do bandeirante, sendo suas esposas, sucessivamente, Maria de Oliveira (em São Paulo), Inês Barbalho Lins (em Pernambuco) e Teresa de Jesus Lins (também em Pernambuco).

Já publiquei a lista dos filhos de Manoel Álvares de Morais Navarro, no subsídio sessenta e oito, reproduzindo as notas de Taunay, páginas 231 e 232 da “História Geral das Bandeiras Paulistas”, tomo sétimo (São Paulo, 1936). São seis esses filhos: (da primeira mulher) 1 - Manoel Álvares de Morais Navarro, casado em Pernambuco com Adriana de Almeida Uchôa, irmã de sua primeira madrastra; (da segunda mulher) 2 - Manoel Álvares de Morais Navarro Lins, que teve cargos em Pernambuco; (da terceira mulher) 3 - Ana Francisca Xavier, que casou com o médico João Luís da Serra Cavalcante; 4 - Isabel Teresa de Morais Lins, esposa do Dr. Manoel de Araujo Cavalcante, irmão do Dr. João Luís; 5 - Maria de Morais Lins, consorciada com Antônio de Araujo Vasconcelos e 6 - Adriana Vanderlei, que casou com seu parente Gonçalo José Cavalcanti de Albuquerque.

No citado subsídio oitenta e quatro referi-me a uns Morais Navarro que moravam em Araçariguama, pelo século dezoito, filhos de Manuel de Morais Brito e de Isabel Moreira. Manuel de Morais Brito era filho do sargento-mor Manuel de Morais de Siqueira e de Teresa de Brito. É gente que aparece na “Genealogia Paulistana”, volume sétimo, páginas 54 e 55, título “Morais”. Trata-se de descendência de Manuel Rodrigues de Morais, sargento-mor, filho de Baltazar de Morais de Antas, o moço. Esses Morais Navarro, de Araçariguama, estão hoje muito espalhados por Tietê, Piracicaba, Itápolis; ainda há pouco faleceu o tieteense Plínio Rodrigues de Morais, que foi do Conselho Administrativo do Estado, o qual se ligava ao bloco genealógico de que venho falando neste parágrafo. Aparecendo gente com o cognome Morais Navarro, por estas zonas sulinas, é erro afirmar, desde logo, só pela semelhança onomástica, que se trata da família de Manoel Álvares de Morais Navarro, a se tomar o

termo família com o significado restrito do uso comum. Sim, todo Morais Navarro é não só da família de Manuel Álvares (filho de Manuel Álvares Murzilho e de Ana Pedroso de Morais), como igualmente da família de qualquer outro Morais, descendente de Baltazar de Morais de Antas, empregando-se, porém, aqui, o termo família com significação ampla, como se dirá, por exemplo: o Dr. Silva Leme tratou da família Morais, no volume sétimo; da família Carmargo, no volume primeiro; da família Godoi, no volume sexto, e assim por diante, usando-se então família no sentido de capítulo da “Genealogia Paulistana”. E só nesta acepção larga poder-se-á concluir que todos os Morais Navarro são da mesma família, ou seja da mesma família dos Morais.

Dada a projeção dos Morais Navarro de Cabo Verde e Muzambinho, talvez não seja difícil ligá-los aos seus troncos da “Genealogia Paulistana” e a propósito devo aqui citar interessante trabalho, assinado pelo ilustre advogado Dr. Odilon Navarro, publicado no “Correio Paulistano”, em 9 de fevereiro de 1940. Gostei do estudo, sentindo apenas que não explicasse a ligação do Dr. José Gregório de Morais Navarro Leme (Silva Leme, volume oitavo, página 282, título “Pretos”) com Luís Antônio de Morais Navarro, feito segundo barão de Cabo Verde em 3 de agosto de 1889, e os irmãos dele Elias de Morais Navarro, Ana Custódia Navarro de Magalhães e Venância Navarro de Paula Assis que o articulista diz ser ascendente (e com satisfação o li) dos meus velhos amigos Dr. Andreilino de Assis, Dr. Alfredo de Assis e Dr. José Assis, este último nosso prezado confrade.

O livro do sr. Moacir Bretas Soares alude também a “Manuel Bento de Morais Navarro”, doador de linda imagem à matriz de Jaú. Penso que o autor quer falar de Bento Manuel de Morais Navarro, recenseado em Piracicaba, em 1828, com 46 anos de idade, natural de Itu, agricultor cuja geração vem na página 198 do “Anuário Genealógico Brasileiro”, segundo volume. Esse Bento Manuel aparece na “Genealogia Paulistana”, volume segundo, em título “Lemes”, página 219, filho que era de Manuel de Morais Leme, e são da progênie do sargento-mor Manuel de Morais e Siqueira, acima dito, e ligados muito de perto aos Morais Navarro de Araçariguama, de quem atrás dei notícia. Como é que Bento Manuel pode ser “ancestral” dos de Muzambinho e Cabo Verde?

Tocando, como o faço, nestes assuntos relativos aos Morais Navarro, não me impele desejo algum de apontar defeitos em obra alheia: falta-me competência para tanto e, além disso, não tenho propensão para a crítica demolidora. O meu intuito é outro. Viso apenas chamar a atenção dos estudiosos, quanto ao esclarecimento exato da matéria, tratada muito por alto, e o final estabelecimento exato das filiações, que isso é a função dos genealogistas. Na própria “Genealogia Paulistana”, de momento indico dois Morais Navarro que não se sabe de onde vêm: em título “Gaias”, volume oitavo, página 413 (Ana Eufrosina de Morais Navarro); e ainda nesse título, página 436 (coronel Manuel Alves de Morais Navarro, “natural de São Paulo”, genro do sargento-mor Manuel Gomes Marzagão).

## CXII

Há tempos, quando publiquei as minhas notas genealógicas sobre a família Rebouças da Palma, do Vale do Paraíba do Sul (“Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”, volume vinte e sete, setembro de 1936), tive o prazer de receber uns acrescentamentos que, de Ribeirão Preto, me remeteu o sr. Vítor Rebouças, pertencente à família em questão. Muito grato fiquei a esse obsequioso informante, cujo trabalho só por si compensou largamente algumas reclamações curiosas que recebi, dentre as quais duas originalíssimas - uma versando sobre idade exata, e outra quanto a uma linha ponteada, que o reclamante tomou com reticência e se julgou ofendido.



A descendência de Teodora Claudina Rebouças da Palma, casada que foi com Luís Cirino da Silva, falecido em Queluz, em 1879, filho de Manoel Luís da Silva, é a seguinte:

1 - José Cirino da Silva, de 1835; 2 - Francisco Cirino da Silva, de 1837; 3 - Joaquim Rebouças da Silva (pai do sr. Vítor Rebouças), de 1840; 4 - Ana Cirino Prudente, falecida em Bariri; 5 - Inácia Ferreira da Palma; 6 - João Batista Cirino; 7 - Antônio Cirino da Silva, de 1848; 8 - Manoel Rebouças da Silva, que laborou no foro da capital durante longos anos, até a data do seu falecimento; relacionadíssimo no meio forense; 9 - Maria Teresa; 10 - Luís Cirino da Silva, de 1845.

Não só Manoel Rebouças da Silva veio para São Paulo. Também o fez José Cirino da Silva, o “Major José Cirino”, de Queluz, onde havia sido coletor, e aqui faleceu em avançada idade, deixando filhos muito conhecidos nesta capital, como sejam o desembargador Joaquim Mamede da Silva, e os falecidos João batista Rebouças da Silva, que morreu em Itaporanga, José Cirino da Silva Júnior (Capitão Cirino), e Dr. Antônio Ildefonso da Silva, que foi escrivão aqui.

Devo ao desembargador Joaquim Mamede da Silva, velho amigo meu ainda dos tempos de Queluz, muitas palavras de animação, relativamente a estas pesquisas genealógicas do extremo Leste paulista, das quais o digno magistrado é leitor assíduo e, até certo ponto, colaborador eficiente.

Joaquim Rebouças da Silva, número três da relação acima, e que figura na “Revista citada, página 126, sob a indicação 3-3, apenas com o nome, foi casado duas vezes: em primeiras núpcias com Fortunata Monteiro Leite, de Areias, e teve seis filhos: 1 - Maria do nascimento; 2 - Emília Borges; 3 - Ana Pinto; 4 - Delmira Leopoldina Miranda; 5 - Matilde; e 6 - Jorge Cirino da Silva, celibatário, que residia na Alagoa (Itanhandu).

Tendo enviuvado em Aiuruoca, Minas, onde então residia, Joaquim Rebouças da Silva passou a segundas núpcias com Ana Custódia Ribeiro e teve mais cinco filhos: 1 - Alfredo Rebouças da Silva, nascido em Minas a 17 de agosto de 1876, casado com Elisa Frutuoso, residentes no Rio de Janeiro; 2 - Guilhermina, nascida em Minas, em 1878, e falecida em Cruzeiro por 1888; 3 - Joaquim Rebouças Ribeiro, nascido em Queluz (de São Paulo), a 2 de novembro de 1879, casado com Delourdes Bueno, de Patrocínio do Sapucaí; 4 - Vítor Rebouças Ribeiro, nascido em 31 de julho de 1881, em Queluz, de cuja carta, datada de Ribeirão Preto 31-10-1936, estou extraíndo os dados que teve a bondade e a gentileza de me enviar. Por essa época o Sr. Vítor residia na dita cidade paulista, na rua Cerqueira César número 33, e exercia o cargo de chefe da Contadoria Municipal; 5 - Maria da Glória Rebouças, nascida em 4 de novembro de 1883, em Queluz, casada com Joel da Fonseca Nogueira, funcionário da Saúde, residente em Igarapava.

Joaquim Cirino da Silva foi comerciante no distrito da Alagoa (então Aiuruoca), de onde regressou para Queluz em 1879 mais ou menos e nesta localidade teve cargos (delegado de Polícia, Juiz Municipal, vereador e presidente da Câmara Municipal em 1883, talvez). Foi fazendeiro e proprietário da fazenda dos “Bambus”. Ao que consta, por serviços prestados à então estrada de ferro “Dom Pedro II”, no evitar um desastre ferroviário nas proximidades da fazenda, obteve do Dr. Francisco Pereira Passos, então diretor da estrada, uma estação em terras da fazenda. Seria essa estação a da Vila Queimada, nas proximidades de Queluz, Silveiras e Pinheiros?

Em 1884 mais ou menos, Joaquim Cirino da Silva transferiu-se para Cruzeiro e em 1888, depois da Abolição, para Ribeirão Preto, aí faleceu aos 30 de agosto de 1890. A mulher morreu aos 11 de julho de 1896, em Itirapuã, distrito de Patrocínio do Sapucaí. Esta senhora, Ana Custódia Ribeiro, era filha de José Máximo Ribeiro de Magalhães e de

Maria Custódia da Fonseca, descendente assim de famílias de Aiuruoca, Alagoa, Bocaina. Fora casada em primeiras núpcias com José de Arruda Carreira, comerciante português em Aiuruoca e nasceram cinco filhos desse consórcio, os quais são: 1 - José Máximo Ribeiro, casado com Delmira, número 4-9, da página 128, da “Revista” citada, filha de Francisco Cirino da Silva, irmão de Joaquim; 2 - Maria Custódia, que foi casada com José da Cunha Nobrega, de Barra Mansa, Estado do Rio, um dos informantes do sr. Vítor Rebouças; 3 - Antónia Cesarina, viúva de Alacrino de Freitas Machado, que residia em Araçatuba em 1936; 4 - João Batista Ribeiro, falecido, era casado com Maria Ramos Freire (de Campo Belo), pais dos senhores Adail Ramos Ribeiro e Haroldo Ribeiro, advogado nesta capital; e finalmente; 5 - Ana Vitória Ribeiro, solteira, residente em Ribeirão Preto (1936).

O sr. Vítor Rebouças Ribeiro fixou residência em Ribeirão Preto e aí casou, aos 19 de junho de 1907, com Maria Amélia, filha do coronel Antônio Furquim Pereira e de Emiliana Torres, que foram fazendeiros em Vila Bonfim, já falecidos, e, desse matrimônio, haviam nascido até a data da carta do sr. Vítor (outubro de 1936) os doze seguintes filhos: 1 - Aurélia Rebouças, professora; 2 - Dr. Acácio Rebouças, magistrado; 3 - Katia Rebouças, normalista e educadora sanitária; 4 - Maurício Rebouças; 5 - Pérsio Rebouças; 6 - Ana Rebouças, normalista; 7 - Francisco José Rebouças; 8 - Maria Teresinha; 9 - Gema Galgani; 10 - Maria Emiliana; 11 - Maria Aparecida, falecida aos 3-11-1932 e, 12 - Antônio Galvão Rebouças, nascido em 15-12-1935.

O mesmo prestimoso informador, queluzense de nascimento, remeteu-me ainda, pela carta referida, mais uns acréscimos sobre a geração de Deoclécio Roque da Palma, que figura na página 112 da “Revista” acima indicada. São três os filhos de Deoclécio: 1 - Tarcila; 2 - Benedita, as quais residiam em Guaratinguetá em 1936; e 3 - Alcides Roque da Palma, com 48 anos em 1936, casado com Segismunda Rocha, residentes em Penápolis, casal este que tinha sete filhos, pela data da informação; a - Floripes; b - Paulo Rocha da Palma, nascido em 26-1-1915; c - Severo Rocha da Palma, nascido em 27-10-1917; d - Ivan; e - Ivette, falecida; f - Carlos; g - Arlete.

Este Deoclécio Roque da Palma é filho de um Felicíssimo de Palma e neto de Antônio Francisco Monteiro e de Maria Josefa de Vasconcelos. Ele usava o nome de Felicíssimo Saraiva da Palma, em atenção ao padraсто de Maria Josefa, e a essa gente já me referi no subsídio noventa e sete desta série, quando tratei da descendência de uns Antunes Fialho, de Cunha, que se fixaram em Areias.

A genealogia é matéria difícil, complicada, demorada, e se a considerarmos como uma flor do espírito, decerto que será a flor da roseira, com seu aprumo, seu colorido, seu perfume e... seus acúleos, que tais são os erros e as dificuldades invencíveis.

### CXIII

Na verdade, a família Domingos Salgueiro-Pereira de Castro, de Lorena, pelo seu desenvolvimento apresenta hoje sérias dificuldades ao genealogista, que dela queira tratar com carinho. O Dr. Gama Rodrigues, conhecido clínico, atualmente morador em Taubaté, entendeu, em boa hora, de fazer minucioso estudo dessa família e já publicou dois trabalhos relativos ao assunto: “A Viscondessa de Castro Lima e a sua descendência” e “Os Azevedos, de Lorena”, saídos nas edições da “Revista Genealógica Brasileira”, número um, dois e três.

Em 1789, o censo das Ordenanças de Lorena, num dos seus parágrafos, apresentava o capitão Manuel Domingues Salgueiro, de 41 anos, sua mulher Ana Maria (Pereira de Castro), de 31, e os oito filhos do casal: 1 - Manuel, de 18 anos; 2 - José, de 6; 3 -

Antônio, de 4; 4 - Maria, de 18; 5 - Felizarda, de 16; 6 - Ana, de 14; 7 - Luisa, de 10; e 8 - Mariana, de 2. Em 1816, o recenseamento de Lorena indica o capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro, sua mulher Ana, e, agregados à casa, Gertrudes Maria da Piedade, de 44 anos, lorenense; Antônio Nunes de Siqueira, natural de Cunha, com 35 anos, e a esposa deste - Mariana Domingues Salgueiro, lorenense, de 29 anos, e os filhos do casal: 1 - Manuel, de 5 anos; 2 - Cesária, de 3; e 3 - Mariana, de quatro meses.

Nos subsídios quatro, onze, quarenta e um e cinquenta e oito tive ocasião de me referir aos nomes supra-citados, e dei mesmo certo relevo ao de Cesária, que conheci (neta materna de Manuel Domingues Salgueiro e de Ana Maria Pereira de Castro), a qual era d. Césaria Querubina, casada com o taubateano Vicente Moreira da Costa, e deixaram geração de seis filhos: 1 - César Moreira de Castro, lorenense, voluntário do Paraguai, morto em campanha. Este César deixou uma filha, Faustina, que foi a mulher de Pedro Alexandre Pereira Couto, do qual falei no volume quatorze da “Revista do Arquivo”, página 44; 2 - Júlio Moreira de Castro, silveirense, solteiro; 3 - Mariana, casada com Antônio Guedes de Paiva, português, com quatro filhos: a) - Júlia, casada com Alfredo Guedes (subsídio setenta e quatro); b) - Antônio Paiva, que foi da Alfândega de Santos, casado com Dejanira Moreira Lima; c) - Maria, casada com o português Francisco Magalhães Bastos; e d) - Mariana, casada com seu primo Colombano de Carvalho. Este casal Colombano-Mariana reside aqui em São Paulo e tem vários filhos, entre os quais a professora Maria José Paiva de Carvalho, minha distinta ex-aluna na aula de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal da Praça da República (1931-1932); 4 - Vicência, casada com José Bernardino de Carvalho, afamado professor público em Silveiras, por longos anos, bravíssimo no exercício das suas funções didáticas, filho de Bernardino Antônio Coelho e de Ana Maria Ribeiro. José Bernardino e Vicência tiveram: a) - Etelvina, solteira; b) - Raul, casado com Emérita; c) - professor Mário de Castro Carvalho, casado com Carolina Guedes (subsídio setenta e quatro); d) Lucinda, solteira; e e) - Colombano de Carvalho, casado com Mariana, sua prima, acima ditos; 5 - Augusta, casada com João Ribeiro Montenegro, farmacêutico formado na Espanha, e tiveram seis filhos: a) - João, casado com Carlota Leopoldina de Castro, sua prima; b) Antônio, solteiro; c) - Paula, casada com Francisco de Paula Santos; d) - Elisa, casada com José Antônio de Paula Santos; e) Gustavo Montenegro, casado com Maria Bicudo; e f) - Augusta, casada com Luís Marcondes dos Santos. Os dois irmãos Paula Santos, guaratinguetaenses, casados com as duas irmãs Montenegro, silveirenses, têm prole assaz conhecida em São Paulo; 6 - Paula, primeira mulher de José Maria de Melo Varajão que depois casou com Emília Ferreira de Avila Rebouças (ver “Revista do Arquivo”, volume vinte e sete, página 170).

Manuel e Mariana, irmãos de d. Cesária Querubina e que aparecem no recenseamento de 1816, como acima foi transcrito, decerto não cresceram, pois os três únicos irmãos que se mencionam em idade adulta são: 1 - Nuno Domingues de Siqueira Salgueiro, casado com Francisca Guedes e tiveram a filha única Carolina Leopoldina, que foi casada em Silveiras com Simões, de nacionalidade portuguesa, com geração (subsídio setenta e quatro); 2 - Ana Francisca Pereira de Castro, que foi a segunda mulher do patriarca silveirense Manuel Guedes da Cunha (subsídio setenta e quatro) e tiveram os onze filhos de que já dei notícia; e 3 - Carolina, casada com Francisco Pereira Leite.

O Dr. Gama Rodrigues procura agora completar a genealogia dos descendentes de Manuel, recenseado com 18 anos, em 1789, o qual foi o capitão-mor Manuel Pereira de Castro que, do seu casamento com Ana Maria de S. José, deixou onze filhos: Querubina, Modesto, Isabel, Francisco, padre Manuel Teotônio, Manuela, Ana Justina, Maria da Guia, Joaquim Honorato (Nhô Quim Mor), Carlota Leopoldina e Emília.

Ele gostaria de ter notícias exatas principalmente destes descendentes do capitão-mor Manuel Pereira de Castro:

1º - Antónia Pereira da Encarnação, filha de Querubina Pereira de Castro e de Domiciano Ferreira da Encarnação, casada que foi com Antônio Camilo de Lelis e que deixou um filho de nome Antônio;

2º - Francisca Pereira da Encarnação, irmão de Antónia, casada com Bento Barbosa Ortiz, e tiveram a filha Ermelinda, que foi a mulher do Dr. Marcelino Pope da Silva Lopes. Filhos deste: Mário, Horácio, Hilda;

3º - Manuel Domiciano da Encarnação, casado com Alexandrina Mota, com os seguintes filhos: Pedro Ferreira da Encarnação; Emília, casada com José Crispim de Castro (pais de Antônio, Francisco, Laudelino, José); Aureliano da Encarnação, casado com Maria (?) (e são os pais de Manuel, João, Rosalina); Franklin, casado com Ana Rosa (?) (e são os pais de Manuel, Alexandrina, Ambrosina, José, Maria); Flamínio, casado com sua prima Maria Balbina de Castro (pais de Balbina, Gregório, Maria, Maria segunda, José, Benedita, Mariana, Flamínia, Manuela, casada com José Fraissat, Pautila, Maria terceira, casada com Maillard;

4º - José Domiciano da Encarnação, casado com Justina de Godoi Bueno, com uma filha, Brasília, casada com Domingos Pedro Teixeira;

5º - Manuel Pereira Gomes de Castro, filho de Ana Justina de Castro e de Crispim José Gomes, casado com Balbina Prudência da Palma (pais de José, casado com Adelaide Soares; Cornélio, casado com Conceição Ribeiro de Jesus; Maria Balbina, casada com Seu primo acima referido Flamínio Pereira da Encarnação);

6º - Manuel Honorato Pereira de Castro, filho de Joaquim Honorato (Nhô Quim Mor) e Ana (D. Ana do Campinho), casado com Francisca Lopes (pais de Joaquim, Maria, Clementina, José, Jacques, Pedro Gumercindo, Salomão Salgueiro, Joaquim Honorato Sobrinho, casado com Julieta de Castro, pais de Cora, casada primeiro com o coronel Emídio Piedade Filho, com três filhos - José, Maria e Emídio; casada em segundas núpcias com o Dr. Pedro Camarinha, com dois filhos - Píndaro e César).

Depois da geração de Manuel Pereira de Castro e Ana Maria de São José, a qual só por si representa considerável soma de esforços, decerto o Dr. Gama Rodrigues irá tratar da descendência dos irmãos do capitão-mor, filhos de outro capitão-mor Manuel Domingues Salgueiro e Ana Maria Pereira de Castro. Assim, aos poucos, realizará o seu simpático programa genealógico, referente à GENS LORENENSIS, conforme a si mesmo se propôs.

Cumpres a cada um de nós, leitores e amigos dessa especialidade que é a genealogia, concorrer com a sua pedrinha para a edificação do templo. E o templo, aqui, no caso, é o estudo das famílias da antiga freguesia de Nossa Senhora da Piedade, padroeira da terra lorenense e venerada nas suas lindas igrejas.

Eu, de mim, tenho feito o eu é possível, embora ainda nada haja conseguido sobre a filiação de Januário da Cunha Gago, de São Paulo, e Maria Correia, sua mulher, de Taubaté, apesar dos reiterados pedidos e das repetidas pesquisas, até agora infrutíferas...

#### CXIV

Quando o Dr. João Batista da Silveira, pai do escritor paulista Valdomiro Silveira, escreveu, no seu livro de notas de família, as linhas referentes aos seu segun-

do gênito, decerto o fez com perfeito conhecimento de causa, cuidadoso como era no seu mister de assentar, com minúcia, o que se relacionava com a prole.

Demais, tinha ele, anotados, o exemplo que vinha de trás, em assentamentos feitos desde 1724, como facilmente se poderá verificar na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, volume trinta e três, páginas 243e 272, no trabalho que aí publiquei sob o título “Um precioso manuscrito - Notas de família - Descendência de Carlos Pedroso da Silveira”.

Nesta citada “Revista”, transcrevi, por inteiro, o que consta do manuscrito em poder do Ministro Dr. Alarico Silveira, ao qual muito grato fiquei pela confiança em mim depositada, ao me emprestar, por tempo indeterminado, o precioso documento que lhe legaram os seus maiores.

Ora, o Dr. João Batista da Silveira (que ao tempo não era ainda formado), lançou no seu registro, muito claramente, o seguinte: “Nasceu meu filho Valdomiro Silveira, no dia onze de novembro de mil oitocentos e setenta e três. Foram seus padrinhos meu irmão Zeferino Carlos da Silveira e minha sobrinha Maria Jardim da Silveira. Batizou-o o vigário Pedro José da Veiga, a 9 de março de 1874, na Vila do Cruzeiro, antigo Embaú”. Lugar do nascimento: - Senhor Bom Jesus da Cachoeira, Termo de Lorena”.

Aí está pois o caso, elucidado por quem o podia fazer muito bem, e o fez, de fato. Valdomiro Silveira viu a luz do dia no Bom Jesus da Cachoeira e recebeu o batismo no Embaú, sendo ministro o vigário desta antiga freguesia, padre Pedro José da Veiga. Valdomiro é cachoeirense, definitivamente. Por que, entretanto, viver-se repetindo que ele nasceu no Embaú, lugar onde apenas foi batizado?

Escreva Cachoeira, nos seus fastos, jubilosamente, a data de onze de novembro de mil oitocentos e setenta e três e comemore a efeméride, na altura do mérito, reconhecido e proclamado, do escritor paulista (cachoeirense).

Já andei estudando a genealogia de Valdomiro Silveira, nos subsídios cento e quatro e seguintes e, no primeiro desses estudos, ao me referir a São Bom Jesus da Cachoeira, atribui-lhe a categoria paroquial de freguesia. Não era e nunca foi freguesia. Como encontrasse, por aqui, dificuldades de resolver certos pontos relativos à situação da Capela do Bom Jesus da Cachoeira, recorri aos bons ofícios do Dr. Gama Rodrigues, e este, com a boa vontade costumeira, remeteu-me logo um interessante folheto, cheio de dados sobre Cachoeira, jataí, Embaú, editado em 1929, sob a orientação do virtuoso sacerdote, ora falecido, monsenhor José Soares Machado. Tal folheto intitulava-se “A Santa Cabeça”, e foi impresso em Cachoeira, na “Casa Gráfica Pedro II”.

Além dessa obra, recebi também uma cópia extraída do Livro do Tombo da Matriz de Lorena, página 35, com o “Título da Capela do Senhor Bom Jesus sito no bairro da Cachoeira, filial desta Matriz de Nossa Senhora da Piedade”. É uma declaração lavrada em Lorena, a primeiro de abril de 1795, pelo vigário padre José Gonçalves da Silva. Publicarei essa declaração a qualquer tempo. Tive igualmente em mãos uma carta, assinada pelo sr. José Gomes, antigo morador de Cachoeira, elucidando algumas dúvidas. Do estudo dessas fontes depreende-se que o Bom Jesus da Cachoeira nunca foi paróquia, embora tivesse capela, com padre, às vezes, conforme encontrei em antigos recenseamentos de Ordenanças de Lorena, existentes no Arquivo Público do Estado.

Na margem direita do Parnaíba, em frente quase ao povoado do São Bom Jesus, ficava o porto fluvial, com a capela de Santo Antônio, o qual porto, por ser também próximo às cachoeiras do rio e à confluência do rio Bocaina (Afluente da margem direita

do Paraíba), recebeu as denominações sucessivas de Cachoeira (1876), Bocaina (1880), e Cachoeira, novamente (1915).

Em 1875 a Estrada de Ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil, inaugurou, na margem direita, no lado da Capela de Santo Antônio, a estação ferroviária, onde depois se construiu o grande edifício destinado a ponto terminal da linha. E já a 15 de fevereiro de 1876, na Assembléia Provincial, aparecia o projeto número trinta e um, assinado por José Luís de Almeida Nogueira e padre Bento de Almeida, elevando à categoria de freguesia a Capela de Santo Antônio da Cachoeira, na Paróquia de Lorena. Desse projeto saiu a Lei Provincial número trinta e sete, de vinte e nove de março de 1876, que efetivou o plano dos sobreditos deputados paulistas, criando freguesia na Capela de Santo Antônio da Cachoeira, no porto de Santo Antônio da Bocaina.

Quando li as notas do Dr. João Batista da Silveira, referentes ao nascimento da sua filha Joana Batistina da Silveira, em 1871, e Valdomiro Silveira, em 1873, ambos naturais do Bom Jesus da Cachoeira, andei procurando informes sobre a atual localidade Cachoeira, onde os pudesse encontrar. Do que li, porém, ficou no meu espírito a convicção de que os que trataram da matéria não levaram em conta que a atual Cachoeira, perto das cachoeiras do rio Paraíba e junto à confluência do rio Bocaina, resulta, afinal, da fusão de dois povoados contíguos dos quais fiz menção: o Bom Jesus da Cachoeira e o Santo Antônio, da Cachoeira ou da Bocaina.

Com o presente régio da estação ferroviária (1875), o Santo Antônio cresceu depressa e, logo depois (1876), ainda ganhava graduação de freguesia. O Bom Jesus lá ficou perecendo, na margem esquerda, tendo porém os seus fiéis muito presos ao local. Quando nasceu Valdomiro Silveira (11-XI-1873), o Dr. João Batista (“Joãozinho Carlos”) fez questão de declarar que o lugar do nascimento era São Bom Jesus da Cachoeira. E, para o sacramento do batismo, em 9 de março de 1874, levou o neófito à igreja paroquial “da Vila do Cruzeiro, antigo Embaú”, freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Monsenhor José Soares Machado, sacerdote dinâmico, além de construir na Santa Cabeça a bela igreja, que todos admiram, em 1924 empreendeu a reforma da antiga capela do Bom Jesus da Cachoeira, que já em 1894 havia sido ampliada. Hoje lá está um belo templo, atestado da religiosidade de um povo, e da ação constante de um vigário eminentemente construtor, que tal era o falecido monsenhor Machado.

A genealogia oferece surpresas: certa anotação, achada em papel que faça fé, obriga o pesquisador a sair das linhagens, que são o seu apanágio, para lançar-se a outros terrenos, por vezes de sondagens difíceis dada a freqüentíssima ausência de documentação apropriada aos casos em estudo.

Joaquim Ferreira Xavier, ex-escrivão e tabelião de Silveiras, grande colecionador de papéis históricos, falou-me, há tempos, sobre a necessidade de uma lei que ordenasse a abertura dos arquivos aos pesquisadores idôneos. Penso que, além disso, a esses estudiosos deveriam ser concedidas outras facilidades, como dispensas de taxas admitidas em regimentos de custas, redução de passagens ferroviárias, e quaisquer medidas valiosas para o incremento de um gênero de trabalho tão abandonado entre nós, mesmo pelos que, em razão do cargo, tenham o dever do manuseio de documentos e o dever da pesquisa. Ouvi falar de um empregado de arquivo, que se vangloriava de nunca ter posto as mãos em papéis velhos. Na sua inconsciência, achava bonito afirmar tal coisa. Também quantos, que dormiam no mato, na guerra do Paraguai, depois contavam a proeza, sem acanhamento algum.